

MARCELO VASCONCELOS DE O. TORRES

A POLÍTICA DE DEFESA DO JAPÃO FACE AOS EUA – DA IMPRENSA PERIÓDICA
COMO INSTRUMENTO DE GUERRA, (1853-1945).

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS
PORTUGUESES INTERDISCIPLINARES**

**UNIVERSIDADE ABERTA
LISBOA/2013**

**Dissertação de mestrado apresentada à
Universidade Aberta, para a obtenção do
Grau de Mestre em Estudos Portugueses
Interdisciplinares.**

MARCELO VASCONCELOS DE O. TORRES

A POLÍTICA DE DEFESA DO JAPÃO FACE AOS EUA – DA IMPRENSA
PERIÓDICA COMO INSTRUMENTO DE GUERRA, (1853-1945).

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS
PORTUGUESES INTERDISCIPLINARES**

**ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA
ANA PAULA AVELAR**

**UNIVERSIDADE ABERTA
LISBOA/2013**

O controle do passado e da memória coletiva pelo aparelho de Estado dirige sua atenção para as fontes. Com muita frequência, ele tem o caráter de uma retenção na fonte (...). Esse controle estatal (das fontes de documentação histórica) levou a que faces inteiras da história mundial subsistam apenas através daquilo que disseram ou deixaram de dizer os opressores. As revoltas civis chinesas são conhecidas pelo que escreveram os historiadores mandarins, os cartagineses, pelos textos romanos, os albigenses, pelos cronistas reais ou pontifícios. Ora se mutila e se deforma, ora se faz o silêncio completo.

CHESNEAUX, Jean – *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?*, São Paulo: Ática, 1995. p. 32.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	05
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	06
LOCAIS E DATAS DE ACESSO DAS ILUSTRAÇÕES.....	07
ÍNDICE DE QUADROS.....	07
ÍNDICE DE MAPAS.....	07
AGRADECIMENTOS.....	08
RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	12
LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS UTILIZADOS.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
1 – A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA DE GUERRA SOBRE A MÍDIA BRASILEIRA.....	27
2 – CONTEXTOS DE UM TEMPO : O do Japão (1853-1945).....	47
3 - NOVA AMEAÇA COLONIALISTA AO JAPÃO.....	62
3.1 – A Incorporação Compulsória do Japão ao Sistema Capitalista.....	67
3.2 – Os EUA e a forçada abertura do Japão ao Ocidente.....	69
3.3 – O Ocaso do Xogunato Tokugawa.....	73
4 - A ERA MEIJI (1867 – 1912).....	87
4.1 – A Abolição dos Tratados Desiguais.....	96
4.2 – Transformações Econômicas após Quatro Décadas da Era Meiji.....	99
4.3 – Primeira Guerra Sino-Japonesa.....	100
4.4 – Guerra Russo-Nipônica.....	108
5 – A INSERÇÃO DO JAPÃO NOS 31 ANOS DA GRANDE GUERRA MUNDIAL	115
5.1 – Primeira Etapa da Grande Guerra Mundial.....	115
5.2 – O Período Entre Guerras e o Tratado de Versalhes.....	120
5.3 – Segunda Etapa da Grande Guerra Mundial.....	131
5.3.1 – A II Guerra Sino-Japonesa – Primeiro Período (1937-1941).....	141
a) Incidente Mukden/Incidente da Ponte Marco Polo.....	141
b) A Tomada de Nanquim.....	143

5.3.2 – O Aprofundamento da Crise (Japão X EUA) Durante a Guerra Sino-Japonesa.....	151
5.3.3 – O Ataque a Pearl Harbor.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
GLOSSÁRIO.....	179
REFERÊNCIAS.....	184
FONTES DA INTERNET.....	187
REVISTAS E PERIÓDICOS.....	187
FILMOGRAFIA.....	188
QUADRO CRONOLÓGICO.....	189
ANEXOS.....	197
APÊNDICE.....	200

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Chegada dos navios negros comandados pelo Comodoro Perry ao Japão.....	25
Ilustração 2: John Rockefeller – “King of the World”.....	28
Ilustração 2: O Pato Donald contra o nazismo.....	40
Ilustração 3: Personagem estadunidense bazofia a figura do justiceiro.....	41
Ilustração 4: Não converse: ratos têm grandes orelhas.....	43
Ilustração 5: Mantenha este Horror Afastado do Seu Lar.....	43
Ilustração 6: Sobre o Alistamento Militar.....	45
Ilustração 7: Onde Está o Bótom do Título da Liberdade.....	45
Ilustração 8: Ii Naosuke, em pintura de Yeigaku Kano.....	75
Ilustração 9: Tokugawa Yoshinobu	85
Ilustração 10: Imperador Mutsuhito, o Imperador Meiji.....	87
Ilustração 11: O petroleiro USNS Rappahannock.....	147
Ilustração 12: Pilotos kamikazes:.....	150
Ilustração 13: Vista aérea de Pearl Harbor.....	163
Ilustração 14: Tóquio após ser bombardeada em 1945.....	164
Ilustrações 15, 16 e 17: Fotos de vítimas japonesas dos efeitos da bomba atômica.....	166
Ilustração 18: Ditadura Militar no Brasil.....	171
Ilustração 19: O Verdadeiro Horror: Bomba Napalm.....	172

LOCAIS E DATAS DE ACESSO DAS ILUSTRAÇÕES

- Ilustração 1 disponível em: <<http://www.sdheroes.com/?p=12704>> Acesso em 11.09.2009.
- Ilustração 2 disponível em: <<http://ndla.no/en/node/97829?fag=42&meny=101926>>. Acesso: 11.09.2009.
- Ilustração 3 disponível em: oqeassitirhojeanoite.blogspot.com. Acesso: dia 03 de novembro de 2009.
- Ilustração 4 disponível em: www.comics.org . Acesso: dia 03 de novembro de 2009.
- Ilustrações 5, 6 e 7 disponíveis em: www.imageenvision.com Acesso: dia 03 de novembro de 2009.
- Ilustração 8 disponível em: http://www.baxleystamps.com/litho/meiji/naosuke_1909.shtml. Acesso: 15/09/2010.
- Ilustração 9 disponível em: <<http://japanese3209spring08.blogspot.com.br/2008/03/information-for-410-test-history-and.html>>. Acesso: 15/09/2010.
- Ilustração 10 disponível em: <http://rodrigosevilha.com/tag/imperador-meiji/>Consulta feita em 29.11.2011.
- Ilustração 11: Disponível em <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/navio-de-guerra-dos-estados-unidos-mata-pescador-nos-eau>. Acesso em 20/07/2012.
- Ilustração 12 disponível em: imageenvision.com (acesso em 03.07.2011).
- Ilustração 13 disponível em: <http://eo1.gsfc.nasa.gov/Science/SampleImagery.html>.
- Ilustração 14 disponível em: <http://iau-toquio.blogspot.com.br/>. 03/04/2012.
- Ilustrações 15, 16 e 17 disponíveis em: <http://conteudoagridoce.blogspot.com.br/2011/10/um-internauta-postou-recentemente-fotos.html#axzz2PKozbVnl>, em 02/04/2013.
- Ilustração 18 disponível em: Foto disponível no site <http://www.rededemocratica.org>. Acessada em 03/04/2013.
- Ilustração 19 disponível em: www.pulitzerprize.org.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01: Exportações X Importações (1868-1872 X 1903-1907).....	99
Quadro 02: Cronologia do Período Arashi.....	189-196

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 01: Colonialismo – ano 1550.....	197
Mapa 02: Colonização da Ásia (até 1907).....	197
Mapa 03: Possessões coloniais em 1914.....	198
Mapa 04: Colonização do mundo em 1914.....	198
Mapa 05: Possessões coloniais em 1945.....	199
Mapa 06: Possessões coloniais em 1945.....	199

AGRADECIMENTOS

À minha mulher, Mitiko, e às minhas filhas, Thais Ayumi e Michelle Sayuri, pelo amor, amizade e carinho, sem os quais qualquer esforço perderia boa parte da energia empenhada. Essas três “pequenas” são a razão e a alegria da minha vida.

Ao meu pai, Benjamim de Oliveira Torres Neto, pelo amor dedicado e pelas longas conversas nas manhãs e tardes de sábados e domingos, por meio das quais pude amadurecer alguns conceitos e dar vazão a outros, os quais foram muito significantes no desenvolvimento deste trabalho. A tradição do marxismo na nossa família continuará, ainda que com variações em sua interpretação desde o saudoso vovô Torres, com a sua militância no PCB fluminense, perpassando pela militância política do meu pai através da ALN e pela minha concepção distinguida das duas primeiras em uma série de variantes. O encontro intelectual dessas três gerações não me foi facultado devido a profundas divergências ideológicas entre o meu pai e o seu progenitor, mas certamente teria sido bastante interessante.

À minha mãe, Maria de Lourdes Reis de Vasconcelos, por ter me dado à luz e pelo seu amor incondicional. Ainda, pelos livros de Serviço Social e obras correlacionadas, muitos dos quais o acesso me era interdito em razão dos temas inadequados a pré-adolescência. Ainda assim foram silenciosamente abduzidos da sua estante, e suas leituras em tenra idade me trouxeram vários acréscimos, que me acompanham até hoje.

Aos professores que fizeram parte da minha longa caminhada; ensinando, orientando e motivando. Não poderia deixar de citar alguns que marcaram, como Ms. Afonso Bandeira Florence; Dr. Wilson Paulo de Oliveira (*In memoriam*); Dr. Eliziário Andrade; Dra. Maria Amélia Garcia de Alencar; Ms. Cleucydia Lima da Costa; e Dr. Ademir Luiz da Silva. Agradeço a estes em especial pela paciência, disponibilidade, fidelidade em suas atribuições, ética, respeito, e profissionalismo.

À professora Dra. Carla Almeida Rodrigues de Almeida, que me acompanhou com tanta competência e atenção desde o início dos estudos pertinentes ao mestrado, em 2010.

Ao Dr. Rogério Miguel Puga, que aceitou o convite feito pela coordenação do mestrado para compor a banca examinadora da defesa de dissertação, tendo apresentado

considerações muito importantes, não somente para o meu trabalho quanto para minhas futuras investigações.

Por fim, e principalmente, à Dra. Ana Paula Avelar, profunda conhecedora da história da Ásia, sem a qual não seria possível concretizar o sonho da dissertação da minha tese, uma vez que não encontrei no Brasil alguém capacitado para tal. Agradeço muito que tenha tomado a orientação da minha tese de mestrado para si.

RESUMO

Esta dissertação decorre de toda uma série de interrogações com as quais me deparei ao longo de alguns anos de leitura sobre várias temáticas, todas elas de grande relevo para a história, e outras disciplinas relacionadas às questões humanas. Capitalismos¹, imperialismo, colonialismo, exploração comercial, direitos humanos, fascismo, guerra justa (ou injusta), entre outros; são todos temas conexos à linha de pesquisa, sendo, portanto, motivo de objetos de estudos complementares, sem os quais o juízo sobre o tema ficaria comprometido.

A escolha dos fatos históricos ocorridos no Japão enquanto exemplo para reflexão, se deu pela complexidade que o período possui. A princípio havia a intenção de trabalhar a influência da Companhia das Índias inglesa na Índia, China e outros países, por constituir em importante período de afirmação do imperialismo ocidental; no entanto a tentativa de colonização do Japão, apesar de não apresentar em seu início os aspectos de exploração atroz observadas principalmente na Índia e regiões adjacentes, ofereceu um panorama mais complexo pela adaptação nipônica aos paradigmas que lhe foram impostos, oferecendo ao lado dominante melhores condições de distorcer aspectos gerais deste episódio a partir de questões específicas.

Compreender em que contexto (como, porque e quando) se deu o processo de militarização do Japão, ao que já se sabia ser uma resposta às sucessivas tentativas de colonização do país por forças ocidentais, culminando na abertura forçada da economia japonesa pelos Estados Unidos com decorrente assinatura de vários tratados desiguais por parte deste país, foram os objetivos que nortearam esta pesquisa. Foi igualmente finalidade desta pesquisa entender como aconteceu a ação de desenvolvimento das mídias estadunidenses, com destaque para o cinema, com o propósito de utilizá-la enquanto marketing de guerra, direcionado tanto para o público interno quanto externo do país.

Para atingir tais objetivos fez-se necessário pesquisar em uma ampla bibliografia disposta sobre o tema, selecionando aquelas que estavam mais diretamente ligadas à análise em questão. Também foi necessária pesquisa em edições antigas de jornais atuais ou extintos, sendo esta a parte mais difícil do trabalho, com o objetivo de amparar a tese principalmente em pontos não abrangidos de forma satisfatória pela historiografia. Uma

¹ Capitalismo de Estado e capitalismo liberal.

imensa gama de filmes foi assistida como forma de compreender a propaganda de guerra estadunidense, embora boa parte não tenha sido citada porque se julgou desnecessário fazer menção a toda ela.

Espera-se que esta dissertação possa contribuir de alguma maneira com os objetivos propostos, que se encontram entrelaçados com os ideais que norteiam a monografia.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a deep and extensive commitment over the study of several themes intrinsically related to the real history, and other disciplines correlated to the human subjects. Capitalism², imperialism, colonialism, commercial exploration, human rights, fascism, fair (or unfair) war, and other themes related to are referred to the same field of research, and for that reason they are correlated subjects to which a great deal of attention must be dedicated to, and whose the contents are critical for the conclusion of the facts.

The choice of historical events that occurred in Japan as an example for reflection, was because of the complexity of its period under the aegis of colonialism has. At first there was the intention to research about the influence of the British East India Company in India, China and adjacent regions, whose the context presents an important period in which the western imperialism established itself. However, the attempt to colonize Japan, although not present in its beginning, aspects of exploration atrocious observed mainly in India and adjacent regions, had offered a more complex panorama by the Nipponese adaptation to the paradigms that were imposed to them, providing to the dominant side, better conditions to distort the general aspects from specific issues.

Understand in what context (how, why and when) was the process of militarization of Japan, about what was knew to be a response to the successive attempts of colonization of the country by Western forces, culminating in the forced opening of the Japanese economy by United States having as a consequence, therefore, various unequal treaties signed by this oriental country, were the objectives that guided this research. Was also purpose of this research to understand how happened the development project of the American media, especially cinema, with the purpose of using it as a marketing of war, directed to both internal and external public of the country.

To achieve these objectives it was necessary to search for a wide bibliography about the subject, by selecting those who were more directly linked to the analysis in question. It was also necessary research in past issues of current or extinct newspapers, which was the hardest part of the work, with the aim of supporting the thesis, especially at points not covered satisfactorily by historiography. A huge range of films was watched as a way to

² State Capitalism and Liberal Capitalism.

understand the U.S. war propaganda , though much has not been mentioned because it was deemed unnecessary to make any mention of it .

It is waited that this dissertation can contribute somehow with the proposed purposes, which are interlaced with the ideals that guide this monograph.

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS UTILIZADOS

ALN – Aliança Libertadora Nacional.

CIA – *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência).

CIO – Congresso de Organizações Industriais (Estados Unidos).

CPDOC FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas).

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

DOP – Departamento Oficial de Propaganda.

CPUSA – *Communist Party USA*.

ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing.

EEUU (EE. UU.) – Sigla empregada no idioma espanhol para fazer menção ao país cujo nome oficial é Estados Unidos da América. Em consonância com as regras gramaticais da língua espanhola, quando um vocábulo abreviado para compor uma sigla está no plural, deve ser duplicada a primeira letra dessa palavra.

EE. UU. – Estados Unidos da América (nomenclatura antiga).

EUA – Estados Unidos da América.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

KKK – Ku Klux Klan.

MTC – Metodologia do Trabalho Científico.

OCIAA - *Office of the Coordinator of InterAmerican Affairs* (Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos).

ONU – Organização das Nações Unidas.

PCB – Partido Comunista do Brasil.

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública.

SNI – Serviço Nacional de Inteligência.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USNS – *United States Naval Ship*.

INTRODUÇÃO

A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; pelo contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p.07.

Esta monografia contou como objetivo geral estudar os processos políticos, ligados ao neocolonialismo³, que levaram o Japão a assumir uma postura ofensiva na Ásia, como resultado do avanço imperialista do Ocidente. Visou preencher lacunas existentes, lançando luzes sobre o passado no intuito de oferecer novos matizes àqueles que futuramente se debruçarem sobre o tema, estudando os processos políticos ligados ao neocolonialismo que obrigaram o Japão a assumir uma postura defensiva como resultado do avanço imperialista no Ocidente.

Foi uma hipótese básica confirmada, a necessidade da ofensiva nipônica, especialmente sobre países asiáticos que haviam sido dominados por potências ocidentais como forma de garantir a segurança do seu próprio território, garantindo desta forma fontes de matéria-prima essenciais à manutenção do desenvolvimento de sua indústria, especialmente a bélica, sustentando um bloqueio ao acesso dessas mesmas potências ocidentais ao seu território, tal como ocorreu na questão da Coreia contra a China⁴.

A Coreia é uma península asiática cujo território quase toca o japonês, portanto a inviolabilidade do território coreano (em um momento crucial como foi este período caracterizado pela ofensiva capitalista aos países asiáticos) interessava, e muito, aos japoneses. Dentro desta perspectiva foram considerados ainda o desenvolvimento de uma

³ Fato histórico ocorrido entre o final do século XIX e primeiro quartel do século XX, segundo definições dispostas nas obras de Edward Said e Eric Hobsbawm. Segundo Said o neocolonialismo, ou imperialismo, foi um processo gradativo de dominação exercida por europeus e estadunidenses visando o lucro e a perspectiva de mais lucro. O conceito fica complementado por Hobsbawm, que afirmou que “na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido”, com a formação de cartéis e trustes que impunham uma rivalidade entre nações que buscavam crescer por meio de “uma competitividade sem limites”. SAID, 2003; HOBBSAWM, 2007.

⁴ A China era, nessa época, um país dominado pelos interesses europeus; mas não aceitava a ajuda oferecida pelos nipônicos aos coreanos no sentido de manter a Coreia livre do imperialismo ocidental. O Japão empreendeu então pela primeira vez uma guerra contra a China com o propósito de manter este país livre da influência ocidental e por consequência interditar o acesso destes países ao seu próprio território.

política exterior pautada na busca pela anulação dos chamados “tratados desiguais”⁵ e das ideologias discriminatórias.

Além da hipótese básica foram levantadas outras secundárias no sentido de esclarecer como a propaganda de guerra estadunidense estabeleceu como verdade histórica um barbarismo nipônico unilateral durante a segunda etapa da Grande Guerra Mundial e nas décadas que antecederam o conflito, enquanto isolava politicamente o país asiático; reavaliar a partir da perspectiva nipônica suas ações durante esta disputa; também estabelecer o processo histórico que se estendeu da segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX, que levou o Japão a uma postura ofensiva dentro do contexto do neocolonialismo na Ásia, transformando-se por sua vez em potência imperialista com o claro propósito de não sucumbir durante o jogo capitalista do qual foi palco o continente asiático.

Enquanto objetivos específicos estiveram presentes na reflexão e pesquisa o conhecer o processo segundo o qual a propaganda de guerra estadunidense estabeleceu a causa da agressão nipônica em uma suposta ambição desmedida (segundo essa propaganda de guerra, uma agressão *a priori* sem motivos) durante a segunda etapa da Grande Guerra Mundial e nas décadas que a antecederam, transformando a propaganda em verdade histórica.

Avaliar a repercussão daquilo que foi publicado na mídia brasileira, enquanto pertencente a um país vinculado aos interesses conjuntos entre Estados Unidos e Europa, ainda que na condição de semi-colônia, foi outro objetivo específico.

Reavaliar a partir da perspectiva nipônica suas ações durante a Segunda Guerra Mundial, bem como estabelecer o processo histórico que se estendeu desde a segunda metade do século XIX até a 2ª metade do século XX, que levou o Japão a uma postura ofensiva no contexto neocolonialista asiático também foram objetivos específicos que nortearam esta pesquisa.

O desenvolvimento desta monografia contou com três etapas de desenvolvimento metodológico, sendo respectivamente o estudo da bibliografia apontada; levantamento de documentos e novas fontes bibliográficas referentes à temática analisada (filmografia,

⁵ Que garantiram às potências imperialistas a extraterritorialidade e baixas tarifas aduaneiras na importação pelo Japão de seus produtos, entre outras benesses, sem uma contrapartida – ao contrário, fechando os seus mercados não somente para as mercadorias japonesas, como também para a mão de obra oriunda deste país por meio de políticas discriminatórias.

demais documentos midiáticos existentes sobre o tema, e pesquisa em edições de periódicos brasileiros da época, sejam extintos ou ainda em funcionamento), e a própria redação do texto.

Na primeira etapa fez-se um aprofundamento do estudo da bibliografia e da filmografia apontada com o intuito de aperfeiçoar a análise sobre a investida do capitalismo sobre a Ásia, fazendo uma análise sobre as correntes ideológicas iluministas envolvidas no processo neocolonialista, enfatizando as precondições para que ocorresse a luta por esferas de influência comerciais e políticas na Ásia, como a necessidade de expansão decorrente da necessidade de sanar determinadas contradições internas, resultantes de um final de ciclo de desenvolvimento capitalista.

Na sequência teve lugar o levantamento de documentos e novas fontes midiáticas, complementando a análise sobre o panorama de domínio militar, político e econômico disseminados por aquelas potências capitalistas ocidentais sobre as demais regiões, para então lançar-se luz sobre a forçada abertura comercial do Japão aos EUA e demais nações imperialistas com interesses na Ásia.

Foi objeto de estudo neste período os tratados desiguais destes países com o Japão e consequentes desequilíbrios econômicos, sociais e, consequentemente, políticos. Ao mesmo tempo fez-se necessário um estudo sobre a adaptação do país asiático ao sistema capitalista e o desenvolvimento de políticas de defesa com o claro intuito de não sucumbir, como a Índia e a China (exemplos clássicos).

Tendo em vista tais desafios foi estabelecido estudo sobre as obras de Jean Chesneaux e Sardar Khavalam Madhava Pannikar, asianistas respeitados que analisaram o evento neocolonialista, embora não tenham delimitado seus estudos na questão entre o Japão e os países imperialistas ocidentais.

Sites e demais arquivos de jornais brasileiros, acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, banco de dados do jornal Folha de São Paulo, acervo do Grupo Estado (São Paulo), acervo das Organizações Globo, acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), além de acervos de vários jornais extintos, cujas citações aparecerão no decorrer desta monografia, revelando o valor do tempo despendido em pesquisa sobre todas estas fontes.

De acordo com o objetivo deste trabalho, o método dialético foi o único método que se revelou adequado no sentido de permitir uma análise abrangente e eficaz, por intermédio

do qual foram levantadas e resolvidas questões necessárias para conduzir esta pesquisa a um bom termo.

Complementando o embasamento teórico oferecido pelas obras de Chesneaux e Panikkar estão as obras dos igualmente historiadores Eric Hobsbawm, Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Lima, Edward Said e demais autores presentes na bibliografia, orientando e amparando o trabalho em diferentes vertentes.

A justificativa acadêmica deste trabalho teve lugar na necessidade de garantir uma investigação imparcial sobre o evento do neocolonialismo na Ásia, uma vez que até o presente momento a abordagem sobre este período foi feita por historiadores oriundos dos países que saíram vencedores após os 31 anos da Grande Guerra Mundial; também por historiadores revisionistas (geralmente japoneses da extrema direita) que marcaram seus posicionamentos em um extremo oposto com relação aos primeiros, de forma radical; ou ainda por historiadores marxistas⁶ (em especial da escola inglesa), que apesar do interesse em analisar a investida do capitalismo sobre os povos asiáticos, em nenhum momento fizeram uma análise exclusiva e abrangente sobre a história do Japão dentro da perspectiva do colonialismo.

Segundo George Orwell, “a história é escrita pelos vencedores”. A célebre máxima de Orwell se tornou um clichê e é, provavelmente, uma das mais perigosas acerca da compreensão da história. Aceitá-la como regra significa esquecer todo um universo de possibilidades e, quiçá, verdades esquecidas uma vez que, embora se verifiquem os tais “processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico”, “contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito” conforme apontado por Le Goff. Desconsiderar esta afirmação significa não ter como propósito a objetividade histórica, além de resultar no abandono da “noção de verdade em história”, como definiu o historiador francês.

A História do Japão no século que antecedeu a sua participação na segunda grande guerra (sobretudo em textos ocidentais, onde predomina a versão daqueles países que desenvolveram uma política de agressão e domínio durante o colonialismo e o

⁶ Que apesar da preocupação em trabalhar o evento neocolonialista sob as perspectivas da investida do capitalismo sobre a Ásia (Eric Hobsbawm), ou do choque entre segmentos das burguesias destes países, conforme Mayer dividida “entre os defensores do livre comércio, das liberdades democráticas e do império informal, de um lado, e os do protecionismo econômico, do antiliberalismo político e do imperialismo vigoroso, de outro” (Mayer, 1987, p. 268) do qual saiu vencedor o segundo elemento.

neocolonialismo na Ásia) apresenta uma série de lacunas. Algumas que podem fazer toda a diferença.

Tais lacunas precisam passar pelo crivo da nova geração de historiadores, especialmente os menos comprometidos com a manutenção do *status quo* estabelecido desde o final da segunda fase da Grande Guerra Mundial. Ignorar a “não-inocência do documento”, “os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis do saber histórico”⁷, significa permanecer naquilo que Le Goff considerou “mistificações e falsificações da história”.

Partindo destas percepções constatou-se que, apesar do trabalho desenvolvido por historiadores em relação ao estudo da História da Ásia Contemporânea, as questões em torno da representação/recepção do conflito na imprensa brasileira do tempo, não têm sido centrais, o que levou a uma exaustiva pesquisa com o intuito de localizar autores que trabalharam direta ou indiretamente o tema, compulsando a informação de modo a sistematizar teórico-conceitualmente a temática em análise.

Dentre os principais trabalhos nucleares em relação ao estudo proposto destacam-se os desenvolvidos por Jean Chesneaux, especialmente a obra intitulada *A Ásia Oriental nos Séculos XIX e XX*, onde se desenvolve uma eficaz e abrangente abordagem da evolução histórica referente à história da Ásia Contemporânea. Chesneaux orienta os seus leitores na investigação e análise dos fenômenos históricos mundiais e as suas repercursões nos diferentes espaços asiáticos.

Em especial, Chesneaux trata do evento neocolonialista naquele continente, não sendo mera coincidência que esta obra tenha como evento definidor para final do recorte periódico a Conferência de Bandung (1955). Uma das principais virtudes da obra foi considerar o Japão enquanto um caso à parte, e não um modelo, para o estudo do período. Apesar disso, não houve a intenção, por parte de Chesneaux, de analisar a condição do Japão de país semicolonizado, muito menos das políticas desenvolvidas por este país com o propósito de escapar da teia na qual vários outros países asiáticos foram enredados.⁸

Chesneaux desenvolveu ainda outra importante abordagem, disponível na coletânea designada *Descolonização*, organizada por Theo Santiago, em que o historiador francês e

⁷ LE GOFF, 1990, p. 07.

⁸ CHENEAUX, 1976, *passim*.

outros autores, dentre os quais Fernando Claudín e Emmanuel Terray, abordam temas intrinsecamente ligados ao imperialismo euro-americano na Ásia, na África e na América Latina.⁹

Outro estudo bastante importante para a fundamentação deste trabalho de pesquisa foi a obra do historiador indiano Kavalam Madhava Panikkar intitulada *A dominação Ocidental na Ásia – do Século XV aos Nossos Dias*, em que fez um estudo sobre a política das canhoneiras na Ásia, o domínio do Oriente por meio do imperialismo europeu até o século XVIII e por meio do imperialismo euro-estadunidense (entre séculos XIX e XX), além da revolução asiática, enquanto frutos do advento capitalista. Além disso, foi muito importante para a constituição do presente trabalho por “restituir a única perspectiva válida sobre os problemas asiáticos, perspectiva que, de resto, foi a dos europeus dos séculos XVII e XVIII”¹⁰, nas palavras do próprio autor.

Também fundamentais para o embasamento deste estudo foram as obras dos historiadores brasileiros Barbosa Lima Sobrinho e Oliveira Lima. Do primeiro historiador, a obra *Japão: O capital se faz em casa*, na qual o mais importante para esta dissertação é o paralelo entre as políticas japonesas e brasileiras em relação aos capitais euro-estadunidenses enquanto uma das ferramentas utilizadas para estabelecer domínio sobre as sociedades estabelecidas na Ásia, na América Latina e na África. Nas palavras do próprio historiador sobre o escopo da sua obra:

Realmente, sempre defendi teses nacionalistas. Eu considerava, por exemplo, a situação do Brasil, da Argentina e do México, e verificava que nenhum deles tinha conseguido capitais próprios para o seu desenvolvimento. Mas havia um país no mundo que tinha conseguido isso. Esse país era o Japão. Então, estudei longamente as soluções usadas no Japão e cheguei à convicção de que devia publicar um livro com o título Japão: o capital se faz em casa. Era um exemplo, e a gente vê a prosperidade do Japão como é considerável. Hoje, um dos maiores capitais do mundo é o capital japonês.¹¹

⁹ SANTIAGO, Theo (org.), 1977, *passim*.

¹⁰ PANIKKAR, 1977, p. 27

¹¹ Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista542.pdf>>. Consulta efetuada em 03/07/2011.

Atenção para o que Barbosa Lima Sobrinho afirma em seguida sobre o imperialismo estadunidense em relação ao Japão. Ele continua, em sua entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Américo Freire, em 5 de setembro de 1997:

E isso apesar de os Estados Unidos terem feito todo o esforço possível para que o Japão cedesse em aceitar as receitas que eles levavam para lá. Procuraram despertar o Japão mandando para lá um navio americano — isso está no meu livro —, e o Japão, apesar da presença desse navio, não admitiu curvar-se perante o capital estrangeiro.¹²

A abordagem do historiador Barbosa Lima Sobrinho não possui enfoque sobre o período histórico abordado neste trabalho, mas sobre as políticas econômicas adotadas pelo país oriental com o claro intuito de não se tornar mais outra colônia ocidental na Ásia. Ainda assim fornece enquadradoras abordagens sobre alguns temas transversais, que explicitam algumas das questões que se nos colocaram na abordagem deste nosso trabalho.

Do segundo historiador, Oliveira e Lima¹³, a obra *No Japão – Impressões da Terra e da Gente*, na qual o mesmo analisa sistematicamente as políticas de defesa do Japão em relação ao imperialismo ocidental, principalmente em relação ao imperialismo estadunidense, ainda que somente até às duas primeiras décadas do século XX, devido a ter falecido.

Ainda sobre os trabalhos nucleares que suportam esta dissertação, desta vez sobre a história dos Estados Unidos; apesar de terem sido consultadas várias obras de extremo valor, há que se destacar pelas suas importâncias para estes estudos, três delas.

A primeira, de autoria de Leandro Karnal, Sean Purdy, Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes, intitulada *A História dos Estados Unidos – das Origens ao Século XXI*, que contextualiza aspectos filosóficos, culturais, sociais e econômicos que regeram a construção da política externa dos Estados Unidos.

A segunda, de autoria do historiador Victor Gordon Kiernan, sob o nome *Estados Unidos – O Novo Imperialismo – da Colonização Branca à Hegemonia Mundial*, ao avaliar a dimensão do imperialismo estadunidense, e mais especificamente sobre em quais aspectos se deu a sua formação, possibilita problematizar o modo como este é representado noutros espaços.

¹² Idem.

¹³ O historiador foi diplomata brasileiro no Japão.

A terceira obra, cuja autoria pertence a Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Formação do Império Americano: da Guerra Contra a Espanha à Guerra no Iraque*, ao demonstrar o panorama no qual os Estados Unidos ascenderam à condição de única superpotência mundial, evidenciando os mecanismos pelos quais construiu sua preeminência. Aborda ainda, como as duas outras obras nucleares citadas acima, o contexto em que foi construído o arcabouço filosófico que embasou e justificou o seu domínio sobre as demais nações, dentre elas o Japão, cuja tentativa de domínio por parte dos Estados Unidos e a recusa por parte do Japão em ser dominado, culminou numa política cada vez mais militarista (e expansionista¹⁴) em solo nipônico e colocou os dois países em rota de colisão antes mesmo da primeira etapa dos 31 anos da Grande Guerra Mundial. A obra é ainda importante por apontar os riscos do atual poder imperial estadunidense, bem como suas atuais contradições. Ela concorre, deste modo, para o enquadramento da nossa temática.

Embora esta dissertação tenha por escopo fazer uma análise do período Arashi¹⁵ (1853-1945), dar-se-á ênfase à era compreendida desde a abertura dos portos japoneses até o Tratado de Versalhes por abranger questões relacionadas à forçada inserção do Japão na arena política¹⁶ mundial, época em que se localizam os diversos germes que conduzirão aos eventos futuros.

No que concerne à discussão referente às causas do neocolonialismo e seus desdobramentos, muitos dos pressupostos advogados pelos historiadores do lado que emergiu vencedor após os 31 anos de Grande guerra Mundial¹⁷ são questionáveis.

As causas da guerra são um exemplo disso. O predomínio da versão de que a Grande Guerra Mundial teve continuidade devida apenas ao Tratado de Versalhes, e ao consequente surgimento de Adolf Hitler deve ser contextualizado.

¹⁴ Como única maneira de garantir as matérias primas necessárias ao desenvolvimento econômico e ao provimento de metais ao país, sem os quais não teria conseguido lutar contra os Estados Unidos e demais potências europeias.

¹⁵ Tempestade, tormenta. Nomenclatura própria e criada para este trabalho com o fim de delimitar o período entre a chegada dos estadunidenses ao Japão com uma frota de navios de guerra exigindo a abertura dos portos japoneses (1853) até a rendição do Japão após o lançamento de duas bombas atômicas (1945) – Vide, entre outras obras, aquelas obras de Chesneaux e Panikkar citadas na bibliografia.

¹⁶ Política esta pertinente ao panorama capitalista, durante um período em que se definia uma nova ordem mundial e com ela as novas regras do seu jogo – vide as obras de Oliveira Lima, Chesneaux e Panikkar citadas na bibliografia.

¹⁷ Compreender os 31 anos de uma única Grande Guerra Mundial é uma teoria de Eric Hobsbawm, que consta em seu livro *A Era dos Extremos – O Breve Século XX*. (HOBSBAWM, 1994, p. 30).

Assim, ao longo de cinco capítulos, procurou-se perceber como o conflito foi analisado pela imprensa periódica brasileira, buscando em um contexto mais amplo compreender a influência da mídia estadunidense sobre o ideário mundial, ao criar um cenário favorável à influência dos Estados Unidos em quaisquer pontos do planeta.

No primeiro capítulo foi constituída crítica sobre a influência da mídia estadunidense sobre os mais diversos segmentos da opinião pública mundial, além de análise sobre o desenvolvimento do cinema estadunidense, bem como demais instrumentos midiáticos, enquanto instrumento de propaganda do expansionismo ianque.

Nos três capítulos seguintes tratou-se de contextualizar a política de defesa do Japão em relação ao neocolonialismo na Ásia, principalmente contra o imperialismo estadunidense. Este se chocou contra os interesses japoneses, quando os EUA necessitavam do Japão enquanto entreposto para abastecimento de carvão mineral para os seus navios a vapor¹⁸ visando atingir a China, o que obrigou o Japão a fortalecer sua economia por meio de várias reformas e a sua força militar,¹⁹ através da ocupação territorial de espaços coloniais europeus.

Este desígnio japonês se chocou com os interesses econômicos dos Estados Unidos na região, particularmente na China, o que será nomeadamente o principal escopo do primeiro capítulo. Além disso, buscou-se explicar quais mudanças foram induzidas por esta alteração na perspectiva nipônica, de país fechado ao mundo exterior para um país aberto pela *gunboat diplomacy*²⁰ e marcado pela constante ameaça de colonização.

No quarto capítulo, mais especificamente, procura-se sistematizar o panorama no qual se deram as reformas de cunho econômico, social e político durante a chamada Era Meiji. As intrincadas relações entre o Japão e as potências mundiais, a busca pela renovação da autonomia nipônica; a perseguição de condições de igualdade (não somente econômica ou política, mas também étnica) contra os preconceitos derivados de teorias eurocêntricas; as transformações econômicas que tiveram lugar mediante impulsos produzidos por uma nova

¹⁸ Também interessava aos Estados Unidos a abertura dos portos japoneses.

¹⁹ Se fortalecendo, o Japão buscava equiparar-se às potências ocidentais, evitando ser mais um colonizado na Ásia.

²⁰ Política das canhoneiras – Tradução do autor.

política de Estado e consequentes primeiros avanços; a necessidade de intervir na Coreia, atendendo pedido do rei daquele país com o desígnio não somente de socorrê-lo, mas muito mais de evitar que europeus e estadunidenses alcançassem aquela península e ficassem perigosamente próximos ao único ponto de proximidade entre o Japão e o continente asiático; a primeira guerra sino-japonesa como conflito resultante do que os chineses classificaram uma intervenção do Japão na Coreia²¹, que consideravam um país vassalo do Trono do Dragão.



Imagem 1: Chegada dos navios negros comandados pelo Comodoro Perry ao Japão. Crédito: <<http://www.sdheroes.com/?p=12704>> Acessado em 11.09.2009.

Por fim, procura-se analisar no mesmo capítulo como a Rússia czarista, país que já havia tentado dominar o Japão desde muitas décadas, busca o que considerou “uma guerra fácil” contra o Japão com o objetivo de diminuir as pressões políticas contra o tirano Nicolau II; tanto enviando parcela da população jovem para o campo de batalha, quanto criando um sentimento patriótico na camada popular, desviando a atenção dos problemas internos para um inimigo exterior. Tal análise abarcou as reações causadas no Japão por tal ofensiva da Rússia czarista, tanto em relação à crescente militarização quanto ao deslocamento do peso político naquele país para a direita.

²¹ Os chineses eram, a esta altura, dominados por europeus e estadunidenses. Tal autoridade não era apenas militar, mas ideológica, e embora os chineses aceitassem tal domínio caucasiano, rejeitavam conceber que um país até então inexpressivo como o Japão interviesse em um país vassalo da China, como consideravam a Coreia, causa para o conflito.

Já no quinto capítulo procura-se sistematizar brevemente as modificações operadas no seio da sociedade nipônica²² pelo contexto interno de militarização do país, decorrente da ameaça dos Estados Unidos e potências que os acompanharam. São tecidas análises sobre o desenvolvimento da segunda etapa da grande guerra mundial baseadas em pesquisas feitas não somente em periódicos antigos quanto em bibliografia sobre a questão, buscando inicialmente confirmar os fatos e, posteriormente, desmistificar a versão dos vencedores; dando lugar ao que foi verificado tanto na pesquisa sobre os jornais antigos quanto em bibliografia que abordou indiretamente o tema.

Ainda que o Brasil não fosse automaticamente alinhado aos Estados Unidos, a sua influência fez-se sentir no país. Pretendeu-se por isso neste trabalho analisar como as questões que foram sinalizadas até aqui foram compreendidas pela mídia brasileira, motivo pelo qual reportagens publicadas em edições da época, tanto de jornais ainda em funcionamento quanto extintos, serão utilizadas como forma de jogar uma luz sobre a compreensão do período.

²² Ocasão em que se levantam questionamentos sobre a política de guerra dos Estados Unidos e os meios adotados para atingir seus objetivos de supremacia sobre o mundo, tendo o Japão daquela época como seu opositor de momento.

1 – A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA DE GUERRA SOBRE A MÍDIA BRASILEIRA.

Em 16 de agosto de 1940 uma agência especial foi desenvolvida pelos Estados Unidos com o objetivo de tratar assuntos culturais e econômicos interamericanos. Tratava-se do *Office for the Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, que um ano depois passou a se chamar *Office of the Coordinator of InterAmerican Affairs*, (OCIAA), nome pelo qual ficou conhecido até o final da Grande Guerra Mundial. Fazia parte de um corolário da propaganda de guerra do Estado estadunidense para todo o continente americano, visando retirar os Estados Unidos do relativo isolacionismo em relação aos demais Estados americanos – como forma de garantir àquele país a manutenção da sua hegemonia, mesmo diante do panorama de extensão da Grande Guerra à região, em um momento em que a Alemanha flertava com governos de repúblicas locais, entre elas o Brasil. A este respeito, afirmou Osvaldo Peralva que:

Foi no período da segunda guerra mundial que funcionários norte-americanos, pela primeira vez, na história do Brasil, começaram a participar “na direção dos negócios puramente internos” de nosso país, a pretexto de colaborar na execução dos acordos de guerra – os Acordos de Washington. Esses convênios resultaram em princípio das resoluções adotadas na Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, para mobilizar os recursos potenciais do continente em favor das Nações Unidas, que já se achavam empenhadas a fundo na guerra contra o nazi-fascismo.²³

Foi o seu coordenador, Nelson A. Rockefeller, neto de John D. Rockefeller, fundador da Standard Oil, conhecida na América do Sul pela violência com que tratava seus empregados, além da voracidade na exploração das repúblicas do subcontinente. Peralva afirmou em seu artigo para a revista *Problemas*, em 1948, que

Sendo o Brasil um país pobre, habitado em sua maior parte por uma população rural que vegeta nos latifúndios, nosso povo é acometido de grande número de moléstias de caráter social. O dever de um governo democrático, diante de tal problema, seria enfrentar e sanar esses males. Entretanto a tática das classes dominantes tem consistido em se aproveitar da situação para fazer demagogia e enganar as massas.

Dessa situação aproveita-se também o imperialismo para fazer sua penetração através de missionários, religiosos, missões científicas e organizações beneficentes, como a Fundação Rockefeller, por exemplo, que atua em nosso país no combate à febre amarela, ao mesmo tempo em que abre caminho para

²³ Peralva, Osvaldo. "O Imperialismo Ianque Domina o Aparelho Estatal do Brasil.." *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política Agosto-Setembro de 1948 (*sine loco*).

organizações econômicas do imperialismo. Seguindo essa tática foi que surgiu, no período da guerra o Serviço Especial de Saude Pública (SESP), ligado ao Ministério da Educação e Saúde, mas por iniciativa de elementos norte-americanos.²⁴



Imagem 2: John Rockefeller – “King of the World”. Crédito: <<http://ndla.no/en/node/97829?fag=42&meny=101926>> Acessado em 11.09.2009.

²⁴ Peralva, Osvaldo. "O Imperialismo Ianque Domina o Aparelho Estatal do Brasil.." Problemas - Revista Mensal de Cultura Política Agosto-Setembro de 1948 (*sine loco*).

Ainda segundo Peralva, o SESP foi criado com base em um acordo firmado entre o Institute of Inter-American Affairs, com uma finalidade principal de fornecer assistência médica e sanitária ao Vale Amazônico e ao Vale do Rio Doce, com o intuito de aumentar a capacidade brasileira de produção de borracha e ferro. Peralva afirmou que

o programa do SESP não visava, porém, atacar o problema pela base, porque resolvê-lo seria eliminar a “necessidade” da presença dos norte-americanos nesse setor, retirar-lhes um posto de direção nos “negócios puramente internos” de nosso país. Por isso o SESP sempre se limitou, com ainda hoje, a distribuir comprimidos, a instalar postos vistosos, realizar pequenos tratamentos, espalhar folhetos e exibir filmes educativos – atividades essas que, diante da magnitude do problema sanitário nas regiões do Vale do Rio Doce e do Amazonas, não são apenas precárias, mas sobretudo demagógicos, para encobrir intuítos de penetração imperialista habilmente planejada.²⁵

Rockefeller conhecia razoavelmente a América do Sul, mais especialmente o Brasil, para o qual possuía um plano de desenvolvimento da Amazônia, o “Sonho Brillhante”, que veio a se chocar com os governos nacionalistas de Getúlio Vargas e João Goulart; conforme entrevista concedida à revista Istoé²⁶ pelos jornalistas Gerard Colby e Charlotte Dennett²⁷.

Em conferência com a repórter Kátia Mello, eles afirmam as intenções imperialistas dos EUA no país; ancorados nas ações da Agência Central de Inteligência (CIA), da fundação Rockefeller, de missionários estadunidenses, de parte do empresariado brasileiro e da mídia que sempre lhe deu suporte, conforme indicado por Oliveira Lima Sobrinho na obra *Japão: O Capital se Faz em Casa*.²⁸

Afirmam os jornalistas estadunidenses em entrevista à revista Istoé, sobre a questão, que tanto Nelson Rockefeller quanto o missionário protestante William Cameron Townsend

diziam que sua missão era combater o comunismo que se espalhava pela América Latina e evangelizar as populações indígenas. Mas os dois homens, na verdade, queriam conquistar a Amazônia. Um através do protestantismo e o outro pelo desenvolvimento dessa área, liderado pelas corporações americanas e sob as asas

²⁵ Ibidem.

²⁶ Entrevista concedida à revista Istoé, Edição nº 1626 de 24/11/2000, disponível no site Istoé Online, consultado em 28/07/2013. Disponível no link: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/1626/1626sumario.htm>>.

²⁷ Autores do livro *Seja Feita a Vossa Vontade*, publicado pela Ed. Record.

²⁸ Barbosa Lima Sobrinho, 1973, *passim*.

de Washington. Os dois acabaram tornando-se extensões do governo dos EUA, pontes econômicas entre Washington e a Amazônia.²⁹

Mais adiante os jornalistas afirmam que os Rockefellers

Estavam interessados, na Amazônia, pela extração de minérios e no desenvolvimento do agrobusiness.³⁰

Tal interesse se chocaria, por motivos óbvios, com os interesses brasileiros, inclusive de povos indígenas presentes na região, motivo pelo qual o trabalho evangelizador do missionário protestante “Cam” Townsend seria fundamental. Tal choque ocorreu no momento em que

eles ficaram mais envolvidos com a expansão americana no Exterior e começaram a tomar atitudes mais pragmáticas no tratamento dos indígenas. E quando o império Rockefeller se expandiu, ficou inevitável o conflito com os índios. Um de seus principais objetivos era a extração de recursos da Amazônia. E Rockefeller queria alcançar o sucesso como o coordenador de Assuntos Americanos do governo do presidente Franklin Roosevelt. Isso significava extrair a borracha e minerais da Amazônia com o máximo de apoio dos governos locais. Ou seja, quando ele se aproximou das populações indígenas, já não estava mais interessado em promover seus valores, seus direitos.³¹

Os jornalistas afirmaram ainda que

como presidente do Grupo Especial do Conselho Nacional de Segurança, ele [Nelson Rockefeller] conhecia todos os segredos da CIA e suas atividades, incluindo tentativas de assassinatos, experimentos de controle da mente, envolvimento em golpes.

Sobre o envolvimento de Nelson Rockefeller com a guerra psicológica, os jornalistas afirmaram que

Sua grande missão [referindo-se a N. Rockefeller] durante a Segunda Guerra Mundial era identificar onde estava concentrada a força dos inimigos, no caso os italianos, os japoneses e os alemães, para depois liquidar com esses poderes e substituí-los pelo poder econômico e militar americano.³²

²⁹ Entrevista concedida sem à revista Istoé, Edição nº 1626 de 24/11/2000, disponível no site Istoé Online, consultado em 28/07/2013. Disponível no link: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/1626/1626sumario.htm>>.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

Inquiridos pela jornalista da revista Istoé sobre quais eram as suas táticas para chegar a tais fins, os jornalistas responderam que

em cada país, incluindo o Brasil, Rockefeller instaurou um conselho local administrativo formado por empresários dos países latinos e empresários americanos que nesses países residiam. Eram essas pessoas que passavam a ele informações sobre como atuar no país e como implementar seus programas. Mas o mais importante era como ganhar suporte dos governos para seus projetos. Esses contatos que ele fazia se estenderam para a área militar, como com o general Eurico Gaspar Dutra, que foi operacional no golpe de 1945 contra o presidente Getúlio Vargas. Quando assumia cargos públicos, Rockefeller estabelecia contatos que depois ele usava como empresário.³³

Ao serem interrogados pela jornalista sobre “até onde ia a ligação de Rockefeller com a CIA no Brasil”, responderam que

é difícil dizer, porque a CIA ainda retém em seu poder a maior parte desses documentos. Nos papéis que conseguimos, descobrimos que os homens de Rockefeller no Brasil tinham entre 1964 e 1969 uma ligação direta com o Serviço Nacional de Informação (SNI).³⁴

E ainda que

Rockefeller estava sempre nos bastidores nos grandes momentos da política brasileira. Em 1945, no golpe que depôs Vargas, a pessoa-chave era Adolf Berle, o embaixador americano no Brasil e o protegido de Nelson Rockefeller. Depois veio o golpe de 1964 e lá estava ele agindo novamente.³⁵

Por fim, ao serem questionados por Kátia Mello sobre o motivo da oposição de Rockefeller a Vargas e a João Goulart, responderam:

Charlotte – Vargas e Jango foram os grandes obstáculos para Rockefeller realizar o que chamava de o “sonho brilhante”, o plano de desenvolvimento da Amazônia. Jango o incomodava muito porque denunciava os ricos na Amazônia, entre eles o coronel John Caldwell King, que mais tarde tornou-se o grande homem da CIA em toda a América Latina.

Colby – King também era o chefe da operação que mandava dinheiro dos EUA para o Brasil para financiar os projetos aos golpistas. A CIA também controlava as operações de financiamento para projetos no Nordeste. E a Corporação Internacional de Economia Básica (Ibec), comandada por Rockefeller no Brasil,

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

também foi acusada de distribuir dinheiro antes do golpe contra Jango (um relatório da CIA menciona em até US\$ 20 milhões). Inclusive foi a Ibec que escreveu as leis bancárias do Brasil para estabelecer linhas de crédito mais flexíveis a negociações para continuar com as operações na Amazônia, anunciada pelos generais brasileiros.³⁶

A jornalista estadunidense afirma ainda que chegou a ler memorandos de Rockefeller para seus assessores em 1963 que

diziam que Kennedy não estava cooperando. E ele colocava Kennedy e João Goulart na lista das pessoas que eram obstáculos para seus objetivos. Kennedy morreu em novembro de 1963 e Goulart sofreu um golpe em março de 1964.³⁷

Diante do exposto pelos jornalistas na entrevista supracitada, ficam patentes os interesses dos Estados Unidos no país, seus métodos de dominação econômica e política, bem como suas ações no Brasil, que eram comuns a várias regiões do planeta.

Com relação ao posicionamento da mídia brasileira em relação ao conflito nipo-estadunidense, se verificou ao longo da pesquisa em jornais que as publicações dos mais diversos periódicos confirmam uma tendência à neutralidade até janeiro de 1942, quando entre 15 e 28 de janeiro de 1942, foi convocada pelos Estados Unidos a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que teve lugar no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. A reunião foi requerida por Washington cerca de um mês após o ataque japonês a Pearl Harbor³⁸, tendo como objetivo

a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo. Ao final, por força da recusa argentina e chilena em firmar tal posição, foi aprovada uma resolução que apenas recomendava o rompimento de relações.³⁹

Após a reunião dos ministros das relações exteriores, no Rio de Janeiro, a mídia brasileira foi obrigada a abandonar a sua pretensa neutralidade. Dentre as resoluções

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Em 07 de dezembro de 1941.

³⁹ "Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Propaganda de guerra. "CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012. Fundação Getúlio Vargas - FGV. 15/05/2013. <http://http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/ReuniaoChanceleres>.

aprovadas durante a conferência, uma irá influir na condução da mídia brasileira: a que se relacionava à “manutenção da ordem interna” com o intuito de manter os compromissos assumidos com Washington:

De toda forma, a conferência logrou a aprovação de uma série de resoluções que consolidavam a colaboração dos países do continente com os esforços de guerra dos Estados Unidos. Os países latino-americanos se prometeram fornecer matérias-primas estratégicas para a indústria bélica norte-americana, criar condições propícias ao livre movimento de capitais e manter a ordem interna para evitar a alteração de compromissos políticos assumidos com os Estados Unidos.⁴⁰

Importante ressaltar que o Brasil já possuía um Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que havia aprofundado o controle da sociedade brasileira por meio do controle das manifestações culturais, além de centralizar muito mais as informações do que o DOP (Departamento Oficial de Propaganda). Tal órgão servia ainda para a promoção da política de governo de Getúlio Vargas.

Por meio deste controle da mídia o governo brasileiro utilizava mecanismos totalitários de controle, como acontecia nos Estados Unidos e na Alemanha, dentre outros países, nos quais “propaganda e censura eram vistas como armas de que o Estado Novo dispunha para ajudar a manter a unidade ideológica da nação, elucidar as propostas do governo e educar a opinião pública dentro dos princípios doutrinários do regime.”⁴¹

Antes das resoluções adotadas na Reunião dos Chanceleres, a política dos departamentos de propaganda era de neutralidade, conforme disposto em matéria disponível no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o tema:

No primeiro momento, o governo determinava que a imprensa e o rádio permanecessem neutros ao divulgar notícias sobre a guerra.⁴²

Durante o governo Getúlio Vargas, portanto, o governo

determinava que a imprensa e o rádio permanecessem neutros ao divulgar notícias sobre a guerra. A censura era então exercida com rigor, e era proibida a publicação de notícias, correspondências e artigos nos quais se pregasse ou insinuasse a necessidade de uma tomada de posição do governo brasileiro diante do conflito.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ "Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Propaganda de guerra. "CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012. Fundação Getúlio Vargas - FGV. 15/05/2013 <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/PropagandaDeGuerra>.

⁴² "Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Propaganda de guerra. "CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012. Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Da mesma forma era proibido publicar "telegramas, comunicados, fotografias ou gravuras" que atribuísem a qualquer dos beligerantes "atos reprováveis". Matérias a favor ou contra qualquer dos lados envolvidos não seriam divulgadas, bem como caricaturas, anedotas e fotografias "ofensivas a qualquer homem público ou exército das nações em guerra" ou relativas à "vitória ou derrota nos campos de batalha".⁴³

Tal política governamental explica o porquê de não haverem sido localizadas em nenhuma gazeta brasileira do período pesquisado as imagens divulgadas pelo governo estadunidense⁴⁴. Explica, ainda, a ausência de posicionamento da imprensa sobre a questão.

Contudo, a partir de janeiro de 1942 ocorre uma forte influência estadunidense sobre a mídia brasileira, por meio de uma sistemática propaganda contra os países do Eixo, no qual estava inserido o Japão.

A partir do seu novo posicionamento no plano internacional, e em virtude do estreitamento das relações com os Estados Unidos, o Brasil passou a permitir, cada vez mais, a influência norte-americana sobre todos os meios de comunicação, ao mesmo tempo em que era deflagrada uma propaganda sistemática contra a ideologia e os países do Eixo. A imprensa, o cinema, o rádio e outros veículos de comunicação brasileiros eram "abastecidos" com propaganda norte-americana, apresentando desde temas como o sacrifício dos soldados na guerra e o poderio militar dos Estados Unidos, até os hábitos e estilo de vida que constituíam o *american way of life*. Por isso foi possível falar na chegada de Tio Sam ao Brasil. Esse esforço tinha um propósito: afastar a influência alemã e italiana exercida pelas comunidades imigrantes ou por simples simpatizantes dos países do Eixo, suspeitos de formar uma quinta coluna no país.⁴⁵

Havia ainda o propósito de afastar a influência japonesa perpetrada pela própria comunidade nipo-brasileira, o que explica o

contexto anti-japonês que ocupou o cenário nacional nos anos 30 e 40, acompanhado de restrições e posteriormente, durante a guerra, de proibições. Em São Paulo, a "niponicidade" do estado já havia sido motivo de discussões entre políticos e setores agrários desde a década de 1920. Na década de 1930, os temores quanto à presença do "perigo amarelo" passaram a servir de argumento para

⁴³ "Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Propaganda de guerra. "CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012. Fundação Getúlio Vargas - FGV. 15/05/2013 <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/PropagandaDeGuerra>.

⁴⁴ Entre os anos de 1853 a 1945 em jornais como Última Hora, Revista Nacional e Estrangeira, Tribuna Popular, Restaurador, Vinte Oito de Julho, Voz da Verdade, Voz do Chauffeur, Voz do Povo, Voz Fluminense Voz Operária, Tribuna do Sul, Wileman's Review, Ypsilon, Republicano, O Ypiranga, Tribuna Liberal, Sentinela da Liberdade, jornais do grupo Folha de São Paulo, dentre vários outros pesquisados.

⁴⁵ "Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Propaganda de guerra. "CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012. Fundação Getúlio Vargas - FGV. 15/05/2013 <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/PropagandaDeGuerra>.

colocar em questão a continuidade do processo imigratório japonês para o Brasil. Como efeito dessas polêmicas, foram impostas restrições ao ensino do idioma nipônico, assim como foram fechadas centenas de escolas mantidas pelos imigrantes.⁴⁶

Considerando a utilização de “modernas técnicas de propaganda” (vide os vários filmes de guerra e fotos para divulgação de supostas atrocidades sem a devida identificação de quem as fez)⁴⁷ e censura estadunidenses, um exemplo foi a perseguição feita a Charles Chaplin desde 1936, ano em que divulgou o seu filme *Tempos Modernos*, até 1952 (quando foi proibido de retornar de uma viagem ao exterior aos EUA por ser acusado de ser subversivo e antiamericano). Outro exemplo foi a perseguição feita a Bertolt Brecht, que retornou à Europa para fugir à perseguição. Tais técnicas de propaganda serviam inclusive para difundir a xenofobia anglo-saxônica (na própria questão que o Japão tentou levantar sobre a “igualdade racial”, rejeitada pelas nações anglo-saxônicas; ou ainda, nas dificuldades encontradas pelos imigrantes nipônicos nos EUA). Todo esse aparato foi objeto de estudo e pesquisa com o desígnio de compreender os mais diversos aspectos do imperialismo estadunidense e as conseqüentes reações nipônicas.

Vários são os exemplos de filmes que fixaram uma imagem positiva das ações imperialistas estadunidenses na memória coletiva mundial, travestindo as mesmas em ações heroicas, tal como já haviam feito sobre a questão entre aquele país e as várias nações nativas naquele território – quando da chegada do elemento anglo-saxônico à região e durante a *Marcha para o Oeste*. Tais ações tiveram abrangência mundial; contudo, esta pesquisa possui um objetivo muito mais particular sobre aquelas ações de marketing que circularam no espaço brasileiro, por meio de jornais, TV, rádio, cinema, nas indústrias de informação e espetáculo. Tais ações contribuíram para formar uma imagem distorcida da realidade, moldando a imagem dos Estados Unidos e conformando o senso comum mundial a respeito da participação deste país no cenário político global.

Presume-se que esta circulação é, além do mais, muito distinta quando analisados o litoral e o interior, as grandes metrópoles e as pequenas vilas e cidades, o que também foi levado em consideração durante o desenvolvimento da pesquisa, ainda que os arquivos

⁴⁶ SHIBATA, 2009, p. 33.

⁴⁷ HIGASHINAKANO, 2005, *passim*.

consultados nem sempre tenham entregado, em quantidade ou qualidade, um material que suprisse todas as intenções do projeto.

Os Estados Unidos também direcionavam o poder do marketing contra seus inimigos internos, quando fosse o caso. Um exemplo claro a esse respeito foi o filme *Nascimento de uma Nação* (1914), de Griffith, obra de indiscutível qualidade técnica para a época, que apoiou a Ku Klux Klan em uma série de pressupostos racistas. Foram feitas várias pesquisas em jornais da época, atuais e demais meios midiáticos com o intuito de conhecer a reação dos meios sociais brasileiros em relação à obra, contudo, as poucas reportagens encontradas limitaram-se a descrever tecnicamente a obra ou apenas apontando reações de protesto por parte de alguns segmentos. Aparentemente houve divisão quanto a obra aqui no Brasil.

A respeito da transformação do cinema em uma indústria política, Leif Furhammar e Folke Isaksson, em seu livro *Cinema e Política*, afirmam que

seja por causa ou apesar de sua intenção, tal indústria se torna política. O divertimento vira propaganda indireta e a propaganda vira divertimento.⁴⁸

É justamente por conta deste “por causa” ou “apesar” da intenção da indústria cinematográfica voltada para a política que surgiram filmes-documentários como “A Batalha da China”; e “Gung Ho, O Grito da Batalha” (todos referentes ao período da Grande Guerra), que são exemplos dessa propaganda indireta e, ao serem assistidos, causam estranheza, já que o espectador comum de hoje possui uma maior capacidade crítica para tais produções, mas à época eram um instrumento poderoso de dimanação da propaganda de guerra dos Estados Unidos, assistidos que eram nas salas de cinema, ou mesmo em teatros ou salões alugados com o fim de exibirem tais “ofertas de entretenimento”⁴⁹ em um primeiro momento, quando buscavam o público e ainda não possuíam salas próprias.

É preciso levar em consideração o que Jacques Aumont aponta em sua obra intitulada *A Estética do Filme*. Ele afirma que os filmes e documentários revelam-se uma excelente propaganda porque passa a impressão de realidade inquestionável, uma vez que

⁴⁸ FURHAMMAR e ISAKSSON, 2001, p. 52.

⁴⁹ Como conceitualizou o Dr. Rafael de Luna Freire em seu artigo *Primeiras afinidades: Algumas considerações sobre a teatralidade do cinema silencioso no Brasil (sine loco)*.

o espectador passa por uma baixa de seu limiar de vigilância: consciente de estar em uma sala de espetáculo, suspende qualquer ação e renuncia parcialmente a qualquer prova de realidade. Por outro lado, o filme bombardeia-o com impressões visuais e sonoras [...] por meio de uma torrente contínua e apressada.⁵⁰

Em complementação à assertiva de Jacques Aumont está a clara indicação das condições em que se encontra o receptor da mensagem nas telas do cinema durante o período em que o filme é exibido:

As próprias condições do espetáculo cinematográfico (as imagens – luz e sombras – que se movem na tela, os sons que envolvem o espectador...) contribuem para criar uma sensação de isolamento ainda que estejamos no meio de uma multidão que não se vê e não se escuta, e isso tende a provocar no espectador algo semelhante ao estado hipnótico, um estado de transe no qual a consciência pode ficar totalmente adormecida. Neste sentido, as imagens de um filme podem ser comparadas a um sonho compartilhado e, conseqüentemente, seu poder de persuasão ou de sugestão alcança um nível perigoso [...]⁵¹

Os espectadores comuns, que normalmente não dialogam com aquilo que assistem, quando se encontram em uma linha abaixo do “limiar de vigilância” a que se refere Jacques Aumont deixam de questionar quaisquer mensagens, principalmente as de cunho subliminar, que lhes são apresentadas, recebendo quase que passivamente tais mensagens. Aliado a isso estão as próprias condições do espetáculo cinematográfico, como apontou Tomás Gutiérrez Alea. Com isso contou o marketing de guerra estadunidense, que gradativamente qualificou os seus filmes, ajudando aos Estados Unidos na conformação de boa parte da opinião pública mundial.

Afirmaram Furhammar e Isaksson que “quando os Estados Unidos entraram na II Guerra Mundial, já se havia dado forma ao filme de guerra; só precisava ser firmemente ancorado nos acontecimentos correntes e receber maior ênfase patriótica”.⁵² Eles indicaram, ainda, que

⁵⁰ AUMONT, 1995, p. 150.

⁵¹ ALEA, 1984, p. 61.

⁵² FURHAMMAR, 2001, p. 53.

o cinema tornou-se a quarta indústria mais importante dos Estados Unidos, e media-se o sucesso de um produto por sua passagem pelas bilheteiras. Mesmo durante a I Guerra Mundial, ainda era possível especular sobre vantagens indiretas, mais do que sobre o lucro da venda de ingressos. Havia até a oportunidade de antagonizar amplos setores da comunidade para criar comportamentos em relação a determinados assuntos – como por exemplo, a entrada da América na Guerra.⁵³

O cinema, portanto, já formava opiniões, ditava comportamentos, antagonizava setores da própria sociedade estadunidense e, principalmente, antagonizava os países que lhe opunham resistência.

Sobre tais filmes vinculados ao marketing de guerra estadunidense, foi localizada uma matéria no site Universia (www.universia.com.br), onde o articulista da matéria nos dá sua opinião:

O cinema é o principal responsável por manter no mundo um ponto de vista americano", diz Magalhães. "O norte-americano é sempre apresentado como o portador da razão. Em um universo radical, incoerente, é ele que reflete, que dá espaço ao diálogo.⁵⁴

No final de sua matéria o jornalista aponta a opinião de um pesquisador do tema, o professor de Ciência Política da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), Clóvis de Barros para quem:

A mídia tem sido muito eficaz em definir a singularidade do homem americano. E essa singularidade aflora em momentos em que ele é questionado sobre nacionalismo e superioridade (...). De alguma maneira, o cinema forjou uma cultura de confronto entre o homem americano bom, justiceiro, e o elemento estrangeiro que é nefasto, cruel.⁵⁵

Fica claro, após a leitura do texto do professor Clóvis de Barros, que a tal ‘singularidade’ do homem estadunidense foi construída pela mídia do próprio país com o fim de disseminar ideologias de superioridade tão presentes na Doutrina Monroe, que serve de base para uma plataforma francamente imperialista. Tal ‘singularidade’ do homem estadunidense, segundo o professor, é dicotômica, permitindo a desumanização do outro, do

⁵³ Idem, p. 50.

⁵⁴ Consciência Moldada pela Mídia, site da Universia, Opus citatum.

⁵⁵ Ibidem.

não estadunidense, especialmente daqueles que se apresentam enquanto adversários de momento em relação aos Estados Unidos.

Funcionaram igualmente o cinema, e a mídia como um todo, enquanto marketing de guerra para os Estados Unidos, sendo de certo modo transplantados para os outros países, circulando no exterior, nomeadamente na mídia brasileira, como a imagens icônicas de um espaço. Seus heróis; sejam de quadrinhos, de desenho animado, ou de cinema, todos eles contribuíram para moldar favoravelmente a opinião pública mundial aos seus desígnios políticos internacionais, representados os atos de guerra enquanto aparentes atos de heroísmo. Esta mesma indústria “cultural” estadunidense dedicava um ou mais vilões a quaisquer nações que se lhe opusessem resistência.

Sobre este tema, apontam Furhammar e Isaksson:

O homem invisível tornou-se o inimigo número um da Gestapo em *Invisible Agent*. O Pato Donald foi exposto ao terror nazista em *Der Fuehrer's Face*. Tarzan luta contra soldados alemães em *Tarzan Triumphs*. As aventuras de Sherlock Holmes o levaram ao nível de política internacional numa série de filmes dos anos de guerra (*Sherlock Holmes and the Secret Weapon*), e quando, em 1943, foi filmado *Desert Song*, uma pequena plástica transformou os vilões em nazistas. Na mesma época os homens-maus dos filmes de aventura tornaram-se agentes alemães, e os gangsters dos policiais eram quinta-colunas nazistas.⁵⁶

⁵⁶ FURHAMMAR e ISAKSSON, 2001, p. 53.



Imagem 2: O Pato Donald contra o nazismo. Crédito: <oqueassitirhojeanoite.blogspot.com> Acessado em 15.09.2011.

Na gravura abaixo, por exemplo, o imperador Hiroito, ao fundo, amarrado ao trono com aparência semelhante àquela dos vilões de desenhos animados veiculados entre as décadas de 40 a 70. Dos três soldados estadunidenses, ao fundo, dois aparentam surpresa com uma suposta facilidade em vencer o que seriam as forças do mal, absolutamente desumanizadas na imagem em questão, enquanto um terceiro tem expressão pilhérica, enquanto aponta para o imperador:

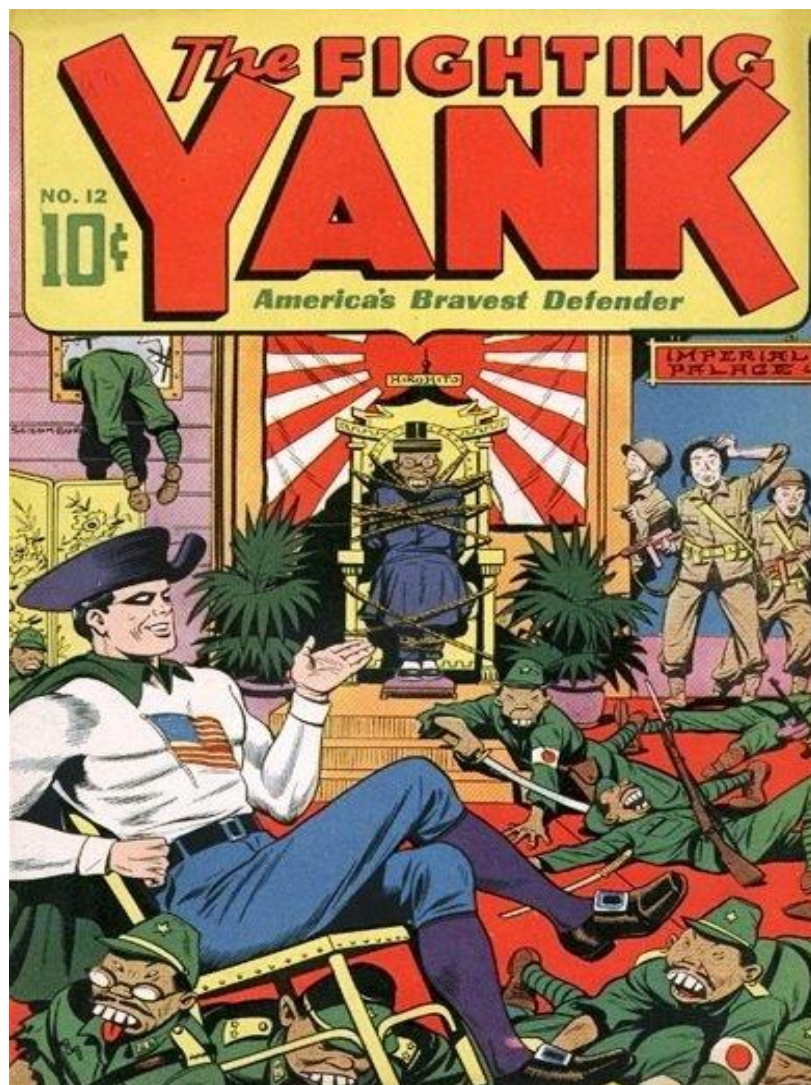


Imagem 3: Personagem estadunidense bazofia a figura do justiceiro. Já os soldados japoneses, foram estereotipados com os piores traços físicos possíveis. O imperador Hiroito está ao fundo, amarrado ao trono com aparência semelhante àquela dos vilões de desenhos animados veiculados entre as décadas de 40 a 70. Dos três soldados estadunidenses, ao fundo, dois aparentam surpresa e um terceiro tem expressão pilhérica. Crédito: site comics.org. Consulta feita em 15.09.2011.

Carlos Haag, em seu ensaio intitulado “De Volta a Pearl Harbor”, publicado no jornal Valor Econômico, em 18 de maio de 2001, assevera que apesar de tudo o que já foi apontado acima, os filmes atuais conseguem ser ainda piores do que naquela época. Segundo ele

[...] apenas no primeiro fim de semana, serão gastos US\$ 5 milhões para promover a fita (Pearl Harbor), cujas duas horas de duração reservam 40 minutos para o ataque. O resto do tempo, como no filme de James Cameron, é para um triângulo amoroso entre os protagonistas da história. Saudades dos tempos em que filmes de guerra (como “Tora! Tora! Tora!”, de Richard Fleisher, também sobre Pearl

Harbor) sabiam que o verdadeiro drama não era o “quem fica com a mocinha”, mas a morte inútil e violenta de tantos jovens.⁵⁷

Os autores da obra *História dos Estados Unidos*⁵⁸ também tomaram em consideração a péssima qualidade do filme *Pearl Harbor* ponderando que “para cada filme de Moore ou John Sayles, houve uma dúzia de filmes como *Pearl Harbor* (2001)⁵⁹, do diretor Michael Bay, uma descarada distorção da história americana em favor do conservadorismo.”⁶⁰

A utilização da propaganda política, não somente pelos estadunidenses, mas pela Alemanha de Joseph Goebbels⁶¹ e pela Inglaterra, seguida mesmo por países sem interesses ou condições de tornarem-se imperialistas, como o Brasil, representou a retomada de um recurso que doravante não deixaria ser utilizado em proveito dos interesses imperialistas. No caso dos Estados Unidos, o conceito de guerra total foi derivado da necessidade de mobilizar ideologicamente e economicamente toda uma população, buscando justificar pela propaganda de guerra aquilo que não era legítimo. Daí a necessidade de todo um aparato midiático como forma de expandir a ideologia de uma guerra necessária ao povo, quando na verdade era uma causa dos trustes estadunidenses.

o objetivo mais importante era convencer a todos da justiça fundamental da participação no conflito mundial. Roosevelt expressou publicamente os objetivos da guerra na ideia da defesa das “quatro liberdades”: expressão, religião, segurança econômica e democracia. Apesar da natureza e dos limites dessas liberdades serem definidos de forma bastante vaga, a ideia foi utilizada para ganhar apoio para a guerra.⁶²

De acordo com a mesma obra

⁵⁷ HAAG, Carlos. “De Volta a Pearl Harbor”. *Valor Econômico*, São Paulo, 18/05/2001.

⁵⁸ KARNAL [et al.], 2007, p. 273.

⁵⁹ *Pearl Harbor*. 2001. Gênero: Drama. Direção: Michael Bay. Roteiro: Randall Wallace. Estúdio: Touchstone Pictures.

⁶⁰ KARNAL [et al.], 2007, p. 273.

⁶¹ Que a partir da segunda etapa da Grande Guerra passa a se utilizar dos métodos que haviam sido empregados anteriormente pelos aliados.

⁶² KARNAL, et al., 2007, p. 223.

o Escritório de Informação da Guerra, fundado em 1942 para mobilizar a opinião pública, lançou uma campanha ampla de propaganda, empregando a imprensa, o rádio, o cinema e outras mídias para incitar a mobilização econômica, social e cultura. A indústria cultural juntou-se aos esforços em favor dos Aliados.⁶³

Diogo Pires Aurélio, na apresentação do livro *I Guerra Mundial – Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional* – discorre sobre o assunto:

A propaganda transformou a guerra tradicional em “guerra total”, legitimando qualquer atrocidade e a ausência de regras, ao inculcar nas populações, não apenas o brio militar e a obrigação de se alistar ou de apoiar na retaguarda os exércitos, mas sobretudo o ódio ao inimigo, por meio da imposição de todo um imaginário onde ele aparece diabolizado, destituído da condição humana e, por isso mesmo, antecipadamente destituído de qualquer direito.⁶⁴



Imagem 4: “Não converse – ratos têm grandes orelhas.”
lar.
Crédito: <www.imageenvision.com> Consulta feita em 15.09.2011



Imagem 5: “Mantenha este horror afastado do seu lar.
Invista 10% em títulos de guerra.”
Crédito: <www.imageenvision.com>
Consulta feita em 15.09.2011

Na imagem 2 há uma incitação explícita da população estadunidense pelo governo dos EUA contra os imigrantes japoneses. Muitas vezes à reboque da cultura estadunidense, o Brasil de décadas anteriores chegou a tencionar, entre o final do século XIX e o início do século XX, a limitação da imigração japonesa. Entretanto, com os problemas decorrentes da interdição da Itália à imigração dos seus cidadãos para o país o Brasil manteve abertas as portas para os nipônicos. Na década de 40 a propaganda estadunidense contra a imigração japonesa para o Brasil surtiu pouco ou quase nenhum efeito devido à experiência que o Brasil já possuía com os cidadãos japoneses. Nesse sentido, chegaram a haver proibições à utilização do idioma japonês em espaços públicos, entre outros problemas, como os ocorridos logo após o término da guerra, entre japoneses, divididos em dois grupos: os

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ AURELIO in GARCIA, et al., 2004, p.11.

chamados Katigumis e os makegumis (o primeiro acreditava que o Japão não havia perdido a guerra e perseguia o segundo, mais adaptado ao Brasil e geralmente mais informado). A imigração, todavia, continuou a fluir para o Brasil até meados da década de cinquenta, quando declinou acentuadamente em razão do próprio desenvolvimento japonês do pós-guerra.

Além das propagandas antinipônicas haviam também aquelas destinadas a angariar simpatia da opinião pública para com o alistamento militar e, ainda, várias outras solicitando a contribuição financeira dos estadunidenses.

Durante a guerra, o presidente Woodrow Wilson montou o Comitê de Informação Pública e abarrotou o país com propaganda em favor da guerra:

a luta contra as potências do Eixo demandou uma mobilização ideológica e econômica total dentro dos Estados Unidos. Nos primeiros meses depois do ataque contra Pearl Harbour, a febre patriótica estava em alta. Milhões de jovens homens e mulheres alistaram-se nas Forças Armadas.⁶⁵

Além disso, os autores da obra História dos Estados Unidos apontam que um apelo

por trabalhadores da defesa civil rendeu 12 milhões de voluntários e a população aceitou com certa docilidade o racionamento de comida e produtos essenciais. Vinte e cinco milhões compraram títulos do governo usados para financiar a guerra. Muitos americanos acreditavam que realmente era uma guerra do povo.⁶⁶

Nas imagens abaixo, um dos ícones do marketing de guerra estadunidense, o Tio Sam convocando os cidadãos estadunidenses a se alistarem nas forças armadas e a contribuírem com o país comprando o Título da Liberdade. O governo estadunidense se utilizava de todos os meios, sejam de persuasão ou de coerção para conseguir mover o país em torno do esforço de guerra.

⁶⁵ KARNAL et. al., 2007, p. 194.

⁶⁶ Ibidem, p. 221.



Imagem 6: sobre o alistamento militar.
Crédito: site imageenvision.com
Consulta feita em 15.09.2011



Imagem 7: Tio Sam pergunta: “Onde está o broche do Título da Liberdade?”
Na parte inferior da publicidade: “O seu dinheiro precisa ganhar a guerra.”
Crédito: <www.imageenvision.com> Consulta feita em 15.09.2011

Outras ações do governo estadunidense reforçaram o sacrifício exigido pela guerra, sendo considerado por alguns autores que :

A primeira tarefa era esmagar qualquer oposição. O Ato Smith, estabelecido em 1940 em preparação para a participação no conflito, criminalizou qualquer oposição à guerra bem como a advocacia de doutrinas revolucionárias. Socialistas, pacifistas, dissidentes religiosos, bem como as dezenas de milhares que se recusaram ao serviço militar obrigatório, enfrentaram forte perseguição.⁶⁷

O curioso é que contra os imigrantes nipônicos⁶⁸ não existem registro de desacatos ou distúrbios provocados por estas comunidades como algumas das imagens acima fazem supor. Ao contrário, foi a comunidade de ascendência japonesa (75% dos quais detinham cidadania estadunidense, segundo Karnal) quem sofreu com a “hipocrisia racial que atingiu um pico com o tratamento dado aos nipo-americanos”⁶⁹ enquanto esta “não representava nenhuma ameaça à condução da guerra, segundo investigações dos serviços de inteligência”.⁷⁰

Ao contrário da imagem que propunham para a comunidade nipo-americana, não eram eles os agentes de convulsões sociais. Ao contrário, sofreram bastante com elas. O refrão popular “O único ‘japa’ bom é o ‘japa’ morto”, citado na mesma obra,

⁶⁷ KARNAL, et al., p. 221-222.

⁶⁸ Ainda que enfrentando uma série de restrições impostas pelo governo estadunidense, bem como sofrendo preconceitos por parte da população deste país, os nipônicos não causaram nada que merecesse registro de desacatos ou distúrbios.

⁶⁹ Ibid., 2007, p. 225.

⁷⁰ Ibid., p. 225.

“resultou numa política de perseguição em massa com o apoio de quase toda a população. Nenhum grupo significativo, mesmo o CPUSA ou organizações pelas liberdades civis, protestou quando Roosevelt assinou uma ordem executiva em fevereiro de 1942 mandando o exército prender todos os 110 mil nipo-americanos na Costa Oeste. Perdendo seus negócios, casas e bens, eles ficaram em campos de prisioneiros no interior pelo tempo que durou a guerra, sem direitos democráticos, justamente os direitos pelos quais a guerra havia sido travada.⁷¹

Foi um presidente estadunidense (James Buchanan), quem afirmou que [...] a expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça (...) e nada pode detê-la.⁷² Tal objetivo entraria em contradição com os princípios de liberdade dos demais povos a serem subjugados por esta “raça escolhida”, levando a um confronto com o Japão a partir do momento em que este país estivesse em condições de também jogar o jogo do imperialismo e do capitalismo como forma de não se tornar mais um país colonizado.

⁷¹ Ibidem, p. 225

⁷² Ibidem, p. 225.

2– CONTEXTOS DE UM TEMPO : O do Japão (1853-1945)

Uma única Grande Guerra Mundial, com duração de 31 anos⁷³ foi palco do choque entre as potências imperialistas ocidentais, cuja permanência de várias estruturas do modo de produção anterior⁷⁴ (ainda vigentes quando das últimas décadas que antecederam a primeira fase da Grande Guerra Mundial) somadas às que emergiam com o modo de produção capitalista em sua nova fase pós-mercantil (em um momento em que interesses do capitalismo industrial encontravam-se unidos aos do capitalismo financeiro) deram lugar aos prélios na medida em que a América Latina, África, Ásia e o Oriente Médio fossem paulatinamente esartejados em zonas de influência caucasiana.

A conquista de mercados e colônias eram motivos de disputas entre as crescentes potências, as quais estavam vinculadas tanto às estruturas que emergiam quanto às remanescentes, uma vez que interesses capitalistas se somavam aos das aristocracias nacionais, comprometidas em restaurar sua autoridade e prestígio pela afirmação de seus valores e cultura, cujo principal instrumento para satisfação de interesses era a guerra. O nacionalismo também era resultante desses fatores, interessava à burguesia (mas também a aristocracia) e seria um dos fatores primordiais para a futura eclosão do fascismo enquanto reação a um terceiro grupo emergente, o do proletariado.

O ônus de todas essas discrepâncias, decorrentes tanto de contradições do sistema capitalista quanto do próprio arcabouço ideológico ocidental de dominação, sendo este embasado até mesmo em determinados filósofos iluministas, foi grandemente transferido para países considerados periféricos, localizados na Ásia, África e América Latina, que passaram a ser atassalhados conforme a voracidade das forças de dominação.

Ao final da segunda etapa da Grande Guerra e consequente descolonização de várias regiões do planeta, os países imperialistas ocidentais ficaram isentos de suas ações no passado, imunes de quaisquer prejuízos que tenham causado aos países de tais continentes,

⁷³ Concepção de Eric Hobsbawm. HOBSBAWM, 1994, p. 30.

⁷⁴ Concepção de Arno Mayer. MAYER, 1987, passim.

dentre eles em relação à abertura forçada do Japão com consequente semi-colonização do país e necessidade de transformação deste país asiático em potência armamentista.⁷⁵

O Japão, que sequer era capitalista⁷⁶ ou possuía pretensões expansionistas à época da chegada dos ocidentais (e inclusive estava fechado ao exterior por decreto do xogunato Tokugawa), foi colocado ao final do período Arashi como um dos principais responsáveis pela segunda etapa da Grande Guerra⁷⁷. Já os estadunidenses (que forçaram a abertura dos portos japoneses no século XIX) não teriam interesse na guerra, tendo dela participado apenas por terem sido atacados em Pearl Harbor.

Faz-se importante frisar que atos questionáveis cometidos pelo Japão durante a Grande Guerra não implicam em responsabilidade pela gênese do conflito, embora o país seja frequentemente apontado como um dos principais culpados pela geração do evento. Tal distorção se dá pela observância de um período menor e desvinculado do contexto histórico, mas também foi fruto de uma propaganda de guerra muito bem elaborada. O século XX provavelmente será visto no futuro como um período em que prevaleceram as verdades impostas pelas potências por meio da mídia a sujeitos, mormente subjetivados de si mesmo e em relação ao mundo que os cerca, conforme obra de Marcio Martins Fonseca.⁷⁸

Até o presente momento o mais comum, com relação à análise do evento neocolonialista, é a manutenção de visões arcaicas, classificando automaticamente todos os países que praticaram atos de agressão como essencialmente imperialistas, o que pode não necessariamente representar a verdade. Tais concepções são superficiais e, sobretudo anacrônicas, uma vez que por meio dos atos imperialistas que foram praticados pelo Japão⁷⁹, este ficou caracterizado como um país que possuía vocação imperialista e isolacionista mesmo antes da chegada dos ocidentais, o que não corresponde à verdade.

⁷⁵ Quando da chegada da armada estadunidense exigindo a abertura de seus portos, e consequente lançamento forçado deste país no contexto de competição capitalista pelos EUA, conforme as obras de Jean Chesneaux e Panikkar, citadas nesta obra.

⁷⁶ O Japão estava em um modo de produção que alguns historiadores e sociólogos comparam ao feudalismo europeu da Idade Média.

⁷⁷ Como se fosse possível destrinchar a Grande Guerra Mundial e os interesses fossem diversos em cada uma de suas etapas. HOBSEBAWM, 1997, *passim*. HOBSEBAWM, 2007, *passim*.

⁷⁸ FONSECA, 2003, *passim*.

⁷⁹ Principalmente a partir da década de 30 do século XX.

O professor José Luís Fiori, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, asseverou que

[...] a história moderna do Japão, por sua vez, começa com a restauração Meiji e o fim do Shogunato Tokugawa, que durou três séculos (1603-1868), e já foi uma resposta defensiva e militarizada do Japão, ao primeiro assédio e "cerco" das potências europeias, no século XVI. Depois disso, a própria restauração Meiji (1868) também foi uma resposta defensiva ao imperialismo europeu e americano do século XIX [...]⁸⁰

Quando da chegada dos portugueses ao seu território, no século XVI, o Japão não estava fechado ao comércio exterior, cerrando o país aos estrangeiros somente após tomar conhecimento da existência do Tratado de Tordesilhas e dos reais interesses ibéricos, que iam muito além daqueles manifestados pela divulgação do catolicismo entre os japoneses e pelo comércio com o país. Quanto à tão propalada vocação imperialista japonesa, Importa ter em atenção que os únicos incidentes em quase mil anos de uma duradoura relação de amizade e comércio entre o Japão e a Ásia (principalmente com a China) foram as tentativas de invasão da China mongol de Kublai Khan ao Japão no século XIII⁸¹ e as duas etapas de uma tentativa de invasão japonesa à China, perpetradas por Toyotomi Hideyoshi⁸² e canceladas por seu sucessor Tokugawa Ieyasu, que chamou as tropas de volta ao Japão e iniciou um período de isolamento que duraria quase trezentos anos.

Este trabalho não olvidará em sua análise o fato de terem sido os países ocidentais (dos quais os EUA foram ponta de lança) os responsáveis pela abertura forçada dos portos japoneses e conseqüente lançamento deste país no contexto de competição capitalista em escala internacional – no caso do país oriental foi uma alternativa para não ceder ao imperialismo, fato que já havia ocorrido em diversos outros países asiáticos, outrora potências, como China e Índia. Edward Behr confirma:

A partir de 1868, o Japão passou pela mesma modernização vertiginosa que marcou a França napoleônica e a Turquia de Kemal Atatürk; mal se havia assentado no trono em Edo, rebatizada de Tóquio (capital do leste) em 1869, o jovem imperador percebeu que necessitava dos bárbaros – ou de qualquer modo das técnicas que eles possuíam – para tornar-se, com o tempo, suficientemente

⁸⁰ FIORI, José Luís. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/2763544/nacionalismo-e-desenvolvimento-ii>>. Acesso em: 02 dezembro 2012.

⁸¹ YAMASHIRO, 1978, p. 67-68.

⁸² *Ibid.*, p. 109.

forte para expulsá-los. Estrangeiros foram contratados para dirigir portos, estradas de ferro e escolas. A proibição aos japoneses de viajar ao exterior foi suspensa. O Japão foi colocado sob uma administração moderna e centralizada, com prefeitos em cada província, responsáveis perante um ministro do Interior. As vestimentas ocidentais tornaram-se moda e o porte de espadas foi proibido em 1870. Surgiu um culto a todas as coisas estrangeiras, tanto que, em 1880, uma canção infantil muito popular, entoada enquanto se jogava uma bola e intitulada “canção de bola da civilização”, enumerava as dez invenções ocidentais mais valiosas.⁸³

Mas como identificar os responsáveis pela agressão inicial, e ainda; como obter respostas que pudessem, ao longo do trabalho de pesquisa, confirmar ou refutar as teses iniciais – de que o Japão foi realmente levado a uma política externa belicista (e esta questão independe do fato de o Japão ter, igualmente e *a posteriori*, adotado atitudes imperialistas⁸⁴) pela agressão sofrida?

Objetivando o máximo de imparcialidade possível requerida ao cientista social⁸⁵ é que se faz necessária a utilização de ferramentas necessárias ao desenvolvimento de qualquer trabalho que prime pela acuidade. Serão utilizados, portanto, conceitos cujos usos já estão consagrados no meio científico e acadêmico, além de normas sociais que regem, ainda que precariamente, as relações belicosas entre Estados (ou grupos – sejam étnicos, sociais ou políticos), alguns dos quais serão sopesados e ilustrados dentro da conjuntura sobre a qual esta dissertação está sedimentada.

Após uma busca por dicionários e livros, na busca de uma definição de fascismo, (termo cujo conhecimento do sentido aqui utilizado, no intuito de evitar desentendimentos, será de grande valia), foi encontrada a seguinte definição – a mais próxima possível do sentido que pretendemos dar a ela sempre que for abordada neste trabalho:

⁸³ BEHR, 1991, p. 32.

⁸⁴ A adoção de uma política imperialista pelo Japão também será objeto de estudo no decorrer da pesquisa. Pressupõe o trabalho que, uma vez que já estavam envolvidos na trama de competição internacional por mercados, os nipônicos tenham optado pela conquista de áreas asiáticas que já estavam dominadas pelas potências europeias como condição para a expansão da sua própria indústria (principalmente bélica) – condição necessária para evitar a investida econômica e militar das potências imperialistas sobre o seu próprio território. Contudo, uma série de questões alçou ao poder na década de 30 do século XX (sob oposição de vários segmentos da sociedade japonesa, entre eles a burguesia) os militares, apoiados pela extrema direita nipônica, que juntos, buscavam a afirmação da etnia e nação japonesas contra o neocolonialismo e o racismo europeus – entretanto, por meio de políticas e ações equivocadas – CHESNEAUX, 1976, passim.

⁸⁵ Uma vez que todos estão suscetíveis a influências e paixões no momento em que fazem seus julgamentos, independente de quão interessados estejam em manter neutralidade em suas análises.

A palavra fascismo adquiriu o significado de qualquer sistema de governo que exalta o Estado e usa modernas técnicas de propaganda e censura para suprimir a oposição política, fazendo uma severa arregimentação econômica, social e cultural, sustentando-se no nacionalismo e por vezes na xenofobia (nacionalismo étnico), privilegiando os nascidos no próprio país, apresentando certa apatia ou indiferença para com os imigrantes.⁸⁶

Tal foi a atitude estadunidense em diversos âmbitos, mais especialmente em relação aos japoneses. Anos antes de promover uma série de imagens preconceituosas a respeito do Japão, contudo, o mesmo país que denunciava um suposto “perigo amarelo”, cometera ainda outros atos de cunho imperialista em diversas partes do globo como, por exemplo, em vários países da América Central, entre o final do século XIX e o início do século XX. Ainda em 1928, os Estados Unidos investia em definitivo sobre o território nicaraguense. Sobre este evento, o jornal Folha da Manhã, periódico que circulava São Paulo, vendido posteriormente ao atual grupo Folha de São Paulo, afirmou que

[...] os acontecimentos que actualmente se desenrolam no território da Nicarágua, bem mostram quanta hipocrisia existe na proclamada confraternização panamericana sustentada pelos Estados Unidos.

Mais uma vez se descortina aos olhos dos ingenuos que não querem ver na doutrina de Monroe o fundamento ideológico do imperialismo “yankee” – quanta falsidade encerra o lemma: “a América para os americanos”...

A Nicarágua, como o México anteriormente à sua revolução nacional de 1910, tem vivido nos ultimos tempos, constantemente assaltada em sua soberania, pelas armas da America do Norte. Agora, mesmo segundo comunicados das agencias telegraphicas, uma flotilha de aeroplanos norte-americanos está bombardeando o acampamento dos liberaes revolucionários chefiados pelo general Sandino. Outros despachos annunciam a remessa de novas forças naves “yankees”, cujo objetivo não é outro sinão massacrar o povo altivo dessa pequena nação, que, corajosamente lucha pela propria independencia, defendendo assim, a soberania nacional conspurcada pelo ouro e pelas armas estrangeiras.⁸⁷

Mais adiante o mesmo artigo do periódico aponta sobre a questão nicaraguense que

este facto é tanto mais interessante quanto se reúne, agora, em Havana, a Conferência Pan-Americana. Qual será a attitude dos Estados Unidos e das nações latino-americanas nesta conferencia, a respeito de tão momentosa e grave questão? Permittirão os povos de origem ibero-americana que a America do Norte continue a manter a sua politica avassaladora de violencias e pilhagens ás outras nações americanas? Não será opportuno a substituição da doutrina de Monroe por outra doutrina que garanta os povos fracos contra a absorção imperialistas das grandes potencias, sejam elas da America, Europa ou Asia?

Os representantes do Sul e Centro-America precisam na Conferencia de Cuba, reflectir os interesses e aspirações afim de não se transformarem em agentes

⁸⁶ Fonte: "glossário." Artmob. 2012. Wordpress. 07/05/2012 <http://artmob.wordpress.com/glossario/>

⁸⁷ Folha da Manhã, 06/01/1928, página 3.

inconscientes do imperialismo. Precisam fazer valer a soberania dos povos que lhes delegaram taes poderes.
 O que está se passando na Nicaragua é um attentado aos principios elementares do Direito Internacional. Por outro lado, contraria flagrantemente o espírito da política latino-americana. A Conferência de Havana necessita corresponder aos ideaes políticos do Novo Mundo.⁸⁸

Quando o jornal Folha da Manhã menciona “fazer valer a soberania dos povos que lhes delegaram taes poderes”, refere-se às convenções e tratados já estabelecidos, além do próprio direito internacional e, principalmente, a questões de ordem moral. Sobre o assunto, Michael Walzer, catedrático de Ciências Sociais no *Institute for Advanced Study*, em *Princeton*, aprofundou em sua obra *Guerras Justas e Injustas – Uma Argumentação Moral com Exemplos Históricos*, alguns conceitos que serão úteis para a efetivação de qualquer julgamento sobre a causa exposta. O mais elementar deles é o de agressão de um país a outro, que define como crime de guerra, afirmando o autor que o ato cometido pela agressão é “o de forçar homens e mulheres a arriscar a vida em defesa de seus direitos” e que “eles (agredidos) sempre têm justificativa para lutar”.⁸⁹ Mais adiante ele conceitua que:

[...] Há uma estranha pobreza na linguagem do direito internacional. Os atos equivalentes na violência interna de um país a assalto à mão armada, extorsão, tentativa de homicídio, assassinato em todos os seus graus têm apenas um nome. Todas as violações da integridade territorial ou da soberania política de um Estado independente são denominadas agressão.⁹⁰

Está muito claro que esta “estranha pobreza na linguagem do direito internacional”, ao qual Walzer se refere, generalizando as “violações da integridade territorial ou da soberania política de um Estado independente” sob o brando termo agressão, serve a interesses dos agressores, das potências imperialistas.

Mas depreende-se do exposto por Walzer que a agressão é um crime de guerra e o ato decorrente dessa agressão leva os sujeitos ameaçados por ela a arriscar suas vidas objetivando defender as existências dos entes queridos, familiares, interesses próprios, e em nome da coletividade na qual estão inseridos, estando estes cidadãos justificados em sua luta de defesa, tal qual fizeram os japoneses, chamados com sarcasmo pelos estadunidenses de fanáticos, de loucos, por terem sacrificado suas próprias vidas arremessando-se, juntamente

⁸⁸ Folha da Manhã, 06/01/1928, página 3.

⁸⁹ WALZER, 2003, p. 85.

⁹⁰ WALZER, 2003, p. 86).

com os seus aviões, contra alvos estadunidenses num ato desesperado dos japoneses com o fim de manter o solo pátrio inviolado pelos mesmos agressores que décadas antes haviam forçado o Japão a abrir o território, até então hermeticamente fechado ao exterior desde a malograda experiência que a Ásia tivera com o colonialismo de portugueses e espanhóis no século XVI.

Segundo o autor, “é perfeitamente possível que uma guerra justa seja travada de modo injusto e que uma guerra injusta seja travada em estrita conformidade com as normas”.⁹¹ Michael Walzer utiliza-se de noções básicas, e inquestionáveis, do direito internacional para definir uma guerra justa. De acordo com essas premissas é justo que qualquer país recorra às armas para defender-se de seus agressores, sendo “igualmente legítima a união de outros Estados à resistência da vítima”⁹², sendo ilegítima a agressão feita por um Estado a outro e, portanto, passível de punição.

Israel Charny, em sua obra intitulada *Anatomia do Genocídio: Uma Psicologia da Agressão Humana*, afirma que a doutrina em causa “tentava definir quais condições de justa causa davam aos governantes o direito de pegar em armas: a guerra justa seria travada para defender os direitos naturais de um povo ou restabelecer um direito violado.”⁹³

Hildebrando Accioly, jurista e diplomata de carreira brasileiro, em sua obra *Manual de Direito Internacional Público*, aponta que

as guerras têm sido classificadas, desde alguns séculos, em justas e injustas. Nem sempre foi o mesmo critério para essa distinção⁹⁴. Entretanto, pode dizer-se que, no conceito moderno, a guerra é justa ou injusta conforme a sua causa for justa ou injusta.⁹⁵

Walzer definiu ainda que uma guerra pode ser justa, mas travada de modo injusto: “É crime cometer agressão, mas a guerra de agressão é uma atividade regida pelas normas. É certo resistir à agressão, mas a resistência está sujeita a limitações morais (e legais)”⁹⁶. A

⁹¹ WALZER, 2003, p. 34.

⁹² Ibid., p. 99.

⁹³ CHARNY, 1998, p. 252.

⁹⁴ “Assim, entre os romanos, a guerra justa era apenas a que se fazia com a observância de certos preceitos ou solenidades, consagradas pelo uso.

⁹⁵ ACCIOLY, 1991, p. 265.

⁹⁶ WALZER, 2003, p. 35.

obra deste autor é ampla, além de possuir indubitável qualidade e valia no sentido de trazer luz a muitas das questões levantadas neste trabalho.

Existem, entretanto, alguns senões em razão da complexidade e conseqüente polêmica que envolve o tema. Por exemplo: em relação à última frase citada do autor; como poderíamos imaginar um povo, cujo território está ameaçado por forças agressoras, ter que se defender e ao mesmo tempo observar limitações morais e legais em relação à forma de defesa contra as tropas invasoras? Os soldados ou cidadãos deste país ameaçado, enquanto defendem seus filhos, mulheres e a terra onde vivem devem se limitar a restrições durante o ato de defesa? E ainda: um país acuado pelas principais potências mundiais, que ditavam inclusive as regras do jogo, utilizando-se de um vasto arcabouço filosófico e jurídico no sentido de amparar suas ações de subjugação e espoliação, durante o processo neocolonialista, deve ater-se a tais regras do jogo?

Seria o mesmo que pedir a um homem que, ao ter a sua casa invadida (e a segurança de sua mulher e filhas colocada em xeque) por um potencial ladrão e estuprador, mantenha-se fiel a determinadas leis e restrições morais enquanto defende sua família e seu espaço. Tal ponderação é validada na própria argumentação de Walzer e no direito internacional, já que ambos estão em consonância quanto aos direitos dos Estados terem como premissa os direitos dos indivíduos. O Estado é resultante de uma coletivização de indivíduos, que transferem para ele os seus direitos em troca de defesa e outras formas de organização, conforme afirmado por Westlake, citado na obra de Michael Walzer:

[...] Os direitos em questão estão resumidos nos manuais jurídicos como integridade territorial e soberania política. Os dois pertencem aos Estados, mas derivam em última análise dos direitos de indivíduos, e deles extraem sua força. “Os deveres e direitos dos Estados não são nada mais que os deveres e direitos dos homens que os compõem”.⁹⁷

Ele complementa: “quando os Estados são atacados, seus membros é que são desafiados, não apenas em sua vida, mas também na soma de tudo o que mais valorizam, aí incluída a associação política que fizeram”.⁹⁸

⁹⁷ WESTLAKE apud WALZER, 2003, p. 89.

⁹⁸ Ibid., p. 89.

Ora; não é comum que um Estado agressor desafie outro que possua uma envergadura militar igual ou superior à sua. Como esperar que um sujeito ou uma coletividade que têm suas vidas colocadas em xeque por outrem e não reúnam condições suficientes para a defesa a façam em observância de limites morais e legais? Mesmo em pontos como esse, em que Walzer defende que o país agredido deve manter a sua guerra de defesa dentro da observação de limites legais e morais, a sua obra é de suma importância e de grande valia, por levantar questões de grande relevância à manutenção da paz, além de fincar bandeira contra a corrente “realista”⁹⁹.

É nesse contexto que se inserem as lutas do povo japonês contra o imperialismo capitalista. Dentro desta mesma análise poderiam ser compreendidas questões de países latino-americanos, africanos e demais países asiáticos, sendo que o principal motivo para a ênfase no Japão neste trabalho de pesquisa se dá pelo fato de ser o mais clássico exemplo de resistência, alternando momentos de confronto e adaptação, que culminou em um dos episódios mais sangrentos e bárbaros de toda a história mundial, apesar de toda a cortina de justificações que foi jogada pelas potências ocidentais sobre o evento – que marca o início do triste panorama contemporâneo.

Ainda que alguns autores, em especial os da escola marxista inglesa, tenham feito uma brilhante análise sobre o período, desnudando interesses capitalistas por trás da agressão e se mostrando atentos para com as justificações ideológicas do imperialismo, poucas obras se aprofundaram em questões mais específicas, como por exemplo, a resistência japonesa e conseqüente adaptação às regras do jogo decorrente da ação imperialista.

A despeito da utilização dos termos imperialismo e neocolonialismo, se fez a escolha da aceção de Edward Said. Portanto, em todas as vezes que se fizerem referências a eles, ficarão compreendidos na visão do referido autor, que utiliza o termo “imperialismo” “para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”, e o termo “colonialismo” como “quase sempre uma conseqüência do imperialismo, e é a implantação de colônias em territórios distantes.”¹⁰⁰ Said cita ainda Doyle, que define o imperialismo como

⁹⁹ A corrente realista afirma que o Estado possui seus próprios interesses, em busca de espaço e poder como forma de garantir a própria sobrevivência.

¹⁰⁰ SAID, 1999, p. 40.

[...] uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império”.¹⁰¹

Ainda hoje se analisa a reação nipônica como puramente imperialista (o que é parcialmente verdadeiro) sem, contudo, se fazer uma investigação sobre os aspectos conjunturais e condicionantes existentes que motivaram uma gradual mudança, não somente quanto ao direcionamento na condução da política exterior do país, mas principalmente mudanças de âmbito interno, afetando profundamente a população japonesa desde a abertura forçada dos seus portos – culminando com o esfacelamento de partidos moderados e de esquerda pela necessidade de novamente focar o país em um processo de militarização exacerbada, em um período caracterizado por um verdadeiro terremoto no seio da sociedade civil daquele país.

Ao defender uma inexequibilidade do Japão a tais condições, este trabalho não tem intenção de fazer apologia à corrente realista. Ao contrário, esta monografia defende que deveria haver outras opções que não a utilização da guerra como forma de resolver as questões internacionais. No entanto, os países mais fracos geralmente não apresentam condições de ditar as normas do jogo, restando apenas se deixar vencer ou passar a jogar de acordo com essas regras. E se o Japão buscou pela guerra ganhos políticos e econômicos, isto se deveu pelo menos a princípio, à busca de independência de recursos necessários a oposição que deveria fazer àqueles que ameaçavam seu território e sua população.

Os militares japoneses tinham perfeito conhecimento, além de tudo, que devido a suas limitações naturais, ainda que conseguissem algumas conquistas atuando igualmente como imperialistas, estas vitórias não garantiriam a sustentabilidade de um plano expansionista em longo prazo. Sabiam ainda que os efeitos nocivos de uma única derrota seriam, para o Japão, muito mais significativos do que uma série de conquistas, o que permite a qualquer historiador, pensador político, ou estrategista militar perceber que aquele país não tinha o mesmo objetivo daqueles países que se lançaram ao imperialismo como forma de atender às demandas de seus oligopólios e mercados¹⁰².

¹⁰¹ DOYLE apud SAID, 1992, p. 40.

¹⁰² Ao contrário, por exemplo, dos Estados Unidos, que à época da segunda etapa da Grande Guerra Mundial possuía não somente uma economia de guerra montada desde décadas anteriores, mas também um amplo

Para os colonialistas havia o imperativo de investir capitais excedentes no exterior, além da necessidade de possuir mercados para o escoamento dos seus produtos, e ainda; regiões fornecedoras de matérias-primas e mão de obra a ser explorada.

Uma clássica ilustração do que tratamos foi a guerra russo-japonesa, onde o fraco e emergente Japão tentou negociar pela via diplomática uma saída em relação a sua questão com a Rússia, enquanto ao czar não interessava a paz, mas sim uma guerra como forma de atender às necessidades políticas internas daquele país, conforme interesses das aristocracias nacionais citados no início deste trabalho. Seria tornar-se realista dizer que não restou, então, alternativa ao Japão que não fosse a guerra? Não há dúvida quanto ao fato de que o próximo passo da Rússia, após a conquista dos seus objetivos em relação a sua guerra contra os nipônicos, seria a própria conquista do território japonês – pretendido desde longas datas pelo império dos Romanov. Mais uma vez o autor Edward Said endossa o que este trabalho advoga:

A Rússia, porém, adquiriu seus territórios imperiais quase exclusivamente por contiguidade. Ao contrário da Inglaterra ou da França, que saltavam para outros continentes a milhares de quilômetros de suas fronteiras, a Rússia ia engolindo qualquer terra ou povo que estivesse perto de seus limites, os quais, com isso, continuavam avançando cada vez mais para o sul e o leste.¹⁰³

O Japão era exatamente o próximo território a leste, depois que a Rússia conquistara a região onde fica a atual Vladivostok. A política de defesa do Japão no período Arashi, dentro do contexto imperialista e colonialista, possuiu característica ambiguidade, derivada da condição de país agredido que buscava igualar-se às potências neocolonialistas na Ásia no interesse de afastar do seu território o fantasma colonizatório e para isso se utilizou das ideologias que estavam em voga e apresentavam inquestionável status, adotando práticas derivadas de tais ideologias. Tal ambiguidade, que significou ora em ações com caráter puramente reativo e ora de caráter indubitavelmente imperialista, resultou em incompreensões acerca da visão nipônica sobre o panorama daquela época.

Não cabe ao historiador, entretanto, fazer juízo de valor sobre tais políticas, principalmente antes de conhecer aprofundadamente os riscos apresentados pela colonização

território de conformação continental obtido à custa de guerras contra o México ou negociações com seus vizinhos – o que lhe permitia envolver-se em guerras e até mesmo perde-las sem esperar grandes consequências econômicas ou sociais.

¹⁰³ SAID, 1992, p. 41.

e do pesado ônus que dela resultavam. A China, por exemplo, observou no seu território uma crescente violência durante e após o forçoso processo colonizatório, onde os agressores se utilizaram da guerra, da pirataria e do tráfico do ópio como forma de dominar econômica e psicologicamente os nativos do império, assim como fizeram tráfico de escravos chineses, principalmente para os Estados Unidos e Inglaterra após a consolidação do domínio ocidental pela partilha da China. Sobre o domínio imperialista, com consequente destruição do tecido social desses países dominados, Hobsbawm aponta que

a Índia tornava-se um mercado cada vez mais importante para o principal produto de exportação da Grã-Bretanha, o algodão; e isso acontecia porque no primeiro quartel do séc. XIX a política inglesa fora destruir a atividade têxtil local, para que não competisse com a de Lancashire.¹⁰⁴

Sobre a China, ele indica que

ainda em 1870, quase metade das importações totais da China consistiam nesse narcótico, amavelmente fornecido pela economia liberal do Ocidente. Tanto esse excedente como o restante do excedente comercial da Índia com o mundo foram regados pelo lucro auferido pela Grã-Bretanha através do déficit comercial da Índia para com ela (criado e mantido para fins políticos), com as Home Charges (os pagamentos feitos pela Índia em troca do privilégio de ser governada pela Grã-Bretanha) e com a dívida pública indiana.¹⁰⁵

Tais experiências vivenciadas pelos demais países asiáticos certamente preveniram paulatinamente os japoneses quanto ao que lhes restaria caso não recorressem a todos e quaisquer meios para evitar também sucumbir, ainda que os meios utilizados para escapar à condição de colonizável, mormente não sejam considerados adequados. Uma série de atos praticados em diversos períodos por diversas nacionalidades ocidentais na Ásia instruíam cada vez mais aos japoneses quanto aos métodos utilizados por estes no exercício da dominação no continente asiático.

O historiador e diplomata brasileiro Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), foi um observador brasileiro que viveu no Japão durante o Período Arashi. Quem conhece um pouco da obra de Oliveira Lima sabe que as concepções derivadas do iluminismo o influenciaram muito mais do que seus anos de estada no Japão. Soube, contudo, o

¹⁰⁴ HOBSBAWM, 1986, p. 138.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 138.

intelectual, na maioria das vezes, desvencilhar-se dos paradigmas e preconceitos predominantes em sua época para fazer um dos mais clarividentes tratados sobre o tema, motivo pelo qual a visão obtida a partir de sua própria vivência naquele período (e no local onde se desenrolaram os acontecimentos) será abordada por diversas vezes como forma de legitimar os pontos de vista resultantes de extenuantes pesquisas sobre o tema, presentes neste trabalho. Afirmou o diplomata e historiador brasileiro que:

[...] a valia deste rótulo (ocidental) baixou, aliás, consideravelmente na estimação dos japoneses desde que obtiveram conhecimento mais íntimo dos bastidores europeus, e especialmente depois dos episódios conexos com a insurreição dos *boxers*. Os saques vergonhosos e sangrentos de Tientsin e de Pequim, compreendendo o morticínio de mulheres e crianças e a destruição desnecessária e bárbara de obras de arte impossíveis de transportar, como os *Daibutsus* de bronze, feitos voar em estilhaços com pólvora, e os pagodes de porcelana, quebrados a coronhadas, deram aos japoneses – que todos reconhecem terem-se comportado, senão impecavelmente, pelo menos com moderação e disciplina absolutamente diversas – uma fraca idéia do poder moralizador do cristianismo.”¹⁰⁶

Oliveira Lima evidenciou no texto acima não somente o desrespeito das forças imperialistas ocidentais para com as culturas exógenas à Europa e Estados Unidos, mas também confirmou a apropriação indevida que era (e continua a ser) feita pelas potências capitalistas dos bens pertencentes aos países dominados.

Um documento bastante interessante sobre esta apropriação indevida consta na obra de Chesneaux. Nela consta uma declaração de Sun Yat-sem, que afirmou, no início do século XX, que a China

[...] não é colônia de uma ou outra Potência: é uma “hipocolônia” cuja existência está ameaçada. Resumamos:

- 1.º) A invasão das mercadorias européias nos arrebatam 500 milhões de dólares;
 - 2.º) A invasão em nosso mercado das cédulas com descontos de cheques, câmbio, depósitos, etc., nos arrebatam talvez até 100 milhões de dólares;
 - 3.º) O aumento dos fretes para exportação e importação nos arrebatam mais ou menos uma centena de milhões de dólares;
 - 4.º) Três coisas: as taxas, as rendas rurais e o preço das terras das Concessões e dos terrenos cedidos nos arrebatam uma soma total de cerca de 500 milhões de dólares;
 - 5.º) As empresas privilegiadas (nos arrebatam) 100 milhões de dólares;
 - 6.º) As especulações e outros tipos de trapaça (devem) elevar-se a várias dezenas de milhões de dólares;
- A opressão econômica dessas seis coisas causa-nos uma perda não inferior a 1 bilhão e 200 milhões de dólares.¹⁰⁷

¹⁰⁶ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 97-98.

¹⁰⁷ CHESNEAUX, 1976, p. 39-41.

Conclui Sun Yat-Sem:

CONCLUSÃO: A raça chinesa está em perigo!
 Se não tivermos meios de remediar esta grande perda de US\$ 1.200.000.000 por ano, esta soma aumentará todos os anos, sem que haja nenhuma razão para que diminua por si só. Por isto, a China de hoje já chegou ao estado de “povo miserável com riquezas esgotadas”. Se nada vier salvá-la, sofrerá esta opressão econômica até a extinção da nação e o aniquilamento da raça.¹⁰⁸

Documentos como esse chegavam incessantemente às mãos dos japoneses. Certos de que o Japão não possuía condições para lutar de igual para igual com tais potências ocidentais, pelo menos naquele momento, além de todos os demais fatores que serão citados no decorrer deste trabalho, haveria outra opção ao Japão que não fosse jogar de acordo com as regras do jogo ocidental? Se até mesmo a outrora magnífica e potente China havia sido colocada de joelhos (por meio de métodos já levados ao conhecimento dos nipônicos), o que seria do Japão, parco em espaço territorial e matérias primas que lhe oferecessem uma mínima condição de resistência? Ao Japão cabia, portanto, repelir o que Said considera serem “formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação.”¹⁰⁹

A ambivalência na política externa japonesa foi resultante das dificuldades encontradas pelo país em se afirmar enquanto potência (sinalizando, portanto, que não era um país colonizável) perante aos colonialistas sem dispensar dos mesmos meios utilizados pelos seus agressores para atingir o seu objetivo, que era a manutenção da liberdade. Os japoneses lançaram mão da ideologia em voga (como forma de tentar impor a sua “raça” perante as caucasianas, que pregavam uma suposta superioridade perante as asiáticas), de uma política militarista (que culminaria com um gradual afastamento dos moderados do poder), e expansionista (pela crescente necessidade de ampliação de seu parque industrial, sobretudo bélico, face aos desafios impostos pela intervenção neocolonialista).¹¹⁰

Apesar da política imperialista que seria incrementada a partir da segunda década do século XX (sob certas circunstâncias), este trabalho procura demonstrar que o Japão não pode ser apontado pelas potências aliadas como único culpado (ao lado da Itália e

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ SAID, 1999, p. 40.

¹¹⁰ Conclusão do autor deste trabalho com base nas pesquisas efetuadas sobre o período em questão.

Alemanha), enquanto EUA e Inglaterra (entre outros) desfrutam do *status* de salvadores da liberdade mundial.

Onde ficariam, então, a responsabilidade capital (dos EUA e demais potências ocidentais), que foi a de retirar forçadamente o Japão do seu estado de isolamento e letargia com o claro objetivo de posteriormente prostrá-lo, a exemplo do ocorrido em outros países como Índia e China? Os Estados Unidos, apoiados que estavam neste intento pela Inglaterra, França, Alemanha e Itália estão imunes a tais denúncias? Eis alguns dos pontos que serão trabalhados, ainda que indiretamente, nesta monografia, que possui o escopo de trazer luz a algumas questões propositadamente postas à margem da discussão superficial que geralmente se faz em torno do tema. Espera-se com isso que sejam levantadas novas discussões sobre ele, não somente em relação ao imperialismo sobre o Japão e a Ásia, mas também sobre a África e América Latina.

3 – NOVA AMEAÇA COLONIALISTA AO JAPÃO

Toynbee distingue vinte e seis civilizações, das quais dezesseis já pereceram e, das dez que restaram, três são sociedades *imobilizadas*, estando duas destas, a polinésia e a nômade, em agonia, enquanto que a terceira, a esquimó, estacionou na infância. Das sete que restam, seis – a cristã-ortodoxa do Próximo Oriente e a sua projeção russa, a islâmica, a hindu, a chinesa e a sua projeção japonesa – estão sob a ameaça de aniquilação ou assimilação, pela sétima, que é a ocidental. Não sendo obrigatória a morte das civilizações, é incerta a morte da civilização ocidental, em pleno período de expansão. Toynbee, embora use mecanicamente alguns termos ambíguos, não acredita, de forma alguma, no caráter biológico e orgânico da evolução das civilizações. (LE GOFF, 1990, p. 346).

Os habitantes da terra do sol levante eram já a época da chegada dos ibéricos ao Extremo Oriente, no século XVI, bastante diversos dos demais asiáticos em vários pontos¹¹¹, dos quais destacamos a forte hierarquização e disciplina, além de noções de dever e lealdade, muito bem definidas; desprendimento em relação à vida¹¹²; melhor capacidade política em suas relações com os países ocidentais¹¹³ e maior organização do Estado, cuja estrutura feudal auxiliou em talhar não somente os aspectos psicológicos do japonês como também as condições internas que se desenvolveram e influenciaram nas relações sociais e políticas internas.

Além dos motivos supracitados, o que teria levado o Japão a ser tão diferente dos demais países asiáticos? Um fator importante a ser considerado é a homogeneidade étnica do povo japonês¹¹⁴ e uma unidade nacional forjada na figura de um imperador enquanto representante de uma ancestralidade e origem comum derivada de uma pretensa estirpe

¹¹¹ As afirmações são resultado de leituras de vários tratados históricos e sociológicos, que apontaram estas diferenças dos japoneses em relação aos demais asiáticos, não significando nesta monografia qualquer vantagem que não esteja relacionada ao sucesso da resistência japonesa ao colonizador; caso contrário a dissertação estaria em concordância com princípios equivocados e tacanhos das ideologias que amparam o imperialismo.

¹¹² Como apontou Maurice Pinguet em sua obra *A Morte Voluntária no Japão*.

¹¹³ Evitando bater de frente e utilizando-se de dissimulação e bajulação quando necessário, conforme apontado por Oliveira Lima – *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*, 1997, passim.

¹¹⁴ A homogeneidade étnica japonesa é contraposta a, por exemplo, a diversidade étnica chinesa – causa do enfraquecimento da unidade nacional, uma vez que estas etnias viviam em lutas intestinas, dividindo o país e facilitando o trabalho das potências colonizadoras.

divina. Outro fator foi a capacidade política de seus líderes. A esse respeito, pondera Chesneaux que:

O fator mais importante de diferenciação entre as atitudes dos governos chinês e japonês diante da pressão ocidental, reside talvez, em definitivo, na capacidade ou incapacidade de se beneficiarem do apoio da opinião. Enquanto os manchus capitulam rapidamente, as classes dirigentes japonesas revigoram-se com a ameaça estrangeira. Quando a esquadra americana de Perry aborda o Japão em 1853; quando a Inglaterra e a França juntam-se aos Estados Unidos para forçar o governo do xogum a aceitar a abertura do país ao comércio estrangeiro, a crise latente da sociedade japonesa precipita-se. A palavra de ordem *Jo-i* (“expulsemos os bárbaros”) desempenha papel importante na queda do xogum, acusado de muita complacência com o Oeste. Assim se efetua a restauração de um poder imperial ao mesmo tempo autoritário e modernizador, que concorda provisoriamente com o Ocidente, para melhor se engajar no caminho das reformas de que é modelo o próprio Ocidente. É a Revolução *Meiji*, a era das luzes.¹¹⁵

Behr, também afirma que:

A razão pela qual o Japão venceu onde a China fracassou foi em parte a largueza de visão das principais famílias japonesas, inclusive aquelas que haviam destruído o xogunato dos Tokugawa. Durante o reinado do imperador Meiji, de 1868 a 1912, a China foi desestabilizada por uma série de revoluções e guerras civis, presa dos chefes militares, incapaz de estabelecer um governo duradouro centralizado e unificado de qualquer espécie, sob a desacreditada e fin-de-race dinastia Ching, que foi finalmente derrubada em 1912. O Japão poderia igualmente ter sofrido esse destino, mas suas famílias dominantes, depois de derrubarem o xogum, voluntariamente oferecem o poder ao imperador.¹¹⁶

No século XIX, quando o capitalismo pós Revolução Industrial desencadeou o neocolonialismo, o imperador japonês se distinguia do chinês por possuir autoridade moral sobre o povo – que o idolatrava. E se a princípio a casa imperial japonesa era mero fantoche dos senhores feudais; depois da revolução *Meiji* assumiu o país em consonância com uma elite nacional com tendências progressistas e fechada em torno do objetivo de resistir ao domínio dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos. Desde a era dos *daimios*¹¹⁷ e samurais a organização social japonesa e todas as leis e costumes eram baseados em um sistema rígido, ao qual a população (que sempre se caracterizou pela

¹¹⁵ CHESNEAUX, 1976, p. 23.

¹¹⁶ BEHR, 1991, p. 33-34.

¹¹⁷ Senhores feudais japoneses.

ordem) se submetia¹¹⁸ sem maiores questionamentos, principalmente se fosse a nome do imperador – que era o arquétipo da pátria, a quem devotavam veneração e amor filial.

Em momentos de crises mais profundas, por vezes o Japão foi sacudido por sublevações campesinas, quando oprimida pela fome oriunda de elevadas taxas sobre a produção de arroz, esta classe se revoltava, exigindo mudanças aos senhores feudais ou até mesmo solicitando intervenções por parte do *xogum*¹¹⁹. Fora este problema de ordem social, podemos afirmar que a situação do país no século XIX era a de paz¹²⁰, tanto interna quanto externa, adquirida após a unificação do Japão pelo *xogum* Ieyasu Tokugawa séculos antes.

Naquele mesmo período, no ocidente, processavam-se profundas transformações nas áreas sociais, políticas e econômicas em razão da expansão do capitalismo (ainda em sua fase de desenvolvimento). Na passagem à fase do capitalismo monopolista, quando houve fusão do capital financeiro com o industrial, aconteceu a geração dos trustes que, recém-emergidos, requeriam novos mercados consumidores. Necessitavam ainda de mão de obra barata e de matérias-primas, principalmente para os mercados europeus e da América do Norte, além de espaço para escoar o excedente gerado pelo incremento populacional experimentado durante o período de industrialização, sendo que essas necessidades acirraram a luta entre as protagonistas deste evento pela partilha do mundo. Nelson Olic afirmou que

a Europa, a partir do século XIX, passou a viver intensamente a Revolução Industrial e necessitava quantidades cada vez maiores de matérias-primas agrícolas e minerais. Como faltava aos europeus uma parcela considerável dessas matérias-primas, eles foram buscá-las onde elas fossem abundantes e onde as condições de exploração fossem mais viáveis. Além disso, as metrópoles europeias visavam ampliar mercados para a colocação de seus produtos manufaturados e para seus investimentos.¹²¹

¹¹⁸ A afirmação de que os japoneses se submetiam a leis e costumes baseados em um sistema rígido não significa que este povo era submisso de um modo geral, mas tão somente às normas que regiam o *modus vivendi* japonês daquele período.

¹¹⁹ Ditador máximo. Era obrigatoriamente proveniente de certas famílias nobres que possuíam ligação com a própria família imperial. Somente destas famílias poderiam sair as princesas candidatas a imperatrizes e, portanto, continuadoras da linhagem imperial nipônica.

¹²⁰ Paz, enquanto estritamente antônimo de guerra, não significando que não havia conflitos sociais no país.

¹²¹ OLIC, 1990, p. 11.

Em decorrência, o Sudeste Asiático, como objeto de cobiça das metrópoles, sofreu uma “partilha entre as nações europeias e os Estados Unidos.”¹²²

A esse respeito Hobsbawm afirma que a guerra travava-se por metas ilimitadas. Afirmou ainda que “na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites.”¹²³ Se antes de 1830 apenas Portugal, Espanha, Holanda e Rússia possuíam colônias ou possessões na Ásia, a partir do século XIX outras nações se arremeteram paulatinamente contra a América Latina, África, Ásia, e Oceania numa frenética competição pelo domínio de regiões e mercados consumidores; culminando por partilhar tais continentes entre os países que reuniam melhores condições de empreender tais conquistas.

Naquele período os caucasianos haviam imprimido uma característica beligerante e expansionista àquele modo de produção por haverem considerado ser este o meio mais fácil de responder às necessidades de expansão dos mercados; exigência dos cartéis resultantes da junção entre capital industrial e financeiro. Uma vez que os nipônicos haviam adotado compulsoriamente este sistema e decorrentes regras implícitas do seu jogo expansionista, restava ao Japão apenas dançar conforme a música ou deixar-se dominar; uma vez que viver trancado em si mesmo (como na época do xogunato Tokugawa) havia sido uma opção retirada à força dos nipônicos pelas potências ocidentais na Ásia.

A Rússia, que em 1699 havia ocupado a parte mais extrema da Ásia, onde hoje se situa Vladivostok, enviou em algumas ocasiões seus representantes com o intuito de estabelecer comércio com a ilha de Hokkaido. Entre 1762 e 1796 havia planejado invadir o Japão, mas deixou de fazê-lo após a morte de Catarina II.

A França apossara-se do Camboja e o Vietnã¹²⁴. Posteriormente passaria a dividir a região, que chamava de Indochina, com a Inglaterra. Esta última, que experimentava a Revolução Industrial e precisava expandir seus mercados, utilizava-se principalmente das suas pujantes marinhas militar e mercante para exercer a conquista necessária à sua

¹²² Ibidem, p. 11.

¹²³ HOBBSAWM, 1994, p. 37.

¹²⁴ Que juntamente com o Laos, foram os três, colonizados pela França – recebendo doravante a o nome Indochina.

expansão comercial e industrial. Durante esse período investiu sobre a Oceania e sul da África e criou diversos protetorados na Ásia, criando uma base para a exploração daquele continente a partir da Índia.

Já em meados do século XIX seus navios já se faziam vistos invadindo as águas nipônicas. Em 1858 a Companhia das Índias britânica foi extinta, passando todos os seus bens e direitos oficialmente para a tutela da coroa britânica. A sua armada, muito mais poderosa que outrora, exibia agora uma frota equipada com navios a vapor e com o que havia de mais moderno em equipamento bélico. Em 1876 a rainha Vitória tornou-se imperatriz da Índia.

Segundo Hobsbawm, “em 1870 os estaleiros britânicos haviam construído 343.000 toneladas de navios para armadores britânicos, e em 1913 quase 1.000.000 de toneladas”¹²⁵, o que nos dá uma dimensão da rapidez com que a economia britânica crescia e projetava a sua indústria (inclusive a bélica) para fora da Grã Bretanha.

Na China os ingleses puderam contar com uma ajuda do acaso, já que justamente um ano antes da chegada da comitiva inglesa a Pequim, datada de 1861, havia sido empossada a chamada “imperatriz viúva”, Tseu Hi, cuja falta de escrúpulos e corrupção em suas ações, tanto em foro particular como nas práticas públicas, são indicadas por vários historiadores, entre eles Panikkar, que descreve o triste momento da gloriosa China quando da pressão exercida pelos “aliados franco-ingleses”, a partir de 1861:

Por um infeliz destino a sorte da China, no curso desse período, estava confiada a uma mulher ignorante, corrupta e sem escrúpulos, Iehonala, conhecida como a imperatriz viúva Tseu Hi ou, mais familiarmente, “o velho Buda”. De 1860 – data em que entrou no Conselho de Regência – até sua morte, em 15 de novembro de 1908, governou a China como déspota incontestado, salvo durante o curto período em que o imperador tentou contrabalançar sua autoridade. Iehonala era realmente uma personalidade ímpar. Imperiosa, nascida para comandar, sentia-se em seu elemento nas intrigas da corte: possuía um sentido quase animal do perigo e uma atitude excepcional para surgir de improviso e liquidar seus inimigos. Absolutamente despida de consciência e de escrúpulos, nada podia contê-la, nem laços de família nem tampouco considerações humanitárias, exceção feita, talvez, de seu primeiro amante, Jong Lu. Aos seus olhos, os interesses nacionais e seus próprios caprichos tinham a mesma importância. No período mais crítico de sua história, a China teve a desgraça de cair nas mãos de tal mulher.¹²⁶

¹²⁵ HOBBSAWM, 1986, p. 193.

¹²⁶ PANIKKAR, 1977, p. 169.

A Inglaterra forçou a abertura da China pela introdução do ópio em seu território, uma vez que antes de praticarem o tráfico deste entorpecente para este país, havia encontrado dificuldade em encontrar um produto que pudesse diminuir o déficit em sua balança comercial para com os chineses. Tudo sob os protestos da China – que chegou a enviar uma carta à rainha Vitória, acreditando que ela nada sabia sobre o tráfico oficial, que continuou. A exportação da Inglaterra para a China do ópio produzido na Índia e no Império Otomano tinha que continuar, afinal, além de encher os cofres da coroa funcionava também como facilitador do domínio britânico sobre aquele povo já estropiado.

Enquanto os europeus desfrutavam de várias regalias, o ônus de boa parte dessas benesses angariadas pelo velho continente era transferido à força para os africanos, latino-americanos e asiáticos, considerados como inferiores que deveriam ser liderados em direção ao progresso pelos europeus, motivo que justificava toda e qualquer forma de exploração.

Todas as nações asiáticas se encontravam prostradas. Inacreditavelmente até o Trono do Dragão nada mais controlava em seu império, de onde as potências européias auferiam altíssimos lucros, obtidos por meios lícitos ou ilícitos, subtraindo do povo ou até mesmo abduzindo indivíduos do próprio povo chinês, que passou a ser uma nova fonte de mão de obra escrava. A China era um dos últimos países antes do território nipônico.

Era chegada a vez do Japão.

3.1 – A Incorporação Compulsória do Japão ao Sistema Capitalista

Fechando o cerco ao lado leste do Japão, os EUA haviam completado a sua Marcha para o Oeste e estendiam agora os seus planos para todo o Pacífico. Os ingleses, que já haviam consolidado o seu império na Índia e na China, também demonstravam certa impaciência para com a política isolacionista japonesa¹²⁷, tendo, inclusive, forçado por diversas vezes a costa nipônica com seus navios mercantes, com pretextos típicos daqueles

¹²⁷ Que consistiu no fechamento do país após tentativa de invasão pelos ibéricos no século XVI.

que já ouvimos falar quando nos debruçamos sobre as ações da Companhia das Índias¹²⁸ na Ásia. Resumindo, o Japão se defrontava naquele momento com três principais ameaças: da Rússia, que havia atingido o Pacífico Norte e fizera planos para a conquista do Japão desde séculos antes:

A ameaça russa começara a tornar-se efetiva, através da invasão progressiva da Sibéria e da ocupação das Sakhalinas. A construção de um forte, na embocadura do rio Amour, fronteiro às Sakhalinas, e a fundação do Vladivostok, já no mar do Japão, em região que a China incluía no seu domínio, ia fazendo da Rússia uma nação tão próxima quanto a própria China.¹²⁹

Dos Estados Unidos, ao leste: Enquanto isso vinha acontecendo, os Norte-Americanos se aproximavam pelo outro lado, ocupando as ilhas do Haváí.¹³⁰ E da Inglaterra ao sul do seu território: Os ingleses estavam presentes na China, sem falar em Portugal, que se fixara em Macau, embora não constituísse mais perigo ou ameaça para ninguém.¹³¹

A partir daí houve uma crescente impaciência européia e principalmente inglesa (em seguida estadunidense) por tentar abrir e dominar o Japão. No caso dos EUA, havia uma necessidade mais premente do que na Inglaterra, por conta da possibilidade de utilização de um porto japonês para estocagem de carvão necessário ao reabastecimento de seus navios, uma vez que o Japão ficava a meio caminho do restante da Ásia – além da possibilidade de exploração comercial do país. Fazia-se necessária tal abertura para facilitar a expansão dos EUA em direção àquele continente, e os estadunidenses tinham emergência em expandir também para a Ásia, de acordo com o Destino Manifesto¹³². O expansionismo estadunidense

¹²⁸ Empresa do Estado inglês, representante dos interesses daquele país imperialista na Ásia.

¹²⁹ BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1973, p. 23.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 23.

¹³¹ *Ibid.*, p. 23.

¹³² Conjunto de doutrinas que tiveram origem no século XIX e expressam a crença de que os estadunidenses formam um povo eleito por Deus para comandar o mundo, a partir das quais se deduz que seu expansionismo é apenas o cumprimento da vontade Divina, como forma de justificar uma série de medidas políticas que visavam o crescimento econômico e o aumento de sua influência no mundo. Enquanto semelhante argumento de superioridade étnica era concomitantemente utilizado pelos europeus na Ásia e na África sob as bandeiras de civilização e progresso, os estadunidenses passaram a somar às duas primeiras outras duas de liberdade e democracia.

seria um acontecimento que marcaria as próximas décadas até o período atual. Do ponto de vista de Said sobre esta política externa dos EUA, temos que

[...] a idéia da liderança e excepcionalidade dos Estados Unidos nunca está ausente; qualquer coisa que façam os Estados Unidos, essas autoridades em geral não querem que eles sejam uma potência imperial como seus predecessores, preferindo, em lugar disso, a idéia de “responsabilidade mundial” como princípios de suas ações. Princípios anteriores – expressos na Doutrina Monroe, no “destino manifesto”, e assim por diante – levam à “responsabilidade mundial”, que corresponde exatamente ao crescimento dos interesses mundiais dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e à concepção de seu enorme poderio, tal como era formulado pela política exterior e pela elite intelectual.¹³³

Enquanto os estadunidenses já haviam fechado o ciclo de expansão para o Oeste¹³⁴, haviam atingido o Pacífico, e passaram a vislumbrar inúmeras possibilidades na Ásia que perpassavam pela utilização do Japão como mercado e porto para abastecimento de seus navios mercantes, os russos haviam atingido o extremo oriente asiático e o Czar não escondia seus planos imperialistas para com aquela nova região que se lhe defrontava. Os demais países europeus acompanhavam estes três primeiros e aproximavam-se perigosamente do território nipônico.

3.2 – Os EUA e a forçada abertura do Japão ao Ocidente

Como sempre, a agressividade por vezes tinha, e com mais frequência ainda fingia ter, um propósito protetor. Já se disse que o imperialismo japonês surgiu de um impulso para dar ao Leste asiático liderança contra a Europa invasora, e isso foi pelo menos uma de suas raízes emocionais. (KIERNAN, 2005, p. 154).

A citação acima, do historiador Victor Kiernan, será de extrema importância para a fundamentação de várias questões presentes nesta monografia, seja em relação às falsas pretensões de amistosidade na política dos Estados Unidos para o Japão, seja em relação ao

¹³³ SAID, 1992, p. 353.

¹³⁴ A Califórnia fora atingida em 1844, e com isso abriam-se novas perspectivas para os estadunidenses no Pacífico.

surgimento do imperialismo japonês enquanto uma necessidade, e não uma condição (como nos modelos imperialistas europeus e estadunidense) e, ainda, sobre a política do Japão para a Ásia até pelo menos a década de 1910, que alguns historiadores nomeiam “panasianismo confuso”.

Finalmente o isolamento nipônico, cujo período havia recebido a denominação *Sakoku*, foi interrompido com a chegada do Comodoro Perry, em cuja 1ª Expedição se apresentou com quatro vasos de guerra, as naus negras, apelidadas pelos japoneses de *kurobune*¹³⁵. Logo cedo, no dia 02 de julho de 1853, um pescador avistou (a partir de um lugar mais elevado que escalou para obter melhor visão) o que imaginava serem navios queimando (navios a vapor), reconhecendo-os imediatamente como não nacionais, por conta de suas dimensões e cor negra. Poucos dias depois, em 8 de Julho de 1853, o Comodoro se apresentou às autoridades nipônicas portando uma “carta de amizade” enviada pelo presidente Fillmore – onde estava implícita a ameaça aos japoneses do retorno do comodoro com uma armada ainda maior para negociar a abertura dos portos em caso de negativa nipônica à sua solicitação. Foi a chamada *Gunboat Diplomacy*.¹³⁶

Naquela época o comodoro recebeu uma hábil solicitação do governo localizado em *Edo*¹³⁷ para que esperasse a resposta dentro de um ano, prazo findo o qual se reapresentou com uma poderosa frota, em 31 de março de 1854. Segundo consta na obra “A Dominação Ocidental na Ásia – do século XV aos nossos dias” do escritor indiano K. M. Panikkar, a “carta de amizade”, enviada pelo presidente estadunidense Fillmore na primeira expedição, estava nos seguintes termos:

Um grande número de nossos poderosos navios de guerra dirige-se para o Japão e são esperados nestes mares de um momento para outro; o infrafirmado, como prova de suas intenções amigáveis, trouxe consigo tão-somente quatro dos seus menores navios; mas está pronto, caso se torne necessário, a voltar a *Iedo*¹³⁸ na primavera vindoura com uma força bem maior.¹³⁹

¹³⁵ Navios Negros (*Kuro* = negro; *Fune* = navio). A palavra *kurobune* é resultante da junção das palavras *kuro* e *fune*.

¹³⁶ Diplomacia das canhoneiras. Termo empregado para designar as demonstrações de força bélica com o intuito de atemorizar uma nação que estivesse em negociações com países colonialistas europeus ou com os Estados Unidos. Normalmente era necessária tão somente a apresentação de tais canhoneiras para afirmar a superioridade em armamentos, ocasionando concessões imediatas como a assinatura de tratados desiguais.

¹³⁷ Nome de Tóquio antes da Era *Meiji*.

¹³⁸ Variação de *Edo* (Tóquio).

O Japão precisaria abrir os seus portos por conta da pressão da política das canhoneiras estadunidense, pela diplomacia da força que os Estados Unidos inaugurava, que daria origem a um *hard power*¹⁴⁰ em um futuro próximo. Conforme confirma o historiador Oliveira Lima, “o Japão reabriu em 1854, pelo temor, os seus primeiros portos, e em 1889, por transação diplomática, todo o seu território aos estrangeiros”.¹⁴¹

Diante da impossibilidade de resistir à barbaria ocidental naquele momento, Ii Kamon no Kami, um dos conselheiros do *xogum*, sugeriu que deveriam acatar tais abusos até que pudesse o Japão recobrar forças e reagir, o que provocou uma insatisfação geral com subsequente enfraquecimento político do xogunato. Aproveitando-se disso, os estadunidenses fizeram mais exigências. Como os japoneses não as aceitaram, os estadunidenses utilizaram-se do exemplo chinês (A China havia tentado resistir e acabou totalmente dominada pelas potências ocidentais). Não havendo outra escolha, o Japão foi obrigado a conceder inúmeras vantagens aos EUA por meio do Tratado de Kanagawa. A gênese de tal humilhante tratado fez com que a Rússia, a Holanda e a Inglaterra, além dos demais países ocidentais com interesses imperialistas na Ásia¹⁴², se apressassem em exigir as mesmas benesses, como o estabelecimento de determinadas tarifas alfandegárias fixas que favoreciam a exportação destes países para o Japão.

Também foi exigida a liberação da exportação de produtos japoneses, o que resultou numa forte pressão inflacionária por conta da liberação da exportação do arroz (que até então não era exportado) e em vertiginosa queda das reservas em ouro pela menor relação ouro-dinheiro. Isso alimentou ainda mais a inflação, gerando ainda mais perda de poder aquisitivo.

¹³⁹ PANIKKAR, 1977, p. 203.

¹⁴⁰ Termo cunhado pelo professor de Harvard, Joseph Nye. Ele desenvolveu tal conceito em sua obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, publicada pela primeira vez em 2005.

¹⁴¹ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 30

¹⁴² Como França e Itália.

E como se nada disso fosse bastante, as tarifas alfandegárias japonesas foram limitadas em tratados internacionais, para que ficassem desarmados em face da concorrência das indústrias estrangeiras, por imposição do chamado liberalismo econômico, que transformava num privilégio o adiantamento obtido pelas indústrias de outros países, sobretudo da Inglaterra.¹⁴³

O Japão sequer podia contar com o seu comércio, pois mesmo produzindo a baixo custo tinha suas exportações limitadas principalmente pelos EUA, piorando ainda mais a situação pelo conseqüente aumento do desemprego no solo nipônico e pelo déficit na balança comercial. Com isso o Japão sequer conseguia importar os nutrientes necessários à sua população, comprometendo cada vez mais a alimentação e a saúde nacionais, fazendo grassar a fome no seio da população nativa. Tais reflexos na sociedade reforçaram negativamente a opinião japonesa contra qualquer coisa que viesse do Ocidente. Até mesmo um tratado de extraterritorialidade teve que ser assinado.

A humilhação sofrida pelo Japão após a concordância com os tratados desiguais gerou um enfraquecimento ainda maior do Xogunato Tokugawa. O imperador, apoiado em violenta oposição popular aos humilhantes tratados, não referenda os mesmos. Ao contrário, ordena ao xogum que expulse os estrangeiros em 25 de junho de 1863. Como o xogum mantinha-se contrário à ordem imperial, vários senhores feudais (apoiados em revoltas da própria população), lançaram-se contra os navios ocidentais e tomaram o poder do xogunato. Até mesmo os jovens enviados pelo xogum para estudar no estrangeiro lutaram ardentemente para derrubar o seu governo, apoiando o imperador e integrando-se ao Movimento Lealista, que seria em breve abatido por uma coalizão de forças ocidentais, que visava garantir

um regime de monopólio e de privilégio, que tinha a protegê-lo e garanti-lo as grandes esquadras que dominavam o mundo e que estavam habituadas a varrer qualquer resistência, ou qualquer obstáculo, com seus poderosos canhões. Como fizeram com o Japão, com alguns bombardeios, que eles batizariam de educativos.¹⁴⁴

¹⁴³ BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1978, p. 29.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 29.

O Japão já havia percebido que seria necessário unir toda a nação, independente de quaisquer interesses, em prol da oposição ao imperialismo ocidental, em especial do imperialismo estadunidense. Conhecer a tecnologia ocidental, melhorar a economia e se armar para jogar as regras do novo jogo havia se tornado questão de sobrevivência, o que corrobora com um dos principais objetivos deste trabalho, que é demonstrar que o Japão não se lançou ao sistema capitalista e ao imperialismo por própria vontade. Foi imperioso que jogasse de acordo com as regras ditadas pelas grandes nações imperialistas ocidentais com o claro propósito de não sucumbir.

Conforme já apontado no início desta monografia, não foi localizado nenhum trabalho com abrangência suficiente sobre a questão, de maneira a afirmar tudo o que se comprova neste trabalho.

3.3 – O Ocaso do Xogunato Tokugawa

É de amplo conhecimento dos estudiosos da história da Ásia a oposição de uma ampla maioria nas castas dos samurais, dos nobres e da corte imperial à abertura comercial do país; após a qual o regime ditatorial estabelecido pelos Tokugawa enfraqueceu-se. Uma das causas deste enfraquecimento é que a 2ª Expedição do Comodoro Perry obteve inúmeras vantagens do *xogum*, enfraquecendo a economia japonesa. Diante de tal quadro o país foi sacudido muitas vezes por diversas mobilizações sociais, geralmente direcionadas contra o xogunato, evidenciando a gravidade da crise econômica e o alto nível de desequilíbrio social causado pela chegada de um novo modelo econômico ao Japão, o capitalismo, pela imposição ocidental – em especial estadunidense.

Gradualmente a crise se direcionou do campo para as classes menos abastadas das cidades, aumentando ainda mais a pressão popular sobre os *daimios* em diversas províncias. Com isso os opositores do regime Tokugawa passaram a contar com a adesão de outros senhores de províncias, que abandonando a condição outrora neutra se aproximavam cada vez mais da corte de Quioto, o que enfraqueceu ainda mais o xogunato Tokugawa.

Neste momento os estadunidenses demonstraram que ainda não possuíam o traquejo político que ostentariam a partir das décadas seguintes. Em lugar de repensar suas políticas e apoiar o *xogum*, cedendo ainda que momentaneamente em alguns pontos para garantir a manutenção do xogunato, os estadunidenses aproveitaram-se de tal enfraquecimento para fazer mais exigências, e como os japoneses não se resignavam diante de tais atos, os invasores utilizaram-se do exemplo chinês (cujo império estava prostrado diante dos europeus após tentar resistir).

Não havendo outra escolha o xogum cedeu novamente, e assinou desta vez outro tratado desigual, em 29 de julho de 1858, também de caráter comercial, desta feita ainda mais prejudicial que o anterior; com o que franceses e ingleses apressaram-se a apresentar as mesmas exigências – dentre elas o princípio de extraterritorialidade¹⁴⁵.

Afirma Barbosa Lima Sobrinho que

o mais grave é que se adotou também a ficção da extraterritorialidade, regime que sempre acompanhou de perto o imperialismo inglês, para que seus súditos fossem sempre julgados de acordo com as leis inglesas e com a presença de magistrados senão ingleses, merecedores de sua confiança. E como isso se estendesse a outros países, a territorialidade das leis japonesas se suspendia, sempre que estivesse em causa um súdito dos países estrangeiros.¹⁴⁶

Diante de tais medidas, o país foi levado a um estado de semicolonialismo quando Ii Naosuke assinou o Tratado Harris com os Estados Unidos, garantindo para os estadunidenses (em seguida também para alguns países europeus) a abertura econômica e a extraterritorialidade.

¹⁴⁵ Dentre outras exigências absurdas e megalomânicas, que caracterizariam a política estadunidense para com o resto do mundo daí por diante.

¹⁴⁶ BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1978, p. 29.



Imagem 8: Ii Naosuke, em pintura de Yeigaku Kano. Disponível em: <http://www.baxleystamps.com/litho/meiji/naosuke_1909.shtml> Consulta feita em 15/09/2010.

Daimio de Hikone e *tairo*¹⁴⁷ do xogunato Tokugawa entre 23 de abril de 1858 e 24 de março de 1860, ele foi assassinado por 18 samurais, um da província Satsuma e 17 da província Mito, num incidente conhecido como Sakuradamon (o portão Sakurada do Castelo de Edo – Tóquio) por ser considerado um traidor da pátria. Entretanto, vários historiadores japoneses consideram que a sua política do apaziguamento (enquanto o Japão fosse equipando as suas forças armadas) foi fundamental para que o país não sucumbisse ao

¹⁴⁷ O Tairo presidiria o conselho *Roju*, durante períodos emergenciais, como regente do governo, durante o período conhecido como Xogunato Tokugawa. Exercia a condição de líder político do Japão, de regente do conselho, durante a ausência do xogum ou em caso do mesmo se tornar incapaz de exercer suas funções. O tairo sempre era nomeado a partir de um grupo de famílias samurais que apoiavam o xogunato desde Tokugawa Ieyasu.

imperialismo ocidental, tanto que esta política perdurou durante a Era Meiji e atualmente Ii Naosuke é considerado como uma das mais importantes figuras políticas da história japonesa.

A partir da assinatura dos tratados desiguais, o Japão foi forçosa e completamente integrado ao modo de produção capitalista, arcando imediatamente após essa adesão com todos os ônus e vícios oriundos deste, que aprofundou ainda mais contradições pré-existentes, desequilibrando a sociedade nipônica. Endossa a alegação deste trabalho (de que não restava outra escolha para o xogum), uma passagem do historiador Panikkar, onde ele afirma que

[...] a mesma golilha que sufocava a China acabava de ser colocada no pescoço do Japão. Cumpre dizer que os japoneses só se resignaram a essas cláusulas após terem sido longamente ameaçados por Townsend Harris, o primeiro dos representantes diplomáticos americanos, que lhes pedira que meditassem no exemplo dos chineses em Cantão.¹⁴⁸

Diante da crise gerada pela abertura dos portos, que foi aprofundada ainda mais após a assinatura deste tratado, e de tamanha insatisfação popular demonstrada nas ruas, os *Tozama* (adversários já tradicionais do xogunato Tokugawa desde o final do *Sengoku Jidai* e proprietários de feudos, principalmente ao sul do país)¹⁴⁹, sufocados que estavam pelo modelo econômico da era Tokugawa, foram os primeiros a se manifestarem contra a política do *xogum*, criticando as concessões aos ocidentais e posicionando-se em favor da devolução do poder ao imperador. Unindo-se em torno do lema *Sonno joi* (reverenciar o trono, expulsar o estrangeiro), samurais e nobres uniram-se à corte imperial para derrubar o xogunato. Era o Movimento Lealista, curiosamente fazendo com que vários conservadores transigissem ao reformismo.

A simpatia desconfiada dos nipônicos para com os estrangeiros quando da chegada dos ibéricos, séculos antes, havia sido aos poucos alternada para certa intolerância, e à altura do Movimento Lealista para asco e ódio em relação não somente à política externa dos

¹⁴⁸ PANIKKAR, 1977, p. 204.

¹⁴⁹ Seus feudos eram economicamente mais desenvolvidos e naquele momento eram dos mais prejudicados pela política do xogunato Tokugawa.

Estados ocidentais na Ásia, como também para com o comportamento de seus cidadãos no Japão, e no caso dos japoneses mais esclarecidos um repúdio especial para com os estadunidenses, que como observou Hobsbawm, “encaravam o Pacífico (ao contrário da Europa) como um campo normal para a ação dos EUA, mais ou menos como a América Latina”.¹⁵⁰

Mesmo durante os períodos de subordinação da corte aos ditadores, quando os imperadores foram mantidos sob seus controles, nunca foi questionada a autoridade da figura do imperador por conta não somente da sua importância enquanto elemento aglutinador do povo japonês, mas principalmente pelo respaldo popular a ser perdido em caso de desrespeito ao monarca. Por conta disso há muitos milênios todas as medidas, mesmo as editadas pelos *xoguns* deveriam ser confirmadas pelo imperador. À altura da edição dos humilhantes tratados, o soberano japonês contava com uma ampla coalizão preparada para reconduzi-lo ao poder. Ele recusou-se a assinar os tratados e ordenou (em 25 de Junho de 1863) a expulsão dos estrangeiros.

Quando o imperador ordenou a expulsão dos estrangeiros, imediatamente processou-se uma intervenção francesa, holandesa, inglesa e estadunidense, que obrigou os lealistas a um entendimento com o Ocidente. Foram forçados a renunciar à expulsão dos bárbaros, limitando-se apenas ao movimento para derrubar o xogum.

A assinatura dos tratados desiguais desencadeou uma série de ações antiimperialistas, ocasionando várias mortes de estrangeiros no país. A Inglaterra exigiu uma indenização de cem mil libras esterlinas pela morte de um cidadão britânico de nome Richardson, mais vinte e cinco mil libras pelos demais cidadãos feridos em outras circunstâncias. Além disso, determinou que os responsáveis pela morte do cidadão britânico fossem sumariamente executados, e diante de tropas da Marinha Britânica. Fizeram ameaças de medidas punitivas em caso do governo japonês não acenar positivamente às suas reivindicações.

Curiosamente, apesar de a Inglaterra ser o agressor, o jornal Correio Paulistano publicou, em 10 de setembro de 1863 uma curta matéria sobre a questão, apontando que

[...] diferentes insultos bárbaros, cometidos no Japão contra súditos ingleses, exigiram da parte da rainha pedido de reparação. Sua magestade espera que o

¹⁵⁰ HOBBSAWM, 1994, p. 48.

governo do Japão atenderá a esta exigencia sem que seja preciso recorrer a medidas coercitivas para apoiá-la.

É importante tomar em consideração que o jornal *Correio Paulistano* sempre publicava as suas matérias sobre o Oriente geralmente com um atraso no mínimo superior a um mês, decorrente da própria dificuldade de comunicação da época.¹⁵¹

O xogum continuava titubeante em relação aos “bárbaros ocidentais”¹⁵² e por este motivo, que se somou às exigências britânicas, os *daimios* e a população em geral lançaram-se contra os navios e casas dos ocidentais em data previamente estipulada. Neste momento os ocidentais, principalmente os ingleses, mudaram o tom do discurso, deixando de lado a exigência do pagamento da indenização e apelando para um repentino senso de paz e fraternidade. Os Lealistas, contudo, fizeram imprimir panfletos que foram distribuídos pela população com uma mensagem que

[...] entre muitas coisas, dizia:

“Com que então esse Colosso Europeu, esse roncador atrevido, até aqui tão arrogante nas suas indevidas reclamações, encolhe-se agora diante do perigo, porque, diz ele, receia lhe matem a mulher e os filhos?

Mas não foi o perigo que os foi buscar à casa; foram eles que vieram buscar o perigo à casa alheia! Que se agüentem! Se lhes é duro o transe, mais dura é a pedra em que a sua audácia nos converteu o coração! Tremem pela mulher, os filhos; e nós?

Continua o documento distribuído pelos Lealistas:

Nós acaso não teremos também família, que vivia feliz e tranqüila ao nosso lado, e agora se vê, talvez para sempre, privada do seu chefe que, em vez de cuidar dela; anda a aventura das armas para defender a outra sua família maior, que é a pátria? Que é feito das tais medidas coercitivas do famoso Almirante Kuper? Pois então, apesar de todo esse espetaculoso aparato de força; apesar dessas numerosas máquinas de guerra contra as quais só temos para opor o nosso brio nacional; apesar da tão celebrada ciência e tão decantada coragem desses orgulhosos donos dos mares alheios; apesar dessas dragonas de ouro e desses chapéus de pluma que fizeram rebentar de medo o Imperador da China nas profundezas empedradas de Pequim; pois, apesar de tudo isso, nós os japoneses, esparsos e mal disciplinados,

¹⁵¹ Todas as citações de jornais, doravante feitas nesta monografia, foram decorrentes de longa e exaustiva pesquisa com o fim de fundamentar determinados pontos que não foram satisfatoriamente abrangidos, mesmo que indiretamente, pela historiografia.

¹⁵² “Bárbaros lhe chamavam os filhos do país, e com razão, porque bárbaro não é só o que comete barbarias, é também todo aquele que comete barbaridades.” (OLIVEIRA LIMA, 1899, p.37).

sem outra arte na guerra mais do que a luta corpo a corpo e sem outra força além da própria coragem e da convicção patriótica, por tal modo os aterroramos que, à primeira notícia de um ataque eventual, declaram-se impotentes para defender o território cinicamente ocupado contra a vontade do dono, e escondem-se atrás das saias da família, a pedir pazes com fementidas palavras de ternura?

O folhetim dos Lealistas conclui:

Para que então gritaram tão alto? Por que nos ofenderam, se não tinham coração para resistir? Não! Nós, como o nosso Imperador, não queremos a paz, nem queremos amizade com estrangeiros! Guardem eles para si a sua civilização e os seus progressos e com eles se fartem para longe de quem lhos não pediu! Resistiremos até o fim! Se os degenerados Tokugawas conseguirem reter os Daimios, não conseguirão jamais reter o nosso ódio mortal e a enorme sede de vingança que nos devora; e nós, que já não temos outro chefe, além dos deuses e do Micado, havemos de tapar com terra a boca que nos insultou!¹⁵³

Foi enviada uma missão dos países ocidentais, que portava proposta de paz para o imperador. Ele respondeu

[...] a todos os representantes diplomáticos estrangeiros as seguintes singelíssimas palavras:

Meu povo não quer relações com estrangeiros. A cada momento a gente do país está matando ou está com vontade de matar ingleses, e a Inglaterra quer que se pague. O meu Governo fez já quanto pôde a ver se as coisas se acomodavam, nada, porém conseguiu, nem conseguirá, em razão do entranhado ódio do meu Povo pelos estrangeiros; ódio que aperta de dia para dia que nem o sol do mês de agosto. Assim resolvi fechar definitivamente os portos e convidar por bem os estrangeiros a que se retirem do país para evitar novas questões.¹⁵⁴

Em 25 de setembro de 1863, o jornal Correio Paulistano fez um pequeno registro sobre as “notícias das folhas francezas”, segundo as quais “[...] o Mikado ordenara que os estrangeiros fossem expulsos e não se permitisse a entrada dos portos”.

A essa declaração do imperador se seguiu uma tentativa de apoio anglo-francês ao xogum, em mais um entre diversos casos escandalosos de ingerência em assuntos internos dos países asiáticos, fato que o escritor brasileiro Aluísio de Azevedo (então Vice-Cônsul brasileiro em Yokohama) pôde analisar muito de perto enquanto diplomata brasileiro, uma vez que ocorreram apenas três décadas antes da chegada do brasileiro ao país. Azevedo (1899, p.44) afirmou que este episódio não é narrado “de modo claro e positivo nos seus

¹⁵³ AZEVEDO, 1899, p. 43-44.

¹⁵⁴ Ibid., p.44.

livros” (dos europeus e norte-americanos), apesar de ser “histórico corrente em todas as crônicas japonesas.”¹⁵⁵

Mori Daizen, o famoso *daimio* de Choshu (conhecido como Príncipe de Nagato por ser de uma das famílias possuidoras de vínculo consangüíneo com o imperador), obedecendo à data de expulsão ordenada pelo imperador, ordenou um ataque do seu séquito a todos os navios estrangeiros que atravessassem o estreito de Shimonoseki. Apesar da inferioridade de seus navios o príncipe arremeteu juntamente com seus samurais contra os *gunboats* ocidentais. Tal ataque foi iniciado em 16 de julho de 1863, e encerrado em 14 de agosto de 1863, tendo como resultado o bombardeamento de vários navios de guerra estrangeiros e o incêndio de um navio holandês.

Um dia depois aconteceu um ataque da Marinha Real Inglesa, entre 15 a 17 de agosto do mesmo ano, mas direcionado ao feudo de Satsuma (atual Kagoshima), no extremo sul do Japão, tendo como pretexto o assassinato de, Richardson, um cidadão britânico, tempos antes. Após este ataque ao feudo de Satsuma (Kagoshima), a Inglaterra participou de uma ofensiva em conjunto com franceses, holandeses e estadunidenses, bombardeando também Shimonoseki (feudo de Choshu). Em 25 de dezembro de 1863, o jornal brasileiro Correio Paulistano fez a seguinte menção à guerra, com o habitual atraso decorrente da demora do sistema de comunicação da época:

No Japão, a guerra contra os estrangeiros continua: e, por notícias vindas da Califórnia, consta que o almirante Kupper, commandante da esquadra que destruiu a cidade de Kagosima, tinha sido repellido, com grande perda, em um ataque contra outra cidade japoneza Kamaida, pertencente a um parente do príncipe de Sotsuna.

Após a ofensiva em conjunto com franceses, holandeses e estadunidenses, bombardeando Shimonoseki, os Lealistas (encabeçados pelos *daimios* de Choshu e Satsuma) tiveram que rever, temporariamente, seu posicionamento. Os dois *daimios* (apelidados de *Satcho*)¹⁵⁶ viram-se temporariamente forçados a renunciar à expulsão dos bárbaros, limitando-se apenas ao esforço pela queda do xogunato Tokugawa.

¹⁵⁵ Ibid., p. 44.

¹⁵⁶ Sat, extraído do nome do feudo de Satsuma e Cho, do nome do feudo de Choshu.

Em 25 de dezembro de 1863, o mesmo jornal publicou outra notícia (com o habitual atraso em relação ao tempo real do desenrolar dos fatos), segundo a qual

[...] no Japão, a guerra contra os estrangeiros continua: e, por notícias vindas da Califórnia, consta que o almirante Kupper, comandante da esquadra que destruiu a cidade de Kagosima, tinha sido repellido com grande perda, em um ataque contra outra cidade japoneza Kamaida, pertencente a um parente do principe de Sotsuna.

Em 24 de janeiro de 1864, o jornal Correio Paulistano publicou ainda que

[...] no Japão continuava o Taicoun a estar em boas relações com os representantes europeos. Na assembléa dos Daimios reunida em Osaka por ordem do Micado foi resolvido não ser opportuno declarar guerra aos estrangeiros; tal resolução diminuía o prestigio do Micado enquanto aumentava o do Taicoun. Este tinha mandado prender os assassinos do tenente francez Comuz, ficando elles presos na fortaleza de Yokahoma á espera do julgamento. Das ultimas noticias resultava ter sido celebrado entre o Taicoun e os representantes de Inglaterra e França um accordo em virtude do qual o Taicoun cedia dois presos aos europeos em troca de Kanagawa que lhe devia ser entregue.

Durante esse período entremeado por várias escaramuças, o Japão continuava no seu esforço pela modernização em todos os setores sociais, inclusive no conhecimento bélico. Em 16 de janeiro de 1864, o jornal Correio Paulistano publicou uma sátira sobre o aprofundamento no conhecimento bélico por parte do Japão:

Para prova do progresso da artilharia no Japão conta-se o seguinte:

Há tempos, querendo o governo dos Estados Unidos manifestar a sua sympathia ao Japão, mandou uma fragata de guerra, e a bordo della um habil official de artilharia, encarregado de dirigir e aperfeiçoar as fundições no Japão.

Este official, quando desembarcou, foi muito bem recebido, e conduzirão-o a visitar as fundições e arsenaes militares.

A noite regressou o official americano a bordo da fragata, onde os seus companheiros o esperavão impacientes.

- Então, lhe disserão que ensinaste a esses bárbaros?

- Nada, respondeu o official; porém aprendi muito.

- E que aprendeste?

- Aprendi que em tudo o que respeita á artilharia sabemos muito pouco comparativamente aos japonezes.¹⁵⁷

¹⁵⁷ “Taicoun” era um dos títulos do representante máximo do Xogunato Tokugawa, enquanto que a palavra “Micado” refere-se ao imperador.

Sobre a indenização cobrada pela Inglaterra ao Japão, o diplomata e escritor brasileiro Aloísio de Azevedo relata que, não podendo lançar a conta ao imperador, aos *daimios* ou ao povo japonês, o ministro inglês encontrou-se com o último dos Tokugawa para entregar-lhe a cobrança da indenização, prometendo-lhe, em troca, apoio na manutenção do xogunato. Segundo o ministro, havia a necessidade de satisfazer a solicitação indenizatória da coroa inglesa, que segundo Azevedo, foi paga às 04 horas da madrugada do dia 24 de agosto de 1863, em segredo. Azevedo nos descreve o episódio:

E o que a isto se seguiu é inacreditável. O Xogum que, apesar de tudo, dispunha ainda do Tesouro Público e era por si mesmo e sua família imensamente rico, entrou com o Ministro Inglês no seguinte acordo. Pagava as cento e cinquenta e cinco mil libras esterlinas, mais o que fossem, porque a questão não era de dinheiro; pagava, com uma condição, porém – o Ministro Inglês havia de comprometer-se, sob palavra de honra, a guardar segredo, de modo que o fato não transpirasse dentro do Japão e que jamais, em nenhuma hipótese, fosse sabido pelo Micado, nem pelo povo.

O inglês aceitou. Pudera! E a indenização foi efetivamente paga em segredo, às quatro horas da madrugada do dia 24 de agosto de 1863. O dinheiro foi levado à Legação da Inglaterra em carretas de mão e dentro de cunhetas abarrotadas de muito boa moeda de prata e ouro.¹⁵⁸

Ao saber de tal “baixeiras que se mercadejavam no balcão da Chancelaria Londrina”, Mori, o príncipe de Nagato,

[...] corre às fortalezas do litoral, denuncia o revoltante caso e toca com seus três frágeis navios para as águas de Chimonoseki na entrada do Mar Interior, onde se ostentavam vasos de guerra de todos os Estados ocidentais com pretensões no Japão, e aí, cercado de seus samurais intransigentes e protegido pelas baterias de terra, lavrou o protesto da honra nacional, cuspidendo balas sobre aqueles, do primeiro ao último, ao mesmo tempo, sem medir forças, nem escolher bandeiras. Bombardeou o navio inglês Euryalus, os franceses Kien-Chan, Tancrede, os norte-americanos Pembroke e Wyoming, o alemão Semiramis, e o holandês Medusa, que ficou incendiado, a arder no meio daquelas águas profanadas, com a triunfante pira do patriotismo, ali acesa por um raio vingador para iluminar a eterna desafronta.

Agora, que vencessem os estrangeiros! Só venceriam já esbofeteados!¹⁵⁹

No dia 10 de fevereiro de 1865, o jornal Correio Paulistano publicou (com o habitual atraso com que os periódicos brasileiros noticiavam eventos do longínquo Extremo Oriente)

¹⁵⁸ AZEVEDO, 1899, p. 45.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 45.

uma matéria segundo a qual “[...] no tratado com o Taicoun no Japão as potências europeas estipularam uma indemnização de 18 milhões de francos e a abertura de um porto no mar interno”.

No dia 24 de fevereiro de 1865, o Correio Paulistano publicou uma nota segundo a qual “[...] no Japão foram assassinados doze officiaes inglezes”. Após muitos protestos, as potências ocidentais tomaram parte de Kanagawa como represália ao ocorrido, exigindo para a devolução desta que o Japão lhes entregasse os assassinos de Comuz, tenente francês. Após penoso embate entre as forças do mikado e do xogunato, ficou decidido que tais assassinos seriam entregues às autoridades estrangeiras¹⁶⁰, conforme publicado na edição de 24 de janeiro de 1864 do jornal Correio Paulistano:

No Japão continuava o Taicoun a estar em boas relações com os representantes europeos. Na assembleia dos Daimios reunida em Osaka por ordem do Mikado foi resolvido não ser opportuno declarar a guerra aos estrangeiros; tal resolução diminuía o prestígio do Micado, em quanto augmentava o do Taicoun. Este tinha mandado prender os assassinos do tenente francês Comus, ficando elles presos na fortaleza de Yokahoma à espera do julgamento. Das ultimas noticias resultava ter sido celebrado entre o Taicoun e os representantes de Inglaterra e França um accordo em virtude do qual o Taicoun cedia dois presos aos europeos em troca de Kanagawa que lhe devia ser entregue.

Já na edição de 10 de fevereiro de 1865, do mesmo jornal, noticiou-se que “[...] no tratado com o taicoun no Japão as potencias europeas estipularam uma indemnização de 18 milhões de francos e a abertura de um porto no mar interno”.

Em 24 de agosto de 1866, ascendeu ao poder o último dos xoguns, Tokugawa Yoshinobu, 15º na linha de sucessão, na qual o primeiro Xogum fora Togugawa Ieyasu. Nascido com o nome de Tokugawa Keike, foi nomeado regente do conselho Roju em 1862, pouco depois do assassinato de Ii Naosuke, com o objetivo de evitar uma autodestruição do shogunato Tokugawa, após anos de mal governo do seu sucessor o xogum Tokugawa Iemochi. Enquanto regente do conselho adotou diversas medidas para conter as rebeliões internas, lideradas principalmente pelo clã Choshu, ao mesmo tempo em que tentava corrigir os erros do xogum anterior em relação às potencias imperialistas ocidentais.

¹⁶⁰ Tal decisão custaria um aprofundamento ainda maior da cisão entre o xogunato Tokugawa e os vários daimios que apoiavam o imperador contra a invasão estrangeira, principalmente o daimio de Satsuma.

Foi bastante restivo em aceitar o cargo de xogum, que havia ficado vago com a morte de Tokugawa Iemochi, em 1866. Ao assumir o posto, Tokugawa Yoshinobu estabeleceu imediatamente um plano de reforma do xogunato, sendo que as principais mudanças foram feitas nas forças armadas. O xogum aumentou e modernizou as forças armadas com know-how da França e equipamento bélico mormente adquirido dos Estados Unidos.

É imperativo considerar que ainda no governo do último dos Tokugawa, o Japão já havia adquirido quase dez encouraçados, o que demonstra uma preocupação crescente do país, mesmo antes da Revolução Meiji, em se armar contra a invasão imperialista ocidental. Ainda no ano de 1867 o primeiro “vapor encouraçado japonês” aportou no Brasil, conforme apontou o jornal O Ypiranga:

Fundeou hontem em nosso porto um vapor encouraçado japonez, primeiro desta nação que aqui chega, o qual, tendo pertencido outr’ora á marinha de guerra americana, foi depois vendido ao governo do Japão. Tem Elle 75 praças de guarnição e monta 4 peças de grosso calibre.

Á seu bordo estão, como officiaes, dous fidalgos de alta estirpe japoneza, próximos parentes do taicum. Chamam-se Ogasawara Kense e Eiwata Haisakú e são tenentes de marinha.¹⁶¹

Yoshinobu tentou reorganizar o shogunato sob a esfera de influência do Micado, como forma de garantir um maior apoio do imperador contra uma nobreza cujo descontentamento era crescente, insatisfação esta que atingia vários clãs, dentre os quais os clãs Chosho e Satsuma eram os mais proeminentes. Uma vez que um número crescente de daimios se colocava ao lado dos Satsuma e dos Chosho, o xogum e outros senhores feudais que o apoiavam optaram por devolver o poder ao imperador, que governaria apoiado em um conselho de daimios apoiados pelos Tokugawa, o que aconteceu em 9 de novembro de 1867. Tal restauração imperial, nos moldes do clã Tokugawa e seus aliados, não foi aceita pelos clãs Satsuma e Choshu, que em 3 de janeiro de 1868 anunciaram a restauração imperial em outro modelo. Em 11 de março de 1868, o jornal Correio Paulistano anunciava “a abdicação do Taicoun” com dois meses de atraso.

¹⁶¹ O Ypiranga, São Paulo, 29.10.1867.



Imagem 9: Tokugawa Yoshinobu Disponível em: <<http://japanese3209spring08.blogspot.com.br/2008/03/information-for-410-test-history-and.html>>. Consulta feita em : 15/09/2010.

Os países ocidentais além de saberem que o Japão era muito mais organizado que os demais países asiáticos e, portanto, mais forte, tinham também a noção de que – ao contrário do trono chinês, que neste período havia perdido a representabilidade pertinente aos honoráveis imperadores de outrora – o *Tenno*, imperador japonês, era representante da unidade nacional. Sabiam que se quisessem dominar o país do sol levante deveriam tomar cuidado com este ícone nacional, evitando uma afronta direta a ele, o que resultou em mudanças nas suas políticas para com o Japão após o ocaso do xogunato Tokugawa e ascensão do imperador Mutsuhito. Sobre a dificuldade dos ocidentais em contestar o imperador japonês nos relata ainda Azevedo que

[...] pretender destronar o Micado era pisar muito mais em falso ainda do que ter tomado o Xogum pelo Imperador do Japão como fizeram na primeira descaída. Seria mais fácil arrasar o Fuji Yama (Monte Fuji) ou transladar para a Califórnia o Daibutsu, como diligenciaram os yankees na sua impertinente megalomania do que pôr abaixo o divino espectro de Quioto do místico pedestal em que havia dois mil e duzentos anos que imperava.¹⁶²

¹⁶² AZEVEDO, 1899, p. 45.

A partir da era que ora se iniciava, as potências ocidentais modificaram sua forma de negociar com o Japão. Embora continuassem pressionando pela manutenção de seus interesses no arquipélago, passaram a fazê-lo com mais cuidado. Gradualmente as relações entre o Japão e o Ocidente tornaram-se menos desiguais.

4 – A ERA *MEIJI* (1867 – 1912)

Para satisfazer às diversas forças sociais que inspiraram a Revolução *Meiji*, para fortificar o Japão face aos ocidentais, para alargar as bases da atividade econômica nacional, é preciso destruir completamente o aparelho feudal do Estado. (CHESNEAUX, 1976, p. 44).



Imagem 10: Imperador Mutsuhito, o Imperador Meiji.

Disponível em <http://rodrigosevilha.com/tag/imperador-meiji/> Consulta feita em 29.11.2011.

Com a instauração da Era Meiji, após a morte do imperador Komei e ascensão do imperador Mutsuhito (ele próprio fortemente influenciado pelos reformadores), o novo imperador escolhe como nome de seu reinado o termo Meiji (governo esclarecido). A partir

do reinado do imperador Mutsuhito, o Japão passa a destruir o aparelho feudal do Estado, no intuito de fortalecer o Japão face aos ocidentais e de alargar as bases da atividade econômica nacional. É então abolido o estado de castas e é implantado o regime de serviço militar obrigatório, o que enfraquece e extingue a casta samurai. Outra importante reforma foi feita na educação, modernizando e preparando o Japão para o salto rumo à sua independência face ao Ocidente.

As mudanças incrementadas pela coalizão em torno do imperador, quando da tomada do poder, causaram diversas insatisfações entre membros da recém-extinta casta samurai, que além de haver perdido a distinção a ela devida (como a interdição ao corte característico em seus cabelos e do uso do *katana*¹⁶³), ainda perdeu vários privilégios, com considerável diminuição nas rendas dos samurais. O acesso de camponeses e pescadores à condição de militares acirrava ainda mais tal descontentamento.

A perda de influência dos ex-samurais da província de Tosa, sendo preteridos para os de outras províncias na ocupação dos principais cargos do novo governo também insuflou a agitação, com o deslocamento de boa parte destes para o grupo que apoiava o movimento contrarrevolucionário. Aliaram-se ao grupo leal ao xogum, que já se encontrava em luta pela restituição do xogunato. Em torno desse movimento havia ainda alguns camponeses, operários e parte da pequena burguesia.

Em janeiro de 1868 ocorreu o início da Guerra *Boshin*, entre as novas forças armadas do imperador, (encabeçados pelos clãs Satsuma e Choshu, descontentes com a antiga política do xogunato) e as forças dos Tokugawa, estas últimas formadas por tropas do xogum e *daimios* que lhes eram leais, agora somadas aos samurais de Tosa. Apesar da deposição de Tokugawa Yoshinobu em 03 de março do mesmo ano, suas tropas e seus partidários continuaram lutando por um longo tempo, fundando a República de Enzo em 25 de dezembro de 1868, ao norte do Japão, e conseguindo resistir até maio de 1869, quando aconteceu a rendição de Enomoto Takeaki – líder do movimento – às tropas imperiais, composta por membros oriundos sobretudo da classe camponesa e armada com o que havia de mais moderno.

Com a queda do xogunato Tokugawa, após 265 anos do regime, houve uma reorganização das forças políticas em torno do imperador Mutsuhito, que escolheu uma

¹⁶³ Espada do tipo sabre japonesa.

denominação para o seu reinado: *Meiji* – “governo esclarecido” (claramente influenciado por princípios iluministas) – adotando uma série de medidas para modernizar suas leis, costumes e processos, além de ações para rapidamente industrializar o país; que visaram fortalecer o Japão em relação aos países imperialistas ocidentais, evitando que o país se tornasse mais uma colônia européia na Ásia, dando início ao *Meiji Ishin* (Reforma de *Meiji*). Por meio de uma coalizão, que com ele e em seu nome governava o Japão, passou a responder, desde 03 de março de 1867, às expectativas e necessidades do país face aos novos desafios que se lhe impuseram, principalmente à contínua imiscuidade dos interesses europeus nos assuntos políticos e econômicos nacionais, adotando o modelo de monarquia constitucional, tomando como base o modelo da Prússia, onde o imperador dividia poderes com membros da aristocracia nipônica.

O imperador Meiji, ciente dos desafios impostos pelas principais potências imperialistas ocidentais, tratou de modificar todas as bases do Japão, não somente as estruturas econômicas e políticas, mas preocupando-se também com o fortalecimento do setor militar, investindo na medida do possível em material bélico, ainda que de forma modesta.

O novo governo sabia que da rápida adequação do país ao novo cenário que se lhe apresentava dependia a segurança do Japão. Panikkar assinalou que:

O entusiasmo dos japoneses pela ciência ocidental era sincero. Uma fração pelo menos da *intelligentsia* japonesa não manifestava, ao contrário dos chineses, nenhum preconceito contra o saber “europeu”, e logo se dera conta de que era necessário conhecer as ciências do Ocidente para proteger o país contra o mesmo.¹⁶⁴

Tal afirmação do historiador indiano corrobora com as disposições contidas neste trabalho ao afirmar que a preocupação em modificar urgentemente a sociedade japonesa em suas bases econômicas, políticas e sociais estava diretamente relacionada à proteção do país. Chesneaux, de igual forma, aponta que “para fortificar o Japão face aos ocidentais, para alargar as bases da atividade econômica nacional, é preciso destruir completamente o

¹⁶⁴ PANIKKAR, 1997, p. 208.

aparelho feudal do Estado”¹⁶⁵, sugerindo também o historiador francês que as medidas modernizadoras tomadas pelo novo governo tinham como um dos seus objetivos tornar o país forte frente às potências do Ocidente, o que também é confirmado por Behr, quando cita um documento japonês:

“Não há um pedaço de chão no império que não pertença a ele”, dizia um documento das famílias, lembrando que “o poder imperial declinou e as classes militares usurparam o poder no passado recente. Agora que o poder imperial é restabelecido, como poderíamos conservar domínios de terra que pertencem ao imperador e governar pessoas que são seus súditos? Nós, por conseguinte, reverentemente oferecemos todas as nossas possessões feudais para que um governo unido possa prevalecer em todo o império. Dessa forma o país será capaz de se colocar em condições de igualdade com as outras nações do mundo.” Sem esse ato de lealdade, a “restauração *Meiji*” teria vida breve, e o Japão não teria sido capaz de exercer tão rapidamente um papel ativo no cenário mundial, após emergir de seu isolamento. Era o medo de se tornar uma outra China que estava por trás desse ímpeto de estadista, juntamente com a determinação de negar às potências ocidentais o monopólio na aquisição das “Concessões Internacionais” chinesas.¹⁶⁶

Os lemas do governo Meiji eram *Fukoku Kyohei* (enriquecimento da nação e fortalecimento das forças militares) e *Bunmei Kaika* (civilização e ilustração), e estas metas deviam ser cumpridas com a máxima busca da tecnologia ocidental, conforme necessidades prementes assinaladas anteriormente neste trabalho e ratificadas pelos historiadores Panikkar e Chesneaux. Em 1872 o imperador decretaria que a educação passaria a ser obrigatória. A partir daquele decreto o ensino de ciências passou a somar com o ensino da matemática e da língua japonesa. O ensino de línguas estrangeiras também recebeu atenção, com priorização do inglês seguido do alemão. Podemos perceber por meio dos lemas o intuito de fazer frente às novas necessidades impostas pelo neocolonialismo ao Japão.

Os japoneses sabiam que a permeabilidade a interesses colonialistas ocidentais havia levado outras nações asiáticas à condição de submissão. Todas haviam sido prostradas face ao poderio imperial de nações ocidentais, bem como pelo uso destas de métodos inescrupulosos para tomada do poder, reduzindo-as a “protetorados” ou a simples colônias, onde independente da terminologia aplicada os outrora cidadãos passavam à condição de subumanos. E com ela se seguia conseqüente aplicabilidade de toda a carga possível de

¹⁶⁵ CHESNEAUX, 1976, p. 44.

¹⁶⁶ BEHR, 1991, p. 34.

exploração justificada na “necessidade de tutela” para aqueles que os neocolonialistas consideravam como em meio caminho no processo civilizatório.

O Imperador Mutsuhito, ou *Meiji Tenno* (Imperador Meiji), como era pronunciado em seu idioma, promulgou os fundamentos de seu governo em uma Carta de Juramento, com o intuito de anunciar os sentidos da restauração, que eram “justiça” e “oportunidade”. A “Carta dos Cinco Artigos”, datada de 06 de abril de 1868, possuía o seguinte teor:

“Será convocada uma Assembléia para resolver assuntos de Estado, no sentido de dar importância à opinião pública, no intuito de:

I- Zelar pelo bem-estar de toda a Nação pela união de todas as classes. Esse bem-estar será objeto dos esforços incessantes dos governadores e governados, a fim de que se promova uma ativa estratégia política.

II- A prática da discussão e argumentação deverá ser adotada por todos, e todas as divergências deverão ser ponderadas em debates imparciais.

III- Do mais rico ao mais pobre, todos deverão ter uma só aspiração, e a ordem social deverá ser perfeitamente mantida. Todos os súditos; funcionários civis e militares darão o melhor de si e se concentrarão em um único objetivo, de que os direitos de todas as classes sejam assegurados, onde todos possam realizar suas aspirações, perseguindo sempre seus objetivos legítimos, de forma a garantir a satisfação das aspirações nacionais.

IV- Todos os usos absurdos e obsoletos serão abandonados, adotando como base os costumes seguidos no mundo. A justiça e a retidão regularão todas as ações.

V- Procurar o conhecimento em todas as partes do mundo, reforçando-se assim os fundamentos do nosso império.”

De acordo com esta carta de intenções ficava clara, em primeiro plano, a busca incessante por conhecimento e educação. Os *rangakushas*¹⁶⁷ ficaram encarregados de seguir para o exterior, juntamente com técnicos e estudantes, enviados em número muito superior ao que era o usual para, após o prazo de suas formações, retornarem ao Japão. Seriam os responsáveis por difundir o conhecimento obtido, cuja multiplicação no país seria possibilitada por sólidos investimentos do Estado japonês na educação. Muitos deles se

¹⁶⁷ Conselheiros do imperador; considerados os sábios do império.

tornaram professores e conselheiros do novo Estado. Também ficaram responsáveis os sábios do império por convidar técnicos estrangeiros de todas as áreas ao Japão para multiplicar novos conhecimentos. O esforço foi tão titânico, que em menos de 25 anos o Japão já havia completado o processo total de absorção do conhecimento tecnológico desejado, denodo esse provavelmente resultante do sentimento de humilhação desde a chegada dos navios negros do comodoro, mas também do sentimento cívico, que no caso dos japoneses compreende uma noção um pouco diversa do patriotismo ocidental. Para os nipônicos, todos os membros daquela etnia fazem parte de um único grupo, com ascendência, passado, presente e futuro em comum.

A coalizão em torno do imperador Meiji procurou desfazer ao máximo as bases do aparelho feudal e do poder dele emanado, além de quaisquer instituições criadas durante o xogunato Tokugawa. Aboliu as quatro classes sociais: *daimios*, samurais (classe militar que sustentava o poder dos primeiros), comerciantes e camponeses – sendo que estes últimos eram os mais expropriados pelos modos de produção e sistema político anterior e continuaram pagando a conta do estado. Adotando essas medidas o imperador pôde não somente modernizar o Estado, mas tais ações permitiram ainda o esfacelamento de uma infraestrutura arcaica e, sobretudo, de onde se originavam diversos aspectos superestruturais que empoderavam ou davam *status* a muitos de seus opositores.

O Japão, que neste momento já se encontrava em um “estágio de desenvolvimento”¹⁶⁸ ulterior às demais nações asiáticas¹⁶⁹, se deliberou a aprender a ciência estrangeira com uma tenacidade inigualável (ao contrário da China, que recusou o conhecimento ocidental), com o propósito único de não sucumbir. Mais do que isto, em lugar de buscar exclusivamente um enfrentamento com as potências estrangeiras, o que levaria à sua ruína, o Japão adaptou-se às suas condições, buscando todo o conhecimento técnico e científico ocidental, mas impondo os limites possíveis a estas potências para salvaguardar o máximo de liberdade possível às reformas necessárias para colocá-lo em pé de igualdade com o

¹⁶⁸ De acordo com a noção de desenvolvimento eurocêntrica, com a qual não compactua o autor desta monografia.

¹⁶⁹ Desde segunda década do século XIX o xogunato Tokugawa havia dado sinais de haver percebido as mudanças que se operavam no exterior, sendo um indicativo desta percepção o fato de que ainda antes do período *Meiji* o número de estudantes japoneses enviados ao exterior havia aumentado expressivamente. Contudo, foi após a abertura forçada ao Ocidente e início da Era *Meiji* que o Japão pôde perceber melhor os riscos que inerentes ao seu descompasso em relação ao desenvolvimento nos âmbitos científico, militar, social e econômico.

Ocidente pós Revolução Industrial. Estas se deram, inicialmente, por meio de um edito imperial, em 1871, tendo o claro intuito de fortalecer o Japão face aos ocidentais e de alargar as bases da atividade econômica nacional, atendendo às expectativas das bases políticas e econômicas que o levaram ao poder.

Enquanto as potências ocidentais organizavam as mesmas municipalidades que já existiam nos portos abertos da China e esperavam que discórdias civis enfraquecessem o Japão para então domina-lo, os japoneses se uniam em torno da figura do seu imperador, aplicando-se tenazmente na estruturação de seu país; buscando todo o conhecimento que o Ocidente lhe colocava ao alcance, embora salvaguardassem a ideologia nacional e o propósito de liberdade.

Alteraram boa parte da arcaica estrutura social redimensionando suas relações sociais e fizeram uma nova Constituição e um sistema jurídico moderno, dando ao país o aspecto de uma nação moderna, aos moldes ocidentais, como forma de obter destas o máximo de respeito possível a uma nação semicolonizada. Essas transformações permitiram ao país tornar-se o único país asiático a atingir o mesmo desenvolvimento e modernidade dos ocidentais sem precisar passar necessariamente por um processo histórico-capitalista tradicional, comum a essas nações.

Apesar das adaptações ao *modus vivendi* ocidental, os japoneses procuraram manter intacta a ideologia nacional, o que significa que apesar do projeto de modernização tomaram o cuidado de resguardar a cultura e as tradições japonesas. Oliveira Lima, dissertando sobre a inserção da cultura ocidental no país, assegura que:

[...] Os japoneses, adotando-a por dura necessidade, afeiçãoaram-se, primeiro por novidade e depois por hábito, a muitas das peculiaridades da civilização ocidental, e com isto pareceram tornar-se mais suscetíveis de exame e compreensão. De todos os orientais são eles, de resto, os mais curiosos de saber e os mais maleáveis no tratar. Vivos, inteligentes, ladinos, flexíveis, por isso mesmo, porém, mais facilmente se esgueiram e fogem à pretensiosa análise do europeu, que sabe hoje tanto sobre a alma japonesa quanto sabia no tempo de Ieyasu, o grande xogum que farejou quão pernicioso estava sendo ao Império a convivência com os estrangeiros.¹⁷⁰

¹⁷⁰ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 33.

O Imperador Meiji implantou o regime de serviço militar obrigatório, enfraquecendo e extinguindo a casta samurai e facultando a partir desse momento o acesso para cidadãos de todas as classes à carreira militar. Outra importante reforma foi feita na educação, modernizando e preparando o Japão para o salto rumo à sua independência frente aos ocidentais. Em relação ao imposto cobrado dos camponeses japoneses, estes últimos deixaram de pagá-lo em percentual sobre o arroz produzido para fazê-lo pelo imposto sobre a terra, em dinheiro, com o que se depreende que boa parte da dita “revolução” *Meiji* foi feita à custa do campesinato, uma vez que boa parte do esforço para a evolução dos setores econômico, tecnológico e militar japoneses foi transferido para esta classe trabalhadora – que passou a ser ainda mais sobretaxada, após a conversão da tributação sobre produção para a taxaçoão sobre as propriedades. Concorreu ainda para a complementação das receitas o obtido com os bens confiscados aos Tokugawa, além de empréstimos internos e externos.

Este é um dos principais motivos para que alguns considerem o movimento como um golpe de Estado com retomada dos poderes imperiais, uma vez que a classe camponesa continuou oprimida (temporariamente ficou ainda mais oprimida do que no antigo regime) e sem direito a voz política; os samurais foram substituídos por uma nova classe militar apenas no intuito de enfraquecer os senhores que eram opositores do novo sistema; e os comerciantes continuaram meros comerciantes, havendo no fim das contas apenas um deslocamento horizontalizado do poder de uma parcela dominante de senhores feudais para outro grupo organizado em torno do Imperador do Japão (também oriundo das principais famílias japonesas).

Tal mudança beneficiou os novos detentores do Estado pela redistribuição do poder, ocupando todos os postos importantes nos ministérios e demais cargos de maior importância que eram criados. Apesar disso houve várias outras modificações nas instituições japonesas, o que leva a crer que o golpe de Estado teve pelo menos algumas características revolucionárias – todas essas medidas destinadas a reformar o país e colocá-lo em condições de não sucumbir frente aos novos desafios impostos ao país no contexto do colonialismo, além de buscar igualá-lo tanto quanto possível às potências européias. Behr considera que:

Enquanto país relativamente pequeno, um grupo de ilhas próximo à China, o Japão não podia ficar calmamente observando a Grã-Bretanha consolidar seus enclaves ao longo da costa chinesa, a França mover-se para dentro da Cochinchina e o Camboja, e a Rússia anexar parte da Manchúria chinesa, sem temer por sua própria

integridade. A melhor defesa era o ataque, o que explica por que, sob *Meiji*, o Japão enfrentou as potências ocidentais invasoras, primeiro ao estender sua influência sobre a Coreia, depois de uma guerra-relâmpago com a China, mais tarde fornecendo um enorme contingente para socorrer Pequim durante a rebelião dos Boxers de 1900 (as tropas japonesas foram as únicas que não praticaram saques) e finalmente ao desafiar a Rússia na questão da Manchúria.¹⁷¹

O Estado, em novas mãos, procurou investir também na criação das bases necessárias ao desenvolvimento da economia japonesa, construindo portos, estaleiros, linhas férreas e indústrias de base utilizando-se para o investimento necessário de empréstimos (internos e externos) e dos bens confiscados do clã Tokugawa, além de associar-se a empresas nacionais. Uma vez que as empresas ou participações do Estado nelas (exceto as de maior interesse estratégico do Estado) tornaram-se lucrativas, foram transferidas em condições vantajosas para outras empresas pertencentes àqueles que agora faziam parte do poder.

Cartéis aos moldes ocidentais foram organizados por estas famílias (*zaibatsu*), sendo que aqueles que se perpetuaram até os nossos dias atuais, com maior renome e força são o Sumitomo e Mitsui. Também neste setor o maior sacrifício coube à classe trabalhadora, sujeita a todo o tipo de exploração – similar à ocorrida durante os primeiros passos da Revolução Industrial na Europa.

Seus esforços de industrialização feitos desde 1868, com o início da era *Meiji*, se fizeram sentir já a partir da última década do sec. XIX, quando o Japão experimentou um considerável crescimento econômico, num momento marcado pela abolição dos tratados desiguais, que permitiam até então a algumas das potências ocidentais como EUA, Inglaterra, Itália, entre outros diversos direitos, entre eles a extraterritorialidade no Japão. Até então estes tratados também impunham ao Japão que este cobrasse taxas muito baixas de importação aos produtos estrangeiros.

¹⁷¹ BEHR, 1991, p. 34.

4.1- A Abolição dos Tratados Desiguais.

No intuito de romper com os tratados desiguais, missões diplomáticas foram seguidamente enviadas ao exterior para negociar, entre outros objetos de suas ações, principalmente o direito de extraterritorialidade outrora concedido às potências ocidentais no período do xogunato. Em 1871 o governo promoveu vários contatos diplomáticos com as potências que haviam sido beneficiadas com tal direito: em 1872 Iwakura Tomomi segue com missão aos EUA. Inicialmente sua comitiva solicitou aos EUA a retirada do privilégio de extraterritorialidade, que colocava os cidadãos estadunidenses sob jurisdição consular, ficando estes, portanto, acima das leis japonesas.

Tal solicitação foi negada sob a alegação de que não existia um sistema jurídico no Japão, o que não correspondia à realidade, mas apenas uma distorção do fato de que existia um sistema diferenciado daquele existente nos EUA. Seria correta, portanto, a aplicação do princípio da reciprocidade, onde o Japão também poderia deixar de reconhecer o sistema jurídico daquele país, mas existiam outras questões envolvidas, como o poderio militar ocidental e a afirmação de princípios de superioridade de “raça” baseados em pressupostos iluministas; principalmente darwinianos. E argumentaram também que não existia um sistema jurídico semelhante ao ocidental no Japão, provavelmente se referindo ao legado do Direito Romano, origem da maioria entre os vigentes no ocidente.

Vários países ocidentais estavam atentos à negociação, principalmente Von Brandt, representante alemão que se dirigiu aos EUA para acompanhar o processo. Procurou, inclusive, a comitiva japonesa e argumentou o alemão que qualquer direito concedido aos estadunidenses deveria automaticamente ser estendido também às demais nações ocidentais. Pouco depois, Ito e Okubo retornaram do Japão com uma carta expedida pelo próprio imperador, autorizando a comitiva a negociar pelo Japão pelo prazo de quatro meses a partir da data da emissão daquele documento, mas àquela altura já era tarde demais. Mais um centelha para alimentar a fogueira de crescente insatisfação com os estadunidenses, que como observou Hobsbawm, “encaravam o Pacífico (ao contrário da Europa) como um campo normal para a ação dos EUA, mais ou menos como a América Latina”¹⁷². O Japão

¹⁷² HOBBSAWM, 1994, p. 48.

abandonou as negociações em junho daquele mesmo ano, dirigindo-se então para o Velho Continente.

A despeito do que ainda hoje ocorre na política internacional, as principais potências manipulavam as regras, sempre criadas por elas mesmas.

Na Europa visitou primeiro a Inglaterra, principal potência do mundo àquela época. Havia, contudo, mudado seus objetivos, destinando sua viagem a conhecer os sistemas, econômico; político; jurídico e, sobretudo, buscando conhecer como se deu o processo de desenvolvimento daquele país. Aprender o máximo possível sobre aquela sociedade era a única forma de se desenvolver de acordo com os novos moldes impostos ao Japão e escapar à colonização.

Apesar de ter aproveitado a viagem para visitar a Europa também em missão diplomática, esta retorna ao Japão sem nenhum conseguir resultado, com o que seguiram tentativas de negociação com o estrangeiro. Contudo, apenas em 1876 que o então secretário do exterior, Terashima Munenori, consegue restituir ao Japão em acordo firmado com os EUA sua soberania em relação à alfândega.

Para conseguir extrair tal acordo com os EUA em 1876 o Japão havia feito uso de uma estratégia na área diplomática. Os nipônicos sabiam que sua maior dificuldade em relação à política externa era a frente única formada pelos países ocidentais contra a Ásia. Fazia-se necessário, portanto, romper esta frente, e para isso buscaram frestas e arestas neste bloco, por onde pudessem fragmentá-lo. Era do conhecimento dos nipônicos que embora formassem uma frente, os países ocidentais brigavam entre si por uma área de influência maior que a dos demais em função tanto do sistema econômico capitalista quanto da ideologia liberal burguesa, construídos concomitantemente; e foi utilizando-se da vaidade e interesses que impulsionavam as discórdias entre aqueles países que os japoneses sutilmente concederam à Itália em troca de uma limitação à sua extraterritorialidade, que seus cidadãos fossem autorizados a viajar pelo interior do país.

Em seguida a frente única começou a dissolver-se: os estadunidenses, que já haviam percebido a diferença do Japão em relação aos demais países asiáticos, tinham pretensões no país, e de certa forma admiravam os esforços nipônicos, firmaram uma convenção que consagrou a igualdade do Japão, e a Rússia empreendeu em 1875 com o país um acordo que rompeu de vez com a unanimidade em torno da superioridade ocidental, ao fechar acordo

em que reconhecia os direitos japoneses sobre as ilhas Kurillas em troca do poder sobre as ilhas Sakalinas. Ao fechar este acordo com a Rússia em perfeita igualdade, o Japão colocava-se em posição de igualdade em relação às demais potências ocidentais. Restava somente eliminar qualquer vestígio do princípio de extraterritorialidade.

O sucessor de Terashima Munenori na pasta, Inoue Kaoru, tentou prosseguir nos avanços, ao negociar o encerramento do direito de extraterritorialidade, e como os países ocidentais eram resistentes, Inoue ofereceu como contrapartida que fossem nomeados estrangeiros para os cargos de juízes nos Supremos Tribunais japoneses. Tal oferta aos estrangeiros resultou em sua destituição da pasta por conta da extrema insatisfação nacional com tal concessão. Substituindo Inoue, Okuma shigenobu ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores restringindo o acesso de estrangeiros aos cargos de juízes. Tentou dar prosseguimento às negociações, mas sofreu um atentado por parte das forças da extrema-direita, que a cada momento aglutinava mais e mais insatisfeitos em relação aos tratados considerados humilhantes – também com os resultados na economia japonesa. Diante do ocorrido Okuma pediu demissão do cargo.

Durante quase uma década o Japão continuou lutando no intuito de atingir seus objetivos. Aproximou-se ainda mais da Inglaterra durante esse período, adulando-a sutilmente, e obtendo apoio em 1886 do Lorde Granville para em Berlim poderem revisar, em conjunto com as demais nações, os tratados desiguais. O Japão não conseguiu avançar plenamente em seus desígnios, pois o regime alfandegário só seria abrandado e os magistrados japoneses só poderiam julgar os estrangeiros assistidos por juízes europeus. Então o país reagiu violentamente ao tratado. Panikkar cita o comentário feito pelo general Visconde Tani a altura daquele acontecimento: “Abandonemos todo o nosso fingido servilismo, melhorando nosso governo interior reforçemos militarmente nosso país... e só resta aguardar o dia da confusão da Europa que não tardará a chegar.”¹⁷³

Tal comentário evidencia a capacidade da elite japonesa. Reconhecia o momentâneo estado de semicolonialismo a que estava submetido o seu país, tinha um projeto para o imediato, e a partir de uma lúcida compreensão do presente possuía uma admirável visão sobre o futuro. O Visconde Tani, conjecturou acertadamente sobre os interesses

¹⁷³ PANIKKAR, 1977, p. 213.

imperialistas ocidentais, que certamente se chocariam no futuro. E o Japão saberia esperar o momento adequado para se impor frente ao colonialismo.

Após tal querela sobre a extraterritorialidade, o Japão dirigiu-se em separado à Inglaterra, o mais imperialista e poderoso entre os países ocidentais, por meio de seu chanceler Mutsu Munemitsu, que assumiu o cargo em 1893. Obteve em 1894 o Tratado de Comércio e Navegação, que previa a abolição da extraterritorialidade no prazo de cinco anos e a restauração gradual da autonomia alfandegária. Todos os outros países acompanharam as decisões inglesas, e com isto as baixas tarifas aduaneiras e a extraterritorialidade foram conseqüentemente diminuídas a partir deste ano, até que se extinguíram definitivamente em 1899.

4.2- Transformações Econômicas após Quatro Décadas da Era *Meiji*

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Japão passou a ostentar uma economia mais distinta daquelas que possuíam uma estrutura tipicamente colonial. Chesneaux aponta que a partir do princípio do século XX “as exportações de matérias-primas diminuem em proveito das exportações de produtos fabricados, enquanto crescem as importações de matérias primas”, conforme quadro apresentado por ele em sua obra:

Quadro 01: Exportações X Importações (1868-1872 X 1903-1907)

EXPORTAÇÕES X IMPORTAÇÕES 1868-1872 X 1903-1907	<u>Período</u> 1868-1872	<u>Período</u> 1903-1907
Exportações de matérias-primas não alimentares	23,0% do total	9,1%
Exportações de produtos fabricados	1,9%	31,1%
Importações de matérias-primas	4,1%	33,1%
Importações de produtos fabricados	44,5%	25,5%

Fonte: CHESNEAUX, Jean. **A Ásia Oriental nos Séculos XIX e X**. São Paulo, Pioneira, 1976.

Tal quadro demonstra que as transformações de cunho econômico e social ocasionadas pela intervenção do Imperador Meiji surtiram um efeito bastante profundo, comparados os quinquênios, separados estes por apenas quatro décadas.

4.3- Primeira Guerra Sino-Japonesa

Ainda em 1868 o Japão enviou à Coreia uma representação diplomática com o intuito de estreitar ainda mais as suas relações com este país, obtendo dela um tratado comercial que oferecia privilégios ao Japão. A China reagiu, reclamando da ação japonesa e insuflando a população coreana contra os nipônicos, o que gerou um grave problema diplomático que se estendeu até 1885, quando os dois países celebraram um acordo em bases pouco sólidas com o intuito de superar a crise da Coreia e evitar a guerra. Ainda assim os problemas persistiriam e se agravariam até 01 de agosto de 1894, quando surgiu uma nova dissensão cujos desdobramentos se arrastaram por cerca de um ano até 17 de abril de 1895, quando se encerrou a Guerra Sino-Japonesa. Para que se faça a abordagem sobre essa guerra é necessário compreender o contexto em que ela se inseria.

Para o Japão, a China representava um péssimo emblema do domínio europeu na Ásia. Até meados do século XIX, a China era poderosa e respeitada, tendo se deteriorado rapidamente após a chegada destes ao seu território. Grassava a corrupção em todo o aparelho de Estado chinês e muitas das referências morais haviam sido abandonadas por parte da Corte. A parcela mais esclarecida do povo chinês não mais reconhecia a autoridade moral advinda do Trono do Dragão e a única possibilidade de reverter o quadro, por meio da Revolta dos *Taipings*¹⁷⁴, havia sido esmagada em julho de 1864 pelas Guardas da imperatriz apoiadas nas forças estrangeiras.

¹⁷⁴ Movimento de reação contra a decadente dinastia da etnia manchu, que havia derrubado a dinastia *Ming*, da etnia *Han*, e mostrava-se incapaz para administrar o país e se opor ao domínio estrangeiro. Eram forças progressistas que provavelmente teriam levado a China ao mesmo caminho de reformas implantadas pelo imperador *Meiji* (que colocaram o Japão em condições de opor-se ao imperialismo) caso os ocidentais não houvessem apoiado as Guardas da imperatriz manchu.

Apesar de não haver interferido na questão da China, o Japão torcia pelo sucesso da revolta¹⁷⁵, ação de cunho nacionalista chinês que havia sido engendrada pelo próprio povo e tendo como liderança as progressistas associações patrióticas e Hong Sieu T'inan, o Rei Celeste, do sudeste chinês. Certamente, a China teria trilhado outros caminhos caso a etnia han reconquistasse o trono do dragão; possivelmente, estabelecendo reformas que gerariam um resultado semelhante à Revolução *Meiji*, no Japão.

De seu lado, o governo chinês era contrário até mesmo ao envio de seus estudantes ao Japão, cujas escolas eram consideradas como focos de republicanismo, conforme apontou Manoel de Oliveira Lima em sua obra *No Japão – Impressões da Terra e da Gente*. Apesar do Japão não ser uma república, o país contava àquela época com um modelo de governo semelhante à monarquia institucional da Prússia, onde o imperador não governava sozinho, mas apoiado na aristocracia nacional – sistema que ainda assim era indesejado pela China e daria voz a vários príncipes e aristocratas chineses caso o movimento adquirisse uma força irresistível.

Historiador reconhecido e admirado por intelectuais como Gilberto Freyre, que indicaria a ele e a Franz Boas como suas maiores influências, Oliveira Lima foi diplomata encarregado de negócios da primeira missão diplomática do Brasil no Japão. Durante os dias seguintes ao seu passamento, em 28 de março de 1928, o jornal *Folha da Manhã* publicou uma série de reportagens, inclusive uma matéria especial sobre a vida e a obra deste historiador.

Apesar de possuir uma visão marcada pelo determinismo, ainda que em grau infinitamente menor que seus contemporâneos (como Oliveira Viana ou Nina Rodrigues), Oliveira Lima conseguiu fazer com que o seu olhar atravessasse a névoa de preconceito comum à maior parte dos intelectuais que lhe eram contemporâneos para enxergar virtude onde os caucasianos enxergavam vícios. Com relação à questão tratada no parágrafo anterior, ele assinalou que:

É um fato indiscutível que, se as reformas chegassem algum dia a serem tentadas de veras na China, os japoneses as poderiam aí acompanhar e levar a cabo melhor e

¹⁷⁵ Naquela época o Japão dispunha de um imperador que governava em conjunto com conselheiros, oriundos estes dos clãs que lhe davam sustentação política.

mais facilmente do que qualquer povo estranho ao meio, à psicologia e aos intuítos, expressos ou latentes ou mesmo embrionários, da Ásia.¹⁷⁶

Tal afirmação do observador brasileiro deixava clara a influência japonesa sobre os estudantes chineses que retornavam ao seu país com o ideal de reformá-lo. Ainda segundo o historiador e diplomata brasileiro Oliveira Lima, que observava *in loco* o panorama político japonês:

A grande aspiração japonesa seria transformar a China; sacudi-la da sua apatia secular, que é a beatitude da civilização adquirida e julgada perfeita; reformá-la em costumes e em inclinações; transmitir-lhe a febre do progresso; fazê-la não voltar a uma fase militar, mas atingir o período industrial; transmutar as suas pequenas manufaturas num poderoso organismo fabril; tornar, enfim, uma realidade o famoso *perigo amarelo* de que tanto se têm ocupado os publicistas europeus e a que um desenhista imperial já deu uma célebre impressão gráfica. A povo algum haverá jamais cabido papel mais levantado, e o ideal japonês tem neste ponto tanto de grandioso quanto de glorioso, tanto de ameaçador para os interesses ocidentais quanto de difícil em vista dos interesses particulares, que no próprio Oriente ficariam com tal mudança afetados e lesados.¹⁷⁷

Entretanto, a China estava enredada pelos impérios ocidentais por meio dos mais diversos artifícios legais criados para camuflar a selvageria imposta pelas armas. Seu território já era alvo de disputas, o poder imperial era cada vez menos efetivo e continuava a ser rapidamente restringido. Não obstante a prostração diante das forças ocidentais sem mais esboçar nenhum gênero de genuína reação em relação às contínuas expropriações e afrontas cometidas pelos europeus (como o conhecido “comércio dos porcos”¹⁷⁸), os chineses reagiam ao mínimo sinal de ação japonesa.

Panikkar observou que em 1869 os ingleses promulgaram de forma arbitrária o que denominaram *Land Regulations*, onde arrogavam para si “o direito de arrecadar impostos, impor taxas e assegurar a polícia e o controle sanitário.”¹⁷⁹ Os ingleses declaravam, ainda

¹⁷⁶ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 332.

¹⁷⁷ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 331-332.

¹⁷⁸ Explica K. M. Panikkar que “desde 1847, os trabalhadores chineses eram ilegalmente deportados para as colônias – apesar dos protestos do governo imperial – para substituir os escravos nas minas, nas propriedades e plantações.” (1977, p. 186). Ainda segundo o autor os chineses eram conduzidos a um centro de apanha, onde após entrarem nada mais os salvava. Cerca de 45% destes chineses morria antes de chegarem aos seus destinos.

¹⁷⁹ PANIKKAR, 1977, p. 176.

segundo o autor indiano, que a sua carta “tinha a santidade de um tratado.”¹⁸⁰ Sobre o tratamento dado ao Estado chinês e aos indivíduos daquele país, afirmou Panikkar que:

A polícia chinesa não era autorizada a entrar, a justiça chinesa não tinha qualquer direito mesmo sobre as pessoas que lhes estavam afetas, onde as leis chinesas não eram aplicadas e onde, para cúmulo, os chineses eram tratados como membros de uma raça inferior. Podia-se ler à entrada dos parques de Xangai: “proibido aos cães e aos chineses”.¹⁸¹

É curioso notar que a China possuía problemas muitíssimo mais graves no seu próprio território contra os europeus, mas em lugar de concentrar-se neles decidiu intervir na Coreia contra o Japão. Os japoneses não esperavam por tais agressões advindas dos chineses, com quem durante milênios havia mantido relações nem sempre estreitas, mas certamente amistosas e marcadas pelo respeito mútuo. Ao contrário da Europa, que considerava a China inferior e havia provocado sérios problemas aos seus cidadãos, o Japão reconhecia a China como originadora de muitas das suas instituições e também dos seus costumes. O mesmo pode ser dito em relação às relações do Japão e a Coreia, com quem o Japão sempre manteve uma relação de boa vizinhança – da qual resultaram um excelente intercâmbio comercial e cultural.

Já foi exposto neste trabalho que uma brusca mudança se processou no país em razão das ações colonialistas dos EUA e países europeus na Ásia. E a China, constantemente vilipendiada por eles, em lugar de cuidar dos problemas que afetavam seus próprios cidadãos no seio do seu território, prefere inaugurar uma querela com o Japão na Coreia, contra outro país asiático que apenas buscava impedir o domínio da Coreia pelos ocidentais.

Nada melhor do que a opinião de um iminente historiador e diplomata como Kavalam Madhava Panikkar, respeitadíssimo no meio científico e acadêmico, e nativo de um país asiático também vitimado pelo processo de expansão capitalista na Ásia, como a Índia, responsável por obras onde denuncia e discorre sobre o processo de dominação na

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem, p. 176.

Ásia, para que se possa embasar de forma segura qualquer visão sobre o tema. Em relação a esse conflito com a China pela Coreia, ele pondera que:

Parece que o Japão, na época, não desejava um conflito aberto e que tenha até sugerido um plano de neutralização da Coreia. Seu desejo mais imediato era antecipar-se às potências européias, cujas pretensões sobre a Coreia se haviam revelado cada vez com maior clareza nos 10 anos anteriores.¹⁸²

O Japão daquele período almejava adiantar-se em relação aos europeus e estadunidenses, conforme citação feita de Oliveira Lima sobre a questão, como alternativa ao neocolonialismo. O país passou a imiscuir-se nos assuntos militares ocidentais na Ásia, e desta forma buscava paulatinamente uma equivalência com o mundo ocidental, garantindo pela expansão a segurança da ilha japonesa, evidenciando uma política imperialista, ainda que fosse a expansão uma forma de se antecipar às potências ocidentais.

A partir deste período, principalmente durante a Guerra da China, o poder foi aos poucos transferido para setores mais à direita da sociedade japonesa. Tais planos de apenas antecipar-se aos ocidentais sofreriam uma degeneração para um plano de cunho imperialista, principalmente a partir do Plano Tanaka, em 1927, quando os planos para manter o próprio país, mas também a Ásia independente passaram a ser confundidos com o expansionismo típico dos imperialistas ocidentais. Ações militares, atentados contra militares e até mesmo civis, e golpes como o *Ni Ni Roku*¹⁸³ se tornaram cada vez mais freqüentes no país a partir de então.

As potências ocidentais que de início cogitaram em entrar na guerra para defender seus interesses na China, logo em seguida passaram a apoiar o Japão, deixando o caminho livre para a investida do exército nipônico na Coreia e posteriormente em solo chinês. A partir desse momento o Japão passou a considerar que tomar para si a tutela da Coreia e dominar a China (que lhe oferecia oposição) começando pela Manchúria, seria o meio para obter os recursos necessários naquele momento, principalmente às indústrias bélicas, catapultando o país a uma condição de potência e, portanto, não mais de país colonizável,

¹⁸² PANIKKAR, 1977, p. 189.

¹⁸³ Golpe de Estado militar ocorrido em 1936, iniciado por oficiais rebeldes, da facção *Kodo-ha* (que eram favoráveis a uma frente contra a União Soviética) em oposição aos oficiais do grupo *Tosei-ha* (favoráveis a uma frente contra as grandes potências ocidentais na Ásia). Os militares rebeldes mobilizaram mais de 1.400 homens e tomaram a cidade de Tóquio, mas foram obrigados a se render.

mas de país colonizador – ainda que buscando escapar ao colonialismo ocidental. Cabe lembrar que o Japão tinha como proteção natural o aspecto insular de seu território, exceto justamente pela área que fica próxima da Coreia – distante apenas 200 km do solo nipônico e separada deste país pelo Mar do Japão.

Empreendendo e vencendo a Primeira Guerra Sino-Japonesa entre 1894-1895, o Japão pôde mostrar seu poderio militar e promover-se – ganhando respeito das demais nações e alinhando-se aos principais na condição de potência mundial, além de obter pelo Tratado de *Shimonoseki* (assinado em 17 de abril de 1895) direitos sobre a Coreia, Taiwan (e todas as ilhas situadas entre 115° e 120° leste) e Manchúria – esta última rica em ferro e carvão. Com a guerra o Estado japonês pôde ainda favorecer os conglomerados (*zaibatsu*)¹⁸⁴ com as “grandes encomendas oficiais feitas a estes últimos (transporte de tropas e de material...)”.¹⁸⁵ Ainda em 1895 o Japão expulsou os emissários russos da capital coreana, retirando daquele país qualquer possibilidade de influência do império czarista. Mas existiu, apesar de tais conquistas, um legado negativo nestas ações, que foi a progressiva ascensão dos militares no cenário nacional japonês, com prejuízo para várias instituições nipônicas e para os civis.

Além de todo o apontado, a indenização paga pela China (200 milhões de onças de prata, equivalente a 310 milhões de ienes, em valores da época) após sua derrota financiou novos investimentos do Estado japonês em diversos setores da economia, como o destinado ao setor militar, auxiliando no impulso de expansão da economia nipônica. Deste acontecimento surgiram ainda novas questões de grande importância futura: a Rússia czarista, que possuía pretensões na Manchúria, persuadiu a Alemanha (que pretendia desviar as pretensões imperialistas russas para o oriente) e a França a unir-se a ela em uma Tríplice intervenção, que solicitou ao Japão que se retirasse da província chinesa, onde tinham interesse. Em compensação a China pagaria ao Japão uma indenização.

Esgotado pela guerra sino-japonesa e ameaçado por um novo litígio internacional que o envolvia; desta vez contra três forças ocidentais, o Japão cedeu a província de Liaotung, mas esta cessão representaria um forte golpe nas forças que lutavam por um governo mais democrático no Japão, dando grande força à já existente insatisfação em

¹⁸⁴ Conglomerados japoneses que envolviam a área financeira, industrial e muitas vezes comercial. Para uma definição mais completa, vide o glossário disposto ao final da monografia.

¹⁸⁵ CHESNEAUX, 1976, p.47.

relação ao imperialismo ocidental na Ásia, com o que o nacionalismo de extrema-direita passou a encontrar um eco ainda maior em solo japonês. A Rússia, por sua vez, ficou com Porto Arthur e invadiu a Manchúria sob o bramido dos japoneses.

Aproveitando-se tanto da fraqueza da China quanto da investida japonesa, além da investida russa sobre o país, a Alemanha ocupou o porto de Kiachow. A ocupação alemã se deu em meio a um controvertido evento, onde dois missionários alemães foram assassinados após envolverem-se em um conflito com cidadãos chineses. A China foi obrigada a outorgar os direitos da Alemanha sobre o seu porto por 99 anos. Enquanto isso a Inglaterra ocupava também o porto de Wei-Hai-Wei, complementando assim o início do processo conhecido como Partilha da China.

Apesar de toda a carga preconceituosa presente em seu discurso, sir Robert Hart afirmou a esse respeito que, quando da tomada de Pequim, a região que recebeu a melhor administração foi a que ficou sob a tutela dos japoneses:

Conservaram suas mãos arredadas do povo, e a sua disciplina, regulamentos e método foram tais que, posto sejam os últimos chegados à civilização humana, da qual os outros foram criadores e produtos, muito depressa inspiraram confiança, restabeleceram a ordem, reabriram os mercados e tornaram a existência possível (*life liveable*), enquanto alguns dos seus colegas permitiram a um estado de coisas, exatamente o inverso daquele, brotar e prolongar-se.¹⁸⁶

Há ainda o depoimento do grande Lama de Pequim que, de acordo com Robert Hart, esteve no Japão no verão de 1901

com o fim de visitar os templos e instituições budistas e também de arrecadar os livros sagrados transportados de Pequim pelas tropas japonesas para salvá-los da pilhagem européia, numa pequena alocução pronunciada na Associação Imperial de Educação disse, e o repetiu em outras, que a China só atualmente verificara a boa vontade do Japão, ao comparar a estrita disciplina e excessiva bondade do seu exército com o espetáculo fornecido pelos contingentes das potências cristãs, os quais saquearam desapidadamente os templos em que penetraram, ao passo que as forças japonesas invariável e completamente respeitaram os templos que ocuparam.¹⁸⁷

¹⁸⁶ HART apud OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 332-333.

¹⁸⁷ HART apud OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 336.

Óbvio que no discurso do Lama havia uma dose de proselitismo em favor do budismo em detrimento do cristianismo, mas, questões religiosas a parte, o relato apresenta em cores vivas um quadro que vários chineses devem ter presenciado enquanto o Japão mantinha sua política de defesa nos trilhos da sua filosofia original.

Resumindo o que vimos discorrendo até então, o Japão (ainda que possuísse a essa altura interesses tão imperialistas quanto as potências ocidentais) foi levado (desde o momento da entrega da “carta de amizade” pelo Comodoro Perry ao *xogun* Tokugawa até o instante em que decidiu empreender uma guerra contra a Rússia czarista) a transigir para uma postura cada vez mais conservadora e imperialista que culminaria (durante a 2ª Guerra) em uma atitude mais belicista no sentido de garantir recursos naturais necessários à sua indústria, fortalecendo seu cinturão de segurança e ainda encurtando as linhas de comunicação japonesas, conforme apontado por Hobsbawm na página 44 da sua obra “A Era dos Extremos – O breve século XX”.

Era necessário jogar de acordo com as regras (conforme apontado por esse trabalho e por citações) para não cair. A Inglaterra, que havia se negado a participar da Tríplice Intervenção com a Rússia (Rússia, França e Alemanha) contra o Japão por compreender que a política do Japão ao investir sobre a Coreia, Taiwan e parte da Manchúria, fazia parte de sua defesa contra as constantes investidas russas, apoiaria os nipônicos em sua luta contra o imperialismo do czar russo, que a essa altura representava um perigo também para os interesses europeus na região, mas principalmente para o Japão, conforme confirmado por Edward Behr:

No final do século XIX, as ligações ferroviárias eram tão importantes para o prestígio de um país quanto o é hoje o domínio do espaço. A conclusão pela Rússia da ferrovia Trans-Siberiana foi, de certo modo, um fato tão memorável quanto o primeiro lançamento da Challenger ou das estações orbitais permanentes; a rota mais curta para Vladivostok passava pela Manchúria. Os russos instalaram a ferrovia Chinesa Oriental como um diretor chinês, mas na realidade era uma ferrovia russa cruzando a China. De um momento para outro, a Manchúria havia se transformado numa área de enorme importância estratégica, e os russos, três anos depois de forçarem o imperador Meiji para fora da península Kwangtung, ali se instalaram, alugando enclaves, inclusive Port Arthur, instalando uma estrada de

ferro de Port Arthur até Harbin, incluindo gradativamente toda a Manchúria na esfera de influência russa.

Behr continua, e aponta que a conjuntura política envolvendo a Inglaterra e a Rússia, de desconfiança mútua, ajudou o Japão:

Foi essa a época do “grande jogo” de Kipling, com a Rússia constantemente ameaçando a hegemonia britânica na Índia através do Estado-tampão do Afeganistão – e para o Japão a investida russa contra a Manchúria foi a versão japonesa do “grande jogo”, ao qual Meiji estava determinado a resistir. A Grã-Bretanha havia se recusado a participar da “tripla intervenção” por suspeitar profundamente da Rússia – e foi a nova ameaça russa ao Japão, através da Manchúria, o principal motivo do tratado de amizade nipo-britânico de 1902 e, depois da Guerra Russo-Japonesa de 1904-05.¹⁸⁸

4.4 – Guerra Russo-Nipônica

É praticamente senso comum que a Guerra Russo-Nipônica foi mais um embate entre duas potências imperialistas cujos interesses se chocaram. Tal ponto de vista não é de todo incorreto, mas carece de uma análise mais acurada. Faz-se necessário considerar o contexto a partir uma perspectiva menos generalizante.

Não é inédito afirmar que a Rússia czarista possuía uma política expansionista, sendo que o seu vasto território era resultante de uma série de conquistas e em seu interior encontravam-se diversas etnias, culturas e línguas diversas daquela dos russos; distintas daquela que as dominava a partir do longínquo Leste Europeu, como os asiáticos localizados no extremo oriente; diversas daquelas etnias em consonância com o império russo e de outras submetidas pela força eslava. Enquanto isso o Japão observava agora o cerco se fechando definitivamente também pelo norte, já que a Rússia tinha pretensões de ocupar todo o restante da Manchúria e prosseguir rumo à Coreia. Tal ação dos russos levaria o Japão ao seu primeiro embate contra um país ocidental, tanto pela Manchúria quanto pela Coreia, territórios que tomaria à Rússia e passaria a ocupar. A esse respeito afirma Oliveira Lima que:

¹⁸⁸ BEHR, 1991, p. 35.

em cada medida adotada pelo monarca ou pelos conselheiros do monarca coreano, em cada concessão arrancada ao torpor da administração, medida ou concessão que não seja ditada pelo seu próprio representante, vê o Japão e não sem razão o dedo da Rússia, cuja marcha gradual e ininterrupta através do continente asiático é um fato tão incontestável quanto inevitável, mas cuja ocupação definitiva da Coreia seria uma ameaça formidável não só para o futuro econômico, como para a própria integridade política do Japão, a qual temos visto constituir o grande, o máximo objetivo patriótico dos governantes e da nação.¹⁸⁹

Como homem do seu tempo Oliveira Lima foi de certa forma atingido pelos determinismos em voga naquela época, contudo e felizmente apenas superficialmente, o que não abalou de forma alguma a lucidez do diplomata e historiador brasileiro, tido por muitos como Gilberto Freyre como, na acepção positiva da palavra, um visionário. Lembremos que ainda na primeira década do século XX o analista brasileiro¹⁹⁰ já percebera o perigo de uma escalada militarista no Japão, uma vez que o constante emprego de tropas no sentido de garantir a sustentabilidade de políticas de defesa fatalmente induz ao risco de permitir o acesso ao poder por reacionários oportunistas. O Japão vinha fazendo uso freqüente de forças militares como braços de sua política de defesa desde que foi submetido à *gunboat diplomacy* estadunidense.

Diante da conhecida pretensão russa, até mesmo sobre o Japão, além de toda a região do Extremo Oriente, consideradas pelo czarismo como campo natural para a sua expansão, além das freqüentes intervenções que a Rússia vinha fazendo no Japão, China e Coreia como preparo para uma futura incursão, negando-se inclusive a uma negociação diplomática, os japoneses passaram a encarar o conflito como única alternativa para evitar uma expansão do império russo rumo ao seu território. Cabe lembrar que os russos haviam tentado décadas antes uma incursão ao território japonês através das Ilhas Sacalinas e Hokkaido, mas uma série de circunstâncias os havia feito desistir.

A Rússia já havia feito (por meio da Tríplice Intervenção – com França e Alemanha) o Japão recuar da província de *Liaotung*. Meses depois o czar Nicolau II exigiu que a China

¹⁸⁹ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 343.

¹⁹⁰ Antecedendo em várias décadas a estadunidense Ruth Benedict, autora de *O Crisântemo e a Espada*, que trabalhou aspectos dos japoneses há muito publicados por Oliveira Lima em sua obra, cuja primeira edição data de 1946.

lhe cedesse em troca da proteção militar, direitos de estender a ferrovia Trans-siberiana para seu território e ainda poder defendê-la com suas tropas.

Em 22 de maio de 1896, por ocasião da coroação do czar Nicolau II, a Rússia havia sido anfitriã de várias delegações estrangeiras, entre elas a chinesa, com a qual estabeleceu, em 03 de junho de 1896, um acordo secreto prevendo a construção de uma linha ferroviária ligando Vladivostok e Talien. Oficialmente a Rússia tinha interesse no porto de Talien por ser uma região localizada ao sul do seu território que não congelava durante o inverno, mas na verdade possuía um objetivo muito mais importante. O artigo 5º do Tratado de 1896 entre os dois países previa que "depois de a Rússia concluir a construção da citada linha ferroviária até Talien, ela manterá o direito de transportar material bélico pela referida ferrovia, através do nordeste da China, livremente e em qualquer época". Tal acordo deixava clara a intenção dos russos em enfrentar o Japão em um futuro próximo para obter o controle da região e, se possível, da própria Terra do Sol Nascente.

Entre os anos de 1904 e 1905 o império russo do Czar Nicolau II enfrentou uma guerra muito diferente do que imaginara antes do seu início. Naquele período o Japão enfrentava uma série crise de cunho econômico com conseqüente eclosão de vários distúrbios sociais e não possuía, fora a guerra sino-japonesa, nenhuma experiência significativa no campo militar, o que levou a Rússia a acreditar que seria uma guerra fácil. No período imediatamente anterior a deflagração do conflito o Japão havia tentado um acordo diplomático com os russos no sentido de evitar a aproximação do império russo ao seu território sem a necessidade de uma guerra.

De sua parte, o governo *Meiji* estava convencido de que precisava igualar o Japão com os demais não somente no aspecto econômico, mas conquistando também espaços em colônias ocidentais na Ásia. Adotando medidas militaristas na Manchúria e na Coreia, o país atendia às necessidades de defesa contra as investidas da Rússia, às expectativas de examurais insatisfeitos com seu governo e também ajudava a modernizar e ampliar seu exército e sua armada, apresentando àqueles que tencionavam subjugar o Japão o seu novo cartão de visitas.

Por meio dessa guerra o Japão poderia resolver um problema, que era a vulnerabilidade do seu território através da Coreia. Localizada na Península Coreana, na Ásia oriental, este país tem fronteiras naturais com a China e dista apenas 200 km do

território nipônico, separada deste último pelo Mar do Japão – sendo por este motivo uma área estratégica que uma vez conquistada por outro país representaria um grande perigo para o Japão, sendo que já haviam sido perpetradas duas tentativas de invasão: uma pela França em 1866 e outra pelos EUA, dois anos depois da ofensiva francesa. Nos últimos anos eram os russos que vinham planejando ocupar o país.

Os russos incorreram em um grave erro estratégico, imaginando que o conflito seria uma “pequena guerra vitoriosa”, negando qualquer possibilidade de negociação com o Japão porque ambicionavam a guerra como uma forma de desviar a atenção da população das crescentes tensões no interior do país pelo nacionalismo que a guerra despertaria. Conforme matéria publicada em 10 de março de 2008 (por ocasião dos 53 anos do fim da guerra russo-nipônica) no Calendário Histórico do site do periódico alemão *Deutsche Welle*:

Um ano antes da derrota devastadora em Mukden, um alto diplomata havia dito ao general Kuropatkin: "Alexei Nikolaevitch, você conhece a situação interna da Rússia. Para deter a revolução, precisamos de uma pequena guerra vitoriosa". Uma vitória militar deveria despertar o sentimento nacionalista e desviar a atenção das crescentes tensões no império czarista. Acreditava-se que o Japão não teria condições de resistir às tropas russas.

Diante da intransigência russa não restou ao Japão outra opção que não fosse a indesejável guerra. Lançou então uma ofensiva sem aviso prévio à base naval de Port Arthur, ainda na madrugada de 09 de fevereiro de 1904. Foi apenas o começo da desastrosa guerra dos russos contra o até então pequeno e insignificante Japão. Muitos no interior da Rússia czarista não viam com bons olhos a ação imperialista. Foi o caso de Vladimir I. Lênin, líder bolchevique, que ainda no período inicial da guerra, em fevereiro de 1904, publicou um manifesto intitulado “Ao Proletariado russo”, onde argumentava que:

Cada fibra do povo (russo) é colocada na grande contração por causa de uma guerra iniciada por motivos insignificantes. É uma luta contra 50 milhões de um povo forte (japonês), fortemente armado e preparado para a guerra; e está lutando por condições que acredita serem urgentemente necessárias para o livre desenvolvimento da nação. Esta vai ser uma guerra de um governo déspota contra um povo que é politicamente livre e vem progredindo rapidamente em sua cultura.¹⁹¹

¹⁹¹ LÊNIN, 1904, p. 01.

Ainda um pouco mais adiante em seu manifesto endereçado ao proletariado russo, Lênin afirma que “o governo czarista tem dado seguimento sozinho em sua política de aventuras militares e ao saque de seus vizinhos e agora não encontra forças para retornar.” O líder russo tinha razão: tais ações megalomaniacas por parte de Nicolau II, como contra a Turquia entre 1877 e 1878 e sobre a China e Coreia ainda no final do séc. XIX surtiram efeito, embora a um preço elevado para o povo russo; mas contra o Japão a realidade seria totalmente contrária àquilo que se pretendia. Como Lênin previra, o Japão infligiu às tropas do czar Nicolau II uma série de derrotas, culminando com o rompimento da linha de defesa russa, em 03 de março de 1905, o que levou o comandante das tropas russas a ordenar a retirada de suas tropas. Tal “retirada” acabou se transformando numa atabalhoada fuga em pânico para Porto Arthur pela iminente chegada das tropas nipônicas à capital da Manchúria, concretizada em 10 de março de 1905.

Diante da vergonhosa capitulação de suas tropas, a Rússia foi obrigada a deslocar sua frota desde o Báltico até a região do conflito para enfrentar os japoneses. A Inglaterra negou acesso aos russos pelo Canal de Suez, obrigando as forças do czar Nicolau II a fazer uma viagem muito maior para chegar ao palco da guerra e a França também negou uma posição em sua parte da Indochina, conforme indicado por Behr:

Os remanescentes da frota russa buscaram refúgio em Port Arthur, enquanto outra frota, baseada no mar Báltico, partiu para dar apoio e tentar erguer o cerco. Implementando lealmente o tratado de amizade, a Grã-Bretanha negou à frota do czar o direito de passagem pelo Canal de Suez, obrigando-a a navegar ao redor do mundo, e a França aumentou suas dificuldades ao negar-lhe direitos de acuartelar-se na Indochina francesa.

Edward Behr relata, ainda, a disciplina tática dos japoneses, bem como a fidelidade das tropas nipônicas ao seu país:

Era vital para o imperador Meiji subjugar a guarnição russa em Port Arthur antes que os reforços chegassem, e ele ordenou a seu general favorito, Maresuke Nogi, que capturasse a posição a qualquer custo. Nogi conclamou seus soldados a estarem prontos a morrer pelo imperador. Não se esperava que os oficiais sobrevivessem, e qualquer um que abandonasse o campo de batalhas sem motivo era imediatamente fuzilado. Durante cinco meses ondas sucessivas de infantaria japonesa tentaram romper as defesas russas. Nogi observava por binóculos quando seus dois filhos foram à batalha, brandindo suas espadas de samurai acima das tropas. Ambos foram mortos, e Nogi, fanaticamente devotado ao imperador,

anunciou que pretendia cometer suicídio. Meiji o proibiu, dizendo: “Enquanto eu viver você também deve permanecer vivo”.¹⁹²

Nogi¹⁹³ obteve sucesso em sua operação, deixando para o almirante Togo a missão final: chegando ao palco da guerra os grandes navios russos foram totalmente dizimados pelos pequenos e ágeis navios orientais na célebre batalha de Tsushima, entre 27 e 28 de maio de 1905. A frota do almirante russo Rozhstvenski, ao aproximar-se da ilha de Tsushima, localizada no estreito entre a Península Coreana e o Japão deparou-se com a esquadra do Vice-almirante Heinachiro Togo, exatamente às 13h45min. Uma hora depois o encouraçado Oslibia é destruído. Após horas de combate, Togo coloca em ataque os navios torpedeiros, destruindo por completo todo o restante da armada pertencente ao czar. A partir desta vitória os japoneses conseguiram responder às afrontas do tirano russo (já que era uma guerra contra um czar que já enfrentava o próprio povo em lutas intestinas) e ao mesmo tempo desocupar territórios perigosamente próximos ao próprio Japão, que eram a Coreia e a Manchúria.

Poucos dias após o último revés russo, o czar foi obrigado a aceitar as imposições de paz feitas pelo Japão, intermediadas pelo presidente estadunidense Theodore Roosevelt. Em 05 de setembro foi assinado o Tratado de Portsmouth. Ironicamente a guerra, que havia sido forjada pelo czar como forma de aliviar as tensões internas, agravou ainda mais a situação fazendo estourar a Revolução Russa ainda no mesmo ano. O Japão, por sua vez, passa a dedicar ao que é corretamente (pelo menos em parte) considerado um empreendimento imperialista¹⁹⁴, buscando se impor na Ásia perante os ocidentais, conquistando a Coreia e a Manchúria da Rússia e aproveitando-se das disputas entre as potências européias para tomar a elas boa parte da China.

A guerra russo-japonesa influenciou ainda alguns acontecimentos futuros de suma importância: o enfraquecimento russo representou uma perda também para a França, com quem mantinha uma aliança militar. Após ser repelida no front oriental, a Rússia voltaria seus olhos para os Bálcãs, justamente quando a Sérvia (também eslava) se levantava contra

¹⁹² BEHR, 1990, p. 36-37.

¹⁹³ Maresuke Nogi, além de possuir importância vital para as forças japonesas, foi depois designado como pai adotivo de Hiroito, filho do imperador Meiji.

¹⁹⁴ Haja vista o que já foi exposto desde o início desta monografia.

o Império Austro-húngaro. Enquanto isso a disputa entre a França e a Alemanha, que se aliariam a grupos litigantes em posições antagônicas, era aprofundada por disputas de ordem imperialista. Tais ações, porém, tiveram um custo muito elevado para o país, conforme apontou Nakamura Takafusa:

Que um país, basicamente agrícola, pudesse vencer duas importantes guerras – a Guerra Sino-Japonesa de 1894-1895 e a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 – atraiu a atenção do mundo. Mas, estas e outras incursões militares na Ásia provaram ser dispendiosas e um rombo enorme nas finanças nacionais.¹⁹⁵

Participando da repressão à Revolta dos *Boxers*, em 1900, armando uma bem sucedida guerra contra a Rússia czarista entre os anos de 1904 e 1905 – quando o Japão obteve por meio do tratado de Portsmouth a estrada de ferro na Manchúria (China), Porto Arthur (tomado ainda em 1895 da Rússia pelo tratado de Shimonoseki e devolvido em 1896), parte de Sacalina e as ilhas Kurillas, que seriam devolvidas à União Soviética após a 2ª Guerra Mundial, o Japão começava a cumprir com os objetivos propostos no início da Era *Meiji*. Já na primeira década do sec. XX o Japão anexaria a Coreia (1910) e expulsaria a Alemanha do Chantung (1914).

¹⁹⁵ TAKAFUSA, 1985, p. 2.

5 – A INSERÇÃO DO JAPÃO NOS 31 ANOS DA GRANDE GUERRA MUNDIAL

O Japão era doravante uma das grandes nações do mundo; sua política não suscitava nem desconfiança nem inquietação entre as potências ocidentais. Estas estavam tão firmemente convencidas de sua invencível superioridade, que ficaram mais satisfeitas que descontentes por vê-lo entrar em pé de igualdade no concerto da diplomacia internacional. Com uma amizade condescendente e uma estima benevolente, a Inglaterra encorajara seu aliado asiático a conquistar uma posição que pudesse contrabalançar a da Rússia, então ameaçadora; deixara-o anexar a Coreia e apoderar-se dos direitos russos na Manchúria. (PANIKKAR, 1977, p. 291).

5.1 – Primeira Etapa da Grande Guerra Mundial

O Japão, enquanto organizava-se pacientemente em fins do século XIX, já previa as guerras que assolariam a Europa face aos rumos que o imperialismo e a organização do capital davam ao panorama econômico e político europeu desta época, quando o interesse daquelas nações começava a entrar em choque. O Japão já jogava de acordo com o que havia previsto o Visconde Tani (previra um breve choque entre as nações ocidentais, conforme apontado em capítulo anterior) e com as regras do liberalismo econômico e do expansionismo, calcadas no racionalismo britânico, no positivismo, e outras deturpações feitas a partir das idéias oriundas do movimento iluminista, com o claro fim de não ser mais um país asiático a sucumbir frente ao expansionismo daqueles países.

Enquanto analisava as causas da guerra russo-nipônica, o historiador Oliveira Lima, profundo conhecedor da história japonesa, bem como das condições socioeconômicas daquele país, previra que a ameaça colonialista contra o Japão poderia transformar o Japão em um país extremamente militarizado e, pior, dominado por forças ultraconservadoras:

Em cada medida adotada pelo monarca ou pelos conselheiros do monarca coreano, em cada concessão arrancada ao torpor da administração, medida ou concessão que não seja ditada pelo seu próprio representante, vê o Japão e não sem razão o dedo da Rússia, cuja marcha gradual e ininterrupta através do continente asiático é um fato tão incontestável quanto inevitável, mas cuja ocupação definitiva da Coreia seria uma ameaça formidável não só para o futuro econômico, como para a própria integridade política do Japão, a qual temos visto constituir o grande, o máximo

objetivo patriótico dos governantes e da nação. O porvir se não antolha sob este ponto de vista fácil aos homens de Estado do Império asiático, e pena será se a sua regulação não mais pertencer aos atuais chefes políticos – um Ito, um Okuma, um Inouye – ou aos seus sucessores imediatos – um Komura, um Kato –, mas sim aos elementos de baixo, chauvinistas sem experiência e violentos sem ponderação, que estão fatalmente invadindo os partidos e a política com suas sofreguidões, suas pretensões e infelizmente também suas corrupções, e procurando desalojar as *vieilles barbes*, que foram os guias esclarecidos do Japão regenerado.¹⁹⁶

Uma leitura mais ampla sobre a obra *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*, ainda que fosse uma leitura superficial, bastaria para perceber que Oliveira Lima se referia não somente à ameaça russa, mas às demais ameaças, sendo algumas delas internas, quando praticamente previu as mudanças que se sucederiam no país asiático.

Após grandes mudanças no país e a conseqüente integração ao grupo das mais poderosas nações do mundo, o Japão necessitou posicionar-se no momento em que estas mesmas nações partilhavam a Ásia, quando em 03 de Agosto de 1914 o Sr. William Conyngham Greene, Embaixador da Inglaterra no Japão, entregou ao Ministro das Relações Exteriores japonês, Sr. Takaaki Kato, um telegrama recebido na noite do dia anterior com instruções recebidas do Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, Sr. Edward Grey, nos seguintes termos:

O Senhor Edward Grey informou ao Embaixador Japonês em Londres, no dia 1º de Agosto, que a situação na Europa era das mais graves.

Sob certas condições talvez seja necessário a Inglaterra intervir, ainda que o Governo de Sua Majestade não tenha decidido qual deverá ser a sua atitude. Se o Governo de Sua Majestade viesse a intervir, seria em partido da França e Rússia. O Senhor Edward Grey não considera que os interesses acordados na Aliança Anglo-Japonesa seriam envolvidos; nem considerou que seria provável que o Governo de Sua Majestade teria que solicitar ao Governo Imperial Japonês sua aplicação, sob os termos daquela aliança¹⁹⁷.

¹⁹⁶ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 343.

¹⁹⁷ “Sir Edward Grey told the Japanese Ambassador in London on August 1st that the situation in Europe was a very grave one. Under Certain conditions it might be necessary for Great Britain to intervene, though His Majesty’s Government had not yet decided what their action should be. If His Majesty’s Government did intervene it would be on the side of France and Russia. Sir Edward Grey did not think that the interests dealt with by the Anglo-Japanese Alliance would be involved; nor did he think it likely that His Majesty’s Government would have to apply to the Imperial Japanese Government under the terms of that alliance. (Tradução pelo autor desta monografia). KAJIMA, 1980, p. 38.

O Ministro das Relações Exteriores, Sr. Kato, respondeu em comunicado oficial que supunha que os países em questão já estivessem em guerra, mas que ainda assim aguardaria qual decisão seria tomada pela Inglaterra antes de tomar a sua própria. Ainda em sua missiva ao governo inglês considerou que, conforme o Ministro das Relações Exteriores havia previsto, seria melhor se nenhum dos dois países precisasse entrar naquela guerra, mas que o governo japonês não hesitaria caso houvesse um pedido por parte do governo inglês que tomasse parte da contenda.

No dia seguinte, em quatro de Agosto, numa nova reunião de gabinete entre os dois governos, foi entregue ao Ministro Kato a cópia de um novo telegrama nos seguintes termos:

Desde que a guerra com a Alemanha se tornou agora uma possibilidade, seria oportuno que informasse ao Governo japonês que, em caso da guerra se estender ao Extremo Oriente, e se um ataque a Hong Kong e Wei-Hai-Wei viesse a ocorrer, o Governo de Sua Majestade contaria com o suporte do Governo Imperial.¹⁹⁸

Estes dois telegramas marcam a entrada da Inglaterra, seguida do Japão, no conflito. Após as duas missivas ainda aconteceram negociações entre os governos dos dois países sobre o formato da atuação do Japão, uma vez que a Inglaterra queria que os nipônicos se limitassem a oferecer segurança aos países que estivessem sob sua tutela ou com quem possuísse uma aliança, como também aos navios mercantes ingleses em águas asiáticas. No final ficou permitido ainda o ataque às bases alemãs com conseqüente ocupação pelo Japão de tais países. O Japão entrava na guerra com o intuito de atender a sua aliança com a Inglaterra, assinado em 1902 com o objetivo de auxiliarem-se mutuamente.

Aprofundava-se com estas ações o processo de inserção do Japão no processo de partilha da Ásia, que os japoneses encaravam como uma forma de se afirmarem frente às potências européias, de garantir sua segurança por meio da manutenção de um cinturão em torno do próprio território, e de satisfazer a necessidade do país pelo minério de ferro e demais matérias primas como o carvão; suprimentos essenciais à sua expansão econômica e militar, sem o qual a gradual substituição das potências ocidentais pelo Japão na Ásia ficaria comprometida por este país um país pobre em recursos naturais.

¹⁹⁸ “Since war with Germany is now a possibility, it might be well for you to inform the Japanese Government that, if the fighting should extend to the Far East, and an assault on Hong Kong and Wei-Hai-Wei were to occur, His Majesty’s Government would rely on the support of the Imperial Government.” (Tradução do autor desta monografia). KAJIMA, 1980, p. 38.

A Manchúria, por exemplo, era uma província chinesa próxima ao Japão e extremamente rica em minérios. Seu território, próximo demais da Terra do Sol Nascente, encontrava-se parcialmente ocupado pelos russos no final do século XIX. Outro problema iminente era a Coreia, um estado vassalo da China, cuja invasão ao seu território continuava sendo cogitada por vários países.

O primeiro passo do Japão foi exigir da Alemanha a sua imediata retirada de suas forças localizadas no Mar do Japão e também da China, o que aconteceria em 15 de agosto de 1914. Diante da esperada recusa por parte dos alemães, o Japão invadiu Tsingtao com suas tropas, iniciando uma batalha que duraria quase um mês.

O Japão foi acusado de agressão à China e, futuramente a outros países, por ter tomado tais nações que, no entanto, já se encontravam sob o jugo das potências ocidentais e representavam, enquanto bases (não somente de ordem militar, mas também econômica) para estas potências, riscos à própria integridade territorial japonesa. Contudo, se tomadas às nações ocidentais, representariam um reforço econômico e, sobretudo; de matérias primas necessárias à manutenção da política de defesa do Japão.

A maioria dos países do Sudeste Asiático receberia as tropas japonesas como libertadoras, ao contrário do que está relatado na maior parte dos tratados sobre o assunto. Até mesmo na Manchúria seus líderes e população deram boas vindas às tropas japonesas, voltando-se contra a permanência japonesa apenas após o início da Revolução Chinesa. Hobsbawm ponderou que:

Mesmo no Sudeste Asiático, onde o domínio japonês era menos repressivo que o dos antigos colonialistas, e exercido por não-brancos contra não-brancos, só podia ser passageiro, uma vez que o Japão, além de seu racismo generalizado, não tinha interesse em libertar colônias como tal. (E de fato teve vida breve, porque o Japão foi logo derrotado).¹⁹⁹

Quanto ao racismo generalizado, crido por Hobsbawm, e conseqüente desinteresse em libertar colônias, este realmente aconteceu. Contudo, é forçoso afirmar que, assim como as demais formas de racismo originais (porquanto a difusão do racismo no Japão foi tão-somente uma resposta ao segregacionismo ocidental, conforme será discutido

¹⁹⁹ HOBBSAWM, 1998, p. 173.

pormenorizadamente neste trabalho) perderam força no Ocidente após a guerra, no Japão tais conceitos seriam diluídos ainda mais rapidamente em função de tal forma de racismo não ser um conceito nacional e, portanto, não possuir sólidas raízes entre os nativos daquele país.

Ainda em relação ao possível não interesse do Japão em libertar suas colônias, é forçoso afirmar que a esta altura o Japão fazia o jogo imperialista, do qual dependia para fortalecer a sua própria economia e se armar e, embora a propaganda estadunidense faça crer no contrário, o tratamento japonês para as suas colônias asiáticas era menos desumana do que aquele oferecido pelos antigos estados suseranos europeus que ocupavam a Ásia, conforme será demonstrado mais adiante.

Outra questão é tratada por muitos analistas deste período histórico – que consideram a intenção japonesa, de conquistar parte dos países asiáticos aos europeus para em um momento futuro devolver seu controle aos próprios nativos, como um “pan-asianismo confuso”. Assim denominaram tal política nipônica por acreditarem que o Japão não restauraria a autonomia nestes países asiáticos caso conseguisse atingir suas metas.

Tal concepção, mormente equivocada, por parte destes historiadores e sociólogos decorre da necessidade de uma investigação maior do contexto histórico em que se inseria tal política japonesa. Também consiste em uma hipótese calcada sobre um fato histórico não concretizado²⁰⁰ – o que vai de encontro a todas as premissas necessárias a uma análise imparcial. Naquele momento o Japão procurava ocupar regiões vulneráveis à dominação neocolonialista²⁰¹ (ou já subjugadas pelo ocidente), como única forma de evitar uma expansão ainda maior das potências ocidentais em áreas perigosamente próximas ao seu território, conforme demonstramos em capítulos anteriores que abordam a aproximação destas do Japão. Bem diferente do tão propalado pan-americanismo de James G. Elaine (presidente estadunidense em 1881, 1889-1892), que previa um domínio injustificável não

²⁰⁰ Uma vez que, tendo sido o Japão derrotado durante a segunda etapa da Grande Guerra Mundial, não há como estabelecer nada mais do que hipóteses sobre se os nipônicos restaurariam ou não a autonomia destes países.

²⁰¹ “Convencido de que a única opção econômica do país era a expansão territorial, o Japão invadiu a China no fim dos anos 1930 e começou a expandir-se pelas colônias francesas, holandesas, e inglesas no Sudeste da Ásia, procurando matérias primas, novos mercados e mão-de-obra barata. Os Estados Unidos, que controlavam as Filipinas e várias ilhas no Oceano Pacífico, tinham motivos semelhantes para manter uma forte presença na região (KARNAL, et al., 2007, p.218).

somente sobre todas as Américas, mas sobre “todo o Hemisfério Ocidental sob liderança dos Estados Unidos”.²⁰²

A primeira etapa da Grande Guerra Mundial, segundo o presidente Woodrow Wilson, possuía objetivos de “democracia e Liberdade”. Segundo os autores da obra História dos Estados Unidos,

a linguagem de liberdade já tinha sido usada pelos Estados Unidos nas suas campanhas imperialistas nas Américas e no Pacífico. Era uma linguagem repleta de noções como a superioridade da raça anglo-saxônica e a inferioridade de latino-americanos e asiáticos bem como a necessidade de o capitalismo americano conquistar mercados e matérias primas fora do país.²⁰³

Os nipônicos não se envolveram diretamente na primeira guerra mundial, na Europa, mas souberam aproveitar-se do vácuo deixado pela Alemanha no Pacífico Ocidental, ocupando posições que ocasionariam forte oposição política e militar dos EUA, envolvidos que estavam os estadunidenses na China e interessados que eram pela Ásia, região considerada como espaço natural para a sua expansão após a Marcha para o Oeste e a conquista da América para os “americanos” (estadunidenses).

5.2 – O Período Entre Guerras e o Tratado de Versalhes

O período entre as duas guerras foi caracterizado pelas sucessivas crises do capitalismo. Alguns Estados abriram mão de boa parte de suas políticas liberais no plano econômico, enquanto que no plano político a democracia foi duramente castigada. Em algumas das principais potências capitalistas o estado democrático foi paulatinamente substituído por formas fascistas de governo como reação a vários fatores, entre eles a crise socioeconômica pós I Guerra e a pauperização de suas populações, levando temor em maior

²⁰² KARNAL, et al., 2007, p. 166.

²⁰³ KARNAL, et. al., 2007, p. 192.

ou menor grau às burguesias destas nações e fazendo com que fossem seduzidas pelas campanhas fascistas.²⁰⁴

Embora houvesse até aquele momento um estado de relativa paz entre as nações européias, durante o chamado período de Paz Armada, estas se armavam e estruturavam suas economias para a guerra iminente, além de buscarem por meio de uma política de alianças garantirem os seus interesses.

Em 1919, na Conferência de Paz de Paris²⁰⁵, o Japão pretendeu inserir uma cláusula que afirmasse a igualdade racial, em parte porque havia mesmo lutado pela sua afirmação perante as européias, mas também porque já havia sofrido várias retaliações por parte de países europeus, mais os Estados Unidos e Austrália (alegando questões de ordem racial) em relação à imigração de seus cidadãos para estes países, o que obviamente feriu a nação japonesa em seu orgulho. Em 1882 o congresso estadunidense já havia proibido a entrada de

chineses, presidiários, indígenas e criminosos (lista posteriormente acrescida de anarquistas e outros “elementos indesejáveis”). Em 1885, proibiu-se a importação de mão-de-obra contratada. Em 1907, proibiu-se a entrada de japoneses.²⁰⁶

Pouco mais de uma década antes da Conferência de Paz de Paris o Japão já havia protestado contra a segregação de seus estudantes em São Francisco. Naqueles anos, mais precisamente em 1907, Theodore Roosevelt negociara um acordo internacional que

acabou com a divisão (mas não com outras formas de discriminação), apesar de restringir a imigração japonesa. Mas para que esse gesto de natureza conciliatória não parecesse sinal de fraqueza, mandou a Marinha em um “cruzeiro de treinamento” em volta do mundo.²⁰⁷

²⁰⁴ Não custa lembrar que o fascismo foi um subproduto do capitalismo, tal qual também foi outro subproduto, o imperialismo.

²⁰⁵ Que fazia parte de um conjunto de sessões que determinariam várias questões concernentes a nova ordem mundial a ser criada.

²⁰⁶ KARNAL, et al., 2007, p. 154.

²⁰⁷ KARNAL, et al., 2007, p. 169.

O território japonês, que já era limitado para a enorme população dentro do sistema de produção pré-existente, ficava ainda mais exíguo na medida em que o capitalismo alicerçava ainda mais as suas bases naquela ilha. Piorando ainda mais a situação, após alguns anos de constante cerceamento da imigração nipônica para os EUA com paulatino decréscimo nos últimos anos dos japoneses que desembarcavam em portos estadunidenses (além de outros países que o imitavam), estes interditaram totalmente a imigração japonesa sob o pretexto de serem os nipônicos “inassimiláveis”, aumentando ainda mais o sentimento de humilhação e revolta destes para com o Ocidente.

Embora não justifique a ação contrária por parte dos japoneses, principalmente após a década de 30 do século XX, tais ações fomentaram a necessidade destes de se afirmarem enquanto “raça” e nação perante o mundo, afinal este era o tipo de propaganda negativa com sérios efeitos nos mais diversos fatores, sejam políticos, sociais e até mesmo econômicos. Oliveira Lima, enquanto intelectual de sua época e diplomata que era, não deixou de atentar para alguns fatos relacionados à perseguição aos nipônicos, que aconteciam em praticamente todos os países anglo-saxônicos:

É quase inútil recordar como os japoneses, pelo simples motivo de trabalharem em algumas coisas melhor e em todas mais barato, são hostilizados, perseguidos e repelidos nos Estados Unidos, no Canadá, no Havaí, na Queensland, na Tasmânia, em toda a parte onde se ufana de imperar a liberdade anglo-saxônica.²⁰⁸

Finalmente, mais do que perseguições a imigrantes japoneses, os Estados anglo-saxônicos, principalmente, interditaram completamente a entrada de imigrantes japoneses aos seus territórios. Tal ato geraria protestos de imediato e principalmente após o final da primeira etapa da Grande Guerra Mundial, quando o Japão lutaria, por meio da Liga das Nações, para que fossem incluídos princípios igualitários em relação aos direitos individuais, independente de cor ou país de origem, sendo que a oposição por parte principalmente dos países anglo-saxônicos seria um dos principais motivos para o futuro afastamento do Japão desses países. Sobre esta política estadunidense, José Yamashiro afirmou que

²⁰⁸ OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 143.

Após a I Guerra Mundial, os EUA passam a ser a maior potência mundial, superando a Inglaterra e outras nações europeias. Seus interesses no Extremo Oriente se chocam com os japoneses. A animosidade recíproca aumenta, agravada com a política anti-japonesa – onde entra uma dose considerável de preconceito racista – adotada na legislação imigratória americana. Os atritos crescem e um conflito no Pacífico poderia ameaçar de novo a paz mundial.²⁰⁹

Os representantes japoneses dirigiram-se a um dos representantes estadunidenses, Coronel House, apresentando-lhe sua proposta, que, segundo Fitzhardinge, era a seguinte:

Sendo a igualdade das nações um princípio da Liga, as Altas Partes Signatárias concordam no que concerne aos tratamentos e direitos a serem acordados para os estrangeiros em seus territórios que eles não serão discriminados, nem por lei ou de fato, por nenhuma pessoa ou pessoas por motivo de suas raças ou nacionalidades.²¹⁰

Tal proposição por parte do Japão foi alvo de oposição de países que faziam parte do Império Britânico. O representante estadunidense, Coronel House, ainda tentou fazer com que houvesse um consenso entre os interesses dos países pertencentes ao Império Britânico, mas a proposta japonesa foi alvo de dura oposição, em especial do Primeiro Ministro da Austrália, Willian Morris Hughes, que já havia reclamado que isso seria uma ameaça a inviolabilidade da Austrália branca.

O representante estadunidense, Coronel House, ainda tentou fazer com que houvesse um consenso entre os interesses de ambas as partes, mas Billy Hughes já havia feito o seu protesto, no que foi acompanhado por vários outros representantes de países integrantes da delegação britânica. Consta na obra de Fitzhardinge que o Ex-Primeiro-Ministro inglês e membro do séquito britânico, Arthur James Balfour (o ilustre emissor da Declaração Balfour, sobre o direito de ocupação da Palestina pelos judeus, em 1917)²¹¹, disse aos estadunidenses que:

²⁰⁹ YAMASHIRO, 1978, p. 208.

²¹⁰ “The equality of the nations being a principle of the League, the Hight Contracting parties agree that concerning the treatment and rights to be accorded to aliens in their territories they will not discriminate, either by law or in fact, against any person or persons on account of his or their race or nationality.” (Tradução do autor desta monografia). FITZHARDINGE, 1979, p. 401.

²¹¹ O jornal Folha da Manhã, em sua edição de 15 de novembro de 1933, apontou uma oferta inicial de terras no Quênia, em 1902, recusada pelos judeus. A Declaração Balfour, em dezembro de 1917, asseverava que “com a declaração Balfour, receberam a oferta da Palestina como ponto de estabelecimento do seu lar nacional” (Folha da Manhã, página 4 – 15/11/1933).

A doutrina de que todos os homens foram criados iguais era uma idéia do século dezoito, a qual ele não acredita ser verdadeira. Isso pode ter algum sentido quando todas as pessoas de um país são iguais, mas ele não acredita ser verdade que um homem da África Central tenha sido criado igual a um europeu.²¹²

A partir daí houve interferências no sentido de obter consenso, como a dos EUA, onde o Coronel House afirmou que: “Hughes insiste que nada irá adiante, não importa quão pacífico e inofensivo seja. Se alguma coisa é tentada, seu propósito é fazer um discurso no plenário do congresso e iniciar um tumulto”.²¹³

Independente das tentativas no sentido de se chegar a um consenso entre as duas posições e das opiniões sobre o delegado australiano, como a do general Smut, que segundo consta na obra de Fitzhardinge, considerava Hughes como alguém “por natureza de mente muito limitada, ele não era o tipo de homem que considerava as implicações internacionais – e era também teimoso; se havia alguma interferência isso só deveria servir para simplesmente intensificar sua oposição.”²¹⁴

A ampla maioria das delegações presentes estava preocupada com determinadas situações internas e externas que não estavam predispostas a modificar. O próprio general sul-africano havia declarado que nem a própria Inglaterra estava em condições de intervir nas decisões das delegações do Reino Unido e que, em caso do Hughes não mudar seu posicionamento, ele próprio deveria cerrar fileira em torno da opinião dos países ligados ao Império Britânico.

No fim das contas, até mesmo os dois mais importantes líderes presentes estavam preocupados com a introdução de tal cláusula. Havia, por exemplo, as questões raciais nos Estados Unidos, na África do Sul, e inclusive em vários dos países pertencentes ao Reino Unido. Por este motivo a proposta dos japoneses de igualdade no tratamento, independente

²¹²“The doctrine that all men are created equal was an eighteenth century idea, which he did not believe to be true. There might be some sense in wich all people of one country were equal but he did not believe that a man in Central Africa was created equal to a European.” (Tradução do autor desta monografia). FITZHARDINGE 1979, p. 401-402.

²¹³“Hughes insists that nothing will go in, no matter how mild and inoffensive. If anything is attempted, his purpose is to make a speech at the Plenary Conference and raise a storm.” (Tradução do autor desta monografia). Ibidem, 1979, p. 405.

²¹⁴“By nature very narrow-minded and was not the kind of man to consider international implications – he was also pig-headed; if there was any interference it might well serve to merely intensify his opposition.” (Tradução do autor desta monografia). Ibidem, 1979, p. 405.

de raças ou países de origem, já estava fadada ao insucesso antes mesmo de ser discutida ou votada. De outro lado, os japoneses saíram do congresso se sentindo profundamente humilhados pelas questões de cunho racial. Tal endurecimento dos povos brancos presentes no plenário, em especial da delegação Australiana custaria, como o próprio Major Piesse (diretor da inteligência militar australiana) reconheceu o perigo de tais ações.

Em 1924 os estadunidenses impediram a entrada de imigrantes japoneses no seu território justificando o bloqueio em argumentos racistas, defesa do mercado de trabalho para seus cidadãos e ainda como retaliação ao expansionismo japonês, como se os EUA não fossem participantes deste processo. Das três justificativas, a de cunho racista foi a que produziu efeitos mais nefastos no Japão, enfraquecendo os partidos de centro e esquerda.

A postura dos EUA e países europeus presentes na Ásia, que com um discurso baseado em supostas superioridades racial, cultural e científica justificavam desde o início do processo neocolonialista o estabelecimento de protetorados e demais formas de domínio, contribuiu para a ascensão da direita ultranacionalista, que ganhava ainda mais força, aproveitando-se da questão racial para alimentar uma reação dos nacionais à xenofobia caucasiana, além de se sustentarem nas campanhas militares²¹⁵ até então muito bem sucedidas, pelo rápido desenvolvimento do Japão em tão curto espaço de tempo e principalmente pela crise econômica que grassava no país, utilizando esta para convencer aqueles que se colocavam contra o expansionismo japonês, que defendiam ser a única maneira do Japão não ser engolido pela onda imperialista que assolava a Ásia.

Em 1925, os ultradireitistas haviam conseguido aprovar a Lei de Preservação da Paz. Tal lei permitia a eles a imposição de sérias restrições às liberdades políticas no país. Estavam reservadas perseguições àqueles que se opusessem ao chamado “espírito nacional”, e muitos opositores foram eliminados. Sobre este período Hobsbawm sustenta que:

Após uns poucos anos, em meados da década de 1920, nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conhecera desde a Revolução Industrial. E isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão, as forças políticas do militarismo e da extrema direita, empenhadas num rompimento deliberado com o

²¹⁵ Que eram apresentadas ao povo japonês como uma luta contra a investida ocidental. Embora fosse uma luta real (conforme demonstrado neste trabalho), era utilizada como instrumento de afirmação das forças militares no país.

status quo mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos.²¹⁶

Compete ainda uma observação quanto ao fato de que enquanto na Alemanha e na Itália o medo burguês de um possível alastramento dos ideais da Revolução Russa (objetivo de Lênin e dos Bolcheviques) para os seus países foi um dos principais fatores para o surgimento do nazismo e do fascismo, no Japão o contexto não era o mesmo. Neste país, vários foram os motivos para a escalada fascista ao poder; dentre eles:

- Fugir à ameaça colonialista era imperativo, o que levou à militarização e a um posicionamento mais à direita, na esfera política;
- Os EUA cercavam o Japão nos âmbitos político e econômico. Afastou gradualmente a Inglaterra da sua aliança com o país e conseguiu isolar o Japão das demais potências, enfraquecendo politicamente o país para torná-lo mais vulnerável. Desenvolveram inúmeras modalidades de bloqueio de importações vitais para o Japão visando enfraquecê-lo²¹⁷. Por fim, os EUA cortaram o fornecimento de petróleo e com isso os militares buscaram o fornecimento desta matéria prima essencial para a movimentação e manutenção da indústria e dos seus equipamentos bélicos. Vários historiadores, inclusive um relevante número de historiadores estadunidenses, concordam quanto ao fato de que os EUA interditarão aos nipônicos uma alternativa que evitasse um confronto direto consigo;
- A insistência ocidental em manter uma supremacia da “raça” branca em relação ao restante do mundo.

Ao contrário do que ocorreu no cenário italiano e alemão, no Japão não foi a burguesia quem apoiou as políticas de cunho fascista. Ao contrário, foi nesta classe que o militarismo japonês encontrou a mais forte oposição. Nos países onde ocorreram motivações internas para a eclosão de movimentos fascistas, o medo da burguesia e da aristocracia para

²¹⁶ HOBBSAWM, 1994, p. 43.

²¹⁷ Tais bloqueios foram o principal motivo para que militares, conglomerados e ultradireitistas japoneses se lançassem à aventura imperialista na Ásia, conforme citação de Eric Hobsbawm na sequência.

com as revoluções que ocorriam na época foram os principais elementos detonadores do fascismo.

No Japão, ao contrário de outros países que adotaram o fascismo, muitos dos eleitores mantiveram-se isentos de toda a propaganda feita pelos militares e ultradireitistas, revelando um percentual de dissidentes bastante elevado, apesar de todo o aparato repressor contra quem não aderisse ao sistema. No auge do militarismo, por exemplo, os partidos de esquerda e o mais moderado entre os dois principais partidos obtiveram um extraordinário sucesso. A não adesão do povo à causa militarista e o sucesso dos partidos de esquerda, contrários ao ultranacionalismo, seria um dos detonadores do recrudescimento da ditadura militar no país. Pautado em vários historiadores sobre o tema, Behr arrazoa que:

Os resultados das eleições parlamentares de 20 de fevereiro de 1936 demonstraram que, apesar da estridência bombástica dos ultranacionalistas, os eleitores japoneses conservavam o espírito extraordinariamente tranqüilo, imunes à propaganda xenófoba. As eleições foram um sucesso particular para os pequenos grupos de esquerda e para o mais moderado dos dois partidos principais: o Minseito elegeu 205 de seus 296 candidatos, enquanto o mais direitaista Seyukai sofreu uma derrota considerável, elegendo apenas 174 deputados dentre 336 candidatos. Mesmo assim, Hiroito sabia que a discrepância entre o fervor nacionalista e a tendência da população à indiferença sobre as ofensivas no exterior possivelmente provocaria mais conspirações e maior derramamento de sangue.²¹⁸

Tudo isso leva a refletir sobre a impossibilidade de se fazer um paralelo entre o fascismo ocidental e as medidas de cunho fascista adotadas no Japão²¹⁹. A esse respeito, Chesneaux afirma que:

Os partidos burgueses viram-se, no entanto, forçados a ceder ao predomínio nacionalista do Estado-Maior e das sociedades secretas como o *Kokuryukai*. Tentaram, em certo momento, fazer uma depuração no Exército e reduzir as despesas militares. Mas uma série de assassinatos políticos e golpes militares puseram fim a essa breve experiência de governo parlamentar. Aliás, a crise

²¹⁸ BEHR, 1989, p. 166-167.

²¹⁹ O fascismo foi uma forma de expressão ideológica ocidental onde, sem exceções, possuía suas bases na burguesia. No Japão o fascismo não era ideológico, mas foi adaptado às necessidades políticas de alguns setores japoneses. A burguesia japonesa, ao contrário da ocidental, era absolutamente contrária ao fascismo – descartando completamente a infundada teoria de que o país seria fascista; embora um pequeno grupo (sem grandes líderes ou seguidores à moda ocidental) tenha assumido o poder e adotado medidas de cunho fascista, espúrias e contrárias ao que a maioria acreditava ser o correto ou o melhor para o país.

econômica de 1929 atingiu duramente o Japão. Facilitou a demagogia anticapitalista e antiparlamentar da extrema direita.²²⁰

Uma vez no poder, tais facções transformariam o Japão. Fariam campanhas para convencer a população aos moldes daquelas praticados por militares na Itália, na Alemanha, e de forma mais comedida que nestes dois países, por políticos nos Estados Unidos, como se verá um pouco mais adiante.

No Extremo Oriente o antigo parceiro da Inglaterra, que fizera nos últimos anos o papel policiesco que tanto agradara as potências ocidentais²²¹, havia mudado gradualmente a sua posição na medida em que os Estados Unidos conseguira afastar a Inglaterra de sua aliança com o Japão. Desde o Tratado de Versalhes os EUA, Austrália e demais nações anglo-saxônicas buscavam isolar o Japão por motivos unicamente econômicos, já que a potência norte-americana possuía àquela altura interesses que se chocavam com os do Japão, que até o final da década de 20 transigira a uma posição imperialista, não somente em seus objetivos, mas também pelos meios utilizados, que a essa altura se equiparava ao ocidente na falta de escrúpulos.

Faz-se necessário enfatizar que, para este desvio de conduta verificado em sua política externa (tornando espúria uma política outrora austera) não é admissível o discurso que tenta abonar uma política imperialista e transgressora pela exposição de atos paralelos praticados pelas potências ocidentais. Contra ele é possível traçar paralelos entre tal política nipônica e aquela adotada por estadistas japoneses do quilate de Inouye, que souberam conduzir o país em um cenário ainda mais adverso, em que o Japão se encontrava tanto ou mais isolado que no período militarista.

O fato é que justamente durante o período em que os Estados Unidos isolavam cada vez mais (econômica e politicamente) o Japão do restante do mundo houve um definitivo deslocamento do poder para a direita, reforçando uma atitude agora não mais voltada para a afirmação de sua igualdade étnica, social e econômica frente ao imperialismo europeu. Neste momento os militares operavam no Japão uma faxina ideológica, implantando no país uma

²²⁰ CHESNEAUX, 1976, p. 52.

²²¹ Levando essas potências ocidentais a tolerar atos questionáveis do Japão enquanto este atendia a seus interesses na Ásia – os militares japoneses voltaram-se, inclusive, contra antigos parceiros asiáticos que sempre haviam apoiado incondicionalmente o Japão em seu plano panasianista – contrariando a política de seus antecessores, que haviam sido alijados do poder por meio de vários golpes militares.

política cujos métodos eram tão fascistas quanto aqueles praticados na Itália, nos EUA, na Inglaterra e, sobretudo, na Alemanha.

O Japão abandonava, doravante, os planos de igualdade étnica entre todos os indivíduos e nações do mundo, que Inouye obstinadamente defendera, passando a ostentar um discurso de superioridade racial caracterizado por igual carga de cinismo daquele anglo-saxônico que veementemente criticara no passado. Suas ações passaram a ser caracteristicamente reativas, adotando doravante uma atitude militarista que os sustentasse frente aos interesses de seus agressores. Os grandes estadistas nipônicos, juntamente com toda a ala moderada ou reduzida esquerda nipônica foram excluídos da vida política no país.

A partir desse momento o Japão passou a desconsiderar parcerias datadas de muitos séculos, dominando povos que os receberam como libertadores do jugo do imperialismo ocidental, por levar em conta apenas as necessidades estratégicas para romper com um cerco que os Estados Unidos lhe opunham. E ainda assim, boa parte dos indivíduos daquelas nações ainda via o Japão com bons olhos, pelo tratamento dos japoneses a eles dispensado ser considerado mais ameno que o das nações européias e também pelo fato dos japoneses serem um representante da “raça” amarela, fazendo frente à colonização caucasiana. Além disso, não se importavam com o modelo de política adotado no Japão, uma vez que o maior inimigo era o imperialismo ocidental. Hobsbawm afirmou sobre este modo de compreender o panorama, não somente pelos asiáticos, mas por grande parte das regiões colonizadas, que

para a maior parte da Ásia, África e o mundo islâmico, o fascismo, como ideologia ou como política de um Estado agressor, não era e jamais se tornou o principal e muito menos o único inimigo. Este era o “imperialismo” ou o “colonialismo”, e as potências imperialistas eram, em sua maioria, as democracias liberais: Grã-Bretanha, França, os Países Baixos, Bélgica, e os EUA. Além disso, todas as potências imperiais, com exceção do Japão, eram brancas.²²²

É inegável que as relações diplomáticas entre os próprios países ocidentais²²³ eram marcadas pela imposição das potências em relação às nações menos desenvolvidas; que o capitalismo é essencialmente imperialista; que a cultura iluminista geralmente colocava a “raça” branca em posição de domínio, qualificando as demais como inferiores, bem como

²²² HOBBSAWM, 1994, p. 171-172.

²²³ A monografia refere-se aos países ocidentais porque eles ditavam as regras do jogo político naquela época.

rotulava as demais culturas como superficiais, assim como seus decorrentes sistemas (entre eles o jurídico). As religiões cristãs ocidentais freqüentemente haviam sido lançadas contra as profissões de fé (ou contra a ausência de religião, que era comum a parte dos japoneses) nativas e não raramente eram utilizadas como ponta de lança para o imperialismo ocidental.

Enquanto país asiático que sofrera intervenções em seu próprio território; bem como ações coercitivas para que aderisse ao sistema econômico predominante na condição de colonizado e suportando diversas modalidades de afrontas fundamentadas em distinção de raça, religião, cultura e sistematizações sociais em relação aos padrões ocidentais; não surpreende que a essa altura do período Arashi o Japão tenha se adaptado a eles. O sentimento nacionalista gradativamente foi aferrado às tradições locais e a tradição guerreira de até três séculos antes (que foi interrompida pelo xogunato Tokugawa) aflorou e se expressou de forma brutal.

Nesse período sobrevieram ainda importantes ocorrências que iam a agravar ainda mais a situação de instabilidade social e política, concedendo ao grupo ultradireitista mais força no cenário político interno do Japão, conforme possibilidade cogitada por Oliveira Lima décadas antes. Tal facção passaria a ditar, sem força de oposição, os rumos do país desde o início da década de 30, promovendo não somente mudanças estratégicas com relação à política exterior como também no plano interno por meio de medidas autoritárias com a finalidade de silenciar os dissidentes que ainda lhes opusessem voz. Nas forças armadas também se operariam graves mudanças. São elencados, abaixo, os principais fatos que contribuíram para que elas ocorressem:

- A crise econômica de 1929, com posterior depressão econômica²²⁴ que afetou a maior parte das economias do planeta, teve duração de cerca de três a dez anos, a depender de cada país afetado. Caracterizou-se por um extenso período também no Japão, provocando uma forte crise financeira. Muitas empresas faliram, desempregando milhares de japoneses nas cidades, enquanto que a baixa no preço do fio da seda e de produtos agrícolas estendeu a crise ao campo.

²²⁴ Extenso período deflacionário que tem como origem uma queda acentuada no nível de atividade econômica.

- O rigoroso inverno de 1931 agravou a situação, prejudicando as colheitas principalmente no Norte (Hokkaido) e Nordeste do país, fazendo grassar a fome entre a população nipônica.
- Sob os efeitos da mesma crise finda o Governo Parlamentar após golpe militar.

5.3 – Segunda Etapa da Grande Guerra Mundial

Considerando como contínuos os dois períodos que totalizaram os 31 anos da Grande Guerra Mundial, estes passam a ser analisados enquanto um único evento. Partindo desse pressuposto não seria correto afirmar que, embora as hostilidades se encontrem praticamente paralisadas, tenham cessado por completo e em todos os países, tendo em vista que as causas do conflito, em lugar de encerradas, estavam ainda mais avigoradas.

Várias sanções haviam sido aplicadas a países derrotados no final do primeiro período da Grande Guerra, arruinando ainda mais as suas economias e levando fome e desespero às suas classes menos abastadas. Suas burguesias e aristocracias sentiram-se humilhadas pela derrota, especialmente durante um momento em que as classes dominantes em todos os países viviam e pregavam um nacionalismo exacerbado.

A miséria, somada ao enfraquecimento daqueles que tradicionalmente conduziam os Estados e ao temor que principalmente a burguesia nutria de uma possível levante popular²²⁵ induziram estas sociedades a um desequilíbrio político tal, que possibilitou o estabelecimento de um vácuo; permitindo que determinados setores acessassem postos normalmente de difícil acesso aos seus aspirantes. Uma vez alçados ao poder, tais setores levaram integralmente consigo aspirações e sentimentos de suas bases, profundamente influenciadas por seus discursos ultradireitistas. Uma vez no poder não as desprezariam, não somente por comungarem dos mesmos ideais e projetos, como também porque esta última lhes dava sustentação, promovendo controle ideológico sobre a massa popular.

²²⁵ Especialmente em uma temporada que havia sido tão favorável ao governo revolucionário da URSS.

Nenhum outro sistema econômico (e conseqüentes derivações em âmbitos políticos e sociais) seria tão suscetível ao fascismo²²⁶ como o capitalista, seja ele liberal ou de Estado, como o que se deu na URSS pós Stalin. Ainda que tenha conformado o sistema político das nações notabilizadas como fascistas, que possuíam um governo ditatorial, outras expressões de cunho fascista surgiram, naquela época, em muitas nações com tradições ditas democráticas, o que inclui em maior ou menor grau a maioria das potências envolvidas na guerra, até mesmo no Brasil, que não era potência, mas aspirava a tal.

A especialização da mão de obra operária, pela sistematização das linhas de produção, que tornaram o trabalho repetitivo e simplificado, permitiu um controle ainda maior do tempo²²⁷, além de uma conseqüente hierarquização do trabalho, culminando entre suas principais conseqüências na redução do número de operários necessários nas fábricas, e em drástico barateamento no custo da mão de obra²²⁸ e, em alguns casos, pela redução na necessidade de qualificação do proletariado. Tudo isso possibilitou aos detentores dos meios de produção um maior controle sobre os níveis salariais por meio do excedente, de uma massa desempregada – o lumpemproletariado. A subjetivação do sujeito, decorrente deste novo modelo resultaram num decréscimo das condições de cidadania daquela época. Nos Estados Unidos, uma greve do CIO (Congresso de Organizações Industriais)

com o objetivo de sindicalizar todas as usinas de aço no país, foi derrubada pelas antigas táticas de violência e repressão por parte das empresas e do Estado, inclusive dos governadores democratas. Dezoito trabalhadores morreram, centenas ficaram feridos e centenas foram presos.²²⁹

Uma vez que havia um excedente de trabalhadores desempregados e os empregados estavam sob constante ameaça de desemprego, o elemento exógeno era mal visto. Em diversas nações européias, inclusive norte-americanas, este modelo fortaleceu preconceitos e preceitos segregacionistas, que, inclusive aprofundaram as tensões entre as populações da etnia anglo-saxônica com os afro-americanos. “Os negros sofreram mais, frequentemente

²²⁶ Vide o conceito de fascismo exposto na página 08 deste trabalho.

²²⁷ Aludido por Thompson sobre a Revolução Industrial em sua fase inicial.

²²⁸ Além dos ganhos proporcionados ao capital pelo ritmo de produção acelerado.

²²⁹ Karnal, et al., 2007, p. 212.

expulsos das suas terras no Sul e tratados com indiferença nos melhores casos e aberta hostilidade racial nos piores.²³⁰ É importante notar que apenas alguns anos antes, o diretor de cinema D. W. Griffiths aclamara o violento grupo racista Ku Klux Klan em seu filme *Nascimento de uma Nação*, que marcou o início do cinema estadunidense, com franco apoio do governo daquele país.

A política anti-semita (na Alemanha) foi, portanto, apenas mais um exemplo desse tipo de cultura fascista já existente nos Estados Unidos e vários países europeus, mas que aflorou durante o período conhecido como Paz Armada, principalmente durante a crise econômica que deflagrada nos Estados Unidos, mas que se expandiu em escala global, atingindo também o Velho Mundo. A ideologia de cunho racista contra a imigração de japoneses para os EUA foi outro exemplo desse mesmo fascismo. Conforme a obra *História dos Estados Unidos*

certos grupos imigrantes continuaram sentindo os preconceitos raciais profundamente enraizados na sociedade americana. Já enfrentando segregação informal e pouca mobilidade social e econômica, imigrantes e americanos de ascendência latino-americana (a vasta maioria mexicana) e asiática (chineses, japoneses, filipinos e coreanos) foram pressionados a ceder seus empregos [...]²³¹

Evidente que tudo isso foi resultante não somente de um processo com origens unicamente econômicas, mas foi, sobretudo, uma conformação com o modo de pensar europeu e estadunidense – expresso àquela época em preceitos iluministas. Somados, eles conformariam aos germes do fascismo, presentes não somente nos países conhecidos como fascistas, mas também nos EUA, na Inglaterra, entre outros. As elites japonesas, como esta monografia apontou em capítulo anterior, aderiu ao nacionalismo exacerbado e à xenofobia após ter o seu projeto de igualdade racial rechaçado na Liga das Nações principalmente pelos países com predominância anglo-saxônica, a saber; EUA, Inglaterra, Austrália e demais países direta ou indiretamente ligados ao Reino Unido.

Fica claro, por conseguinte, que os ingredientes fundamentais para o embate entre Japão e Estados Unidos eram baseados em disputas com fundo econômico, embora os Estados Unidos ampliassem áreas de domínio político ou econômico, sob o pretexto de levar

²³⁰ *Idem*, p. 208.

²³¹ *Ibidem*, p. 209.

civilização e democracia, enquanto que o Japão lutava para não ver minadas as suas condições de manter a sua independência em relação às forças agressoras, entre elas os próprios EUA. Entre as condições necessárias à manutenção dessa independência estavam as fontes de minérios necessários à manutenção de suas forças de combate, exíguas no território japonês. Conforme a obra História dos Estados Unidos

"convencido de que a única opção econômica do país era a expansão territorial, o Japão invadiu a China no fim dos anos 1930 e começou a expandir-se pelas colônias francesas, holandesas e inglesas no Sudeste da Ásia, procurando matérias-primas, novos mercados e mão-de-obra barata. Os Estados Unidos, que controlavam as Filipinas e várias ilhas no oceano Pacífico, tinham motivos semelhantes para manter uma forte presença na região".²³²

Muitos dos relatos de ex-combatentes nipônicos além de depoimentos em documentários apontam para o fato de que oficiais militares inescrupulosos incutiram nas mentes das tropas uma suposta superioridade étnica dos japoneses em relação aos chineses e demais asiáticos, como forma de igualar-se aos caucasianos, evitando um sentimento de inferioridade do Japão em relação aos demais países. Tal falta de escrúpulos por parte de alguns militares japoneses levaram a, entre outras ações nefastas, à consideração do chinês como um ser humano de 2ª categoria, um subumano e, portanto, passível de maus tratos.

A desconsideração do chinês enquanto igual, pelos quais os japoneses sempre possuíram uma distinta admiração, se deu a partir de sua dominação pelos europeus, pelas políticas chinesas pró-europeias e contra o Japão, mas, sobretudo, a partir dessa lavagem cerebral em escala nacional operada pela direita aliada aos setores mais abjetos do militarismo japonês, que não condiz com o comportamento desta nação no decorrer da história, tanto antes quanto depois deste período turbulento pelo qual atravessou o país.

Na segunda etapa da Grande Guerra Mundial alguns militares japoneses também cometeram diversos atos absolutamente questionáveis, como os cometidos pela infame Unidade 731, que realizaram experimentos em civis e prisioneiros de guerra na China. Tais ações, incompatíveis com o modo de agir dos militares japoneses de outrora e em total falta de consonância com o *bushido*, dimanaram de profundas mudanças no interior das forças armadas nipônicas.

²³² Ibid., p. 218.

Decorreram as tais ações de uma série de aspectos já citados ao longo deste trabalho, todos relacionados a uma busca quase desesperada do Japão por condições de igualdade em relação aos conquistadores ocidentais, não somente nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, mas também no militar, o que de forma alguma as justifica. Por outro lado, a historiografia precisa registrar o fato de que os Estados Unidos não ficaram imunes a esse modo infame de proceder, evitando uma esquelha dicotômica na historiografia pertinente a esta questão. Amy Goodman, com a colaboração de outro jornalista estadunidense, Denis Moynihan, escreveu um artigo no qual apontou que em

Tuskegee, no estado de Alabama, desde 1932, e até ser revelado pela imprensa em 1972, o governo dos Estados Unidos levou a cabo estudos de longo prazo sobre os efeitos da sífilis quando não é tratada. O estudo consistiu em dizer a quatrocentos homens com sífilis que receberiam um "tratamento especial" para seu "sangue ruim." Sem que estes homens soubessem, recebiam placebos inúteis, mas não a cura prometida. E, o enfraquecimento de seus corpos, causado pela sífilis não tratada, foi estudado durante décadas. Em suas fases avançadas, a sífilis pode ocasionar desfiguração, demência, cegueira e dor aguda crônica. É uma maneira horrível de morrer. Durante os anos em que se desenvolviam estas experiências, foi descoberto que a penicilina curava a sífilis. No entanto, não se informou a estes homens infectados da possível cura e cada vez que algum deles pedia tratamento, lhes era negado.²³³

Na Guatemala, os Estados Unidos realizaram as mesmas experiências, mas os métodos utilizados neste país latino-americano foram ainda mais brutais, durante a década de 1940. Naquele país

os pesquisadores do governo dos Estados Unidos infectavam com sífilis aos prisioneiros e depois os tratavam com penicilina para medir os efeitos do antibiótico imediatamente após a exposição à doença. A sífilis é uma doença de transmissão sexual e era desta maneira como o médico que encabeçava as operações, o Dr. John Cutler do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, tentava infectar aos prisioneiros. A historiadora médica Susan Reverby descreveu as experiências da seguinte maneira: "Foram a Guatemala porque a prostituição era legal nesse país e era também era legal levar prostitutas aos cárceres para serviços sexuais."²³⁴

Segundo a jornalista, quando não conseguiram provocar a infecção no nível esperado introduzindo prostitutas contaminadas nas celas,

²³³ Amy Goodman. "De Tuskegee à Guatemala passando por Nuremberg." *Jornal do Brasil* 09/10/2010: 1. *Jornal do Brasil*. 09/05/2011 http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=34012.

²³⁴ *Ibidem*.

criaram uma vacina utilizando as provas de campo com coelhos que já tinham a doença. Raspavam ou rasgavam os braços de pessoas em cárceres, asilos psiquiátricos e instalações do exército. Utilizaram seus braços, suas bochechas, ademais buscaram homens, e francamente esta parte resulta-me completamente incrível e faz que tudo se pareça parte de um filme classe B. Encontraram homens com prepúcios longos, pegavam seus pênis, retiravam o prepúcio para trás, raspavam a glândula e lhes aplicavam a vacina através de um pequeno chumaço de algodão com gazes, um apósito. Eles faziam isto durante uma hora e meia ou duas horas com a esperança de que a infecção se transmitisse dessa maneira."²³⁵

Por fim, a jornalista indica que

O governo dos Estados Unidos com frequência tem levado a cabo experiências sem o consentimento informado dos sujeitos afetados. Nas mulheres de Porto Rico, foi injetado estrógeno em níveis de risco enquanto estavam sendo testadas as pílulas anticoncepcionais. Em outras investigações, se injetou plutônio a pacientes hospitalizados que não tinham se oferecido como voluntários para estudar os efeitos desse elemento no corpo humano. As corporações transnacionais da indústria farmacêutica, Dow Chemical e Johnson & Johnson, de comum acordo com as autoridades penitenciárias da Pensilvânia expuseram aos presos aos riscos de produtos químicos nocivos, dentre eles a dioxinas, e com a intenção de testar seus efeitos.²³⁶

Durante a evolução da segunda etapa da Grande Guerra, a própria forma de preparar o militar japonês sofre uma abrupta mudança, resultando apenas distorções das derivações referentes aos aspectos fundamentais do *bushido*. A disciplina, por exemplo, foi transformada em violência contra os próprios militares nipônicos, de forma a colocá-los em condições de enfrentar a selvageria ocidental, presenciada pelas tropas nipônicas durante a I Guerra Mundial; isso em um primeiro momento.

Na sequência a própria sociedade japonesa, e principalmente os chineses, acabaram sofrendo os efeitos dessa mudança. Importante dizer que estes últimos não sofreram maus tratos apenas dos nipônicos, mas das próprias autoridades chinesas, como também por parte das tropas ocidentais. Os antigos militares nipônicos não compactuavam com tal direcionamento, mas prevaleceram as diretrizes dos mais violentos, dentre os que chegavam aos quartéis japoneses e recebiam o novo modelo de treinamento.

²³⁵ Ibid.

²³⁶ Ibidem.

É fato que muitas das tais ações criticáveis tenham sido aumentadas ou acrescidas de outras, cuja veracidade é questionada por muitos historiadores. De um lado temos um tipo de revisionismo que nega o evidente, mas de outro tivemos no passado uma propaganda de guerra (principalmente estadunidense) dissimulada em filmes, documentários, jornais e revistas, como já foi tratado neste trabalho, que amplificava ou mesmo criava determinados fatos.

Apesar da aura de austeridade investida sobre muitos dos meios de comunicação estadunidenses, estes estavam a serviço do Estado e deixaram de cumprir com procedimentos aceitos como universais quando da divulgação de diversos acontecimentos. Exibir fotografias sem as respectivas assinaturas de seus autores, por exemplo, é algo que leva ao questionamento da confiabilidade dessa mídia, o que aconteceu em larga escala durante o chamado massacre de Nanquim.

É sabido que as autoridades chinesas utilizaram irresponsavelmente da tática de guerrilha contra as tropas japonesas, colocando soldados chineses à paisana para alvejar militares nipônicos, apesar dos protestos japoneses em fórum internacional terem sido ignorados pelas potências ocidentais aliadas dos EUA e pelos próprios estadunidenses. Diante deste fato é fácil imaginar o grau de estresse e neurastenia a que chegaram os militares nipônicos quando qualquer chinês, militar ou não, se aproximava deles. E, ainda, como saber quais dentre os mortos pelas tropas japonesas eram realmente civis descompromissados com a luta contra o Japão?

Apesar das constantes propagandas anti-japonesas promovidas pelos Estados Unidos, antes mesmo da segunda etapa da Grande Guerra Mundial, existem relatos em contrário; sejam relatos de prisioneiros alemães²³⁷ na I etapa da Grande Guerra, altamente favoráveis aos japoneses ou de vários observadores, que conforme consta na obra de Oliveira Lima (já citada nesta monografia) foram também indicativos do excelente comportamento das tropas japonesas naquele período. Embora o comportamento das tropas nipônicas tenha sofrido alteração própria da deterioração pela guerra e também por influência de certos oficiais²³⁸

²³⁷ Muitos soldados alemães resolveram permanecer no Japão, mesmo depois de obterem liberdade, conforme relatos disponíveis em toda a historiografia sobre o período, e mais especificamente sobre o fato em questão.

²³⁸ Com o aumento do contingente no exército, houve a preocupação em manter a disciplina, e tais oficiais encontraram uma solução para isso na forma de treinar seus soldados, tornando-a mais violenta. Os soldados japoneses eram constantemente espancados, seja com bambu ou mesmo pelas próprias mãos de seus

que desumanizaram o treinamento de suas tropas, não se pode aceitar a generalização de tais atos, estereotipando o militar japonês.

Outras questões foram exploradas pelo Ocidente, em especial pelo marketing de guerra estadunidense, como as das *comfort women* chinesas e coreanas. Nestes casos, é altamente provável que abusos tenham sido cometidos, mas é importante pontuar que a mídia estadunidense mais uma vez teve o seu quinhão de responsabilidade no aumento do ocorrido. Curioso que nenhuma vítima japonesa das hecatombes nucleares, bem como dos ataques incendiários cometidos pelos Estados Unidos a diversas cidades japonesas²³⁹, recebeu indenização, já que os estadunidenses se pronunciaram a favor do pagamento de indenizações pelo Japão à China e à Coreia.

No caso da responsabilidade do Japão, existem comprovações de que os fatos mais uma vez foram distorcidos ou aumentados, conforme reportagem de Philippe Pons, para o site do jornal *Le Monde (diplomatique)* publicada em outubro de 2001:

A Coreia agarrou-se ao drama das “mulheres revigorantes” (200 mil asiáticas, em sua maioria coreanas, forçadas a se prostituir para o exército nipônico) no início da década de 90 e, a partir de então, vem martelando na responsabilidade dos japoneses – que não têm qualquer dúvida a respeito do caso, que foi denunciado pelo historiador Yoshiaki Yoshimi a partir de documentos de arquivos militares – sem, contudo, esclarecer as responsabilidades dos próprios coreanos (recrutadores e donos de bordéis) no drama.

Philippe Pons, além de elucidar a questão, indicando o erro do historiador nipônico Yoshiaki Yoshimi, aponta também outro problema envolvido neste tema, que é a própria colaboração coreana com o Japão neste período:

A Coreia, além disso, deixa passar sob silêncio o enorme problema da colaboração com o invasor durante o período colonial. “Como exigir dos japoneses que reconheçam seus erros, se nós próprios não esclarecemos os nossos?”, pergunta o historiador Han Hong-koo, da Universidade Sungkonghoe, de Seul.²⁴⁰

superiores, ou usando-se o método do auto-castigo, que consistia em colocar dois recrutas frente a frente, um batendo no outro.

²³⁹ Ao contrário do que muitos cogitam, o número de mortos ou mutilados pelos ataques incendiários dos Estados Unidos a várias cidades nipônicas foi infinitamente maior que o dos dois ataques nucleares somados.

²⁴⁰ *Le Monde (diplomatique)*, 10/2001.

Ele vai um pouco mais além, confirmando alguns pontos de vista defendidos nesta tese, primeiro em relação aos reais interesses estadunidenses:

Voltando ao caso do Japão, a Guerra Fria o isentou de certa forma, de seus crimes e os Estados Unidos incentivaram a direita – que ajudaram a voltar ao poder – a contornar a constituição pacífica com que os próprios norte-americanos haviam dotado o arquipélago, permitindo a criação de um exército. A lei fundamental foi tão bem contornada, ao longo de sucessivas interpretações, que foi atingida uma brecha casuística.²⁴¹

Prossegue Philippe Pons:

No que se refere a seu passado, o Japão agiu da mesma forma que agiu com a constituição: procurou contorná-lo, ao invés de enfrentá-lo. E encontra-se diante de um novo impasse: suas justificativas continuam sendo insuficientes e, de uma hora para outra, seus vizinhos poderão denunciar o renascimento do nacionalismo.²⁴²

Nas últimas décadas o Japão tem evitado as solicitações estadunidenses para que transformem suas forças de autodefesa em exércitos regulares.

É interessante notar que os mesmos EUA, que disseram lutar contra o fascismo dos militares ligados à extrema-direita nipônica tenham mais do que permitido, incentivado, a sua manutenção no poder. Por que incentivaram, então, o retorno dos direitistas japoneses ao poder após o final da guerra, os mesmos contra quem os Estados Unidos haviam combatido, com o intuito de retirá-los do poder no Japão? Afinal, o que aconteceu com a defesa da democracia e com o combate ao fascismo? Sobre esta questão, consta na obra História dos Estados Unidos que

"a grande maioria dos povos do mundo opôs-se ao fascismo e militarismo da Alemanha nazista e do Japão, mas forças americanas de ocupação na Europa e Ásia conscientemente trabalharam com antigas elites para restabelecer muitos aspectos antidemocráticos e conservadores da velha ordem, ajudando os novos governos a reprimir iniciativas radicais, como por exemplo, suprimindo sindicatos e reprimindo comunistas no Japão nos anos 1940 e 1950. Os impérios coloniais e informais da França, Inglaterra e dos Estados Unidos, é claro, foram mantidos."²⁴³

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ KARNAL, et al., 2007, p. 221.

É fato concreto que os Estados Unidos se preocupavam unicamente com a sua própria política expansionista, de agressão a outros países, enquanto levantavam a velha bandeira colonialista em nome da democracia e do progresso para os povos considerados inferiores. Os EUA, no entanto, portavam também a bandeira da democracia, a ser estendida inclusive para o Japão, a quem forçaram a abertura dos portos, ainda em meados do século XIX.

"A segurança nacional e considerações imperialistas guiaram a política externa dos Estados Unidos nos anos 1930 e 1940 [...]" "[...] nenhum desses eventos (invasão italiana da Etiópia, Guerra Civil Espanhola, invasões da Polônia e Tchecoslováquia por Hitler) provocou a entrada dos Estados Unidos na guerra." ²⁴⁴

É praticamente consenso que os governantes estadunidenses tenham se eximido da “responsabilidade” de combater a Alemanha nazista enquanto os seus interesses não estavam em jogo, até porque muitos deles eram francamente simpáticos ao regime nazista de Hitler; inicialmente considerada mais uma potência imperialista, emergente, fazendo uso das regras do jogo capitalista, que justificava o neocolonialismo enquanto política externa não somente daquele país, mas também dos próprios Estados Unidos.

Devido à conjuntura global conturbada e à ameaça nipônica, “[...] Roosevelt estava se preparando para a guerra há três anos, apesar da oposição de alguns elementos das elites econômicas e políticas. De fato, poucos políticos se preocupavam com as perseguições políticas de Hitler.” ²⁴⁵ Roosevelt estava entre estes que também considerava o expansionismo alemão uma ameaça aos seus próprios interesses, assim como “o industrial Henry Ford, o famoso aviador Charles Lindbergh e o embaixador dos Estados Unidos na Inglaterra, Joseph Kennedy, pai do futuro presidente JFK, abertamente simpatizavam com aspectos do regime nazista.” ²⁴⁶ No entanto, conforme os próprios autores da obra História dos Estados Unidos, “para Roosevelt e a maioria da elite reconheceram que o expansionismo da

²⁴⁴ Ibidem, 2007, p. 218.

²⁴⁵ KARNAL, et al., 2007, p. 219.

²⁴⁶ Ibidem, 2007, p. 219.

Alemanha e do Japão representaria uma perigosa ameaça aos interesses econômicos americanos.”²⁴⁷ Segundo os autores da obra supracitada, foi

"o desejo de aumentar seu império informal que moldou as decisões de Roosevelt com relação à guerra. Não havia dúvida de que os Estados Unidos apoiariam a Inglaterra e a França, mas como e de quanto seria a ajuda tinha que ser resolvido.”²⁴⁸

Tal citação, acima, apenas confirma algumas das principais postulações desta monografia, a saber, que todas as decisões estadunidenses em relação à guerra obedeceram a princípios contidos na Doutrina Monroe, de aumento do império, e ainda, que haveria auxílio à França e à Inglaterra, mas em acordo com os interesses estadunidenses, nunca relevando o combate ao nazi-facismo que tanto viriam a execrar por interesses pertinentes à política externa daquele país.

5.3.1 - A II Guerra Sino-Japonesa – Primeiro Período (1937-1941).

a) Incidente Mukden/Incidente da Ponte Marco Polo

Apesar das controvérsias em torno do incidente Mukden, onde cada um dos litigantes oferece uma versão dos fatos, é altamente provável que o Japão tenha mesmo sabotado a ferrovia localizada no sudoeste da Manchúria (em 18/09/1931), por diversas razões:

- O Japão necessitava urgentemente decidir a conquista do restante da região como meio de garantir a segurança do seu próprio território, muito próximo desta região que tencionavam invadir na China.

²⁴⁷ Ibid., p. 219.

²⁴⁸ Ibid., p. 219.

- A necessidade de conquistar uma região rica em matérias primas havia deixado de ser urgente para ganhar status de vital. Sem esses insumos o país perderia muito de sua força em relação aos Estados Unidos e países europeus.
- A Crise de 1929 e a Depressão Econômica que se seguiu fizeram aumentar as pressões dos capitais industriais e financeiros sobre os militares.
- As safras foram comprometidas pelo rigoroso inverno que se abateu sobre o Japão, gerando insatisfação popular.
- A rivalidade que emergira entre o Japão e a China desde décadas antes, quando a China aceitara uma suposta superioridade caucasiana, mas tempos depois havia rechaçado a tentativa de ajuda do Japão à Coreia diante da iminência de invasão ocidental naquele país, que constituía um importante região para a defesa do próprio solo nipônico.

Diante de tantos motivos para ensejar um ataque à China o mais provável é que os militares nipônicos tenham mesmo explodido um ramo de sua própria ferrovia nas adjacências de Mukden, conhecida atualmente como Shenyang e capital da província de Liaoning. O estratagema teria por objetivo acusar os chineses pela ação, servindo de pretexto para a definitiva tomada da Manchúria. Mas apesar de tal probabilidade, nada está comprovado.

Independente de conjecturas, é fato que diante de tamanha crise, a campanha naquela região chinesa adquiriu mais força. Em 1933 o exército empreendeu guerra pela tomada da região. Após dominá-la o Japão colocou Puyi, o último imperador, no trono do Estado fantoche, o Manchu-koku. Paralelamente acontece, em 26 de fevereiro de 1936, o último e definitivo golpe militar no Japão, o chamado *Ni Ni Roku*. Os interesses do Japão, que haviam transigido para um imperialismo aos moldes dos países ocidentais, passaram a se confrontar diretamente com os dos EUA (e demais países aliados à nova potência) no continente asiático. No entanto, não custa lembrar que, enquanto o Japão abriu forçosamente os seus portos (por pressão estadunidense) e se militarizou como forma de jogar o jogo das nações ocidentais, os Estados Unidos desde o início demonstrou vocação imperialista, assim como os seus principais aliados. Conforme os autores da obra História dos Estados Unidos apontam,

a linguagem de “nacionalismo”, “democracia econômica” e “liberdade” utilizada pelas elites e governos durante a guerra refletiu bem muitas das trajetórias ideológicas dos movimentos progressistas. A guerra, proclamaram, oferecia a possibilidade de racionalizar a sociedade e a economia, trazendo não só eficiência, mas também justiça social. Quase todos os líderes e as bases dos diversos movimentos progressistas, com exceção das alas radicais do movimento sindical e socialista, apoiaram Wilson e a participação do país na guerra.²⁴⁹

Enquanto isso, A Alemanha de Hitler acenava para o Japão com a possibilidade de uma aliança, onde reconhecia implicitamente a soberania japonesa sobre a Ásia. A aliança *Anti Komintern*, foi pactuada em 25 de novembro de 1936 e, a princípio, tinha o objetivo de estabelecer um acordo de apoio mútuo no caso de um dos dois países vir a sofrer um ataque por parte da URSS. A Itália fazia parte do acordo a partir de 1937, aderindo ao Eixo posteriormente a Hungria e a Espanha, em 1937.

Logo após o fechamento do acordo os militares nipônicos sentiram-se mais seguros para arremeter novamente contra a China, utilizando-se de meios inadequados com o fito de atingir objetivos mais ambiciosos do que outrora. Os nipônicos tencionavam desta vez a tomada da própria capital, com o que dominariam a China por completo. Assim, em 03 de dezembro de 1936, as tropas japonesas ocupam Tsingtao. Iniciava-se a segunda etapa da Grande Guerra para o Japão, e uma vez que os EUA possuíam grande interesse pela China, a invasão desta pelos nipônicos geraria vários conflitos diplomáticos entre as duas potências imperialistas, conduzindo à guerra no Pacífico.

Até julho de 1937 não havia uma declaração de guerra entre a China e o Japão, o que ocorreria a partir do Incidente da Ponte Marco Polo (Ponte Lugou Qiao), no dia 07 daquele mês, quando o Japão invadiu também Pequim nos últimos dias do mesmo mês. Em 14 de agosto de 1937 a China declarou guerra ao Japão.

b) A Tomada de Nanquim.

Com relação ao Massacre de Nanquim, durante a II Guerra Sino-Japonesa, existem indícios de que principalmente os estadunidenses tenham forjado diversas das provas

²⁴⁹ KARNAL, et. al., 2007, p. 194.

apresentadas como documentação do massacre. Uma delas é a inexistência de assinaturas que comprovem a origem da maior parte das fotos sobre o evento, como já era feito desde muito tempo antes em quaisquer meios midiáticos que se pretendessem sérios; autenticações sem as quais qualquer pesquisador seria levado a acreditar que houve um intencional exagero na divulgação do evento, como parte da tradicional propaganda política de guerra estadunidense.

Embora abusos tenham sido cometidos pelas forças militares nipônicas, várias ações cometidas pelas próprias forças do *Kuomintang* contra as comunistas (e vice-versa) foram atribuídas ao Japão principalmente pelos Estados Unidos no uso do seu marketing de guerra.

Faz-se importante indicar que em a invasão de Xangai foi deflagrada em 09 de agosto de 1937, quando militares japoneses foram espancados e mortos por militares chineses, conforme indica a edição do jornal folha da Manhã, de 17 de agosto de 1937: “[...] A luta de Changai foi iniciada na noite de 9 de agosto, quando dois marinheiros japonezes foram sovados e mortos por soldados chineses, nas imediações do aeroporto de Sunchao.”

Nesta mesma edição, o jornal Folha da Manhã publicou outra reportagem apontando a tentativa nipônica para evitar que a população civil chinesa fosse atingida em Xangai solicitando o estabelecimento de uma zona neutra; ação que foi rechaçada pelos Estados Unidos:

[...] Segundo a agência Domei, o embaixador dos Estados Unidos nesta capital (Tóquio) não fez nenhuma *demarche* junto ao governo do Japão, no sentido do estabelecimento de uma zona neutra em Changai como foi sugerido.

Todavia, sabe-se que o encarregado de Negócios na Grã Bretanha sr. J. Doods, conversou a propósito com o ministro de Estrangeiros, sr. Hirota, antes do bombardeio dos aviões chineses. Telegrama de Changai anuncia que o consul geral dos Estados Unidos ali, sr. Clarence Gauss, protestou junto ao prefeito de Changai, contra o bombardeio aéreo sobre a concessão internacional. O sr. Gauss, por outro lado, pediu às autoridades japonezas não transformarem a concessão internacional em base de operações.

Um porta voz do ministério de Estrangeiros declarou ser absolutamente necessario que as forças japonezas de desembarquem tomem as medidas necessarias a proteger os 30000 japonezes, residentes em Changai, expostos ao ataque dos chineses.

Conclui a reportagem:

Nesse sentido, o porta voz lembrou que em 1927, a mesma multidão atacou o Conselho Municipal de Changai quando os ingleses desembarcaram forças de policia, afim de repelir os ataques dos chineses.

Os EUA repulsaram a ação nipônica por uma zona neutra, mas uma vez que pressentiram perigo para os seus cidadãos solicitaram aos governos da China e do Japão que se abstivessem de se enfrentar em Xangai. Ambígua, a posição dos Estados Unidos, mas que pode ser compreendida se inserida em uma política de isolamento do Japão, criando-lhe o máximo de dificuldades para que, surgindo consequências nefastas, os próprios nipônicos recebessem sempre a carga de culpa. Tudo isso pode ser percebido no trecho da reportagem publicada no jornal Folha da Manhã de 18 de agosto de 1937:

[...] Aponta-se, assim, que os Estados Unidos fizeram “enérgica” representação tanto ao governo da China, como ao do Japão, pedindo que as hostilidades ficassem restrictas a qualquer outra zona que não a de Changai, onde se encontra a Concessão Internacional e onde estão concentrados grandes interesses dos Estados Unidos.

Para que não haja dúvida quanto à seriedade das afirmações das autoridades japonesas em relação à necessidade de proteger os cidadãos do seu país, reproduz-se aqui trecho da edição de 17 de agosto de 1937 do jornal Folha da Manhã: “[...] No quarteirão de Broadway, em Hongkeu, foi morto um japonês, além de dois estudantes japonezes, que foram alcançados por uma bomba, quando se aproximavam da sede do consulado.”

Curioso que, embora os Estados Unidos não tenham apoiado o estabelecimento de uma zona neutra em Xangai, tenham colocado de prontidão todas as suas tropas na região para defender cidadãos estadunidenses (não era proteção contra os militares japoneses, nem contra os civis japoneses), conforme indicado pela mesma edição do jornal Folha da Manhã: “[...] Os Estados Unidos farão valer o seu direito em defesa dos seus súbditos, quando estes se virem ameaçados em consequência de desordens promovidas pela população, recorrendo a força se isso for necessário.”

Com relação a Nanquim, existem evidências de que as autoridades chinesas, após receberem o revide das tropas japonesas, decidiram pôr em ação uma estratégia de uso muito antigo no país, de arrasar as cidades para não deixar nada aos japoneses e empreender uma marcha rumo ao interior do país, à qual todos os cidadãos chineses foram obrigados pelo governo de Chiang Kai-Chek a participar da marcha, sob pena de serem destruídos

juntamente com as cidades pelas próprias tropas chinesas. Tal Marcha²⁵⁰ foi amplamente divulgada na mídia estadunidense, de acordo com as conveniências da propaganda de guerra do país ocidental.

Também existem evidências quanto às acusações feitas ao governo chinês de ter infiltrado soldados chineses entre os civis da zona de segurança, que se despojaram dos trajes militares e passaram a se utilizar de táticas de guerrilha para causar baixas às tropas japonesas – motivo pelo qual o Japão passou a desconsiderar tal área como real zona de segurança, mas somente após ter feito reiterados avisos quanto às irregularidades no que deveria ser uma zona neutra. Faz-se necessário também considerar o estado psicológico dos militares japoneses mediante tais ataques feitos por militares à paisana aos integrantes das suas tropas.

É fácil imaginar o constante estado de alerta de tais militares japoneses para com qualquer civil chinês que se aproximasse. Além disso, quem garante que os tais chineses que aparecem mortos nas fotos insistentemente mostradas pelos Estados Unidos, seus aliados e por alguns líderes chineses não eram os tais militares infiltrados? Devem ter morrido vários civis chineses inocentes, mas a quem imputar a culpa; aos japoneses ou às autoridades chinesas que optaram pela irresponsabilidade de infiltrar militares como se fossem civis?

Apenas para efeito comparativo, eis um exemplo um fato que ocorreu durante o período em que transcorreu este trabalho de pesquisa, para o qual se cita uma matéria publicada no site Exame.com, da revista Exame:

²⁵⁰ Não se deve confundir tal marcha com a Grande Marcha, empreendida por Mao Tse Tung para fugir ao expurgo e massacre de comunistas do Kuomintang ordenado em 20 de março de 1927 por Chiang Kai-Shek.



Figura 11: O petroleiro USNS Rappahannock: a embarcação americana que atirou é o navio-tanque Rappahannock. Disponível em <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/navio-de-guerra-dos-estados-unidos-mata-pescador-nos-eau>. Acesso em 20/07/2012.

Navio de Guerra dos Estados Unidos mata pescador nos EAU – Segundo funcionários dos Emirados Árabes Unidos, as vítimas eram pescadores indianos.

A Marinha norte-americana atirou hoje (16) contra um barco a motor que se aproximou de um de seus navios de guerra próximo à costa dos Emirados Árabes. Um pescador morreu e três ficaram feridos. O incidente foi próximo ao Porto de Jebel Ali, em Dubai.

A Marinha dos Estados Unidos diz que abriu fogo porque a embarcação aproximou-se de modo rápido de seu navio, desobedecendo a ordens para se afastar.

Segundo funcionários dos Emirados Árabes Unidos, as vítimas eram pescadores indianos. Os Estados Unidos não confirmaram a informação.

A embarcação que atirou é o navio-tanque Rappahannock. Segundo correspondentes na região, o navio americano pode ter confundido o barco pesqueiro com uma lancha da Guarda Revolucionária do Irã.²⁵¹

Tomando em consideração os dois fatos isolados, citados acima; fica perceptível que o primeiro deles, em Nanquim, foi considerado grave apesar de todos os protestos feitos pelo Japão junto aos Estados Unidos, China e outras nações, no sentido de evitar que soldados

²⁵¹ Exame.com, Exame. São Paulo, 17 Jul. 2012. Disponível em <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/navio-de-guerra-dos-estados-unidos-mata-pescador-nos-eau>. Acesso em 20/07/2012.

chineses infiltrados alvejassem militares nipônicos, causando temor entre estes últimos em relação a qualquer cidadão chinês.

O segundo caso, recente, fora de área de litígio, embora no Oriente Médio, onde por razões óbvias os imperialistas estadunidenses não são bem-vindos, um barco de pesca é alvejado pela marinha dos Estados Unidos.

Comparando os dois casos; em qual deles os militares estava realmente expostos a riscos maiores; os japoneses, sem quaisquer proteções e constantemente alvejados por terroristas-militares chineses, ou os estadunidenses aquartelados em um navio tanque, uma verdadeira fortaleza que se defrontou com um barco pesqueiro? Por que foi feito tanto alarde em relação a Nanquim, se o Japão havia advertido por diversas vezes as autoridades mundiais sobre a prática ilegal da China contra soldados japoneses, enquanto várias ações absurdas dos Estados Unidos passam despercebidas? Eis a diferença, nada sutil, entre uma visão a partir da ótica dos vencedores, apoiada pela propaganda de guerra, e a visão dos perdedores.

Ainda sobre a questão de Nanquim, mesmo em fins da década de 1930, ainda existiam no Japão algumas poucas vozes contrárias ao militarismo e à extrema-direita nipônica. De outro lado, existiam autoridades chinesas interessadas na manutenção de uma guerra extremamente penosa para o povo chinês, mas interessante a potências ocidentais que patrocinavam alguns partidos chineses, sendo Chiang Kai-Chek a principal marionete das manobras estadunidenses e de aliados no país. Conforme apontam os autores do livro “Zero – Asas Japonesas na Guerra (1941-1945)”, Martin Caidin, Masatake Okumiya e Jiro Horikoshi:

No fim do ano, o governo japonês envidava todos os esforços para resolver politicamente o lamentável conflito entre o Japão e a China. As tentativas de negociações goraram inteiramente, devido, primeiramente, à intervenção da hierarquia militar japonesa, bem como ao desejo de influentes partidos chineses de que a guerra continuasse. Realmente, em janeiro de 1938, os oficiais do Exército compeliram o Primeiro Ministro Konoye, contra a sua vontade, a anunciar: “Não queremos negociações com o governo nacionalista de Chiang Kai-Chek.”²⁵²

O inevitável aconteceu, segundo os autores:

²⁵² CAIDIN, et al., 1975, p. 23.

a guerra continuou, sem indícios sequer de um fim à vista. O povo japonês, preocupado com o rápido alastramento da luta na China desde 7 de julho do ano anterior, ainda acreditava, com muito entusiasmo, que, a despeito dessa capitulação do Primeiro-Ministro ao Exército, a guerra encontraria brevemente um fim. Muitos dos nossos líderes advertiram publicamente o governo sobre as graves conseqüências de uma luta extensiva com a China. Grande número de patriotas, dentro e fora do serviço governamental, opôs-se aos influentes grupos do Exército, que, atuando através do tímido Primeiro-Ministro, haviam tão efetivamente desviado o rumo da política nacional e empurrando a nação para a guerra.²⁵³

Não há aqui a intenção de eximir o Japão de diversas ações questionáveis, reprovadas inclusive por vários dos estadistas que foram alienados do poder durante a série de golpes militares que foram aplicados no Japão para cumprir com os seus expurgos da vida política nipônica. É inquestionável que a altura da Segunda Guerra Sino-Japonesa a maioria dos líderes militares de então estava em perfeita sintonia com as políticas reprováveis das potências ocidentais, que o Japão havia criticado anteriormente.

Os militares nipônicos realmente cometeram atrocidades em Nanquim, embora as pesquisas feitas pelo autor deste trabalho tenham revelado que muitas das coes denunciadas tenham sido plantadas na mídia ou amplificadas por elas com propósitos mais do que claros, conforme será demonstrado em seguida. Consideram-se, entretanto, as regras do jogo imperialista, capitalista, que o Japão teve que jogar para não se tornar uma colônia; a aceitação, por parte dos que governavam a China, das ideologias eurocentristas rebaixando o cidadão chinês, ao passo em que também rebaixavam os japoneses ao rechaçarem tentativas por parte do Japão em se manter em condições de igualdade com os ocidentais – enviando tropas para combater os japoneses quando estes últimos tentavam apoiar o rei coreano contra intromissões europeias na Coreia.

Por envolver verdades sobre os crimes cometidos por oficiais japoneses durante a guerra, bem como várias inverdades e exageros por conta da máquina de propaganda estadunidense, a Tomada de Nanquim é um tema complexo, cujo aprofundamento será feito em um trabalho posterior, totalmente dedicado a ele.

Os militares japoneses que cometeram abusos na região, em número muitíssimo inferior ao propalado por autoridades estadunidenses e chinesas, viriam a cometer abusos contra os próprios civis japoneses, mais adiante. Quando se aproximou o momento da rendição, por exemplo, vários civis nipônicos foram obrigados pelos militares a se matar.

²⁵³ Ibid., 1975, p. 23.

Importa saber que, no Brasil, no Japão, ou em qualquer outro lugar do mundo, quando se detona um processo militarista, é automaticamente acionado um gatilho que empurra as sociedades para a extrema-direita. Tanto no Japão que buscava fugir ao colonialismo estadunidense e europeu quanto no Brasil da ditadura militar no final do século XX aconteceram intromissões imperialistas dos Estados Unidos que levaram, por meios distintos, ao mesmo desequilíbrio.

Quanto aos kamikazes, tão criticados e taxados de fanáticos xintoístas pela propaganda de guerra, é verdade que vários deles se sacrificaram por amor à família e ao país, numa última tentativa de manter o país fora do alcance das potências ocidentais. Contudo, em alguns casos, não deixavam alternativas aos pilotos, muitos dos últimos com poucas horas de vôo ou até mesmo de treinamento básico, que em muitas ocasiões conduziram aviões montados com o que sobrava de outros aeroplanos, com combustível só para ida ao local do ataque. Quando conseguiam chegar ao objetivo, tentavam alvejar os pontos mais vulneráveis que conseguiam.

Pilotos Kamikaze – foto de 1944.



Figura 12: Pilotos kamikaze: Crédito: site imageenvision.com (acesso em 03.07.2011).

5.3.2 – O Aprofundamento da Crise Japão X EUA Durante a Guerra Sino-Japonesa

Após a marcha sobre Nanquim, o governo estadunidense ameaçou cortar o fornecimento de petróleo, muito menos em nome da liberdade e da democracia do que em defesa de seus direitos econômicos e políticos sobre aquela parte da Ásia. Em abril de 1941 o Japão aproveitou-se da derrota francesa para ocupar Tonquim. Fechando com os russos um tratado de não agressão e obstruindo a linha ferroviária de Yunnan, os japoneses praticamente fecharam o cerco à China, faltando apenas a Birmânia para isolá-la completamente, complementando a conquista do Sudeste Asiático. Em 22 de julho do mesmo ano a França, pressionada pelo Eixo, concedeu ao Japão a Indochina meridional. Apenas três dias depois da cessão deste território aos nipônicos, os estadunidenses congelam, em 25 de julho de 1941, os depósitos japoneses nos EUA e embargam as exportações de petróleo e demais matérias-primas ao Japão, complementando uma série de outros embargos menores feitos a partir de 1938.

É importante salientar que o principal ponto da retaliação estadunidense ao Japão foi o corte da exportação de petróleo a partir dos aliados ou de regiões por estes dominadas. A inacessibilidade ao petróleo significava perder a guerra contra a China, perder os potenciais energéticos e de metais, além de deixar vulneráveis todas as suas tropas (dentro ou fora do Japão), o que acarretaria em uma breve capitulação diante das forças que por muito tempo já sopravam o bafo do imperialismo sobre a terra do sol levante. Ademais, desde a década de 30 que os ultranacionalistas japoneses haviam assumido o poder de forma absoluta, retirando qualquer possibilidade de homens como Sayonji intervir.

Neste período ganhavam força alguns generais que posteriormente seriam apontados como criminosos de guerra por atos corretamente apontados como inescrupulosos, que podem ser comparados a nomes de outros, como Mussolini (que teve entre as suas piores medidas o massacre dos etíopes) ou Roosevelt²⁵⁴ – este último tem várias de suas ações (como o lançamento desnecessário das bombas atômicas sobre o Japão) questionadas pelos historiadores revisionistas estadunidenses.

²⁵⁴ Segundo os historiadores Leandro Karnal, Sean Purdy, Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes, autores da obra História dos Estados Unidos, “o futuro presidente Theodore Roosevelt, afirmou que qualquer “guerra justa” era capaz de unir o país, promovendo virtudes cívicas ente a mocidade.”

Estes historiadores, embora concordem quanto ao fato da agressividade nipônica desde a década de 30, não discordam quanto à tese de que foi Roosevelt o grande responsável pela guerra contra o Japão, principalmente pelo fato de que a política de sanções econômicas, como o congelamento dos bens japoneses nos EUA aliado ao envio de cidadãos comuns (muitos deles portadores de cidadania estadunidense) a campos de concentração estadunidenses, interdição do acesso japonês ao petróleo e, ainda, decretando embargo às exportações de aço e ferro ao Japão. Muitos desses atos, mais do que imorais, eram ilegais. Segundo o Manual de Direito Internacional Público, de Hildebrando Accioly

O projeto da Declaração de Bruxelas, de 1874, sobre as Leis e Costumes da Guerra, formulou o princípio de que “a propriedade privada não pode ser confiscada”. Poucos anos depois, o Instituto de Direitos Internacionais, reunido em Oxford em 1880, adotou o Manual das Leis e Costumes da Guerra, cujo artigo 54 declara: “A propriedade privada, individual ou coletiva, deve ser respeitada e não pode ser confiscada”. As Convenções de Haia, de 1899 e 1907, sobre as Leis e Costumes da Guerra Terrestre, determinaram, no artigo 46 dos respectivos regulamentos, o respeito da propriedade privada, e declararam que a mesma não pode ser confiscada.²⁵⁵

Ele prossegue:

A primeira e a segunda guerras mundiais marcaram um recuo nessa matéria, como em tantas outras. Já na primeira, o sequestro da propriedade privada inimiga foi amplamente ampliado. Sempre, ou quase sempre, porém, se procurou justificar tal medida com a ideia de represálias.²⁵⁶

E mais adiante:

Durante a segunda guerra mundial, o tratamento da propriedade privada inimiga não foi mais benigno do que na primeira, e parece que nem sequer houve a preocupação de se invocar, como justificação, a ideia de represálias. O que se teve em vista, principalmente, foi evitar que a propriedade particular do inimigo pudesse ser empregada de maneira prejudicial ao Estado em cujo território se encontrava.²⁵⁷

²⁵⁵ ACCIOLY, 1991, p. 271.

²⁵⁶ Ibidem, p. 271.

²⁵⁷ Ibid., p. 272.

O detalhe é que nem os cidadãos japoneses que haviam migrado para os Estados Unidos, muito menos os japoneses que já haviam adotado a cidadania estadunidense (mais da metade dos nipônicos presos), todos sem exceção enviados a campos de concentração nos Estados Unidos, representavam uma ameaça à segurança daquele país, e não havia como empregarem, ainda que quisessem, suas propriedades particulares de forma a prejudicar os interesses estadunidenses.

Tal atitude, de congelar os bens dos cidadãos japoneses que viviam nos Estados Unidos, deixou pasma a opinião pública mundial. Até mesmo vários cidadãos estadunidenses questionaram a decisão, como por exemplo, o Tenente-general John L. DeWitt, comandante da Defesa Oeste dos Estados Unidos, a quem foram confiados os campos de concentração, que argumentou ser muito fácil diferenciar os estrangeiros leais dos demais. O próprio Secretário de Guerra, Henry Stimson concordava com o seu subordinado, mas a propaganda patrocinada pelo executivo aliada à histeria de vários estadunidenses comuns atingiu a opinião pública, facilitando tal ação.

Diante de tal atitude estadunidense, o príncipe Konoye, de atitudes consideradas como moderadas, foi substituído pelo general Tojo. Recém nomeado Primeiro-Ministro, encaminhou a Washington em novembro de 1941, por meio de seu embaixador, uma nota solicitando a ablação dos embargos e de qualquer forma de apoio à China, oferecendo em troca a remoção de suas tropas no sul da Indochina.

Os japoneses fizeram o máximo de concessões possíveis e torciam por um acordo com os EUA, sabedores que eram das condições geográficas de um país quase continental (e de suas conseqüentes vantagens), da economia de guerra altamente desenvolvida (já que os EUA deviam seu crescimento acelerado à primeira etapa da Grande Guerra Mundial) e do isolamento nipônico em relação ao restante do mundo (fato que o levava a aceitar as condições do tratado de não agressão com a Alemanha) – que contrastava com a extensa aliança entre os EUA (e países anglo-saxônicos) com as principais potências daquela época, como União Soviética e França.

O Primeiro-Ministro, general Hideki Tojo, recebeu dos EUA no dia 26 do mesmo mês uma solicitação de retirada da Indochina e da China com conseqüente assinatura de um pacto de não-agressão, o que significaria um retrocesso, com conseqüente retorno das

potências ocidentais a estas áreas estratégicas, perder prestígio junto às demais nações²⁵⁸, e correr o risco de converter em uma nova colônia asiática. Os EUA não deixaram outras opções aos nipônicos, que haviam feito aos Estados Unidos várias ofertas para evitar a guerra. Os estadunidenses sabiam que recusar em atender às solicitações japonesas pelo menos no mais importante para manter as negociações resultaria na guerra. Era a intenção estadunidense, já denunciada pelo próprio ministro de Relações Externas do Reino Unido, Anthony Eden. Segundo o ministro, os estadunidenses ambicionavam que as colônias “logo que libertadas dos seus senhores, fossem dependentes econômica e politicamente dos Estados Unidos”.²⁵⁹

Eric Hobsbawm confirma que não fazia parte das intenções japonesas uma guerra total:

O Japão, apesar da influência militar em sua política, certamente teria preferido alcançar seus objetivos – em essência a criação de um império leste-asiático – sem uma guerra geral, na qual só se envolveu porque os EUA se achavam envolvidos numa.²⁶⁰

A única intenção do Japão era fortalecer-se enquanto potência asiática para não correr o risco de sucumbir – como havia acontecido aos demais países asiáticos.

À medida que a guerra se aproximava, os militares japoneses passaram a controlar cada vez mais o país. Os militares passaram a censurar e a controlar diversos segmentos da sociedade japonesa, inclusive proibindo sindicatos e desfigurando o parlamento. Fecharam com a Itália e a Alemanha o Pacto Tripartite, buscando uma maneira de contrabalançar a ameaça estadunidense. Segundo o historiador Duroselle, “a 27 de setembro de 1940, Hitler assina o “Pacto Tripartido” com a Itália e o Japão”.²⁶¹ Após o ataque japonês a Pearl Harbor, “Hitler e Mussolini declaram guerra aos Estados Unidos, tentando em vão, arrastar o Japão na luta contra a URSS.”²⁶²

²⁵⁸ Fator muito importante durante aquela época, quando o neocolonialismo estava em voga e o uso da força era, mais do que hoje, o meio de expressão e afirmação dos Estados.

²⁵⁹ KARNAL [et al.], 2007, p.219.

²⁶⁰ HOBBSAWM, 1994, p. 45.

²⁶¹ DUROSELLE, 1976, p. 104.

²⁶² *Ibidem*, p. 104.

De seu lado, os Estados Unidos esperavam por um ataque no Sudeste Asiático, região que sabiam fazer parte das pretensões japonesas. O Japão possuía um plano muito mais audacioso do que os estadunidenses poderiam supor. Planejavam o aniquilamento rápido e total das forças estadunidenses do Pacífico, estacionadas em Pearl Harbor.

5.3.3 – O Ataque a Pearl Harbor

O Almirante Yamamoto, comandante da esquadra combinada (ainda que contrário à guerra contra os EUA), concebeu no fim de 1940 um plano de ataque a Pearl Harbor, com o objetivo de destruir ao máximo a Esquadra do Pacífico, deixando o caminho para o Sudeste e Sul da Ásia franqueado aos japoneses. Esta operação ficou a cargo da 1ª Esquadra aeronaval (Esquadra de navios-aeródromos), comandada pelo Vice-Almirante Nagumo, e se concentrou no porto de Hitokappu, situado na ilha de Etoforu, uma das Kurillas, em novembro de 1941.

Embora conste que o ataque tenha pegado os estadunidenses de surpresa²⁶³, durante a noite de 6 para 7 de dezembro de 1941, foi traduzido na capital estadunidense um telegrama destinado ao embaixador japonês ordenando-lhe que anunciasse ao Ministro das Relações Exteriores dos EUA que a guerra entre este país e o Japão começaria justamente no horário em que acontecia o amanhecer em Pearl Harbor (11 h em Washington). Nessa primeira versão, o Japão pretendia desmoralizar Roosevelt, colocando-o em uma situação difícil face à população estadunidense e ao congresso.

Existe ainda outra versão²⁶⁴ de historiadores estadunidenses, que indica que os EUA já possuíam conhecimento sobre o que aconteceria a Pearl Harbor e teria atraído o Japão

²⁶³ Alguns historiadores consideram que os EUA teriam propositado o ataque japonês a Pearl Harbor, que teve as principais naves de sua marinha retiradas antes do ataque, deixando o restante da frota como isca. Dessa forma o presidente conseguiria apoio popular e do congresso.

²⁶⁴ Alguns historiadores estadunidenses indicam que Roosevelt sabia do ataque japonês a Pearl Harbor, mas que de forma irresponsável havia pré-meditado deixar que acontecesse o ataque (destruindo aparelhos e matando muitos militares dos EUA) como forma de provocar uma comoção nacional, obtendo a partir daí a esperada autorização do congresso para entrar na guerra.

para o ataque a Pearl Harbor como forma de justificar sua entrada na guerra. Curiosamente os principais porta-aviões estavam em missão fora da base quando do ataque japonês. Em um ensaio intitulado “De volta a Pearl Harbor”, publicado no jornal Valor Econômico, em 18 de maio de 2001, Carlos Haag aponta algumas discrepâncias entre a versão do governo estadunidense e aquilo que vários pensadores pensam que de fato ocorreu.

Ele cita no seu ensaio o documentário intitulado “Pearl Harbor: Legado do Ataque”, realizado pelo descobridor do Titanic, Robert Ballard, segundo o qual os EUA “sabiam que seriam atacados e preferiram não reagir”. Segundo o documentário, um minissubmarino japonês teria sido afundado pelos estadunidenses mais de uma hora antes de os aviões nipônicos terem chegado até a base de Pearl Harbor, o que significaria que na verdade teriam sido os estadunidenses os primeiros a disparar o “tiro da guerra que se seguiu no Pacífico” e, ainda, que mesmo “cientes de que havia indícios de um ataque japonês nada fizeram para se proteger e impedir a tragédia que matou 2.409 jovens marujos e pôs a pique 21 navios de guerra.”²⁶⁵

Carlos Haag, autor do ensaio publicado no jornal Valor Econômico, entrevistou Robert Ballard, que afirmou ao periódico que “por três vezes a marinha americana se deparou com invasores antes do *raid* aéreo e nada fez. Era um domingo sonolento e os militares foram pegos cochilando”, disse Ballard ao Valor Econômico. Segundo o ensaio Ballard “reuniu sobreviventes para resgatar o que chama de “lado humano do drama naval”, incluindo-se japoneses que participaram do ataque a Pearl Harbor. Ballard afirmou ao Valor Econômico que “É uma forma de contar a história e, ao mesmo tempo, curar as feridas. Durante a guerra, a propaganda antijaponesa era muito agressiva e até hoje há quem tenha essa imagem demonizada do Japão”.²⁶⁶

A opinião de Robert Ballard reflete justamente uma das incumbências deste trabalho, que é justamente apontar as estratégias estadunidenses de demonização do outro, a saber, quaisquer sujeitos ou nações que lhes atravessem os interesses imperialistas. As estratégias invariavelmente, como apontado por Robert Ballard, transcuravam (e continuam perpassando) pela sua imprensa, e principalmente pelo cinema estadunidense, erigido sobre a sua máquina de guerra ancorada nos seus trustes, e consequentemente em seus interesses

²⁶⁵ HAAG, Carlos. De Volta a Pearl Harbor. Valor Econômico, São Paulo, 18.05.2001.

²⁶⁶ Ibidem.

decorrentes dessas empresas, direcionados pela ação do Estado, obviamente representativo dos grupos econômicos que o controlam.

De acordo com a primeira corrente (pró-estadunidense), além de resultado de falhas do serviço secreto estadunidense em detectar a operação, a surpresa do ataque a Pearl Harbor deveu-se também à má orientação passada pelos comandantes Marshall (general) e Stark (almirante), que acreditavam estar Pearl Harbor fora dos planos japoneses para um primeiro ataque; tanto que na mensagem de alerta para uma guerra iminente alertaram seus oficiais para as Filipinas, Índias Holandesas e Manchúria, onde não cogitaram as ilhas do Havaí. Fiavam-se também nos reforços enviados ao Havaí, que tornariam mais difícil um ataque maciço à região.

Independente de qual versão esteja correta, os japoneses incorreram em dois erros gravíssimos durante o ataque: Dois dos porta-aviões pesados, o *Hornet* e o *Enterprise* estavam fora da base, fazendo manobras. Além disso, os aviões de caça japoneses não destruíram os depósitos de combustível nem os estaleiros, e com isso navios estadunidenses foram reformados e possuíam combustível para serem reutilizados. Sem tais falhas o plano do Almirante Yamamoto teria deixado o Japão com grandes chances de vencer a guerra. Tudo isso aponta realmente para uma ciência do alto comando estadunidense em relação ao ataque japonês a Pearl Harbor.

Carlos Haag, no mesmo ensaio citado acima, aponta que o ensaísta e romancista estadunidense, Gore Vidal, assinalou em um artigo publicado no “The New Yourk Review of Books” que “aqueles que negam que o Japão foi vítima de provocação dos EUA não sabem responder por que um paizinho distante atacaria o que já era claramente um vasto império continental como os EUA”. Haag marca ainda que para Vidal

[...] o ataque a Pearl Harbor foi o resultado de uma série de provocações deliberadas de Frederick Delano Roosevelt ao Japão. O então presidente americano queria uma forma de poder ajudar os ingleses, submetidos aos ataques de Hitler. Mas Roosevelt sabia que os eleitores nem sequer cogitavam enviar seus rapazes para mais uma vez morrer pela democracia europeia. Assim, segundo o escritor (Gore Vidal), desde 1937, no famoso discurso de Chicago, FDR fustigava os nipônicos, exigindo uma quarentena contra seus avanços na China.²⁶⁷

²⁶⁷ Ibidem.

Continua Haag:

Quando um navio americano, o Panay, foi afundado pelos japoneses, o imperador enviou prontamente um pedido de desculpas. E, continua, Vidal, essa postura de “luvas de pelica” continuou até 1941, mesmo quando o governo japonês foi dominado pelos militares, com o General Tojo. Documentos recém-revelados mostram que os EUA queriam guerra e deram um ultimato a Hiroito: “O governo japonês deve tirar todas as suas forças da China e também renunciar à sua participação no Eixo”, dizia um documento secreto. Daí, foi um passo para a guerra, diz Vidal.

E o que era melhor: sem que, em nenhum momento, o mundo sentisse ter partido dos EUA qualquer atitude de agressão.²⁶⁸

Uma reportagem publicada no jornal Folha da Manhã, do dia 18 de dezembro de 1937, sobre o caso Panay, demonstra que a opinião de Gore Vidal não é, de forma alguma, infundada. O título da reportagem, “A Realização de um Plebiscito para que os Estados Unidos Possam Entrar em Guerra – O Departamento de Estado e a Imprensa Norte-Americanos opõem-se a essa Medida”, basta para dar a perceber que Roosevelt tentava a todo custo, ainda em 1937, obter uma guerra contra o Japão, no que era contrariado pelo Departamento de Estado estadunidense, pela imprensa e pela opinião pública. Segundo tal reportagem

[...] o presidente Roosevelt qualificou como “contraria aos princípios do governo representativo” a resolução apresentada pelo deputado democrata Ludlow, pela qual os Estados Unidos só poderiam declarar a guerra depois da realização de um referendium nacional.

Fica muito claro que Roosevelt enfrentava sérias dissidências no interior do próprio país e no próprio partido, visto que Ludlow era igualmente do Partido Democrata, o que explica a necessidade do presidente estadunidense precisar jogar a opinião pública nacional, e internacional, contra o Japão.

Por outro lado, o governo do Japão buscou, de todas as formas, contornar o incidente. Será que esta tentativa de conciliação do governo japonês assenta com a tal conduta de agressividade que por várias vezes tentaram lhe imputar? O jornal Correio Paulistano, em sua edição de 16 de dezembro de 1937, apresentou uma reportagem intitulada “A diplomacia nipponica procura solucionar o incidente da canhoneira Panay – A

²⁶⁸ Ibidem.

construção da segunda Panay seria o symbolo das Boas Relações Nyppo Yankees – O Governo Nipponico esforçar-se-á para Satisfazer aos EE. UU.” O teor da reportagem:

O Nichi-Nichi publica uma carta anonyma em que se sugere que a população japoneza faça construir, por subscrição publica, uma unidade de guerra exactamente igual á canhoneira “Panay”, posta a pique pela aviação nipponica. O navio seria oferecido á marinha dos Estados Unidos em signal de agradecimento pela “grande sympathia” demonstrada pela America do norte em relação ao Japão, desde o início do conflicto com a China.

Na continuação da reportagem, com o subtítulo “O Governo do Japão tudo Fará para satisfazer os Estados Unidos”, o jornal paulista reproduziu o que era corrente nos círculos midiáticos do Japão:

Os círculos bem informados são de parecer que as autoridades japonezas farão tudo que estiver ao seu alcance para satisfazer os Estados Unidos, no tocante ao incidente do “Panay”. Receavam, entretanto, que Washington exigisse medidas que atingissem o prestígio da nação, do exército ou da marinha, taes como a apresentação de desculpas pelo imperador ou a punição dos responsaveis. Aquelles círculos são de parecer que taes pedidos seriam provavelmente rejeitados e poderia exacerbar a opinião publica particularmente ás rodas militares e nacionalistas. Quanto ás garantias para o futuro, é difficil formulal-as completamente e mais difficil encontrar autoridades competentes para aplical-as. E’ impossivel a acceitação de quaesquer exigencias que entrassem a actual empresa do Japão na China.²⁶⁹

Na edição de 29 de março de 1938 do jornal Correio Paulistano, foi veiculada a notícia de que

[...] o governo japonês resolveu pagar integralmente os 2.214.007 dollares, solicitados pelos Estados Unidos, a titulo de indemnização pelo bombardeio da canhoneira Panay. A acceitação ... (trecho ilegível na microfilmagem) do Japão será communicada brevemente ás autoridades norte-americanas.

O ensaio publicado por Haag, coincidentemente encontrado apenas na parte final da pesquisa veio a ratificar muito daquilo que fez sentido ao autor desta tese após anos de leitura sobre o tema, trazendo em seu bojo vários autores de renome, alguns estadunidenses, a confirmar parte daquilo que se defende nesta tese: o imperialismo estadunidense obrigou o Japão a sair do seu estado de isolamento e o reduziu a um estado de semicolonialismo,

²⁶⁹ Correio Paulistano, 16/12/1937.

levando o país oriental a jogar cada vez mais as regras do jogo capitalista, em sua fase imperialista; militarizando-se para estar à altura dos demais *players* e, consequência, deslocando o país cada vez mais à direita, tornando-se cada vez mais conservador; modificando muitos dos seus conceitos sobre os demais povos para o racismo predominante no iluminismo ocidental, para não ser reduzido à condição de sub-raça; modificando a própria maneira de gerir o seu exército, tornando-o mais desumano.

Esta política estadunidense conduziu o país nipônico a afastar-se da Liga das Nações; afastou o Japão das suas antigas alianças até que não lhe restasse outra alternativa que não fosse aceitar um pacto com a Itália e a Alemanha; provocou o Japão até conseguir obter do pequeno país asiático a guerra; e por fim lançou duas bombas atômicas no seu território com fins torpes, que eram apresentar ao mundo o seu novo poder bélico, dominar o território japonês antes que a URSS pudesse pleiteá-lo enquanto sua área de influência, e diminuir o número de baixas em seu próprio exército (ainda que fossem centenas de milhares de vidas nipônicas no lugar de milhares de vidas de soldados estadunidenses).

Sobre o caso do navio Panay, além dos pedidos de desculpa enviados pelo imperador japonês, houve ainda um relatório do governo japonês após a sua investigação, numa versão “totalmente diferente” do que havia sido dito até então pelos Estados Unidos. O jornal Folha da Manhã publicou em 21 de dezembro de 1937 uma reportagem sobre uma coletiva à imprensa, concedida pelo adido militar nipônico, general Tadao Harada, comunicando

[...] aos jornalistas os resultados do inquérito levado a cabo em Nankin sobre o incidente ocorrido com a canhoneira americana Panay.

A conferência durou mais de duas horas numa atmosfera de extrema tensão.

Depois de ter lido para os representantes da imprensa a tradução do seu relatório – o que não deixou de causar certa surpresa, dado que esse relatório dá do incidente uma versão totalmente diferente da que foi admitida até agora como verdadeira, de acordo com os relatos dos sobreviventes – o general japonês, consultando frequentemente os seus colegas e os representantes da marinha nipônica, respondeu as perguntas dos jornalistas. No entanto, não ficaram esclarecidas várias questões relativas aos pontos essenciais do incidente, isto é, se os navios bombardeados estavam no momento do incidente ancorados ou em movimento; se arvoravam a bandeira americana; porque os oficiais japoneses responsáveis comunicaram o ocorrido 24 horas depois de ter posto a pique a canhoneira americana; e, finalmente, porque motivo se soube hoje somente que a canhoneira tinha sido a primeira em abrir fogo contra a infantaria nipônica.

A mesma edição do jornal aponta ainda que, por outro lado,

o addido japonês declarou que o capitão Hirotokou, comandante do destacamento japonês que abriu fogo contra as lanchas e os navios da Standard Oil não pôde ser chamado a prestar depoimento no inquérito “devido a necessidades militares”.

O general Harada afirmou que a canhoneira Panay abriu fogo com suas peças de grosso calibre disparando vários tiros de canhão sobre os destacamentos de infantaria japonesa que se encontrava na margem do rio, os quais não responderam devido à distância de 2 quilômetros que os separava do navio.

Ainda segundo o jornal Folha da Manhã, na mesma reportagem

os jornalistas recordaram então que o governo de Tokio admitiu terem sido as chalupas japonesas que abriram fogo contra a canhoneira americana ao que o general Harada replicou que não tinha informações a esse respeito.

Interpellado acerca do tempo, o general Harada admitiu que a despeito do nevoeiro reinante de madrugada, o tempo era perfeitamente claro no momento do incidente.

Os jornalistas do periódico não se esquecem de citar a Standard Oil, do poderoso John D. Rockefeller:

Quanto aos navios da Standard Oil²⁷⁰, declarou que a sua nacionalidade só fôra reconhecida quando as unidades japonesas chegaram à beira do rio e um official nipponico subiu a bordo.

O general Harada não respondeu quando lhe foi perguntado se os navios arvoravam ou não o pavilhão americano. Afirmou que os navios estavam em movimento quando foram percebidos pela primeira vez pelas unidades japonesas e que está em aberta contradição com os testemunhos dos sobreviventes, os quais afirmaram que havia duas horas que estavam ancorados.

Soube-se, enfim, que o relatório do general Harada não será publicado.²⁷¹

Embora predomine a versão dos vencedores da guerra, os Estados Unidos já eram absolutamente dominantes não somente nos planos econômico, político e militar, mas já eram também muito proeminentes em relação ao uso da mídia, principalmente para fins bélicos, dominando o cenário mundial. A mesma reportagem citada acima, se encerra com o parágrafo abaixo:

Os jornalistas separaram-se depois da conferencia sob uma impressão bastante penosa. A falta de esclarecimento sobre os pontos essenciaes da questão, fez com que muitos perguntassem: “saberemos jamais a verdade?”

²⁷⁰ Truste construído por John D. Rockefeller. Tal empresário fora bastante criticado no seio do seu próprio país e era conhecido pelos estadunidenses em geral enquanto inescrupuloso, que dispunha do governo dos EUA conforme seus próprios interesses.

²⁷¹ Folha da Manhã, 21.12.1937.

Um único facto depreende-se da conferencia de hoje: a marinha japoneza reconhece o seu erro, ao passo que o exercito declina qualquer responsabilidade.

Esta reportagem deixava bem claro certa divergência no seio das forças armadas nipônicas, observadas por quase todos os estudiosos que já abordaram o tema, fruto justamente das sucessivas mudanças no seio da sociedade nipônica, em decorrência de vários fatores, tal qual a aversão cada vez maior ao etnocentrismo caucasiano, e todas as derivações das teorias derivadas do lado negativo do iluminismo; da crescente militarização da sociedade japonesa como implicação da necessidade de jogar o jogo imperialista com o propósito de não sucumbir; além das próprias profundas mudanças na formação dos militares japoneses com o intuito de torná-los tão agressivos quanto os ocidentais. Algumas citações do historiador Oliveira Lima neste trabalho já indicaram estas mudanças operadas nas tropas japonesas entre a primeira e a segunda etapa da segunda guerra mundial.

As pressões dos Estados unidos, ávidos por obter se não um domínio completo ao estilo dos países do Velho Continente (muitos deles aliados dos norte-americanos), mas uma nova forma de dominação (de cunho econômico), relacionada não apenas ao continente americano, mas também sobre a Ásia e, ainda, sobre o próprio Japão; continuavam a forjar dentro do território nipônico uma repugnância cada vez maior dos japoneses em relação ao estrangeiro, bem como um sentimento de patriotismo cada vez mais calcado em elementos ocidentais baseados no preconceito como reação ao sentimento de inferioridade, e da necessidade de afirmação resultantes do imperialismo ocidental.

Gore Vidal e Carlos Haag são mais alguns exemplos, portanto, de que o ataque a Pearl Harbor foi o ápice, o momento em que o Japão, acuado e sem mais alternativas, ataca a base estadunidense na Ásia como forma de obter alguma vantagem em uma guerra desfavorável, mas inevitável.



Imagem 13: Vista aérea de Pearl Harbor. Crédito: site <http://eo1.gsfc.nasa.gov/Science/SampleImagery.html>.

Em 1943 a indústria de guerra estadunidense virava o jogo, conforme previsto até pelo mais otimista dos japoneses anos antes. Recém-construídos, gigantescos porta-aviões entram na Guerra do Pacífico apoiados em novíssimos aviões de caça, os *Hellcats*, para os quais o Zero, avião de caça japonês, não era páreo. Os Estados Unidos passaram a executar bombardeios não somente sobre áreas militares japonesas, mas também civis; ocasiões em que vitimaram mais civis nipônicos do que durante os ataques com bombas nucleares.

Curioso que os estadunidenses, que tanto criticaram ataques menores (mas não menos cruéis) dos japoneses, tenham cometido crimes de guerra com dimensões muito superiores às nipônicas. Qual será o motivo de tão pouca notícia sobre os acontecidos? Vejam o que afirmam os autores da obra “História dos Estados Unidos” a esse respeito:

Na Europa e Japão, a "doutrina da ofensiva aérea estratégica", por exemplo, foi usada para bombardear cidades inteiras, incluindo fábricas e bairros residenciais, visando a enfraquecer o moral do inimigo. Roosevelt condenou os ataques aéreos dos alemães e italianos na Etiópia, Espanha, Holanda e Inglaterra como o "barbarismo inumano que profundamente chocou a consciência da humanidade".

Os bombardeios incendiários das cidades alemãs e japonesas pelos Aliados em 1944-1945, no entanto, foram igualmente brutais.²⁷²



Imagem 14: Tóquio após ser bombardeada em 1945. Foto obtida em <http://iau-toquio.blogspot.com.br/>. 03/04/2012.

Os japoneses, vistos como fanáticos pelos ocidentais, estavam dispostos a sacrificar as próprias vidas pelas suas famílias, pela “família maior” que era o seu país e todo o mais que faziam do Japão um solo sagrado. Lutariam ainda por um bom bocado de tempo, opondo heroicamente uma última réstia de resistência aos invasores que há quase um século atrás haviam entregado a seus antepassados uma suposta “carta de amizade”.

Duas bombas atômicas seriam lançadas²⁷³ sobre duas de suas capitais de província, muito menos para provocar a rendição de um povo que já se encontrava prostrado do que para atender a vários outros interesses. Confirmam o apontado neste trabalho as palavras de Eisenhower, que foi presidente dos EUA na década de 50 e general das tropas estadunidenses durante a Grande Guerra Mundial:

Em 1945, o Secretário de Guerra Stimson, ao visitar o meu quartel-general na Alemanha, informou-me que o nosso governo estava a preparar-se para lançar uma bomba atômica no Japão. Eu era um dos que sentia que havia um número de razões contundentes para questionar a sabedoria de tal acto. Durante a sua recitação dos factos relevantes, eu tinha estado consciente de um sentimento depressivo e por isso vocalizei-lhe as minhas graves suspeitas, primeiro com base em minha crença de que o Japão já estava derrotado e que o lançamento da bomba era completamente desnecessário; segundo porque pensei que o nosso país deveria

²⁷² KARNAL, et al., 2007, p. 220.

²⁷³ Durante o governo Truman.

evitar chocar a opinião mundial pelo uso de uma arma cujo emprego não era mais, como pensei, obrigatório como uma medida para salvar vidas americanas.²⁷⁴

Contudo, o presidente Truman justificou o lançamento das bombas nucleares no Japão sob a alegação de que estaria protegendo várias vidas civis. Seria uma nova forma de duplipensar?

Quando do lançamento das bombas nucleares o Japão já tentava a quase dois meses uma negociação de rendição condicional por meio da embaixada da União Soviética, que não foi transmitida para os EUA. Isso se deu pelo fato de Stalin ter interesses em recuperar territórios na Ásia; provavelmente um dos motivos que levou os Estados Unidos a cometer o holocausto nuclear no Japão – por sua vez com o intuito de não permitir que a URSS, (precursora do capitalismo de Estado e portanto futura rival estadunidense) se apoderasse de tais regiões asiáticas. Sobre esta questão política o *United States Strategic Bombing Survey* indicou, após haver feito pesquisa com japoneses, militares e civis, que a rendição teria acontecido entre os meses de novembro e dezembro, mesmo sem o lançamento das duas bombas nucleares.

Apesar das seguidas tentativas de rendição japonesa, os EUA se decidiram pelo lançamento das duas bombas nucleares, ferindo, mutilando e matando 340.000 civis entre os que sofreram imediatamente e os que vieram a sentir as conseqüências *a posteriori*, em razão da exposição aos efeitos radioativos, no maior holocausto de toda a história. Sem contar os milhares de japoneses que já haviam morrido em decorrência de bombas incendiárias que os estadunidenses usaram em larga escala em seus ataques sobre cidades japonesas, visando aterrorizar cidadãos japoneses como forma de forçar uma antecipação da “rendição incondicional”, exigida pelos Estados Unidos.

²⁷⁴ EISENHOWER, 1963, p. 312-313.



Imagens 15 e 16: Fotos de vítima japonesa dos efeitos da bomba atômica. Obtidas no site <http://conteudoagridoce.blogspot.com.br/2011/10/um-internauta-postou-recentemente-fotos.html#axzz2PKozbVnl>, em 02/04/2013.



Imagem 17: Foto de vítimas japonesas do bombardeio atômico. Obtida no site <http://conteudoagridoce.blogspot.com.br/2011/10/um-internauta-postou-recentemente-fotos.html#axzz2PKozbVnl>, em 02/04/2013.

Quanto às reais motivações para o lançamento das bombas nucleares, consistiam em impedir que a URSS tivesse participação na vitória; e evitar mais baixas entre alguns poucos milhares de combatentes estadunidenses, em comparação com os milhões de japoneses mortos ou mutilados. Sobre a intenção dos EUA em cometerem o holocausto nuclear apenas pelo desejo de poder absoluto sobre o Japão, questiona Louis Morton:

[...] A seqüência dos acontecimentos entre 6 e 10 de agosto, combinada com o fato de que a bomba foi lançada quase três meses antes da invasão prevista contra Kyushu, e enquanto os japoneses tentavam, desesperadamente, sair da guerra, fez com que se pensasse que o bombardeio de Hiroshima tinha uma finalidade mais profunda do que o desejo de acabar a guerra rapidamente. Alega-se que esta finalidade não era outra senão evitar a intervenção soviética na guerra do Extremo Oriente. Se não fosse isto, qual era a necessidade de rapidez?²⁷⁵

O próprio autor da obra responde:

Evidentemente, a situação militar não apresentava nenhum acontecimento que exigisse uma ação tão apressada. Mas se a finalidade era evitar a intervenção soviética, aí sim, havia todo o motivo para a pressa. Mesmo que os russos não pudessem ser mantidos fora da guerra, pelo menos seriam impedidos de prestar uma contribuição substancial à vitória contra o Japão. Sob este aspecto, pode-se dizer que a bomba obteve sucesso, pois a guerra terminou com os Estados Unidos controlando totalmente o Japão.²⁷⁶

O próprio Winston Churchill declarou que “seria um erro supor que o destino do Japão foi decidido pela bomba atômica. A derrota do Celeste Império já estava assegurada antes de ser lançada a primeira bomba”.²⁷⁷

Jean Lacouture também emite um parecer sobre a questão, acrescentando ainda um fator que foi exaustivamente citado nesta monografia, enquanto elemento motivador para diversas ações contra o Japão (inclusive de cunho colonialista), o racismo:

Se a primeira bomba, pelo seu efeito de terror, podia ter o objetivo de desalentar os japoneses e evitar aos Estados Unidos a lenta reconquista e o meio milhão de homens que talvez teria custado, a segunda teve um caráter de experimento científico às custas de cem mil vidas. Não acredito que a bomba atômica tenha

²⁷⁵ MORTON, 1977, p. 516.

²⁷⁶ Ibidem, p. 516.

²⁷⁷ OLYMPIO, 1955, p. 107.

justificativas (...) a eleição do Japão para o lançamento da bomba me parece racista: em circunstâncias semelhantes às existentes no Japão, os norte-americanos não teriam ousado lançá-la sobre uma cidade alemã.²⁷⁸

Havia ainda um motivo de maior importância para o lançamento das bombas atômicas: apresentar ao mundo o seu novo brinquedo de guerra, para que doravante as demais potências reconhecessem o Tio Sam como a única superpotência mundial, o que levaria ainda mais algumas dezenas de anos para suceder.

²⁷⁸ LACOUTURE, Jean APUD PERNAU, José. 1973, p. 10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anglo-saxônicos e russos venceram a guerra, contudo o triunfo não significou uma paz posterior. Havia uma questão pendente, que era a oposição entre dois sistemas de produção, ambos de cunho igualmente imperialista: o capitalismo de Estado da URSS e o capitalismo liberal dos ocidentais.

Ainda que não houvesse uma contraposição ideológica, derivada de dois modos de produção antagônicos, novos pólos de interesses seriam formados, dividindo os próprios vencedores da guerra em novas zonas de influência, responsáveis cada uma delas por garantir aos seus detentores os mercados necessários não somente ao escoamento de seus excedentes de produção, mas ao acesso a matérias-primas e a povos considerados inferiores – cujos indivíduos representem menos do que um *lumpen proletariat* sobre os quais os capitais possam investir com maior lucratividade e rapidez no retorno. Algo semelhante com o ocorrido após a queda da URSS e o estabelecimento da globalização.

Quais seriam os motivos, senão a continuidade da política neocolonialista, de tantas intervenções feitas pelos estadunidenses desde o final da Grande Guerra Mundial? A propalada “missão para manutenção da democracia nos demais países” seria suficiente para responder às acusações de intervencionismo e imperialismo estadunidense em todo o mundo? Sobre isto, os autores da obra *História dos Estados Unidos* afirmam que

a Segunda Guerra Mundial é comumente vista nos Estados Unidos como uma boa guerra do povo contra o fascismo. Certamente, a propaganda utilizada pelo governo fez uso extenso da corajosa luta pela liberdade contra os horrores do nazismo e do militarismo japonês. Mas é preciso separar os motivos dos governos das Forças Aliadas (principalmente, a Inglaterra, a União Soviética e os Estados Unidos), o conduto da guerra e suas consequências, do genuíno ódio pelo fascismo que milhões de americanos demonstraram.²⁷⁹

Outros questionamentos que aparecem na obra *História dos Estados Unidos*:

O historiador e veterano dessa guerra Howard Zinn pergunta: A guerra foi uma derrota do imperialismo, racismo e militarismo no mundo? O comportamento dos Estados Unidos na condução da guerra e no tratamento das minorias nos Estados

²⁷⁹ KARNAL, et al., 2007, p. 217.

Unidos foi justo? As políticas domésticas e externas do período pós-guerra exemplificaram os valores de democracia e justiça social pelos quais milhões haviam lutado na guerra?²⁸⁰

Uma vez encerrada a segunda etapa da Grande Guerra Mundial, quais foram, então, os motivos de uma continuada intervenção dos Estados Unidos em todos os lugares do planeta, após se tornar a grande potência, ao se autodeclarar (ainda que indiretamente) um “world cop”? Sobre este tema, afirma ainda Edward Said:

Numa exposição clara e convincente dos males que isso causou, Richard Barnet nota que, entre 1945 e 1967 (data em que parou de contar), todo ano houve uma intervenção militar americana no Terceiro Mundo. Desde aquela época, os Estados Unidos demonstram uma atividade impressionante, mais notadamente durante a Guerra do Golfo em 1991, quando 650 mil soldados foram enviados a cerca de 10 mil quilômetros de distância para deter e fazer recuar uma invasão iraquiana num aliado americano. Tais intervenções, como diz Barnet em *The roots of war* (As raízes da guerra), têm “todos os elementos de um poderoso credo imperial (...): um sentido de missão, de necessidade histórica e fervor evangélico”.²⁸¹

Várias intervenções foram executadas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil e vários outros países sul-americanos:

Colaboraram, por exemplo, com os golpes militares no Brasil em 1964, no Chile em 1973, no Uruguai em 1974, na Argentina em 1976, na Indonésia em 1965, no Congo em 1963, todos sustentados por uma repressão brutal das oposições e constantes violações de direitos humanos.²⁸²

²⁸⁰ Ibidem, p. 217.

²⁸¹ SAID, 1992, p. 353.

²⁸² KARNAL, et al., 2007, p. 242.



Imagem 18: Ditadura Militar no Brasil. Foto disponível no site <http://www.rededemocratica.org>. Acessada em 03/04/2013.

Um clássico exemplo dessas constantes ingerências feitas pelos EUA desde o final da Grande Guerra Mundial foi a Guerra do Vietnã²⁸³, contra a qual milhares de civis estadunidenses opuseram manifestações nas ruas de seu país, não significando que estes manifestantes estadunidenses, tampouco seus historiadores (os que criticam as políticas imperialistas do seu país) sejam, por esse motivo, menos “patriotas” que os demais e tenham

²⁸³ Sobre a Guerra do Vietnã, a obra *História dos Estados Unidos* informa que quatro milhões de vietnamitas foram mortos por tropas estadunidenses. Os Estados Unidos “procederam a um ‘programa de pacificação’ cujo propósito era, em primeira instância, ganhar corações e mentes da população local com propaganda e assistência social. Enfrentando resistência, passaram a adotar uma sistemática de destruição de aldeias e de remoção forçada de camponeses, pretendendo manter a ordem e diminuir o apoio logístico que a população dava ao Viet Cong.” (KARNAL [et al.], 2007, p.241). Uma chacina entre prisioneiros idosos, mulheres e crianças (algo em torno de quinhentos civis), executada por ordens de um oficial estadunidense (William Calley), foi divulgado na mídia. Por conta da “repercussão negativa no país que se acreditava baluarte da civilização e do mundo livre, houve um julgamento. Entretanto, somente Calley foi condenado, recebendo uma sentença de três anos de prisão domiciliar.” (Idem). A mesma obra aponta ainda uma declaração do coronel Oran Henderson, de que toda brigada estadunidense “tem seu My Lai (nome da aldeia onde aconteceu o morticínio) escondido em algum lugar”, opinando que vários atos covardes como o de My Lai foram cometidos contra muitas populações civis em vários lugares do mundo pelos Estados Unidos.



Imagem 19: Fotografia assinada por um correspondente de guerra, Nick Ut, registrada em 08 de junho de 1972. Em destaque uma garotinha cujas roupas foram queimadas pelo fogo, após ataque estadunidense. Crédito: site www.pulitzerprize.org.

achincalhado a imagem dos EUA. Ao contrário, estes representam uma elite intelectual, composta por

“brilhantes acadêmicos, intelectuais e jornalistas, que não se cansam de denunciar e criticar as mazelas da sociedade e da política interna e externa dos Estados Unidos. Eles têm escrito e publicado obras das mais lúcidas, criticando a política doméstica e a política exterior dos Estados Unidos, particularmente com respeito ao golpe de Estado no Irã (1953), à invasão da Guatemala (1954) e da Baía dos Porcos (Cuba, 1961), aos golpes militares no Brasil (1964) e no Chile (1973), à guerra no Vietnã etc.”²⁸⁴

Ao contrário do que muitos possam ter julgado; tais estadunidenses, muito pelas suas próprias formações, têm em comum uma percepção de mundo menos polarizada, concebendo a possibilidade de mudanças na condução das políticas dos EUA, com o que esperam contribuir na construção de uma nova ordem mundial, mais inclinada à possibilidade de existência da equidade entre as nações e seus cidadãos. Alguns exemplos das lutas desses cidadãos estadunidenses são citados na obra *História dos Estados Unidos*:

²⁸⁴ MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 25.

O órgão do governo federal, o National Endowment for the Humanities (NEH), que fomenta pesquisas universitárias nos Estados Unidos, passou a aplicar critérios políticos na escolha dos projetos a financiar. Dois eventos da época ilustram a mudança do clima político-cultural nos Estados Unidos. Em 1992, o NEH convidou um grupo de historiadores sob a direção do proeminente historiador Gary Nash para redigir o que seriam as diretrizes nacionais para o estudo de História nas escolas do país. A proposta do grupo, que incluiu alguns elementos de multiculturalismo, foi duramente atacada por conservadores culturais e posteriormente rejeitada.²⁸⁵

Outro exemplo, citado na mesma obra:

Em 1994, o principal museu histórico do país, o Smithsonian, em Washington, organizou uma exibição sobre o lançamento das bombas atômicas contra o Japão na Segunda Guerra Mundial. Os curadores sutilmente incluíram textos com argumentos de historiadores que questionavam os motivos do presidente Truman e evidenciavam as consequências horríveis dos ataques. Por 10 meses, as Forças Armadas, veteranos, políticos e grupos conservadores fizeram uma forte campanha contra o suposto “revisionismo histórico” da exibição, forçando o museu a cancelá-la.²⁸⁶

Muitas vezes precisaram de muito cuidado para não serem, como Charles Chaplin, perseguidos pelos que detinham o poder naquele país, como Richard Barnet, Marcus Raskin e Ralph Stavin; os dois primeiros diretores do Instituto de Estudos Políticos, enquanto que o último citado entre os três é professor de Ciências Políticas na George Washington University; todos eles autores sobre várias obras relacionadas ao perigo do imperialismo estadunidense; entre elas uma com o título *Washington Plans An Aggressive War* (Washington Planeja uma Guerra de Agressão) denunciando “empreendimentos criminosos” dos Estados Unidos, dentre eles a Guerra do Vietnã. Sobre a obra, a matéria “Um Estudo sobre o Vietnã”, publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 07 de Setembro de 1971, faz uma breve apreciação:

Os Estados Unidos, ao intervirem no Vietnã, cometeram um erro político e moral e os responsáveis por ele deveriam ser afastados, durante dez anos, da vida pública, dizem os autores de um novo estudo sobre a presença norte-americana no Sudeste Asiático.

²⁸⁵ KARNAL, et al., 2007, p. 274.

²⁸⁶ Ibidem, p. 274.

Os autores Richard Barnet e Marcus Rakin, diretores do Instituto de Estudos Políticos, e Ralph Stavin, professor de Ciências Políticas, propõem que o Congresso adote medidas de impedir que os Estados Unidos se envolvam, uma outra vez, em “empreendimentos tão criminosos como a guerra do Vietnã”.

Na continuação da reportagem, o periódico afirma que

os três professores dedicaram vinte meses à preparação da obra, recorrendo a documentos do Pentágono. Fizeram questão de esclarecer que não têm a intenção de “caçar bruxas” e admitem que os responsáveis pela entrada dos Estados Unidos na guerra tenham agido na certeza de que esta era a melhor atitude.

O título do estudo é “Washington Planeja Uma Guerra de Agressão” A culpa pela guerra é atribuída principalmente ao que os autores chamam de “a burocracia da Segurança Nacional”, acusando-a de ter premeditado a intensificação do conflito por causa do “prestígio nacional” e por razões “imperialistas”.²⁸⁷

Não menos importante é a conclusão do estudo, citada no periódico paulista, na qual

exortam a que se proíba de ocupar cargos públicos o grupo o grupo responsável pela guerra, no qual figuram o secretário da defesa, Robert McNamara, o general Maxwell Taylor, o embaixador Henry Cabot Lodge, e os assessores presidenciais de John Kennedy e Lyndon Johnson, particularmente Walt Rostow e os irmãos William e McGeorge Bundy.²⁸⁸

O povo estadunidense, segundo Barnet, Raskin e Stavyn, é absolvido

da “culpa coletiva” e sustentam que os verdadeiros culpados deveriam ser apontados à execração pública por terem “trazido desonra ao povo dos Estados Unidos e executado uma “guerra típica de agressão”.

Ao fazer uma avaliação da culpabilidade, os estudiosos remontam aos governos de Harry Truman e Dwight Eisenhower. Afirmam que durante todo o período do pós-guerra, os dirigentes da política norte-americana “voltaram-se claramente para a expansão do poderio” da nação e a política de Kennedy foi “acelerar a guerra, ao mesmo tempo em que negava que o que fazia era “desenvolver uma guerra particular.”²⁸⁹

Aqui estão contidos mais dois temas para estudo futuro; sendo o primeiro correlacionado a atitude imperialista (mais agressiva) dos EUA pós-guerra. Já o segundo

²⁸⁷ Folha de São Paulo, 07.09.1971.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ Ibidem.

refere-se a uma pesquisa mais aprofundada sobre a corrente de historiadores estadunidenses cuja postura crítica sobre a política externa dos Estados Unidos é de grande valor, não somente para a sua compreensão, mas, principalmente, na formação de opinião do estadunidense e da opinião pública mundial.

O esclarecimento concernente às questões históricas do episódio nipo-estadunidense não é somente caso de um acerto de contas com o passado. Mais do que isso, representa a possibilidade de uma compreensão assertiva do cenário político e econômico atual, sem a qual, várias medidas equivocadas continuarão a ser reeditadas nas próximas décadas.

Ficam pendentes os questionamentos do historiador e veterano de guerra Howard Zinn, citado na obra *História dos Estados Unidos*:

"A guerra foi uma derrota do imperialismo, racismo e militarismo no mundo? O comportamento dos Estados Unidos na condução da guerra e no tratamento de minorias nos Estados Unidos foi justo? As políticas domésticas e externas do período pós-guerra exemplificaram os valores de democracia e justiça social pelos quais milhões haviam lutado na guerra?"²⁹⁰

As pesquisas em jornais objetivaram sedimentar o trabalho, ancorando-o não somente nos historiadores que abordaram o tema, mas procurando conhecer os fatos tais quais eles foram veiculados na imprensa da época, com o intuito de comparar aquilo que está registrado nos periódicos ao que foi gravado nos anais da história, ma vez que a imprensa sempre foi um dos principais meios de circulação de ideias. No estudo em questão, faz-se necessário compreender qual foi o posicionamento geral da imprensa brasileira diante da utilização dos meios de comunicação pelos Estados Unidos como instrumento de guerra contra o Japão, analisando sua possível influência sobre a imprensa nacional.

Devido à necessidade de delimitar o objeto da pesquisa sobre a imprensa mundial, a escolha recaiu pela análise dos documentos midiáticos publicados nos Estados Unidos e no Brasil por considerar que são dados preciosos que, se analisados de forma crítica, buscando a máxima imparcialidade possível, poderão ser reveladores de vários aspectos pertinentes à questão.

Não houve, neste projeto, a intenção de minimizar as ações japonesas pela exposição de outras mais cruéis, praticadas pelos países ocidentais que impuseram um

²⁹⁰ KARNAL, et. al., 2007, p. 274.

relacionamento desigual, baseados na *gunboat diplomacy*, tampouco a de justificar a política nipônica quando em um segundo momento esta se degenerou em razões e ações tão inglórias quanto as das nações imperialistas ocidentais, que os grandes estadistas japoneses do passado exprobraram. Chesneaux aponta a última das razões para esta mudança, quando demonstra que, para não ceder espaço ao partido comunista, que crescia ao mesmo passo que o movimento operário, a burguesia abdica de certas prerrogativas e ideais, cedendo espaço à extrema-direita:

A esquerda e o movimento operário reforçaram-se (há 400.000 operários em indústrias em 1900, perto de 3 milhões em 1937). Mas continuam fracos e divididos. O partido Comunista, fundado em 1921, na se entende bem com os três ou quatro Partidos Sociais-Democratas rivais, que surgem em torno de 1920. A esquerda obteve, em 1925, que se instituísse o sufrágio universal, mas suas possibilidades de ação são muito limitadas por uma severa “lei sobre a manutenção da ordem”, promulgada no mesmo ano. Nas eleições de 1928, os partidos operários possuem oito deputados, e dezoito em 1936. Não têm condições para opor-se realmente à política imperialista que reprovam.²⁹¹

Em seguida, a reação da direita:

Os partidos burgueses viram-se no entanto, forçados a ceder ao predomínio nacionalista do Estado-Maior e das sociedades secretas como o Kokuryukai. Tentaram, em certo momento, fazer uma depuração no Exército e reduzir as despesas militares. Mas uma série de assassinatos políticos e golpes militares puseram fim a essa breve experiência de governo parlamentar. Aliás, a crise econômica de 1929 atingiu duramente o Japão. Facilitou a demagogia anticapitalista e antiparlamentar da extrema direita. Os militares conseguiram o poder a partir de 1932.²⁹²

Somados às questões de ordem econômica e política citadas acima, estavam ainda o próprio ódio desencadeado na maioria da população japonesa pelo imperialismo ocidental na Ásia e no próprio território japonês que assistiam há décadas, somados ao alto grau de racismo. Enfim, independente de classe social ou de ideologia, os japoneses estavam unidos contra o iminente risco de ver o Japão enredado pelos mesmos artifícios que já haviam envolvido quase todos os outros países asiáticos. Todas estas questões serão suficientemente tratadas com maior profundidade na sequência da monografia.

²⁹¹ CHESNEAUX, 1976, p. 52.

²⁹² Ibidem, p. 52.

Houve uma proposta de investigar se de fato houve a necessidade japonesa em responder à agressão, perquirindo ainda sobre os meios utilizados para se chegar a um fim, como a opção de jogar as regras do jogo proposto pelas potências ocidentais, como aderindo ao capitalismo e se tornando igualmente uma potência imperialista e altamente militarizada para não se tornar mais uma colônia europeia (ou estadunidense) na Ásia. Tais meios empregados paulatinamente conduziram o país à sua militarização e, ato contínuo, a um posicionamento político cada vez mais à direita, se orientando pela necessidade de responder aos desafios que lhe eram lançados pelo Ocidente.

Faz-se mister afirmar que no contexto dessas lutas do povo japonês contra o imperialismo capitalista, jogando as próprias regras desse jogo, construindo uma economia forte com capital interno, utilizando o mínimo possível dos empréstimos que lhe eram oferecidos, unindo a nação em torno desse objetivo²⁹³, como afirmou Barbosa Lima Sobrinho, poderiam ser compreendidas as questões de países latino-americanos, africanos e demais países asiáticos:

É verdade que não se pode considerar apenas a receita de que o capital se faz em Casa. Há que pensar nos outros fatores, o da sobriedade do povo e o patriotismo de seus empresários, coordenados e dirigidos sob a orientação que o Estado lhes impõe. Mas são empresários que agem em nome de um capital japonês e não de um capital estrangeiro, que se formasse dentro do Japão.²⁹⁴

O principal motivo para a ênfase no litígio entre o Japão e os países que impuseram o neocolonialismo na Ásia se deu pelo fato de ser o mais clássico exemplo de interdição à tentativa de colonização de um país, culminando em um dos episódios mais sangrentos e bárbaros de toda a história mundial, apesar de toda a cortina de justificações que foi jogada sobre o evento – que marca o início do período contemporâneo.

Alguns pontos de reflexão foram suscitados neste trabalho: essa conquista da paz, à qual se referem os Estados Unidos como mote da sua campanha contra o Japão durante a Grande Guerra Mundial, em discurso ainda presente em alguns livros de história, foi

²⁹³ Todos os historiadores são unânimes em afirmar que camponeses e operários foram as classes mais amoladas durante o processo de desenvolvimento inaugurado pela Revolução Meiji, contudo, é inegável que todas as classes sociais do Japão precisaram ceder para que o estrangeiro não dominasse o país.

²⁹⁴ LIMA SOBRINHO, 1973, p. 15.

estendida também para a África, América Latina e Ásia nas décadas seguintes ao fim da Grande Guerra, ou se constatou um aprofundamento das políticas imperialistas baseadas no uso da repressão?²⁹⁵

A democracia foi fomentada nestas regiões, ou houve um movimento em sentido contrário (da ditadura²⁹⁶) nesses três continentes? A quem interessava essas ditaduras nas chamadas “republicuetas de bananas”?

São pontos que auxiliam a compreender o porquê dessa dissertação reiterar que todos esses países europeus (mais Estados Unidos) se digladiaram muito mais em causa de razões econômicas e imperialistas comuns entre si do que por razões simplesmente ideológicas (neste contexto, a Ásia era o principal objeto de disputas entre os séculos XIX e XX); caso contrário as guerras não teriam continuado após meados da década de 1940.

Fica a cargo da historiografia a análise de todas essas questões. Que esta monografia contribua para retirar parte do véu que até hoje encobre uma visão mais clara sobre o que realmente aconteceu.

²⁹⁵ Gradualmente substituída pela coerção econômica, onde foi possível alterná-la ao uso da força militar. A política imperialista baseada no uso da repressão era uma das características principais do nazismo alemão e do fascismo italiano. (HOBSBAWM, 1994, passim).

²⁹⁶ Fomentada por operações dos próprios Estados Unidos nos três continentes.

GLOSSÁRIO

Arashi – Tempestade, tormenta. Nomenclatura própria desta monografia para designar período compreendido desde a abertura dos portos japoneses aos estadunidenses (e posteriormente aos europeus) por meio da *gunboat diplomacy*, até o fim da Grande Guerra Mundial, após o holocausto nuclear.

Bakufu – Governo militar do xogum.

Ballardiano – Adjetivação utilizada pelo dicionário inglês Collins para designar tudo o que se refere ao universo do escritor J. G. Ballard, autor do livro *O Império do Sol*, adaptado por Steven Spielberg para o cinema, em 1987.

Bunmei Kaika – Civilização e ilustração – um dos lemas da Revolução Meiji.

Daibutsu – Grande estátua de Buda, localizada na Ilha de Honshu, Japão.

Daimio – Senhor feudal, patriarca de família detentora de determinada região.

Dai-Nippon – Japão Grande. Significou, a princípio, a necessidade de se construir um Japão que não se apequenasse diante do neocolonialismo na Ásia.

Edo – Nome antigo de Tóquio, quando ainda era a capital do xogunato Tokugawa.

Fukoku Kyohei – Enriquecimento da nação e fortalecimento das forças militares – um dos lemas da Revolução Meiji.

Gunboat – Navio de guerra.

Gunboat Diplomacy – Prática de intimidação imperialista pela ostentação de poderosos vasos de guerra.

Han – Áreas concedidas pelo xogunato (gabinete do xogum) aos senhores locais. (defin. Prof. Nakamura Takafusa).

Hard Power – Termo cunhado pelo professor de Harvard, Joseph Nye. Contrasta com soft power, que indica o poder adquirido por meio da diplomacia. Ele desenvolveu tal conceito em sua obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, publicada pela primeira vez em 2005.

Katana – Espada japonesa do tipo sabre.

Kurobune – Navio Negro. Kuro = Negro; Fune (bune) = Navio.

Manchu – Uma das etnias chinesas. Originária de uma região ao norte da China, outrora anexada pelo império, havia tomado o Trono do Dragão quando da chegada dos primeiros europeus à Ásia.

Meiji – Designa período em que o imperador Meiji governou (1868- 1912). Assumiu o governo com o apoio de daimios descontentes com o xogunato Tokugawa, entre eles os daimios de Satsuma e de Choshu – cuja aliança recebeu o nome de Satcho.

Meiji Ishin – Vide Restauração Meiji.

Mikado (micado) – Termo datado, utilizado para designar o Imperador do Japão.

Ming – Dinastia da etnia Han (1368-1644), maioria na China, após retomada do poder aos mongóis após um longo período (desde a definitiva implantação do regime por intermédio do neto de Genghis Khan, Kublai Khan. Período em que a China floresceu enquanto um dos mais modernos e mais influentes impérios do mundo, durante o qual houve uma intenso intercâmbio cultural e comercial com o Japão, que absorveu muitas de suas influências. Foi sucedido pela dinastia Manchu, durante a qual chegaram ao país os Europeus e estadunidenses.

Movimento Lealista – União dos clãs Choshu e Satsuma a outros inconformados com os desmandos ocorridos no país após a abertura dos portos aos Estados Unidos e demais nações estrangeiras imperialistas, presentes na Ásia.

Ni Ni Roku – Tentativa de golpe dentro do golpe, na década de 1930. Provocada por militares contrários a invasão ao Sudeste Asiático, que queriam a Ofensiva Norte, contra a União Soviética.

Rangakusha – Os “sábios do reino”. Cientistas japoneses.

Restauração Meiji – Conhecida no Japão como *Meiji Ishin*, a Revolução Meiji, Renovação, ou ainda por Governo Iluminado. Refere-se a uma cadeia de modificações efetuadas no país pelo regime teocrático do Imperador Meiji não somente na forma de administrar o país, mas também na educação, na economia, na organização das forças armadas, etc., visando enfrentar as ameaças incididas sobre o país pelo advento do imperialismo ocidental na Ásia.

Sakoku – “País acorrentado”, em japonês. Período de isolamento de mais de 200 anos determinado pelo xogunato Tokugawa (1639-1854) após expulsão dos ibéricos, motivado pelas pretensões imperialistas destes em relação ao Japão. Foi encerrado com a abertura dos portos japoneses por meio da *gunboat diplomacy* estadunidense.

Satcho – União dos clãs Choshu e Satsuma a outros inconformados com os desmandos ocorridos no país após a abertura dos portos aos Estados Unidos e demais nações estrangeiras imperialistas, presentes na Ásia. Também chamado de Movimento Lealista.

Sengoku Jidai – Nomenclatura usada para designar o extenso período de guerras entre daimios que pretendiam tornarem-se senhores supremos do Japão, unificando as províncias em um único país. Unificação iniciada por Nobunaga, continuada por Hideyoshi e complementada por Tokugawa.

Soft Power – Poder brando, em português. Termo cunhado pelo professor Joseph Nye, que desenvolveu tal conceito em seu livro, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (Soft Power: Os Meios para o Sucesso na Política Mundial).

Sonno joi – Lema do Movimento Lealista: “reverenciar o trono, expulsar o estrangeiro”.

Taicoun – Senhor feudal do Japão antes da Revolução Meiji.

Tenno – Imperador Japonês.

Tozama – Adversários já tradicionais do xogunato Tokugawa desde o final do *Sengoku Jidai* e proprietários de feudos, principalmente ao sul do país.

Tratado de Amizade e Comércio de 1858 – Concerto assinado após o Tratado de Kanagawa, após nova pressão dos Estados Unidos e alguns países europeus. Previa a extra-territorialidade, o estabelecimento de novas concessões para os demais países e a redução das taxas nipônicas para a importação de bens estrangeiros.

Tratado de Kanagawa – Tratado assinado entre o Japão e os Estados Unidos, após pressão militar para que este se concretizasse. De acordo com este tratado o Japão passaria a permitir o comércio exterior entre os dois países, além de permitir o estabelecimento de um consulado estadunidense no país, rompendo com uma política de isolamento do Japão que já durava quase três séculos.

Tratado de Shimonoseki – Tratado assinado entre japoneses e chineses em 1895, travada entre os japoneses e chineses pelo controle da Coreia. Mesmos que parcialmente dominada pelas potências imperialistas ocidentais, a China não aceitou que o Japão oferecesse ajuda ao rei coreano como forma de proteger a península e o seu próprio território, visto que o território coreano representava um ponto de acesso entre quem o dominasse e o Japão, disto a poucos quilômetros da Coreia por mar.

Após a perda da guerra os chineses foram forçados a assinar o tratado de paz no porto de Shimonoseki, localizado em uma das três principais ilhas do Japão, a central (Honshu), o

que tornou a Coreia um protetorado nipônico. A China foi obrigada, ainda, a pagar indenização e a ceder as Ilhas dos Pescadores, Taiwan e a Península de Liaodong.

Xogum – Supremo comandante militar. Posto máximo, acessível somente àqueles que possuíssem sangue nobre, sendo originário de uma das famílias que historicamente tinham ligações consangüíneas com a família do imperador. Somente dessas famílias poderiam sair a imperatriz; tradição rompida somente quando do casamento do príncipe Akihito com a imperatriz Mitiko, de origem plebéia.

Xogunato – Regime feudal constituído no Japão a partir de 1603, quando Ieyasu Tokugawa venceu os seus oponentes e passou a reinar no Castelo de Edo (Tóquio). Foi sucedido por seus herdeiros até 1868, quando a família Tokugawa foi retirada do poder pela Restauração Meiji, que devolveu o poder ao imperador.

Zaibatsu – Grupos coesos e controlados por famílias de companhias monopolistas em áreas econômicas chave (defin. Prof. Nakamura Takafusa).

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo, Ed. Saraiva, 1991.

ALEA, Tomás Gutiérrez. **Dialética do Espectador**. São Paulo, Ed. Summus, 1984.

AZEVEDO, Aluisio de. **O Japão**. Rio de Janeiro, 1899.

AUMONT, Jacques. **A Estética do Filme**. Campinas, Papirus, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2005.

BARBOSA LIMA SOBRINHO. **Japão: O Capital se Faz em Casa**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1973.

BEHR, Edward. **Hirohito – Por Trás da Lenda**. São Paulo, Editora Globo, 1991.

CAIDIN, Martin, et al. **Zero – Asas Japonesas na Guerra (1941-1945)**. São Paulo, Flamboyant, 1975.

CHARNY, Israel W. **Anatomia do Genocídio: Uma Psicologia da Agressão Humana**. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1998.

CHENEAUX, Jean. **A Ásia Oriental nos Séculos XIX e X**. São Paulo, Pioneira, 1976.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? Sobre a História e os Historiadores**. São Paulo, Editora Ática, 1995.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **A Europa de 1815 aos Nossos Dias: Vida Política e Relações Internacionais**. São Paulo, Pioneira, 1976.

EISENHOWER, Dwight D. **The White House Years: Mandate for Change, 1953-56**. New York, Doubleday, 1963.

FITZHARDINGE, Laurence Frederic. **The Little Digger, 1914 – 1952: William Morris Hughes, a Political Biography. v. 2**. Sydney, Angus & Robertson, 1979.

FONSECA, Marcio Alves da. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo, EDUC, 2003.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. **Cinema e Política**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2001.

GARCIA, Maria da Graça & ZINK, João David (org.). **I Guerra Mundial – Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional**. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2004.

HIGASHINAKANO, Shudo. **The Nanking Massacre: Fact Versus Fiction**. Tóquio, Sekai Shuppan, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital – 1848-1875**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios – 1875-1914**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1986.

KAJIMA, Morinosuke. **The Diplomacy of Japan, 1894 – 1922: First World War, Paris Peace Conference, Washington Conference. v. I**. Tóquio, The Japan Times, 1980.

KAJIMA, Morinosuke. **The Diplomacy of Japan, 1894 – 1922: First World War, Paris Peace Conference, Washington Conference. v. II**. Tóquio, The Japan Times, 1980.

KAJIMA, Morinosuke. **The Diplomacy of Japan, 1894 – 1922: First World War, Paris Peace Conference, Washington Conference. v. III**. Tóquio, The Japan Times, 1980.

KARNAL, Leandro. [Et al.]. **História dos Estados Unidos**. São Paulo, Editora Contexto, 2007.

KIERNAN, Victor Gordon. **Estados Unidos: o Novo Imperialismo**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LENIN, V. I. **Textos Escolhidos de Lênin, Vol. 41**. Moscou, Progress Publishers, 1977.

MAYER, Arno. **A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

MASSON PHILIPPE. **A Segunda Guerra Mundial – História e Estratégias**. São Paulo, Ed. Contexto, 2010.

MAYER, Arno J. **A Força da Tradição – A Persistência do Antigo Regime**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2005.

MORTON, Louis, In: **As Grandes Decisões Estratégicas (II Guerra Mundial)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército – Editora, 1977.

MORRIS, Christopher W. **Um Ensaio Sobre o Estado Moderno**. São Paulo, Landy Editora, 2005.

NAKAMURA, Hajime. **Ways of Thinking of Eastern Peoples**. Havaí, East-West Center Press, 1964.

NAKAMURA, Takafusa. **Desenvolvimento Econômico do Japão Moderno**. Japão, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means of Success in World Politics**. New York, Public Affairs, 2004.

OLIC, Nelson B. **A Guerra do Vietnã**. São Paulo, Ed. Moderna, 1990.

OLIVEIRA LIMA. **No Japão: Impressões da Terra e da Gente**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

OLYMPIO, Guilherme. **União Soviética & USA**. Rio de Janeiro, Ed. Prado, 1955.

PANIKKAR, K. M. **A Dominação Ocidental na Ásia – Do Século XV aos Nossos Dias**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PERNAU, José. **História Mundial desde 1939**. Barcelona, Ed. Salvat, 1973.

PINGUET, Maurice. **A Morte Voluntária no Japão**. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

RAMSEYER, J. Mark. **Thrift and Diligence: House Codes of Tokugawa Merchant Families**. Tóquio, Monumenta Nipponica, 1979.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, Theo (org.). **Descolonização**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1977.

SHIBATA, Hiromi. **Da Casa de Pau-a-pique aos Filhos Doutores: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (Dos anos 1950 aos anos 1990)**. São Paulo, USP, 2009. Dissertação de Doutorado.

WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas – Uma Argumentação Moral com Exemplos Históricos**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

YAMASHIRO, José. **Japão: Passado e Presente**. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.

FONTES DA INTERNET

FIORI, José Luís. *Nacionalismo e desenvolvimento II*. **Valor Econômico**, 25 Julho 2012.
Em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/2763544/nacionalismo-e-desenvolvimento-ii>>.
Acesso em: 02 dezembro 2012.

GESSAT, Rachel. *1905: Termina a Batalha de Mukden*. **Deutsche Welle**, 19 Nov. 2009.
Em: <www.dw-world.de/dw/article/0,,305885,00.html >. Acesso em 20/10/2009.

PONS, Philippe. A Guerra da História da Ásia. **Le Monde Diplomatique**, Out. 2001.
Disponível em: <www.diplo.uol.com.br>. Acesso em: 23/10/2009.

Consciência Moldada Pela Mídia. **Universia**, 10 Abr. 2003. Disponível em:
<www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=1354>. Acesso em: 05/10/2009.

Em: www.fgv.br. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista542.pdf>>.
Acesso em 03/07/2011.

Em: Exame.com. 17 Jul. 2012. Disponível em
<<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/navio-de-guerra-dos-estados-unidos-mata-pescador-nos-eau>>. Acesso em 20/07/2012.

Em: Wordpress. Disponível em: <www.artmob.wordpress.com/glossario>. Acesso em: 05/10/2009.

Em: cpdoc.fgv.br. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/PropagandaDeGuerra>> Acesso em 15/05/2013.

Em: cpdoc.fgv.br. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/ReuniaoChanceleres>> Acesso em 15/05/2013.

Em: Istoé Online. Disponível em:
<<http://www.terra.com.br/istoe-temp/1626/1626sumario.htm>> Acesso em 28/07/2013.

REVISTAS E PERIÓDICOS.

Peralva, Osvaldo. "O Imperialismo Ianque Domina o Aparelho Estatal do Brasil.." **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**. Agosto-Setembro de 1948.

FILMOGRAFIA

A BATALHA DA CHINA – A OFENSIVA JAPONESA CONTRA A POTÊNCIA ASIÁTICA. Produção de Frank Capra. London Films, 1944. DVD.

A PONTE DO RIO KWAI. Dirigido por David Lean. Columbia Pictures, 1957. DVD.

A ÚLTIMA DAS GUERRAS (TO END ALL WARS). Dirigido por David L. Cunningham. Flashstar, 2001. DVD.

ALÉM DA LINHA VERMELHA. Dirigido por Terrence Malick. Fox Pictures, 2000. DVD.

BRADDOCK, O SUPER COMANDO (MISSING IN ACTION). Dirigido por Joseph Zito. MGM, 1984. DVD.

INFERNO NO PACÍFICO. Dirigido por Edward Feuerhero. Cration Films, 2008. DVD.

FURYO, EM NOME DA HONRA (MERRY CHRISTIMAS, MR. LAWRENCE). Dirigido por Nagisa Oshima.²⁹⁷ Paragon, 1983. DVD.

GUNG HO – O GRITO DA BATALHA. Dirigido por Ray Enright. Kives Films, 1943. DVD.

KAMIKAZE (KAMIKAZE – WINGS OF DEFEAT). Dirigido por Risa Morimoto. Edgewood Pictures, 2007. DVD.

O ÚLTIMO SAMURAI (THE LAST SAMURAI). Dirigido por Edward Zwick. Warner Bros Pictures, 2003. DVD.

PEARL HARBOR. Dirigido por Michael Bay. Touchstone Pictures, 2001. DVD.

RAMBO – PROGRAMADO PARA MATAR. Dirigido por Ted Kotcheff. Carolco Pictures, 1982. DVD.

TORA! TORA! TORA! O ATAQUE A PEARL HARBOR. Dirigido por Richard Fleischer. Fox, 1970. DVD.

²⁹⁷ Título em japonês: *Senjō no meri Kurisumasu*.

QUADRO CRONOLÓGICO

Quadro 02: Cronologia do Período Arashi (incluindo breve extensão após o final da Grande Guerra Mundial).

CRONOLOGIA DO PERÍODO ARASHI	
PERÍODO	EVENTO
1830	Promulgada, nos Estados Unidos, a Lei de Remoção dos Índios. Tal norma indicava o deslocamento das várias etnias indígenas a partir dos seus territórios de origem para Oklahoma, onde seriam confinados em uma reserva estabelecida pelo governo estadunidense. Foram obrigados a caminhar por mil e quinhentos quilômetros, durante os quais milhares de indígenas morreram de fome, frio e doenças, numa marcha que ficou conhecida como “Trilha das Lágrimas”.
1830	Nesta década os Estados Unidos iniciaria sua ofensiva sobre o Texas com o fim de tomá-lo do México.
1840	Os Estados Unidos investem sobre outros territórios mexicanos, que correspondem atualmente à Califórnia e ao Novo México. Ao fim do conflito, em 1848, os mexicanos foram obrigados a assinar o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, ratificando a perda de tais territórios.
1840	Após derrota da China na Guerra do Ópio, Inglaterra e EUA iniciam o espólio do país. Obs.: Evento ocorrido antes do Período Arashi, mas com conseqüências para a época.
08/07/1853	Chegada da 1ª Expedição estadunidense ao Japão com a finalidade de forçar abertura dos portos japoneses aos EUA. Obs.: Carta enviada pelo pres. estadunidense Fillmore, cujo governo se encerrou antes da chegada do Comodoro Perry ao Japão. Presidente que o sucedeu: Franklin Pierce, em 04/03/1853.
31/03/1854	O Japão é forçado a assinar o Tratado de Kanagawa com os EUA, após retorno do Comodoro Perry e 2ª Expedição – reforçada com mais navios de guerra.
1856	Townsend Harris inaugura consulado estadunidense no Japão.
29/07/1858	Assinado Tratado comercial entre EUA e Japão.
1861-1865	Guerra de Secessão nos EUA.
25/06/1863	Imperador japonês recusa-se a assinar tratado feito pelo Xogunato Tokugawa e ordena expulsão dos estrangeiros.
16/07/1863	Início do primeiro bombardeio em Shimonoseki – Guerra Naval de Shimonoseki.
14/08/1863	Final do primeiro bombardeio em Shimonoseki.
15-17/08/1863	Marinha Real Britânica bombardeia Kagoshima – Bombardeio de Kagoshima , também conhecida como Guerra Anglo-Satsuma.

1864	Massacre de <i>Sand Creek</i> (centenas de índios de várias tribos, principalmente Cheyennes, entre homens e crianças, foram escalpelados e mortos por tropas federais estadunidenses, enquanto tentavam se render).
1867	Ano de fundação da Ku Klux Klan (alguns historiadores informam o ano de 1865 como ano da criação da KKK), em Nashville.
03/03/1867	Príncipe Mutsuhito torna-se imperador – Era Meiji (1867-1912).
01/1868	Início da Guerra Boshin (entre descontentes com as políticas deste governo, encabeçados pelos clãs Satsuma e Choshu X xogunato Tokugawa e seus seguidores).
03/03/1868	Deposição de Tokugawa Yoshinobu – fim do Tokugawa Bafuku (xogunato Tokugawa).
06/04/1868	Imperador Meiji promulga a Carta dos Cinco Artigos.
25/12/1868	Criação da República de Enzo, ao norte do Japão.
Mai de 1869	Fim da Guerra Boshin (sufocada a resistência do xogunato Tokugawa/rendição de Enomoto Takeaki, líder da República de Enzo).
1870	Leis de segregação racial ressurgem na década de 1870.
1869	Nobres e daimyo se tornam <i>kazoku</i> . Samurais se tornam <i>shizoku</i> . Todos os daimyo entregam seus feudos ao imperador japonês.
1871	O Japão é dividido em províncias (Ken). Os feudos (Han) são abolidos.
1872	É criado um novo sistema educacional, dedicado à emancipação do Japão frente às potências imperialistas ocidentais.
1873	Quatro Bancos são fundados no Japão, com capital japonês.
1877	Takamori Saigo se rebela contra o governo.
11/01/1879	Guerra Anglo-Zulu (Intervenção na África).
16/12/1880	Primeira guerra dos Bôeres – Intervenção inglesa na África (África do Sul).
1882	Criado o Banco do Japão.
1882	John D. Rockefeller e seus sócios constroem o primeiro truste, a Standard Oil.
1882	Congresso estadunidense proíbe a entrada de chineses, presidiários, indigentes, criminosos, anarquistas e outros “elementos indesejáveis”.
19/11/1884- 26/02/1885	Conferência de Berlim – definição de regras para ocupação do continente africano pelas potências neocolonialistas européias mais os EUA.
1885	Promulgado o sistema de gabinete.
1887	Tóquio passa a contar com luz elétrica.

11/02-23/03/1889	Promulgação da Constituição <i>Meiji</i> (Constituição do Império do Japão).
15/11/1889	Proclamação da República no Brasil.
1890-1973	Massacres e investidas estadunidenses contra índios em Wounded Knee.
1894	Shibasaburo Kitazato descobre o bacilo da peste bubônica.
01/08/1894	Início da Primeira Guerra Sino-Japonesa.
17/04/1895	Fim da Guerra Sino-Japonesa. Os dois países assinam o Tratado de Shimonoseki.
27/08/1896	Guerra Anglo-Zanzibari (Intervenção inglesa na África).
1897	Começa o movimento sindical operário.
1898	EUA declaram guerra à Espanha.
13/08/1898	Batalha de <i>Mock</i> – massacre das tropas pró-independência dos filipinos pelas tropas dos EUA. Filipinas se tornam protetorado estadunidense. Guam também é anexada.
Julho de 1898	EUA invadem Porto Rico e Havaí.
10/10/1899-31/05/1902	Segunda Guerra dos Bôeres – (Intervenção inglesa na África) África do Sul.
1901	Inauguração da Siderúrgica Iawata.
1901	Jokichi Takamine descobre a adrenalina.
1902	Japão assina com Inglaterra uma aliança militar.
1903	EUA provocam independência do Panamá em relação à Colômbia. Tinham interesse em construir o Canal do Panamá, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico.
08/01/1904	Ataque do Japão a Porto Arthur.
09/01/1904	Japão oficializa guerra com a Rússia.
07/03/1904	Japoneses bombardeiam Vladivostok.
05/08/1905	Final da guerra Russo-Japonesa. Tratado de Porthsmouth é assinado entre Japão e Rússia após inesperada vitória nipônica.
1907	Os Estados Unidos proíbem a entrada de japoneses.
1908	EUA financiam ditadura na Venezuela, defendendo interesses de petrolíferas estadunidenses naquele país.
18/06/1908	Navio Kasato Maru aporta em Santos, desembarcando no Brasil os primeiros imigrantes japoneses (781 pessoas).

1909	<p>Tropas estadunidenses invadem a Nicarágua, trucidam camponeses liderados por Sandino e colocam no poder a ditadura dos Somoza, que ficam no poder por mais de quatro décadas, garantindo os interesses dos EUA naquele país.</p> <p>Tal intervenção causaria graves problemas: o movimento sandinista (1979) seria rechaçado por guerrilheiros financiados pelos EUA, que ainda bloqueiam comercialmente a Nicarágua. O país latino-americano ainda apela para um tribunal internacional, que lhe dá ganho de causa (não acatado pelos EUA) e à ONU, onde os EUA conseguem vetar moção nicaraguense pelo princípio de autodeterminação dos povos.</p> <p>Milhares de nicaraguenses foram mortos na luta contra o imperialismo estadunidense.</p>
22/08/1910	Japão anexa a Coreia.
30/07/1912	Morre o imperador Meiji, ficando como sucessor por um curto período de tempo o imperador <i>Taisho</i> (Era <i>Taisho</i>).
1912	Final da Dinastia Ching, após revolução liderada por Sun Yat Sen. Início da República na China, tendo como primeiro presidente Yuan Shi-Kai.
Agosto/1914	Inglaterra solicita ajuda do Japão, de acordo com a Aliança Anglo-Japonesa.
1914	EUA apóia ditadura no México, visando petróleo para o seu mercado.
23/08/1914	Declaração de guerra do Japão a Alemanha (Oficializada a entrada do Japão na Grande Guerra Mundial).
1914	O Japão toma as Ilhas Marianas e as Ilhas Carolinas da Alemanha, administrando com autorização da Liga das Nações até 1945, ano em que perde a posse das ilhas para os EUA, que passam a administrá-las.
1917	Revolução Russa
06/04/1917	Indústria de guerra estadunidense já fornecia equipamentos para europeus desde o início da Grande Guerra Mundial. Havia se convertido no principal credor dos europeus. Entrou na guerra como aliada da Inglaterra, em 06 de abril de 1917, após enfraquecimento da Tríplice Aliança.
1918	O príncipe Saionji, na qualidade de <i>genro</i> , indica o nome de Takashi Hara (presidente do partido Seiyukai) para o cargo de primeiro-ministro.
1919	O Japão participa da Conferência de Paz de Versalhes.
1919	Fim da chamada I Guerra Mundial.
1921-1922	Conferência Naval, proposta pelos EUA com o intuito de promover a redução dos armamentos navais pelas cinco maiores potências (EUA, Inglaterra, Japão, França, e Itália).

04/11/1921	Primeiro Ministro Japonês, Takashi Hara, é assassinado em Tóquio, vítima de um atentado. Evento marca aceleração na escalada da extrema direita do Japão. Sobe ao poder por um breve período Korekiyo Takahashi.
25/11/1921	Hiroíto torna-se príncipe-regente do Japão.
05/07/1922	Fundado Partido Comunista Japonês.
1923	Grande terremoto em Kanto, destruindo Tóquio e Yokohama.
27/12/1923	Tentativa de assassinato a Hiroíto. Todo o gabinete de Gombei Yamamoto (almirante) se demite, responsabilizando-se pela falha no episódio do atentado terrorista contra o príncipe-regente pela extrema-direita. Retorna ao poder a nobreza pelo ministério liderado por Keiko Kiyoura.
1923	Início do segundo movimento de defesa da democracia. Tal movimento vence as eleições gerais em 1923, subindo ao poder uma coligação composta pelos partidos Seiyukai, Kenseikai e Kakushin Kurabu., liderados por Komei Kato.
1925	O sufrágio universal se torna lei (mulheres continuam sem direito ao voto).
1925	A Dieta aprova no mesmo ano uma lei de segurança, visando impedir a introdução da ideologia comunista. A mesma lei acabou se voltando contra a própria democracia, sendo usada para sufocar todos os movimentos democráticos, liberais ou de esquerda, em nome do combate ao extremismo.
26/12/1926	Morre o imperador <i>Taisho</i> . Hiroíto assume como novo imperador <i>Showa</i> .
1929	A bolsa de Nova Iorque quebra neste ano, envolve todo o mundo, e acaba sufocando a economia japonesa, que já não ia bem.
1930	Revolução de 1930 no Brasil.
Set/1931	Exército japonês em Kwantung atacam Mukden e outras cidades manchús após a explosão da Estrada de Ferro Sulmanchuriana. Os japoneses acusam os chineses, enquanto que os chineses acusam os nipônicos pela explosão. Inicia-se a guerra na Manchúria.
Out/1931	Conspiração de Outubro – pretensão de dissolver a Assembléia, assassinar todo o gabinete do imperador e obrigar Hiroíto a aceitar um governo militar.
1931	Ainda neste ano o Japão coloca Pu Yi, o último imperador da China, no poder da Manchúria, sob o comando do próprio Japão, que reconhece o novo país, estabelecendo uma aliança com ele.
1931	A partir deste ano os EUA patrocina em El Salvador várias ditaduras. Milhares são mortos durante todo o século XX naquele país.
1932	Revolução Constitucionalista, em São Paulo.

18/02/1932	Estado da Manchúria é decretado independente pelos japoneses. Puyi é alçado ao trono como imperador fantoche.
15/05/1932	Primeiro Ministro Inukai Tsuyoshi é assassinado pela extrema direita (jovens oficiais do exército e da marinha, cada vez mais extremados em razão da própria política imperialista ocidental na Ásia e por ações xenófobas dos EUA em relação ao Japão).
Ago/1932	Tentativa de assassinato do Primeiro-Ministro, Almirante Saito.
27/03/1933	Japão abandona a Liga das Nações.
26/02/1936	Acontece maior dos golpes militares – “Ni Ni Roku”. Jovens oficiais do exército sublevam mais de mil soldados, matam o chanceler do Selo Privado Minoru Saito, e também o Ministro das Finanças Korekiyo Takahashi. Por muito pouco não conseguiram assassinar também o Primeiro Ministro, Keisuke Okada.
25/11/1936	O Japão assina pacto com a Alemanha.
03/12/1936	O Japão ocupa Tsingtao.
07/07/1937	1- Início da Segunda Guerra Sino-Japonesa. 2- Início da Guerra do Pacífico. 3- Incidente da Ponte Marco Polo.
14/08/1937	A China declara guerra ao Japão.
13/12/1937	Japoneses ocupam Nanquim. Início do Massacre de Nanquim.
11/06/1938 27/10/1938	- Batalha de Wu Han.
17/06/1938	Japão declara guerra a China.
29/07/1938 11/08/1938	- Guerras Soviético-Japonesas (Batalha do Lago Khasan).
1939	Início da chamada II Guerra Mundial.
11/05/1939 16/09/1939	- Guerras Soviético-Japonesas (Batalha da <i>Khalkhyn Gol</i>).
23/08/1939	Alemanha assina com a URSS um tratado de não-agressão – neste documento havia um acordo entre os dois países quanto a divisão das zonas de influência.
1940	Tríplice Aliança entre Japão, Alemanha e Itália.
19/08/1940	Entram em ação os aviões de caça japoneses do tipo Zero (Mitsubishi A6 M5 “tipo 0”).
27/09/1940	Japão assina Pacto Tripartite com a Itália e a Alemanha.
13/04/1941	Japão assina um pacto de não-agressão com a União Soviética.
07/12/1941	1- O Japão declara guerra aos EUA e a Inglaterra. 2- Ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor (Havaí).

08/12/1941	Hong Kong é ocupada pelo Japão.
09/12/1941	A China faz nova declaração de guerra ao Japão.
11/01/1942	Japão declara guerra à Holanda.
05/06/1942	Japão trava batalha de Midway com os EUA.
12-13/06/1943	Batalha de Kolombangara.
19-20/06/1944	Batalha do Mar das Filipinas.
19/02-26/03/1945	Batalha de Iwo Jima.
12/03/1945	Primeiro bombardeio da cidade de Nagoya.
13/03/1945	Primeiro bombardeio de Osaka.
12/04/1945	Morre Roosevelt.
06/08/1945	EUA lançam bomba atômica na cidade de Hiroshima – morrem cerca de 80.000 pessoas. Centenas de milhares de civis ficam mutiladas ou com seqüelas.
08/08/1945	União Soviética declara guerra ao Japão.
09/08/1945	EUA lançam bomba atômica na cidade de Nagasaki – morrem cerca de 74.000 pessoas. Centenas de milhares de civis ficam mutiladas ou com seqüelas.
10/08/1945	A União Soviética inicia invasão da Manchúria.
14/08/1945	Hiroito aceita rendição do Japão de acordo com a Declaração de Postdam.
02/09/1945	Japão assina termos de rendição incondicional a bordo do encouraçado USS Missouri.
03/11/1946	Promulgada Constituição do Japão.
1949	Hideki Yukawa recebe o Prêmio Nobel de Física.
08/09/1951	É assinado o Tratado de São Francisco entre o Japão e as forças aliadas.
1956	Ingresso do Japão na ONU.
1957	O Japão torna-se membro não-permanente do Conselho de Segurança.
1964	O Japão torna-se membro da OCDE.
1964	Golpe militar no Brasil, em 1º de Abril de 1964.
1968	Yasunari Kawabata recebe o Prêmio Nobel de Literatura.

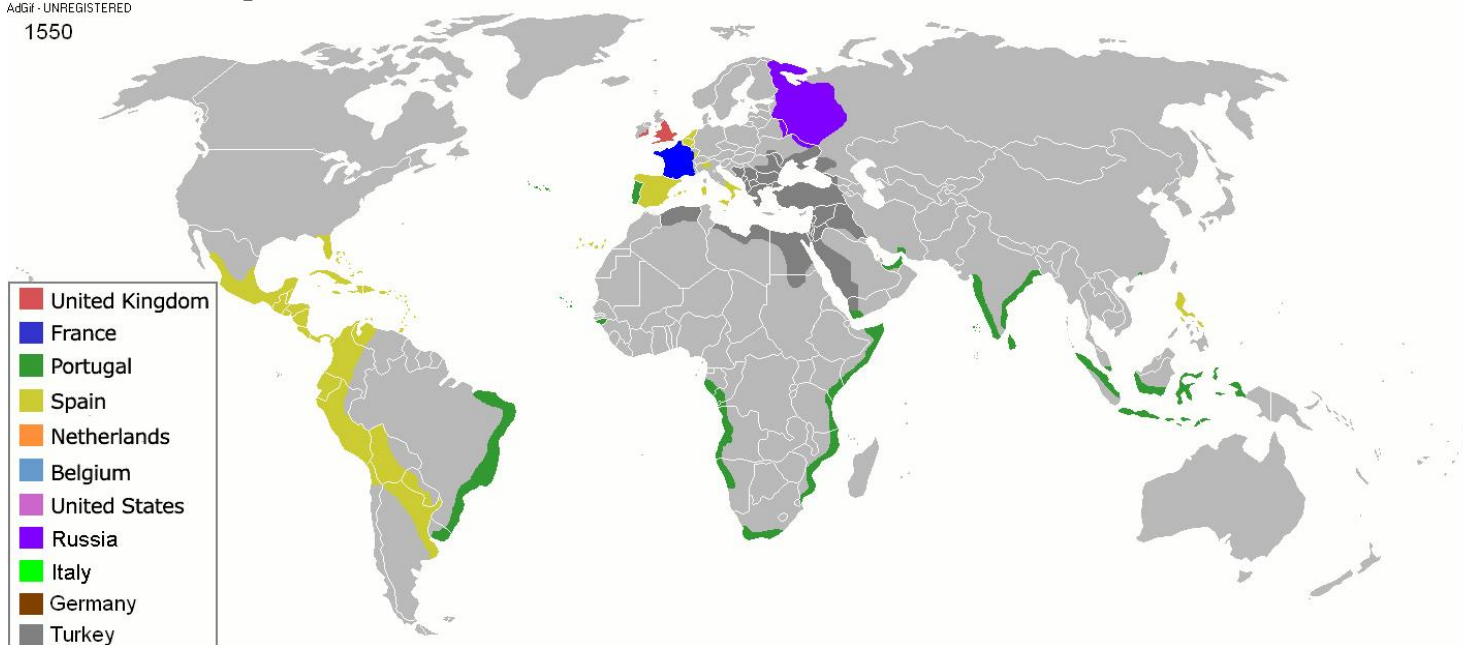
1969	Astronautas estadunidenses chegam à Lua.
1972	Okinawa é devolvida pelos EUA ao Japão, após quase trinta anos de ocupação.

Quadro elaborado pelo autor deste trabalho.

ANEXOS

Mapa 01: Colonialismo – ano 1550.

AdiG - UNREGISTERED
1550



Disponível em: <<http://courses.nus.edu.sg/course/ellpatke/EN4880B/EN4880B%20Index2010.htm>> Acesso em 12.11.2013.

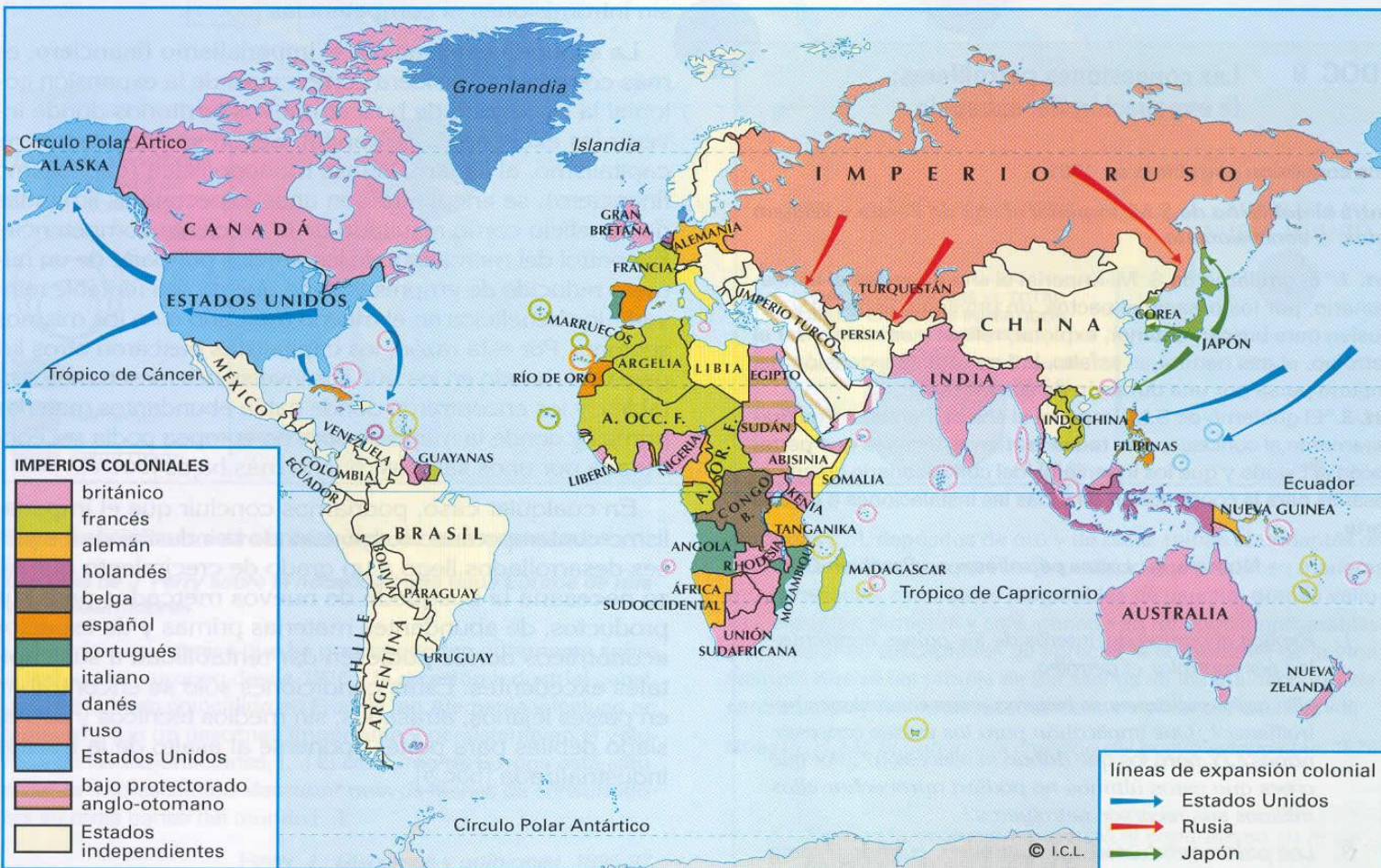
Mapa 02: Colonização da Ásia (até 1907).



Disponível em: <<http://cominganarchy.com/2005/11/22/colonization-in-asia/>> Acesso em 12.11.2013.

Mapa 03: Possessões coloniais em 1914.

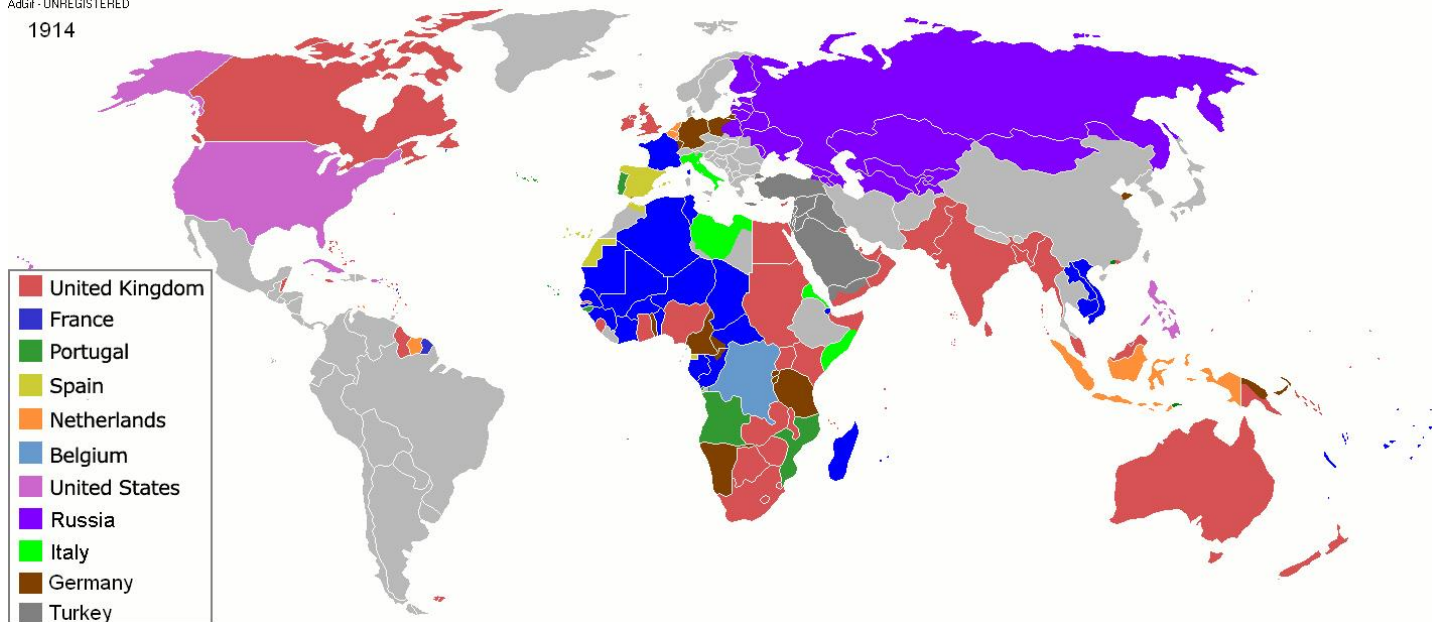
POSESIONES COLONIALES EN EL AÑO 1914



Disponível em: <<http://www.profesorfrancisco.es/2013/02/el-imperialismo-colonial.html>> Acesso em 12.11.2013.

Mapa 04: Colonização do mundo em 1914.

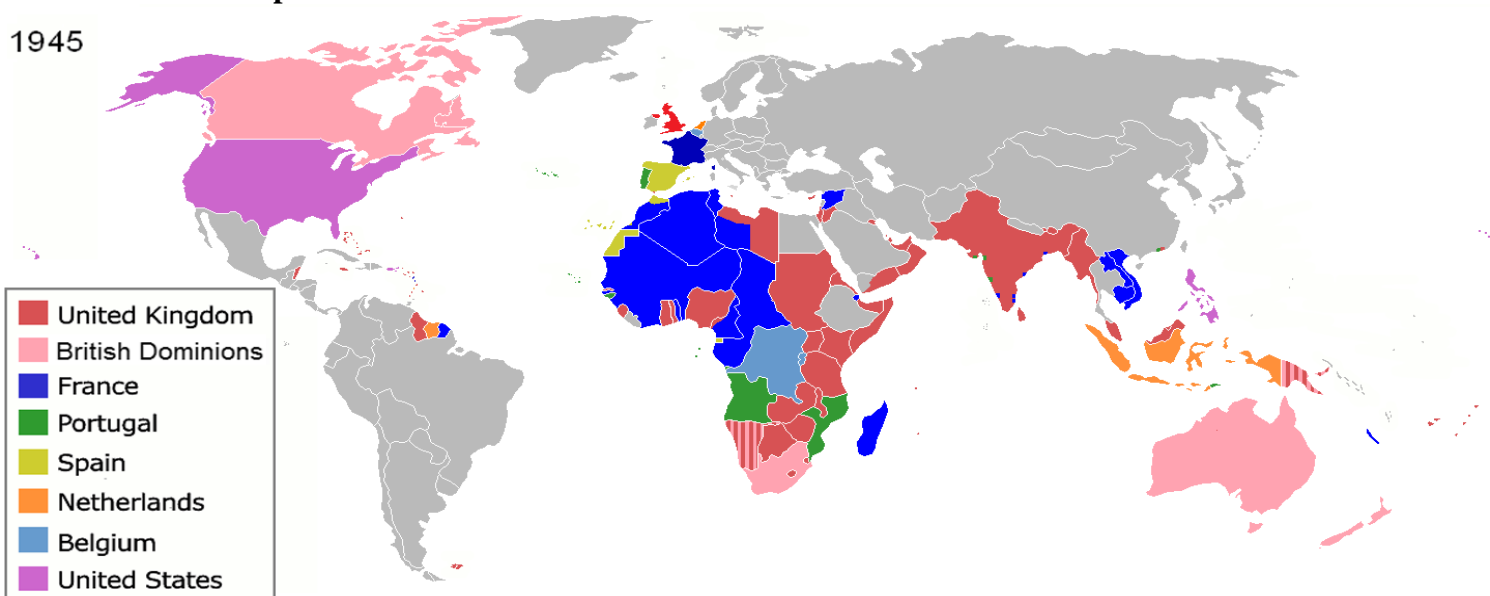
Adigif - UNREGISTERED
1914



Disponível em: <<http://courses.nus.edu.sg/course/ellpatke/EN4880B/EN4880B%20Index2010.htm>> Acesso em 12.11.2013

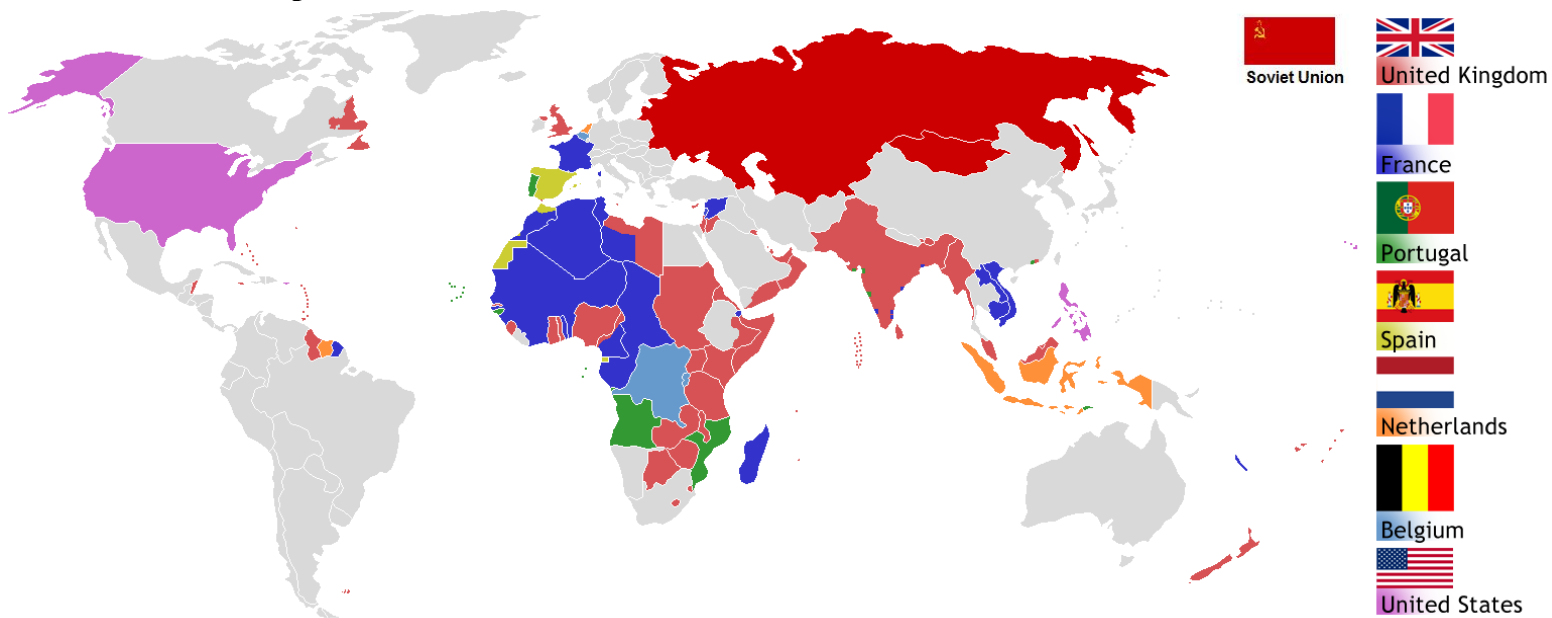
Mapa 05: Possessões coloniais em 1945.

1945



Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colonization_1945.png> Acesso em 12.11.2013.

Mapa 06: Possessões coloniais em 1945.



Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Colonialism_in_1945_updated_legend.png

APÊNDICE

Pronunciamento do Cacique Seattle.²⁹⁸

O Grande cacique de Washington mandou dizer que desejava comprar a nossa terra, o grande cacique assegurou-nos também de sua amizade e benevolência. Isto é gentil de sua parte, pois sabemos que ele não precisa de nossa amizade.

Vamos, porém, pensar em sua oferta, pois sabemos que se não fizermos, o homem branco virá com armas e tomará nossa terra. O grande cacique de Washington pode confiar no que o Cacique Seattle diz com a mesma certeza com que nossos irmãos brancos podem confiar na alteração das estações do ano.

Minhas palavras são como as estrelas que nunca empalidecem.

Como podes comprar ou vender o céu; o calor da terra? Tal ideia nos é estranha. Se não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água, como então podes comprá-los? Cada torrão desta terra é sagrado para meu povo, cada folha reluzente de pinheiro, cada praia arenosa, cada véu de neblina na floresta escura, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo. A seiva que circula nas árvores carrega consigo as recordações do homem vermelho.

O homem branco esquece a sua terra natal, quando – depois de morto – vai vagar por entre as estrelas. Os nossos mortos nunca esquecem esta formosa terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia – são nossos irmãos. As cristas rochosas, os sumos da campina, o calor que emana do corpo de um mustang, e o homem – todos pertencem à mesma família.

Portanto, quando o grande cacique de Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, ele exige muito de nós. O grande cacique manda dizer que irá reservar para nós

²⁹⁸ Tal pronunciamento, feito pelo Cacique Seattle, em 1854, coincidentemente na mesma época em que os estadunidenses forçaram a abertura dos portos japoneses, certamente não chegou a ser escrito pelo seu autor, mas por pessoas que estiveram presentes no momento em que ele foi emitido. Independente de terem, ou não, aumentado um pouco o discurso, estudiosos sobre o tema apontam que a essência corresponde realmente àquilo que foi dito pelo grande líder daquela tribo.

O discurso foi colocado aqui no apêndice porque foi considerado bastante interessante. Apesar de simples, deixou uma mensagem que está intrinsecamente relacionada com vários temas presentes nesta monografia.

um lugar em que possamos viver confortavelmente. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, vamos considerar a tua oferta de comprar nossa terra. Mas não vai ser fácil, porque esta terra é para nós sagrada.

Esta água brilhante que corre nos rios e regatos não é apenas água, mas sim o sangue de nossos ancestrais. Se te vendermos a terra terás de te lembrar que ela é sagrada e terás de ensinar a teus filhos que é sagrada e que cada reflexo espectral na água límpida dos lagos conta os eventos e as recordações da vida de meu povo. O rumorejar d'água é a voz do pai de meu pai. Os rios são nossos irmãos, eles apagam nossa sede. Os rios transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se te vendermos nossa terra, terás de te lembrar e ensinar a teus filhos que os rios são irmãos nossos e teus, e terás de dispensar aos rios a afabilidade que darias a um irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um lote de terra é igual a outro, porque ele é um forasteiro que chega na calada da noite e tira da terra tudo o que necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga, e depois de a conquistar, ele vai embora, deixa para trás os túmulos de seus antepassados, e nem se importa. Arrebata a terra das mãos de seus filhos e não se importa. Ficam esquecidos a sepultura de seu pai e o direito de seus filhos à herança. Ele trata sua mãe – a terra – e seu irmão – o céu – como coisas que podem ser compradas, saqueadas, vendidas como ovelha ou miçanga cintilante. Sua voracidade arruinará a terra, deixando para trás apenas um deserto.

Não sei. Nossos modos diferem dos teus. A vista de tuas cidades causa tormento aos olhos do homem vermelho. Mas talvez isto seja assim por ser o homem vermelho um selvagem que de nada entende.

Não há sequer um lugar calmo nas cidades do homem branco. Não há lugar onde se possa ouvir o desabrochar da folhagem na primavera ou o tinir das asas de um inseto. Mas talvez assim seja por ser eu um selvagem que nada compreende; o barulho parece apenas insultar os ouvidos. E que vida é aquela se um homem não pode ouvir a voz solitária do curiango ou, de noite, a conversa dos sapos em volta de um brejo? Sou um homem vermelho e nada compreendo. O índio prefere o suave sussurro do vento a sobrevoar a superfície de uma lagoa e o cheiro do próprio vento, purificado por uma chuva do meio-dia, ou reacendendo a pinheiro.

O ar é precioso para o homem vermelho, porque todas as criaturas respiram em comum – os animais, as árvores, o homem.

O homem branco parece não perceber o ar que respira. Como um moribundo em prolongada agonia, ele é insensível ao ar fétido. Mas se te vendermos nossa terra, terás de te lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar reparte seu espírito com toda a vida que ele sustenta. O vento que deu ao nosso bisavô o seu primeiro sopro de vida, também recebe o seu último suspiro. E se te vendermos nossa terra, deverás mantê-la reservada, feita santuário, como um lugar em que o próprio homem branco possa ir saborear o vento, adoçado com a fragrância das flores campestres.

Assim, pois, vamos considerar tua oferta para comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, farei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como se fossem seus irmãos.

Sou um selvagem e desconheço que possa ser de outro jeito. Tenho visto milhares de bisões apodrecendo na pradaria, abandonados pelo homem branco que os abatia a tiros disparados do trem em movimento. Sou um selvagem e não compreendo como um fumegante cavalo de ferro possa ser mais importante do que o bisão que (nós – os índios) matamos apenas para o sustento de nossa vida.

O que é o homem sem os animais? Se todos os animais acabassem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Porque tudo quanto acontece aos animais, logo acontece ao homem. Tudo está relacionado entre si.

Deves ensinar a teus filhos que o chão debaixo de seus pés são as cinzas de nossos antepassados; para que tenham respeito ao país, conta a teus filhos que a riqueza da terra são as vidas da parentela nossa. Ensina a teus filhos o que temos ensinado aos nossos: que a terra é nossa mãe. Tudo quanto fere a terra – fere os filhos da terra. Se os homens cospem no chão, cospem sobre eles próprios.

De uma coisa sabemos. A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence à terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará.

Os nossos filhos viram seus pais humilhados na derrota. Os nossos guerreiros sucumbem sob o peso da vergonha. E depois da derrota passam o tempo em ócio, envenenando seu corpo com alimentos adocicados e bebidas ardentes. Não tem grande importância onde passaremos os nossos últimos dias – eles não serão muitos. Mais algumas horas, mesmo uns invernos, e nenhum dos filhos das grandes tribos que viveram nesta terra ou que têm vagueado em pequenos bandos pelos bosques, sobrar, para chorar sobre os túmulos de um povo que um dia foi tão poderoso e cheio de confiança como o nosso.

Nem o homem branco, cujo Deus com ele passeia e conversa como amigo para amigo, pode ser isento do destino comum. Poderíamos ser irmãos, apesar de tudo. Vamos ver, de uma coisa sabemos que o homem branco venha, talvez, um dia descobrir: nosso Deus é o mesmo Deus. Talvez julgues, agora, que o podes possuir do mesmo jeito como desejas possuir nossa terra; mas não podes. Ele é Deus da humanidade inteira e é igual sua piedade para com o homem vermelho e o homem branco. Esta terra é querida por ele, e causar dano à terra é cumular de desprezo o seu criador. Os brancos também vão acabar; talvez mais cedo do que todas as outras raças. Continuas poluindo a tua cama e hás de morrer uma noite, sufocado em teus próprios desejos.

Porém, ao perecerem, vocês brilharão com fulgor, abrasados, pela força de Deus que os trouxe a este país e, por algum desígnio especial, lhes deu o domínio sobre esta terra e sobre o homem vermelho. Esse destino é para nós um mistério, pois não podemos imaginar como será, quando todos os bisões forem massacrados, os cavalos bravios domados, as brenhas das florestas carregadas de odor de muita gente e a vista das velhas colinas empanada por fios que falam. Onde ficará o emaranhado da mata? Terá acabado. Onde estará a águia? Irá acabar. Restará dar adeus à andorinha e à caça: será o fim da vida e o começo da luta para sobreviver.

Compreenderíamos, talvez, se conhecêssemos com que sonha o homem branco, se soubéssemos quais as esperanças que transmite a seus filhos nas longas noites de inverno, quais as visões do futuro que oferece às suas mentes para que possam formar desejos para o dia de amanhã. Somos, porém, selvagens. Os sonhos do homem branco são para nós ocultos, e por serem ocultos, temos de escolher nosso próprio caminho. Se consentirmos, será para garantir as reservas que nos prometestes. Lá, talvez, possamos viver os nossos últimos dias conforme desejamos. Depois que o último homem vermelho tiver partido e a sua lembrança

não passar da sombra de uma nuvem a pairar acima das pradarias, a alma do meu povo continuará vivendo nestas florestas e praias, porque nós a amamos como ama um recém-nascido o bater do coração de sua mãe.

Se te vendermos a nossa terra, ama-a como nós a amávamos. Protege-a como nós a protegíamos. Nunca esqueças de como era esta terra quando dela tomaste posse: E com toda a tua força, o teu poder e o todo o teu coração conserva-a para teus filhos e ama-a como Deus nos ama a todos. De uma coisa sabemos: o nosso Deus é o mesmo Deus, esta terra é por ele amada. Nem mesmo o homem branco pode evitar nosso destino comum.